

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

NADIANNA ROSA MARQUES

**SERVIÇO SOCIAL E DESASTRES: UMA ANÁLISE INTERCONTINENTAL**

Porto Alegre  
2024

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

NADIANNA ROSA MARQUES

**SERVIÇO SOCIAL E DESASTRES: UMA ANÁLISE  
INTERCONTINENTAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Escola de Humanidade da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Professora Dra. Maria Isabel Barros Bellini – PUC/RS (2020-2024) e Co -orientadora: Professora Dra. Niki Edwards -UniSQ Austrália (2021 – 2024).

Porto Alegre

2024

NADIANNA ROSA MARQUES

**SERVIÇO SOCIAL E DESASTRES: UMA ANÁLISE INTERCONTINENTAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Escola de Humanidade da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Isabel Barros Bellini (Orientadora de 2020 a 2024)  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGSS

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nicole Stefane Edwards (Co-orientadora 2021-2024)  
University of Southern Queensland - UniSQ

Prof<sup>a</sup> Dra. Jane Cruz Prates  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGSS

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira- PPGSCP/ PUCRS  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGSCP

Prof<sup>a</sup> Dra. Tatiana Reidel  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGPSS

Porto Alegre

2024

### **Ficha Catalográfica**

M357s Marques, Nadianna Rosa

Serviço Social e Desastres : uma análise intercontinental /  
Nadianna Rosa Marques. – 2024.

216.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço  
Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini.

Coorientadora: Profa. Dra. Nicole Stefane Edwards.

1. Serviço Social. 2. Desastres. 3. Trabalho do Assistente Social. I.  
Bellini, Maria Isabel Barros. II. Edwards, Nicole Stefane. III. , .  
IV. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

*(...)Aqueles que vivenciam um desastre carregam por longo tempo essa experiência de devastação pessoal e coletiva, que custa a ser amainada porque ultrapassa as lembranças peculiares e subjetivas e avança para a constituição de quadros sociais de memória em torno da experiência de múltiplas privações" (...) "o desastre dura enquanto durar a ruptura nos meios e nos modos de vida regulares dos grupos afetados".*

*Norma Valencio*

**Valencio, N. (2013). Nunca soubemos o que aconteceu...:  
a (in) capacidade pública em lidar com os riscos de desastres  
no contexto de globalização.**

## AGRADECIMENTOS

Início agradecendo a pessoa mais importante na minha vida, minha mãe Ana (in memória), infelizmente durante a trajetória desta tese, ela partiu. Mas sendo a minha maior incentivadora e inspiração de luta, garra, ética e exemplo de ser humano, essa tese se finaliza sem a sua presença física, mas em espírito, memória e amor eterno em meu coração. Sei que onde estiver mãe está torcendo por mim, afinal você sempre me dizia “te criei para ser uma mulher forte, Nadianna”, quem dera eu ter sido a metade do que tu foste nesta vida, fortaleza! Mas sim mãe cheguei até aqui. Ao meu querido pai (in memória), que não pode acompanhar esta trajetória, mas que deixou a sua valentia, alegria e força presente. Amo vocês!

À universidade e ao investimento na pesquisa (Capes), que permitiu a realização do meu mestrado e doutorado na PUC/RS. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001” (“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”).

A minha família, tio nenê, tia Rose, primas Carla e Nayara pelo apoio constante.

Aos meus guias e mentores espirituais e a todo Grupo Frelida, em especial ao Luí, sempre me amparando com palavras, carinho e afeto, gratidão pelos conselhos e ensinamentos até aqui.

A minha grande amiga Lauren e sua Família, por todo apoio, incentivo e acolhida, me recebendo sempre de braços abertos com muito amor e carinho. Obrigada por ser uma mãe para mim, quando tantas vezes precisei.

A minha mentora/orientadora que me acompanha desde o mestrado, Prof<sup>a</sup> Maria Isabel, carinhosamente chamada por nós de Belinha. Gratidão por essa caminhada de mãos dadas, pela compreensão quando precisei, pelas oportunidades ofertadas, por me guiar e me conduzir nesta caminhada acadêmica.

A todos Grupo NETSI, em especial minha queridas colegas e amigas Fernanda e Carin, gratidão por todo apoio e troca nestes 4 anos, compartilhados.

A minha coorientadora Nicole Stefane Edwards, por todas as oportunidades ofertadas, paciência com a minha “ausência” no inglês, acreditando e investindo nesta Pesquisa.

As “mestras” e “mestre” que compõem esta banca examinadora, expirações para mim - Prof<sup>a</sup> Jane, Prof<sup>a</sup> Tatiane Reidel e Prof. Rafael, agradecimentos pelas orientações, apoio, compreensão e qualificação desta tese.

Ao Guilherme Almeida (meu amor), obrigada por ter segurado minha mão, quando tudo foi difícil, quando achei que seria impossível, por estar ao meu lado no momento mais difícil da minha vida. Foste minha fortaleza.

Aos meus Colegas de trabalho do Colégio Politécnico da UFSM, em especial a queridos amigos Laura (irmã de coração que a vida me presenteou), Guilherme (amigo, colega e parceiro), Cindy (amiga aracajuense porreta, que é a pura vibração de alegria, obrigada pelo carinho) e Cris (amiga Toia, delicadeza em pessoa, sempre com uma palavra amiga e carinhosa), por me incentivarem nesta caminhada, compreendendo minha ausência, auxiliando e apoiando a conclusão deste doutorado.

Ao meu querido amigo Abner (o meu pop star dos desastres), que a interlocução acadêmica e paixão pelo tema dos desastres te colocou em minha vida. Muito obrigada por todo incentivo, conhecimento partilhado e conselhos, gratidão por tanto e pela presença constante em minha vida.

As minhas queridas amigas que o mestrado da PUCRS me proporcionou: Alexia, Luísa, Clarissa e Michele, a família que minha passada por Porto Alegre me trouxe. Obrigada pelo apoio, amizade, risadas, colo e amparo.

Giovanna e Família, minha querida amiga, vizinha em canoas, tão importante tua amizade, obrigada por toda a escuta, acolhida e conselhos, em partilhar parte deste período de construção desta tese.

A todo corpo docente do Curso de Serviço Social da UFSM, em especial Professores, colegas e amigos: Sheila, Jairo, Fabio e Cristina, agradecimento por todo incentivo, apoio e validação profissional nesta caminhada.

A Universidade Federal de Santa Maria meu espaço de trabalho, a qual me oportunizou a realização deste doutorado.

## RESUMO

A presente tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social PUCRS para obtenção do título de doutora em Serviço Social tem como propósito investigar o trabalho do(a) Assistente Social em situações de desastres em países de diferentes continentes. A pesquisa se caracteriza como um estudo de multicasos, não comparativo, do tipo quanti-qualitativo ou misto com enfoque qualitativo e contempla análises bibliográficas e coletas diretas, via questionários online. Com a sua metodologia apoiada no método materialista, dialético e histórico crítico, e tem como problema de pesquisa: Como o serviço social, em diferentes continentes, vem se organizando no enfrentamento a desastres? E como objetivo investigar como o Serviço Social, em diferentes continentes organiza o trabalho no enfrentamento a desastres, a fim de evidenciar potencialidades, similitudes e lacunas que possam subsidiar o aprimoramento do trabalho profissional em desastres. Como resultado da pesquisa está a ampliação do conhecimento e da discussão para categoria profissional acerca dos desastres e o trabalho do Assistente Social e a construção de elementos teóricos e práticos que subsidiem e fortaleçam a intervenção e a capacidade de respostas do Serviço Social em situações de desastres. As etapas da pesquisa foram: revisão bibliográfica, questionários respondidos por Assistentes Sociais do Brasil, Austrália e Nepal e análise das principais produções internacionais publicadas entre os anos de 2020 a 2023 nas bases de dados Web of Science e análise das produções do Serviço Social brasileiro, publicadas nas revistas A1 e A2 vinculadas a cursos de pós-graduação em serviço social. As conclusões da pesquisa apontaram os(as) Assistentes Sociais, em diferentes países, são acionados mais frequentemente na etapa de resposta aos desastres para a execução do plano de resposta e acompanhamento da população afetada, sendo que as suas atribuições e competências técnicas nem sempre são reconhecidas e convocados a contribuir em outras etapas do desastre, apesar disso nos diferentes continentes, o trabalho dos/das Assistentes Sociais nas situações de desastres tem como objeto de intervenção, antes, durante e depois do evento, as necessidades da população e as demandas institucionais. Identifica-se maior consonância do que dissonância nas competências e atribuições e principalmente nos fundamentos do projeto profissional, nos princípios éticos e na direção social da profissão que se expressa na defesa dos direitos da população, no enfrentamento das desigualdades, na luta para qualificar a rede de serviços, na busca por respostas mais eficazes no âmbito prevenção, preparação e recuperação a um desastre.

Palavras – chave: Serviço Social; Desastres; Trabalho do Assistente Social.

## ABSTRACT

This thesis, presented to the Postgraduate Program in Social Work at PUCRS to obtain the title of Doctor of Social Work, aims to investigate the work of Social Workers in disaster situations in countries on different continents. The research is characterized as a multi-case, non-comparative, quantitative-qualitative or mixed study with a qualitative approach, and includes bibliographical analysis and direct collections, via online questionnaires. With its methodology supported by the materialist, dialectical and critical historical method, and has as its research problem: How has social work, on different continents, been organizing itself to face disasters? And its objective is to investigate how Social Work, on different continents, organizes its work to face disasters, in order to highlight potentialities, similarities and gaps that can support the improvement of professional work in disasters. The research resulted in the expansion of knowledge and discussion for the professional category about disasters and the work of Social Workers, as well as the construction of theoretical and practical elements that support and strengthen the intervention and response capacity of Social Services in disaster situations. The research stages were: bibliographic review, questionnaires answered by Social Workers from Brazil, Australia and Nepal, and analysis of the main international productions published between 2020 and 2023 in the Web of Science databases, and analysis of the productions of Brazilian Social Services, published in A1 and A2 journals linked to postgraduate courses in social work. The conclusions of the research indicated that social workers in different countries are called upon more frequently in the disaster response stage to implement the response plan and monitor the affected population, and that their technical skills and competencies are not always recognized and they are not called upon to contribute in other stages of the disaster. Despite this, on different continents, the work of social workers in disaster situations has as its object of intervention, before, during and after the event, the needs of the population and institutional demands. There is greater consonance than dissonance in the competencies and attributions and especially in the foundations of the professional project, in the ethical principles and in the social direction of the profession that is expressed in the defense of the rights of the population, in the confrontation of inequalities, in the struggle to qualify the service network, in the search for more effective responses in the areas of prevention, preparation and recovery from a disaster.

Keywords: Social Work; Disasters; Social Worker Work.

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                                                               |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 - Sistematização das categorias analíticas do método .....                                                           | 26  |
| Quadro 2 - Sistematização das categorias analíticas do método .....                                                           | 28  |
| Quadro 3 - Caracterização das Revistas Pesquisadas .....                                                                      | 28  |
| Quadro 4 - Relação da produção científica em revistas pelos descritores .....                                                 | 29  |
| Quadro 5 - Sistematização das técnicas e Procedimentos da Pesquisa.....                                                       | 31  |
| Quadro 6 - Síntese da evolução dos principais marcos na agenda internacional com relação a gestão de risco de desastres ..... | 67  |
| Quadro 7 - Classificação por Nível de Desastre .....                                                                          | 69  |
| Quadro 8 - Trajetória do Serviço Social em Desastres .....                                                                    | 87  |
| Quadro 9 - Terminologias com Relação a Desastres.....                                                                         | 128 |

## ÍNDICE DE FIGURAS

|                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 - ETAPAS E FASES DA GRD .....                                 | 15  |
| Figura 2 - MAPEAMENTO DA PESQUISA POR CONTINENTES / PAÍSES .....       | 33  |
| Figura 3 - Linha do tempo da evolução das Revoluções Industriais ..... | 49  |
| Figura 4 - Ciclo dos desastres .....                                   | 149 |

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

|                                                                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1 - Publicações por Continente a partir base de dados Web of Science - Descritor Social Work and Disaster ..... | 31  |
| Gráfico 2 - Amostra por Estado .....                                                                                    | 93  |
| Gráfico 3 - Amostra Internacional .....                                                                                 | 94  |
| Gráfico 4 - Instituição de Trabalho no Brasil .....                                                                     | 95  |
| Gráfico 5 - Instituição de trabalho Oceania e Ásia .....                                                                | 96  |
| Gráfico 6 - Tempo de formação dos(as) Assistentes Sociais na América do Sul .....                                       | 96  |
| Gráfico 7 - Tempo de formação dos(as) Assistentes Sociais na Oceania e Ásia. ....                                       | 97  |
| Gráfico 8 - Formação Continuada dos(as) Assistentes Sociais na América do Sul .....                                     | 98  |
| Gráfico 9 - Formação Continuada dos(as) Assistentes Sociais na Oceania e Ásia .....                                     | 99  |
| Gráfico 10 - O Trabalho dos (as) Assistentes Sociais no Brasil conforme classificação dos desastres (EM-DATE).....      | 107 |
| Gráfico 11 - O trabalho conforme classificação Assistentes Sociais na Austrália e Nepal.....                            | 108 |
| Gráfico 12 - Participação dos(as) Assistentes Sociais do Brasil com relação aos planos de contingência .....            | 109 |
| Gráfico 13 - Fase dos desastres que são acionados os(as) Assistentes Sociais do Brasil.....                             | 111 |
| Gráfico 14 - Fase dos desastres em que são acionados os(as) Assistentes Sociais do Nepal e da Austrália .....           | 111 |
| Gráfico 15 - Relação de Produções Científicas por Descritores de 2020 -2023. ....                                       | 116 |
| Gráfico 16 - Relação de Produção das Revistas por Ano.....                                                              | 116 |
| Gráfico 17 - Publicações contempladas por categorias da base de dados Web of Science .....                              | 127 |
| Gráfico 18 - Publicações contempladas por ano na base de dados Web of Science .....                                     | 128 |

## **INDICE DE TABELAS**

|                                                                                              |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1 - Danos humanos por grupo de desastres no Brasil de 2013 a 2020.....                | 70  |
| Tabela 2 - Ocorrência de decretos no Brasil por tipos de desastres de 2013 a 2022. ....      | 701 |
| Tabela 3 - Quantidade de pessoas afetadas por desastres no Brasil– 2013 a 2022 .....         | 711 |
| Tabela 4 - Dados internacionais sobre desastres nos continentes Referente de 2003 -2022 .... | 75  |

## **INDICE DE MAPAS**

|                                                                                                            |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| MAPA 1 - Associações de Assistentes Sociais nos continentes da Ásia e Pacífico .....                       | 79 |
| MAPA 2 - Associações/Sindicatos e Organizações de Assistentes Sociais no continente da África. ....        | 80 |
| MAPA 3 - Associações/Sindicatos e Organizações de Assistentes Sociais no continente da América Latina..... | 81 |
| MAPA 4 - Associações/Sindicatos e Organizações de Assistentes Sociais no continente da Europa .....        | 82 |

## **LISTA DE SIGLAS**

Banco Mundial (BM)

Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antonio Ivo de Carvalho (CEE)

Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE)

Fundo Monetário Internacional (FMI)

Gestão de Risco em Desastres (GRD)

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade (NETSI)

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Organização Mundial da Saúde (OMS)

Organização Pan-Americana em Saúde (OPAS)

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud),

Redução de Riscos aos Desastres (RRD)

# SUMÁRIO

|                                                                                                                                                           |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>                                                                                                                                       | <b>9</b>   |
| 1.1 Os Caminhos Metodológicos Traçados - “Quem Elege a Busca não Pode Negar a Travessia”                                                                  | 9          |
| <b>Capítulo 2 – Agudização da Crise no Contexto Neoliberal: Desafios Impostos Frente a Situações de Desastres</b>                                         | <b>35</b>  |
| 2.1 Capitalismo Histórico e Reestruturação Produtiva                                                                                                      | 35         |
| 2.3 Da Barbárie a Desumanização: A Agudização dos Desastres no Neoliberalismo                                                                             | 58         |
| 2.1.1 Desastres no Brasil e no Mundo                                                                                                                      | 63         |
| <b>Capítulo 3 – O Serviço Social e o Enfrentamento a Situações de Desastres: Singularidades e Particularidades da Profissão em Diferentes Continentes</b> | <b>78</b>  |
| 3.1 Singularidades e Particularidades do Serviço Social no Enfrentamento a Desastres: do estado da arte ao relato das experiências                        | 90         |
| 3.1.1 – Perfil dos Assistentes Social e Formação                                                                                                          | 94         |
| 3.1.2 Principais Bases Teóricas, Princípios e Valores                                                                                                     | 101        |
| 3.1.3 Relatos e Trabalho em Desastres                                                                                                                     | 103        |
| 3.1.4 O trabalho do(a) Assistente Social em Desastres                                                                                                     | 107        |
| 3.1.5 Planos de Contingência                                                                                                                              | 108        |
| 3.1.6 – Atribuições e Competências do Assistentes Sociais nos Desastres                                                                                   | 112        |
| 3.2 Com relação as produções referentes as Revistas Brasileiras:                                                                                          | 115        |
| 3.3 – Análise das Produções Científica Internacionais:                                                                                                    | 126        |
| <b>Capítulo 4 – Potencialidades e Possibilidades de Intervenção em Desastres: Subsidio Para o Serviço Social na Gestão de Desastres</b>                   | <b>139</b> |
| <b>CONCLUSÃO</b>                                                                                                                                          | <b>165</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                                                                                        | <b>175</b> |
| <b>APÊNDICES</b>                                                                                                                                          | <b>187</b> |
| Apêndice A – divulgação da pesquisa na Espanha                                                                                                            | 188        |
| Apêndice B – divulgação da pesquisa no Brasil                                                                                                             | 189        |
| Apêndice C - divulgação da pesquisa na Australia, África do Sul, Vietna, Nepal.                                                                           | 190        |
| Apêndice D – Relação de artigos encontrados por continentes na base de dados Web of Science                                                               | 191        |
| Apêndice E – Roteiro de Análise das Produções Acadêmicas                                                                                                  | 194        |
| Apêndice F – Sistematização do Serviço social nos Continentes                                                                                             | 195        |
| Apêndice G – Sistematização das Análises das Produções Científicas nas Revistas do Serviço Social no Brasil                                               | 198        |
| <b>ANEXOS</b>                                                                                                                                             | <b>200</b> |
| Anexo A – Carta de Anuência                                                                                                                               | 201        |

|                                                                                            |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Anexo B – Aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) PUC/RS</b>                     | <b>202</b> |
| <b>Anexo C – Carta de Apoio a Pesquisa - Espanha</b>                                       | <b>203</b> |
| <b>Anexo D – Carta de Apoio a Pesquisa – África do Sul</b>                                 | <b>204</b> |
| <b>Anexo E - Carta de Apoio a Pesquisa – Austrália</b>                                     | <b>205</b> |
| <b>Anexo G- Carta Convite</b>                                                              | <b>206</b> |
| <b>Anexo H - Termo de consentimento livre e esclarecido (tcle) para entrevistas online</b> | <b>208</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A presente tese teve como propósito investigar o Serviço Social em diferentes continentes, analisando a organização e o trabalho do(a) Assistente Social no enfrentamento a desastres, permitindo identificar e compreender as estratégias adotadas pelos profissionais da área em contextos de eventos adversos. Essa análise possibilitou evidenciar potencialidades, similitudes e lacunas nas práticas profissionais, promovendo uma visão global que subsidia o aprimoramento das intervenções do Serviço Social em situações de desastres. O estudo mapeia as experiências do Serviço Social na busca de garantir respostas mais eficazes, éticas e alinhadas às necessidades das populações afetadas. As discussões e análises estão apoiadas no método materialista, dialético e histórico-crítico, embasado nos principais autores que fundamentam essa teoria. Este capítulo inicia abordando os caminhos percorridos que consolidaram o objetivo do estudo desta tese. Na segunda parte, apresenta-se o método marxiano, sua explicação e aproximação com a realidade, por meio das categorias centrais que sustentam esse movimento. A terceira parte descreve a metodologia escolhida para problematizar a construção da pesquisa e sua estrutura. Por fim as conclusões retomando os resultados apresentados e apontando as possibilidades de uma agenda futura para o seguimento de pesquisas nesta temática.

### 1.1 Os Caminhos Metodológicos Traçados - “Quem Elege a Busca não Pode Negar a Travessia”<sup>1</sup>

Inicia-se essa tese de doutorado em Serviço Social, com a reflexão de Valencio (2020) ao abordar que a ocorrência de um desastre provoca acontecimentos sociais trágicos, impactando diretamente na coletividade dos que a vivenciam. Pois os desastres “*são caminhos sombrios que explicitam o processo problemático de desassociação de sociedades desorientadas e de instituições públicas letárgicas, propendo a entranhamento mútuos e a conflitos*”. (p. 102). O que Valencio explicita é a máquina pública, diante de um desastre, ao invés de promover o “*alívio de pressões*” sobre a população, propiciando a inserção social, convivência e dignidade, antagonicamente,

---

<sup>1</sup> Frase do autor Guimarães Rosa, nos implica a refletir o quanto a vivência do processo da pesquisa pode ser instigadora e desafiadora para o pesquisador e, ao seu final, revelar-se surpreendente.

promove a opressão social, (re)produzindo indiferenças sociais, insensibilidades sociais, estigmatização e ódio sobre aqueles mais vulneráveis diante de um desastre.

Essa contradição do Estado na efetivação e garantia de proteção social encontra-se enraizada naquilo que Marx, em “Sobre a Questão Judaica”, já retratava: o “*Estado se apresenta como uma esfera da vida coletiva, porém ilusória*”, ou seja, o homem em sua individualidade e o Estado na sua falsa ilusão coletiva. A dicotomia do ser humano em cidadão e homem, é marcada por uma sociedade civil egoísta, individualista, desprovida de laços, com interesses antagônicos, debatidos em uma simples arena de conflitos, onde os direitos do homem encontram-se entrelaçados aos da propriedade privada. De tal forma que este homem individual deve buscar pelas suas próprias forças para inserir-se nas relações sociais e de trabalho, (MARX, 2010).

E é nesta condição de heteronomia social<sup>2</sup>, a qual sujeitos, que tem suas vidas acometidas em um desastre, ajustam-se a um Estado que opera em uma lógica de fracionamento das demandas sociais, a qual reproduz campos de poder técnico e político, corroborando com distintas formas de controle da vida social. O resultado desta heteronomia social são indivíduos que têm suas vidas destroçadas diante de um desastre e que tentam se ajustar frente a instituições públicas que fragmentam, burocratizam, desarticulam aspectos da vida social e operam com lentidão diante das demandas e de providências a serem tomadas. Cabe ressaltar que estas instituições têm suas ações espelhadas pela lógica de mercado, na qual a divisão social do trabalho e a oferta de bens e serviços se (re)produzem de forma setorial (VALENCIO, 2020).

Desta forma, ao compreender o horizonte de incertezas geradas nas ações do Estado frente a um desastre, é que esta tese, apoia-se na sociologia dos desastres - fenômenos particulares que têm sua especificidade marcada por tempo sócio-histórico e espaço que ultrapassam a catástrofe ocorrida. Assim, define-se que desastres se revelam como *eventos disruptivos da dinâmica social*, pois em seu cotidiano não podemos ignorar que sua ocorrência frequente encontra-se presente na vida daqueles que estão desamparados das ações de garantia de direitos e vivem em condições de risco e vulnerabilidade social, antes mesmo do desastre ocorrido. Esta é a mesma população a qual exige do Estado maiores respostas (mitigação), de ações eficientes, e processos de

---

<sup>2</sup> Conforme Valencio (2020) a heteronomia social condiz com “o lastro da relação hierárquica invertida entre dois universos, movida à base do torpor da sociedade que, **frente às crises sucessivas, se prostra diante à narrativa técnica e política de que se esteja buscando um “retorno à normalidade”**, um escapismo fechado numa lógica circular que tenta recuar saudosamente num ponto do passado “bom” e imediato, **mas que conduz à repetição da mesma crise, senão pior**” (p.106).

compreensão objetivas e subjetivas das perdas e danos causados em um desastre, permitindo uma maior restauração do sentido de sobrevivência e daquilo que de fato possa promover uma condição de dignidade às comunidades afetadas (VALENCIO, 2010 APUD QUARANTELLI, 2005).

Este estudo parte de inquietações, e a construção desta tese guarda relação com a trajetória profissional, pois como pesquisadora, do tema desastres desde 2013, deparei-me, profissionalmente, com o desafio de atender famílias e sobreviventes no desastre da Boate Kiss, experiência esta que pude dar seguimento, em 2014, ao me inserir na residência multiprofissional em saúde mental, em um momento desafiador da rede de atendimento em saúde mental no município de Santa Maria/RS, que precisava se organizar pós-emergência com ações de cuidado e atenção à saúde mental a toda a comunidade afetada pelo desastre. Em 2016, com a inserção no Mestrado na PUC/RS, no PPGSS, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Isabel Barros Bellini, aprofundei os estudos à cerca dos desastres através de um estudo de caso, na busca de compreender a efetivação e as possibilidades de intervenção da Política de Saúde nas situações de desastres. Os resultados desta pesquisa revelaram que o gerenciamento de um desastre, ainda é um desafio para a política de saúde, pois as dificuldades enfrentadas estão relacionadas com a ausência de interface com as demais políticas públicas, dificuldades na prevenção e na gestão do risco. As alternativas apontadas pela pesquisa demonstraram a importância de incorporar estratégias de intervenção/ação em planos de saúde em nível Municipal/Estadual e Federal, implementação de programas de prevenção e capacitação, adotando estratégias e protocolos a toda a rede de atendimento envolvida, a necessidade de ampliar as definições teóricas, a fim de superar as divergências dos conceitos adotados entre o campo teórico e operacional, e uma revisão da legislação nacional na busca de ampliar e contemplar as necessidades dos diferentes tipos de desastres.

O começo de uma pesquisa nunca será fácil. Marx (2017), retratava que qualquer início de ciência é um caminho árduo e o início desta tese perpassou por momentos históricos e sociais conturbados. Quando iniciei o doutorado, mesmo com uma caminhada na pesquisa no campo dos desastres, vivenciada e estudada na residência e no mestrado, por um momento, pensei em desistir de trilhar esse caminho da pesquisa em desastres novamente. Porém, acredito que, por vezes, não “buscamos o objeto a ser pesquisado”, e sim ele nos encontra. E, exatamente no ano em que ingressei no doutorado, em 2020, deparamo-nos com a pandemia da Covid-19, e me inseri no Doutorado em Serviço Social no mesmo programa de pós-graduação, seguindo sob a orientação da prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria

Isabel. Com a situação da covid-19 e vivendo os impactos do isolamento e da crise mundial que assolava o mundo neste período, como estudante e trabalhadora da educação, “adaptei-me” à nova forma de viver. Novamente, o tema desastres se fazia presente em nosso e “meu” cotidiano, agora com um impacto maior. Surge, neste período, o desejo de retomar a pesquisa com a temática desastres, porém, agora, para compreender o serviço social em diferentes continentes e sua organização frente a desastres, pois o serviço social cada vez mais vem sendo convocado a prestar serviço a população afetada, o que aponta aprofundar seu conhecimento no campo da Gestão de Redução de Desastres (GRD)<sup>3</sup>. A pandemia da covid-19, essa realidade para a categoria profissional representou um grande desafio, pois Assistentes Sociais de diferentes políticas públicas tiveram a sua realidade profissional transformada, exigindo novos desafios à práxis. Por isso, a pandemia, nesta pesquisa, não é o foco de estudo, como o “principal fenômeno” de trabalho dos(as) Assistentes Sociais, mas é fato que a pandemia foi o desastre biológico a nível mundial que desafiou profissionais de todas as áreas incluindo o Serviço Social. Desta forma, esta pesquisa inicia as suas análises a partir de 2020 até 2023, pelo marco para análise e relevância das publicações e produções acadêmicas da área durante e pós período pandêmico vivenciado.

Ressalto que, ao longo da escrita desta tese, ocorreram outros desastres, após a pandemia da Covid-19, o mundo presenciou, nestes últimos 4 anos, enchentes, em Países como África e Ásia, Indonésia; terremoto no Afeganistão, Japão e Marrocos; ondas de calor causando incêndios florestais de grandes proporções em 2023 na Austrália, Havaí e Canadá. O Brasil, vivenciou severas inundações na região norte do Amazonas, em 2022, e estiagem, em 2023; enchentes no Rio de Janeiro, em janeiro de 2024. E em fase de conclusão desta tese, o Rio Grande do Sul (RS), estado ao qual pertencço e que vem sofrendo, nos últimos anos, com enchentes e ciclones, foram atingidos por ciclone

---

<sup>3</sup> Opta-se em abordar a GRD, pois ao longo dos anos a prioridade dos governos centrava-se na recuperação de locais atingidos por desastres. O foco sempre esteve mais presente na recuperação e pouco se dialogava sobre investir em prevenção, preparação e mitigação. Com os acontecimentos de aumento de desastres nos últimos anos, principalmente com a pandemia da Covid-19 em 2020, e compreendendo a vulnerabilidade das pessoas e comunidades, cria-se um alerta para a necessidade de aplicação de medidas para se manejar o risco e diminuir as perdas e danos causados por um desastre. Entende-se que a crescente necessidade do poder público se antecipar e desenvolver ações preventivas, buscando investir mais na redução do risco, pois pesquisas já vem apontando que investir na prevenção se torna em uma economia e eficiência para o desenvolvimento local, preservando vidas e a qualidade de suas condições de vida. Desta forma, a GRD está centrada na participação ativa de pessoas e grupos de diferentes níveis. Além disso valoriza e busca articular esforços, atributos e recursos disponíveis em toda comunidade, sociedade e organização. A principal diferença da GRD é que está busca ser construída em um período de normalidade, antecipa-se ao desastre em prol de minimizar os danos e perdas (SECRETARIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL SANTA CATARINA, 2017).

extratropical (causando danos aos estados do RS e Santa Catarina), em junho de 2023, e vivenciou ondas de calor com temperaturas acima da média e chuvas intensas, levando o estado a dois decretos de estado de emergência e no início de 2024 o RS já sofria com chuvas intensas. Na fase final de conclusão desta tese em 29 de abril de 2024, ocorreu o maior desastre meteorológico da história do estado, afetando 497 municípios dos 498 que o estado possui, levando o estado a um decreto de calamidade pública pelo período de 180 dias, mais de 2,1 milhões de pessoas afetadas, 540 mil desabrigadas e desalojadas, 183 óbitos e 27 pessoas desaparecidas (MOROSIN, 2024).

O período histórico-econômico e político vivenciado durante a construção desta tese, demonstra a necessidade de se ampliar e investir em estudos, pesquisas no âmbito dos desastres, pois é fato que estes estão cada vez mais frequentes e intensos. É necessário alertar-se para a questão das mudanças climáticas que tem sido responsável por grande número de desastres naturais no mundo, tornando-se um desafio para as democracias nas respostas aos problemas humanitários agravados por esses eventos extremos.

Portanto, o interesse pela continuidade da investigação da temática resulta das lacunas e indagações originadas na pesquisa de mestrado que se confirmam pelos inúmeros desastres que acometeram no RS, no Brasil e no mundo. Apesar da pesquisa de mestrado não ter focado no serviço social, e sim nos trabalhadores da saúde envolvidos no desastre da Boate Kiss, no grupo pesquisado estavam Assistentes Sociais. Durante as entrevistas e o grupo focal realizado, observou que o serviço social esteve presente em diferentes etapas do desastre, tanto na organização e criação de serviços especializados e na criação de protocolos de atendimento, quanto na recuperação e no acompanhamento das famílias, sobreviventes e comunidade afetada, porém observa-se um ocultamento da trabalho do serviço social no que se refere ao gerenciamento do evento, dando ênfase na participação dos profissionais nas ações pós – desastre. Para Bauwens e Naturale (2017), os(as) Assistentes Sociais têm desempenhado historicamente um papel importante nas respostas a desastres. Nos Estados Unidos, quase metade dos serviços de saúde mental em situações de desastres e pós-desastres são prestados por Assistentes Sociais. Os autores ressaltam que, em todo o mundo, a intervenção do serviço social tem estado na vanguarda da resposta a catástrofes, incluindo a gestão a médio prazo do atendimento e acompanhamento às demandas e aos interesses de comunidades atingidas.

Em busca de compreender como os(as) Assistentes Sociais tem desenvolvido o seu trabalho em outros continentes, em situações de desastres, encontramos Tosone et al., (2015) que relata que, na China, Assistentes Sociais concentram sua abordagem centrada

na comunidade, a partir da implementação de um modelo integral de apoio pós-desastres focado em intervenções psicossociais e de gestão compreendendo as diversas dificuldades enfrentadas pelas as comunidades. Isso após a china, em 2008, ser acometida pelo terremoto de Wenchuan, conhecido como sismo de Sujuão (violento sismo que abalou a zona de Wenchuan, na província de Sujuão, na República Popular da China), este desastre foi reconhecido como **um dos terremotos mais fortes e graves da história**, levando a 9.219 óbitos de pessoas. Na cidade de Mianzhu, na Província de Sichuan, 10.000 pessoas ficaram soterradas, (LORES, 2008).

Neste desastre em específico, Liu e Han,( 2009) ; Sim et al . (2013), apontam que, aproximadamente 1.000 Assistentes Sociais participaram do resgate imediato, na reconstrução de comunidades atingidas e no acompanhamento de pessoas afetadas e suas famílias após o terramoto. Uma das estratégias criadas pelo Serviço Social na China foi a condução de um projeto de investigação-ação, em Wenchuan, não apenas focada nas demandas e necessidades locais emergenciais, mas também dando ênfase ao desenvolvimento econômico sustentável (incluindo a reconstrução de meios de subsistência rurais sustentáveis para a recuperação econômica, promovendo relações rurais-urbanas mutuamente benéficas, conservando a cultura e protegendo o ambiente). Este caso, em especial, demonstra que Assistentes Sociais têm buscado reforços de recursos e de capacidades para intervir em um desastre desde à emergência à reconstrução comunitária, reforçando a importância da intervenção da profissão em todas as etapas de um desastre.

O Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade (NETSI) da PUC/RS, coordenado pela professora Dra. Maria Isabel, tem se debruçado com relação ao tema desastres, desde 2020, com a aprovação do edital universal da Capes, ampliando as pesquisas na área de desastres e estreitando parcerias com universidades de outros países e a possibilidade de aprofundamento de conhecimento no núcleo de pesquisa proporcionou a qualificação desta tese, pois a pesquisa em outros continentes tem sido possível por conta das parcerias e da aproximação como com a University of Southern Queensland - Austrália e pela coorientação da prof<sup>a</sup> Dra. Niki Edwards nesta tese.

Com base no conceito de desastre apresentado esta pesquisa, busca-se aprofundar o conhecimento sobre os desafios e a importância do Serviço Social e da formação profissional em diferentes continentes, reitera-se as estratégias para enfrentamento de desastres que a relação entre Serviço Social e desastres, muitas vezes, ainda se restringe ao campo da intervenção do profissional junto à população atingida, desta forma, ocupar

o espaço de trabalho também na gestão de risco dos desastres (GRD) compondo com demais profissionais, pode ser um espaço que possibilite importantes contribuições para democratizar e efetivar respostas tanto para prevenção quanto para ações concretas pós-desastres, contribuindo com análises críticas. Em tese, compreender a realidade social e o contexto dos desastres para que se efetivem práticas e ações que devem ir ao encontro da necessidade da população. É importante salientar que a GRD se constitui em um conjunto de ações que têm a finalidade prevenir, reduzir e controlar ao máximo os fatores de riscos presentes na sociedade, a fim de minimizar o impacto dos desastres (AVILA et al, 2017).

A gestão de risco dos desastres é um conjunto de decisões administrativas, organização e conhecimentos operacionais desenvolvidas por uma sociedade e comunidades para implementar políticas, estratégias e fortalecer suas capacidades, reduzindo os impactos de ameaças naturais e desastres ambientais e tecnológicos consequentes. Isso envolve todo tipo de atividades, incluindo medidas estruturais e não estruturais para evitar (prevenção) ou limitar (mitigação e preparação) os efeitos adversos dos desastres (EIRD, 2005). A figura 1 abaixo, exemplifica, as três etapas de um processo contínuo e permanente que consolida a GRD. Sendo: etapa de Redução de Risco que contempla a Prevenção, Mitigação e Preparação; etapa de Manejo do Desastre, contempla o alerta e a resposta; e a etapa de Recuperação com foco na reabilitação e reconstrução.

**FIGURA 1 - ETAPAS E FASES DA GRD**



Fonte: Freitas e Rocha, 2014.

Essas etapas da GRD<sup>4</sup> não ocorrem de forma isoladas e encadeadas como a figura acima representa, ocorrem de forma simultânea, muitas vezes, tornando difícil identificar o limite de cada etapa. Porém, a organização em etapas e fases auxilia no processo de reconhecimento de sua totalidade e na consolidação de planos de ação e de contingência, ofertando uma melhor resposta frente aos desastres. O trabalho do Serviço Social nas situações de desastres, catástrofes, emergências públicas e sanitárias deve ser um trabalho permanente e contínuo, com estratégias e planejamento definido, garantindo que instituições e profissionais estejam preparados para intervir de forma adequada, e ética, a fim de recuperar e prevenir a ocorrência de eventos subsequentes.

A intervenção na GRD é um processo contínuo que envolve ações antes, durante e depois dos desastres, diferente da gestão de desastres (GD) que contempla as ações no momento logo após o evento a fim de responder aos primeiros impactos e restabelecer as condições locais. É importante salientar que o Serviço Social possui outras possibilidades de inserções nas situações de desastres, rompendo a limitação no campo da assistência, para o qual, historicamente, é convocado a intervir em situações e momentos específicos (como no momento da ocorrência do desastre e pós desastre), como aponta Dutra (2021) em sua pesquisa. A complexidade de um desastre envolve a participação ampla de diferentes setores, equipes e profissionais, para que, na sua totalidade, forneça respostas menos fragmentadas às situações apresentadas e evidenciadas a partir do evento.

Salienta-se a importância de inserção do serviço social ensejar outras áreas do processo de GRD e não apenas, em etapas específicas, uma delas é a participação na construção de planos diretores, planos de contingência, processos de regularização fundiária e na gestão de moradias populares, bem como tem um papel fundamental de educação em desastres, debatendo com a população e auxiliando no fortalecimento de

---

<sup>4</sup> Conforme o Manual de Gerenciamento de Desastres (2009). A **PREVENÇÃO**, representa a primeira fase da administração de um desastre e engloba o conjunto de ações que visam a evitar que o desastre aconteça ou diminuir a intensidade de suas consequências e a **PREPARAÇÃO**, representa uma segunda fase da administração do desastre, e reúne o conjunto de ações que visam a melhorar a capacidade da comunidade frente aos desastres (incluindo indivíduos, organizações governamentais e organizações não-governamentais) para atuar no caso da ocorrência deste. No que se refere a **RESPOSTA**, representa mais uma fase da administração do desastre e envolve o conjunto de ações que visam a socorrer e auxiliar as pessoas atingidas, reduzir os danos e prejuízos e garantir o funcionamento dos sistemas essenciais da comunidade, e por fim a **RECUPERAÇÃO**, é a última fase da administração do desastre e abrange o conjunto de ações destinadas a reconstruir a comunidade atingida, propiciando o seu retorno à condição de normalidade, sempre levando em conta a minimização de novos desastres.

grupos e associações, garantindo a participação da população afetada nos processos decisórios.

A apropriação deste debate pelos(as) Assistentes Sociais se faz fundamental para que haja uma consonância com o Projeto Ético Político profissional, pois considera-se que o Serviço Social tem no seu histórico a experiência na gestão dos desastres no que diz respeito ao atendimento da população no pós-desastre. A intervenção do Serviço Social permite que a comunidade atingida tenha acesso aos serviços básicos disponíveis, promovendo alívio e mitigação da crise e o necessário para a sobrevivência dos atingidos em meio à situação de emergência. (ZAKOUR, 2007 apud AVILA, MATTEDI e SILVA, 2017)

Essa tese de Doutorado em Serviço Social possui o seguinte tema: ***Serviço Social e o trabalho frente a desastres em países de diferentes continentes***, tendo o Brasil, a Austrália e o Nepal<sup>5</sup> como delimitação geográfica para aplicação dos questionários online, ainda as análises de produções científicas da área e documentos no período de 2020 – 2023),

Esta tese está inserida no campo das Ciências Humanas e Sociais, com um foco específico em Serviço Social, políticas e processos sociais e está alinhada à linha de pesquisa em Serviço Social, Trabalho e Processos Sociais. Diante da complexidade e relevância do tema, destaca-se a intersetorialidade e a interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, pois nenhuma profissão, por si só, é capaz de atender a todas as demandas de forma completa. No contexto dos desastres, é fundamental (re)conhecer as experiências relatadas e a histórias acumuladas no contexto de desastres, pesquisas em áreas relacionadas e produções científicas que possam subsidiar e ampliar o conhecimento no campo do serviço social e o trabalho frente a desastres.

O Conselho Federal de Serviço Social, ressalta através da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993) e do Código de Ética Profissional o compromisso profissional em prestar atendimento à população, em uma situação de calamidade pública. No artigo 3º do nosso Código de Ética Profissional, consta que é dever do/a Assistente Social, na relação com a população usuária, “participar de programas de socorro à

---

<sup>5</sup> A escolha desses países foi realizada através de amostra probabilística intencional, visto que o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade (NETSI) da PUC/RS, vem realizando pesquisas e aproximações com pesquisadores desses países. **No que se refere a amostra da pesquisa foi realizada via questionário online, Google Form, foi tentando acesso a assistentes sociais da Espanha e África do Sul (contemplados em um primeiro momento desta pesquisa), porém sem sucesso, a análise desses países puderam ser realizadas via publicações de artigos em base de dados internacional.**

população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidade”, expressando-se como um dever ético continuar prestando auxílio à população brasileira.

O artigo 4º da Lei n. 8.662 de 1993, que regulamenta a profissão, estabelece as competências profissionais do Assistente Social, a capacidade para planejar, executar e avaliar *"pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais"* (BRASIL, 1993a, p. 1). Assim, a realização de pesquisas científicas nas Ciências Humanas e Sociais tendo como base a investigação da realidade concreta com o objetivo de promover sua transformação, com o amparo do método dialético-crítico apoiado ao materialismo histórico.

No que se refere ao período de investigação da pesquisa, este se iniciou em março de 2020, ano que a pandemia da Covid-19, de forma avassaladora de alcance global, assolou a população mundial, sendo considerada uma emergência gerada pela crise sanitária, também classificada como um desastre biológico. Foi um marco na história de desastres a nível mundial não possibilitando que instituições, governo, populações e profissionais, pudessem se preparar para as demandas e necessidade impostas pelo desastre. O primeiro ano de um período de desafios para diferentes áreas de intervenção e atendimento à população, em especial, o Serviço Social.

A história retrata que desastres do tipo biológico como epidemias, endemias e pandemias têm impactado a população de maneira muito mais ampla do que apenas provocando adoecimento ou pressão seletiva. Ventura (2013) observa que as epidemias e/ ou desastres biológicos são ocorrências sociais que ameaçam a humanidade de várias formas, incluindo doenças, mortes e geram efeitos como desordem, violência, medo (temor ao contágio), estigmas e exacerbação das desigualdades sociais. Ao longo do tempo, medidas de proteção e profilaxia, práticas científicas, e expressões artísticas e literárias foram adotadas para enfrentar esses surtos. A autora exalta que, atualmente, o termo epidemia refere-se a *“uma evolução brusca, temporária e significativamente acima do esperado na incidência de uma determinada doença”* (p. 51), que afeta abruptamente toda a sociedade, desorganizando a vida urbana e alterando profundamente as relações sociais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) distingue epidemia de pandemia, sendo que a pandemia se caracteriza principalmente por sua dimensão geográfica, ou seja, pela capacidade de se espalhar globalmente a partir de sua origem. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) define a gravidade de uma pandemia com base em três

indicadores: a transmissibilidade do vírus (número de pessoas doentes), a gravidade da doença e seu impacto nos sistemas de saúde e na sociedade em geral (OPAS, 2020).

Ventura (2013) salienta, que há mudanças no conceito de pandemia, estabelecida pela OMS, ao longo do tempo, e mudanças nos critérios empregados para a sua existência, um exemplo a gripe A(H1N1), ocorrida em 2009, que apresentou uma “nova” definição nos documentos oficiais, após a declaração da pandemia, “transmissão inter-humana continua, imputável a surtos em nível comunitário em ao menos duas regiões da OMS e ao menos num país em cada uma dessas regiões” (OMS, 2009). Assim, de acordo com as normativas da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, situações de *endemia*, *epidemia* e *pandemia* são classificadas como *desastres naturais*. Diante de situações de desastres/pandemias, compreende-se que a população acometida, torna-se duplamente vulnerável, necessitando da articulação das políticas públicas para o enfrentamento das situações, pois as políticas sociais se definem como a linha de ação coletiva que concretiza os direitos sociais declarados e garantidos em leis (PEREIRA, 1996).

Por conta da pandemia, e a necessidade de quarentena ocasionou a estagnação do setor econômico somando-se à crise sanitária, a pandemia agudizou a crise financeira já vivenciada no país. Cabe ressaltar, que um ano antes da pandemia, o período de 2019, já era marcado com uma crise financeira e política no país, com a ascensão da extrema direita e manifestações a favor do impeachment de Dilma Rousseff e da proteção de interesse e privilégios da classe burguesa.

Desta forma, o objetivo desta tese mostra-se urgente diante das transformações societárias e contemporâneas típicas da sociedade capitalista, para o desocultamento e apreensão do movimento dialético da realidade frente aos desafios impostos à profissão diante de *desastres*, essencialmente os vivenciados nos últimos 4 anos com a experiência da pandemia da covid-19. Essa realidade, é marcada por um contexto sombrio de embrutecimento das relações sociais, naturalização das desigualdades, aceitação de violação de direitos e de precarização e sufocamento das políticas sociais. O tempo presente assola a sociedade brasileira, pois se encontra acometida por retrocessos no âmbito político, social, econômico e normativo, os quais repercutem diretamente nas relações sociais dos indivíduos e na precarização das condições de existência da classe trabalhadora, causada pela agudização da crise em decorrência da pandemia do coronavírus (Covid19).

Dados publicados pelo Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, através de Antonio Ivo de Carvalho (CEE), revelam que um ano após a emergência sanitária causada

pela Covid-19, O Brasil ficou “*desigual e faminto*”, os agravos causados com o desastre biológico causado pela pandemia, só explicitaram um cenário em que, em 2019, o Brasil já havia sido apontado, no relatório de desenvolvimento humano publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), como o sétimo país mais desigual do mundo, estando atrás apenas dos países africanos. No mesmo ano de publicação do relatório da PNUD, o Banco Mundial, apresentou dados sobre o Brasil, alertando que 51,7 milhões de brasileiros encontravam-se abaixo da linha da pobreza, isso representava 24,7% do total da população do Brasil vivendo em condições de extrema pobreza, naquele período, a renda mensal das famílias brasileiras era de aproximadamente R\$387,07. Com o advento da pandemia da Covid-19 em 2020, as condições de trabalho no país já se encontravam fragilizadas, e, no segundo semestre de 2020, um estudo divulgado pela FGV Social (Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas), apontou que o Brasil havia aumentado consideravelmente o índice de desigualdade de renda. Conforme o índice de Gini (monitor de desigualdade) em março de 2020, o Brasil encontrava-se em 0,6257, sendo que o ranque de desigualdade é medido pelo que mais se aproxima de 1, indicando maior desigualdade, (GEMAQUE, 2021).

Em março de 2021, a FGV, divulgou que, de agosto de 2020 a fevereiro de 2021, 17,7 milhões de pessoas voltaram à pobreza, esse número vai de 9,5 milhões (o que representava 4,5% da população brasileira naquele momento), disparando para 27,2 milhões em fevereiro de 2021, ou seja, 12,8% de brasileiros em situação de extrema pobreza (GEMAQUE, 2021).

É fato que a pandemia do coronavírus (covid-19), escancarou o quanto o capital, principalmente em períodos de crise, é desumano, individualiza e fragmenta a classe trabalhadora, corrobora para a consolidação do trabalho desprotegido e amplia o abismo entre classes sociais. Contexto esse, que aumentou e escancarou as expressões da questão social, desocultando amplos processos de exclusões e violações de direitos, principalmente, daqueles que se encontram historicamente em situações de vulnerabilidades sociais.

Essa tese propõe contribuições relevantes no âmbito social e acadêmico, no que se refere a sua relevância social está, em fornecer subsídios e apresenta informações, possibilidades, lacunas e subsídios acerca do campo dos desastres e o trabalho do serviço social com base na realidade vivenciada por profissionais em diferentes continentes. Assim identifica similitudes e inovações que ampliem o conhecimento e a importância da

profissão, tanto em termos teóricos quanto na intervenção profissional, promovendo sua valorização e eficácia.

A relevância acadêmica desta tese também consiste na ampliação do debate crítico e contextualizado do serviço social em relação aos desastres. Pois profissionais Assistentes Sociais, em diferentes países, vêm sendo convocados a atuar diante de diferentes situações que envolvem desastres, como: rompimento de barragens, enchentes; desastres tecnológicos (incêndio boate kiss), epidemias (vírus zika com numerosos casos de crianças com diagnóstico de microcefalia e famílias em condições de vulnerabilidade) e, por fim, pandemias (gripe AH1N1 e, agora, o COVID-19).

Ressalta-se o trabalho dos(as) Assistentes Sociais no processo de mitigação de um desastre, no atendimento das necessidades imediatas da população (como acesso a serviços básicos – abrigo, benefícios sócio assistenciais, alimentação, vestuário, documentação e etc), ou seja, trabalho direto diante da gestão de risco, o/a Assistente Social tem capacidade técnica e operativa para operacionalizar e atuar na articulação da rede de apoio sócio assistencial (saúde, assistência social, habitação, defesa civil, defensoria pública entre outras), e assim, compreender e propor estratégias de intervenção. O fortalecimento da formação profissional em serviço social diante da realidade atual, possibilitará garantir e articular o conhecimento, vivenciado, à dinâmica de formação ampliando a discussão teórica com pesquisa e produção científica repercutindo em uma intervenção qualificada.

Esta tese encontra-se em consonância com um dos princípios substanciais do Serviço Social, o qual defende um projeto profissional voltado para a criação de uma nova ordem social, sem dominação e exploração classes, etnia e gênero (CFESS, 2012).

Para analisar fenômenos deve-se considerar a totalidade histórica e a gênese das desigualdades sociais desocultar a (des)proteção social, as opressões, as discriminações, a negligência e a hierarquização de grupos populacionais específicos como elementos integrantes de um projeto societário que molda a nação em benefício dos detentores do poder econômico.

Desta forma, está tese, busca responder a seguinte indagação: ***Como o serviço social, em diferentes continentes, vem se organizando no enfrentamento a desastres?*** No horizonte desta indagação, outras cinco questões norteiam a investigação: **1.** Quais as bases teóricas, os valores e os princípios que dão sustentação ao trabalho do/a Assistente Social em situações de desastres? **2.** Como a profissão organizou/organiza o trabalho e sua inserção na elaboração de protocolos, planos de contingência, diretrizes frente a

desastres como a pandemia da covid-19 e outros desastres? 3. Quais instrumentos, tecnologias, serviços (,) são mais frequentemente acionados? E quais inovações tecnológicas foram desenvolvidas para intervenção profissional na Pandemia da covid – 19 e outros desastres neste período da pesquisa? 4. Quais os espaços / dimensões da gestão de desastres que o profissional se insere mais frequentemente/ ou são mais solicitados a intervir? E quais experiências profissionais/formações identificadas como exitosas no enfrentamento à pandemia da covid-19 e outros desastres? 5. Quais as principais/evidentes potencialidades, similitudes e/ou lacunas no trabalho dos(as) Assistentes Sociais podem subsidiar o trabalho da profissão nos diferentes continentes?

Para responder essa indagação alicerça-se em um objetivo geral e quatro objetivos específicos. O objetivo geral consiste em ***Investigar como o Serviço Social, em diferentes continentes organiza o trabalho no enfrentamento a desastres, a fim de evidenciar potencialidades, similitudes e lacunas que possam subsidiar o aprimoramento a intervenção do trabalho profissional em desastres.***

No que se refere aos objetivos específicos, busca-se: 1. Identificar as bases teóricas, os valores e os princípios que dão sustentação ao trabalho do/a Assistente Social em situações de desastres como a pandemia da covid-19, e outros desastres; 2. Conhecer como a profissão organizou/organiza o trabalho e sua inserção na elaboração de protocolos, planos de contingência, diretrizes frente a desastres como a pandemia da covid-19 3. Identificar instrumentos, tecnologias, serviços, acionados e quais as inovações tecnológicas foram desenvolvidas para intervenção profissional na Pandemia da covid – 19 e outros desastres neste período da pesquisa. 4. Analisar os espaços / dimensões da gestão de desastres que o Assistente Social se insere mais frequentemente/ ou são mais solicitados a intervir e suas experiências profissionais/formações identificadas como exitosas no enfrentamento à pandemia da covid-19 e outros desastres; 5. Investigar potencialidades, similitudes e/ou lacunas no trabalho dos(as) Assistentes Sociais que subsidiam a intervenção da profissão nos diferentes continentes.

A pesquisa científica é essencial, para que se possa investigar a realidade em que os sujeitos estão inseridos e analisa como eles vivenciam as desigualdades sociais e suas formas de resistência e esse precise fornece subsídios para aprimorar os processos sociais interventivos, visando a garantia dos direitos sociais. Pereira (2005), afirma que pesquisa, é uma necessidade intelectual, sendo essencial para a profissão e uma condição indispensável para superar atitudes e práticas voluntaristas, utópicas e não refletidas.

Essa pesquisa tem como base o *método dialético-crítico*, enfoque fundamentado pelo *materialismo histórico* e, dentre suas categorias são centrais, neste estudo: totalidade, historicidade, mediação e contradição. Quanto à dialética, Gil (2007) refere que essa oferece as bases para uma interpretação dinâmica e abrangente da realidade, uma vez que os fatos sociais não podem ser compreendidos isoladamente. Devido ao tema, ao problema, às questões norteadoras e aos objetivos da pesquisa nesse tema, adotou uma abordagem teórico-metodológica guiada pelo método dialético-crítico, fundamentado no materialismo histórico. O materialismo histórico, por sua vez, é a ciência filosófica do marxismo que analisa as leis sociológicas que definem a vida social, a evolução histórica e a prática social dos indivíduos no desenvolvimento da humanidade. O enfoque dialético-crítico sustenta que o conhecimento emerge das condições objetivas e do que está presente na realidade, (TRIVIÑOS, 1987).

Para (MARX; ENGELS, 1993), no que diz respeito ao caráter materialista do método, é importante destacar que os pressupostos não são arbitrários nem dogmas. Eles se baseiam em condições reais, que não podem ser abstraídas, exceto na imaginação. O materialismo vai tratar dos indivíduos reais, suas ações e suas condições materiais de vida, incluindo tanto as que encontraram como as que resultam de suas próprias ações. Desta forma, o materialismo histórico permite uma interpretação aprofundada dos fenômenos sociais, proporcionando explicações coerentes e consistentes. Isso possibilita o desenvolvimento de ações concretas com o objetivo de transformar a realidade em que os sujeitos estão inseridos.

LEFEBVRE (1991), considera que o objetivo do método dialético-crítico é, transcender a aparência dos fenômenos para se aproximar de sua essência. O real se revela como "dinâmico, múltiplo, diverso e contraditório", sendo necessário se realizar uma análise objetiva dos fenômenos através de sucessivas aproximações, "o pensamento humano, que não consegue apreender num relance as coisas reais, vê-se forçado a tatear e a caminhar através das suas próprias dificuldades e contradições, a fim de atingir as realidades móveis e as contradições reais" (LEFEBVRE, 1979, p. 25).

Sabe-se que os fenômenos não se mostram de forma isolada e para chegar-se a eles, torna-se fundamental superar a pseudoconcreticidade e ultrapassar o plano da imediatez. Por meio da análise dos fenômenos, pode-se conhecer suas causas, mas pode-se também não o conseguir. A pseudoconcreticidade não é, pois, senão a ilusória percepção de que os fenômenos sociais existem por si mesmos, desvinculados de

qualquer essência, isto é, de qualquer coisa que seria o fundamento e o objeto de sua manifestação (KOSIK, 1976).

Esse estudo visou ultrapassar a pseudoconcreticidade, uma vez que, por detrás da aparência existem vários fenômenos ocultos que precisam ser desocultados através de sucessivas aproximações, e isso foi possível por meio de uma análise minuciosa da realidade investigada. Cotidianamente, os fenômenos apresentam-se, em um primeiro momento, de forma imediata, mas para que não se realize uma leitura fragmentada acerca desses fenômenos, faz-se necessário compreendê-los em sua totalidade.

É preciso ultrapassar a forma como eles se apresentam, ultrapassar, no sentido de não se restringir às suas aparências. Ressalta-se que a aparência é bastante significativa, visto que ela carrega consigo a primeira impressão do fenômeno. Então, deve-se considerar a aparência, porém superá-la, buscando apropriar-se das demais situações que estão por detrás da realidade aparente. Para que seja possível compreender os fenômenos em sua totalidade, é fundamental aprofundar o conhecimento acerca da maneira como se estabelecem as articulações entre as partes e o todo. Cabe destacar, primeiramente, que, “a compreensão dialética da realidade pressupõe a perspectiva de totalidade” (PONTES, 2010, p. 81). Neste sentido, quando se realiza a aproximação com determinado objeto de estudo, faz-se primordial partir do todo para as partes, tendo a finalidade de retornar a ele de uma forma precisa.

No que diz respeito à **totalidade**, entende-se que essa não é estática, mas está em constante transformação. Ela é "essencialmente processual e dinâmica, com seus elementos em interação mútua, apresentando um movimento inerente". No extremo, esse movimento gera uma legalidade social específica, historicamente determinada e que exerce influência determinante (PONTES, 2010).

Tendo em vista que a totalidade se encontra em constante movimento, é necessário que, ao analisar os fenômenos, eles não sejam compreendidos de maneira isolada, mas enquanto parte desta totalidade. Neste sentido, para entender os fenômenos, deve-se “projetá-los num contexto maior, permeado de contradições, que tem uma história que o contextualiza e onde uma diversidade de aspectos, internos e externos, contribui para que o mesmo ocorra” (PEDERSEN, 2014, p. 70)

Além da categoria totalidade, as análises neste estudo contemplam a **historicidade**. Ao examinar a historicidade dos fenômenos sociais, é necessário fazer recortes que permitam uma compreensão mais abrangente das transformações pelas quais passaram, as quais se configuram como partes dos processos de constituição. MARX

(2010) afirma, ser fundamental revisar toda a história e examinar minuciosamente as condições de existência das diversas formações sociais antes de tentar deduzir as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas e religiosas associadas a elas.

Assim, no desenvolvimento de uma pesquisa, é responsabilidade do(a) pesquisador(a) explorar a história de vida dos grupos estudados. Para isso, é necessária uma análise profunda da realidade, a fim de evitar interpretações fragmentadas. A análise do movimento histórico dos fenômenos sociais revela que eles não devem ser considerados isoladamente, mas sim dentro de uma totalidade marcada por contradições.

Com relação a categoria **contradição**, entende-se que ela envolve uma negação e manifesta-se na passagem da realidade aparente para a realidade abstrata. A contradição surge da interação entre opostos, que não podem existir isoladamente, pois um depende da presença do outro. De tal forma que a contradição é entendida como a origem do movimento e da transformação dos fenômenos. A contradição se faz presente em todos os aspectos da vida humana e da sociedade capitalista, manifesta-se através do conflito entre capital e trabalho, evidenciando a sua contradição fundamental: o acúmulo de riqueza simultâneo à produção de miséria. Acredita-se que a natureza exploradora do modo de produção capitalista intensifica cada vez mais as condições de trabalho e vida da classe trabalhadora (TRIVIÑOS, 1987).

E por fim, em relação as categorias do método dialético-crítico, Pontes (2010) apresenta a **mediação**, como uma grande potência e capacidade de articulação, sendo "responsável pelas relações em movimento que ocorrem dentro de cada complexo relativamente total e pelas interações dinâmicas e contraditórias entre as diversas estruturas socio-históricas." Com base na categoria mediação, articula-se com a perspectiva da totalidade, entendendo que, sem a compreensão do movimento e da estrutura ontológica das mediações pela razão, o método dialético se torna rígido e perde sua própria natureza dialética.

Assim, é através da categoria mediação que é possível realizar um processo de múltiplas aproximações da realidade a qual os sujeitos se encontram, buscando identificar e compreender como os sistemas específicos estão interligados aos sistemas universais, adquirindo características particulares. Desta forma as categorias do método dialético-crítico não devem ser analisadas de maneira isolada e fragmentada, mas sim interconectadas, refletindo o contínuo movimento e as transformações das relações sociais. Além das categorias do método, este trabalho também apresenta as categorias

explicativas da realidade, destacadas a partir das análises e presente na fundamentação teórica.

**QUADRO 1 - SISTEMATIZAÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS DO MÉTODO**

| <b>Contradição</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <b>Historicidade</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Categoria fundamental, pois é a qualidade dialética da totalidade, à medida que essas totalidades se apresentam mais densas e complexas. Só haverá contradição quando houver movimento, pois é o eixo desse desenvolvimento. Em síntese a contradição é imprescindível na sociedade, pois a realidade social é dinâmica, é movimento. No viés marxista a contradição desencadeia dos fenômenos sociais que por conta das adversidades não se solucionam.                                   | A historicidade consiste em compreender um objeto em essência, a apreensão de sua historicidade e dos seus elos constitutivos. Para Marx a categoria historicidade é essencial pois vista de forma ontológica e reflexiva são totalmente abrangentes. Isso porque compreender os fenômenos sociais descontextualizados historicamente apresentam uma ideia de processos acabados. A historicidade na pesquisa possibilita desenvolver a crítica e também uma nova práxis. |
| <b>Mediação</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <b>Totalidade</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| A mediação se expressa por fenômenos, e ou conjuntos desses fenômenos, que constitui uma cadeia de relações contraditórias ligadas pela sua historicidade. Assim a mediação se refere que nada está isolado, a sociedade e seus encadeamentos mantem uma relação dialética. Cury (1985) aborda que a mediação deve ser “ao mesmo tempo relativa ao real e ao pensamento” (p.43), ou seja, a mediação possibilita uma explicitação da relação dialética, articulando o particular do geral. | Só há totalidade, por haver contradição, pois a totalidade busca a compreensão do real. É um complexo que vai do menor para o mais abrangente, em busca das particularidades de uma estrutura maior. Desta forma, a totalidade busca a compreensão do real e suas conexões, compreendendo que o todo supera as partes porem permanece em constante construção. Sendo assim não há totalidade acabada, pois essa é um produto da contradição.                              |

Fonte: Quadro construído pela autora com base nos autores Marx, Pontes e Cury.

Considerando o tema, o problema, os objetivos e as questões que norteiam para esta pesquisa, adota-se uma abordagem teórico-metodológica orientada pelo método dialético-crítico, desenvolvida através de um **enfoque quanti-qualitativo ou misto**.

Dentre as possibilidades de enfoque misto, foi adotado a **estratégia não experimental, de natureza quanti/quali com enfoque qualitativo, sendo um estudo de multicase, não comparativo, pois envolve países em diferentes continentes, com realidades e contextos econômicos, sociais e políticos diferentes**. Ressalta-se que o estudo multicase possibilita levantar evidências relevantes e de maior confiabilidade se comparado aos estudos de casos únicos (YIN, 2001).

Para Yin (2001), o estudo de caso pode ser de caso único ou de casos múltiplos. Assim o estudo de caso pode estabelecer comparações entre dois ou mais enfoques específicos, podendo ser um Estudos Comparativos de Casos, ou, ainda, analisar dois ou mais sujeitos sem a intenção de compará-los, assim definido como Estudos de Multicasos

(TRIVIÑOS, 1987). Yin (2001) pondera que os estudos de caso são a estratégia eleita quando se questiona como e por que; suas características são dadas pela abrangência da unidade e a complexidade, sendo está relacionada ao arcabouço teórico (TRIVIÑOS, 1987).

Martinelli (1994), entre suas grandes contribuições no serviço social, aponta que a aplicação de componentes qualitativos permite uma análise mais ampla da realidade social, que se manifesta de forma complexa. Esses elementos oferecem uma riqueza de informações que enriquecem a análise dos dados coletados e os resultados da pesquisa. Além disso, favorecem o desenvolvimento de abordagens interdisciplinares e intersetoriais.

Observa-se que qualidade e quantidade são indissociáveis, uma vez que estabelecem entre si uma relação de complementaridade, assim sendo, faz-se necessária a superação da dissociação entre “quanti/quali”. Neste horizonte, o estudo quanti-qualitativo:

[...] Se difere dos estudos classificados como quantitativos e qualitativos, e não só pode, como deve, valer-se de características de ambos, mesmo que enfatize um ou outro, conformando-se como outro tipo de estudo, com particularidades que emanam de ambos. Exatamente por enfatizar a articulação de dados dos dois tipos, são mais coerentes com o método marxiano de investigação, que ressalta essa relação como necessária (PRATES, 2012, p. 8).

Entende-se que o enfoque misto se trata do que mais se apropria ao adotar o método dialético-crítico – fundamentado no materialismo histórico –, visto que no interior deste método e da própria lógica dialético-concreta, qualidade e quantidade são inseparáveis. Por isso, nessa pesquisa, fez-se necessário o uso da pesquisa qualitativa, pois esta irá oferecer respostas a aspectos da realidade que não podem ser quantificados, tendo em seu universo de análise significados, motivos, aspirações, opiniões, simbologias, crenças, valores e atitudes. A pesquisa qualitativa faz com que aspectos subjetivos possam emergir e atingir motivações não exposta e ou mesmo conscientes, de maneira espontânea.

Conforme as determinações éticas da Resolução CNS Nº 510, de 2016<sup>6</sup>, esta pesquisa foi encaminhada e passou por apreciação e aprovação do Comitê de Ética em

---

<sup>6</sup> A Resolução CNS nº 510/2016 dispõe normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes, de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2016).

Pesquisa da PUC/RS, credenciado ao sistema CEP/CONEP, SIPESQ número 11039 (Anexos A e B).

**QUADRO 2 - SISTEMATIZAÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS DO MÉTODO**

| <b>Descritor Principal</b>   | <b>Descritor Secundário</b>                                                                            |
|------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Desastres and Serviço Social | Catástrofes and Serviço Social<br>Calamidade Pública and Serviço Social<br>Pandemia and Serviço Social |

Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa de revisão bibliográfica das produções internacionais foi publicada entre os anos de 2020 a 2023 nas bases de dados web of Science e uma revisão das produções brasileiras, nesse mesmo período, publicadas nas revistas A1 e A2 do serviço social vinculadas a cursos de pós-graduação em serviço social, sendo elas: Revista Katálysis, Texto & Contexto, SER Social, Revista em Pauta e Argumentum. As buscas destas produções foram realizadas a partir dos seguintes descritores: “serviço work” and “pandemia da covid-19”, “serviço work” and desastres, “social work and catástrofes (sistematizado no Quadro 2). O termo desastres será utilizado, nessa pesquisa, conceitualmente como emergência sanitária causada pela pandemia da covid-19 como um desastre; sendo assim; torna-se essencial buscar produções, nesse período, que identifiquem (em) suas referências e análises.

**QUADRO 3 - CARACTERIZAÇÃO DAS REVISTAS PESQUISADAS**

| <b>Revista Pesquisada</b>  | <b>Vínculo Institucional</b> | <b>Ano de Criação</b> | <b>Região</b> | <b>Qualis Capes Área</b> |
|----------------------------|------------------------------|-----------------------|---------------|--------------------------|
| Em Pauta                   | UERJ                         | *                     | Sudeste       | A2                       |
| Katálysis                  | UFSC                         | 1997                  | Sul           | A1                       |
| O Social em Questão        | PUC-RIO                      | 1997                  | Sudeste       | Não informado            |
| Texto & Contexto           | PUC-RS                       | 2002                  | Sul           | A1                       |
| Serviço Social & Sociedade | Editora Cortez               | 1997                  | Sudeste       | A1                       |
| Argumentum                 | UFES                         | 2009                  | Sudeste       | A1                       |
| Políticas Públicas         | UFMA                         | 1995                  | Nordeste      | A1                       |
| Ser Social                 | UNB                          | 1998                  | Centro-Oeste  | A2                       |
| Temporalis                 | ABEPSS/UFES                  | 2000                  | Nacional      | A2                       |

Fonte: elaborado pela autora.

Tendo como base os referidos pressupostos teórico-metodológicos, o universo de documentos analisados nesta pesquisa é composto, no que se refere a produções do serviço social no Brasil, de artigos vinculados às revistas da área de Serviço Social, publicados entre os anos de 2020 a 2023. A escolha por privilegiar estas publicações ocorre pelo fato de as revistas serem um dos principais veículos de socialização de estudos, pesquisas e experiências profissionais, sejam de docentes, pós-graduandos e Assistentes Sociais que atuam em diferentes espaços sócio-ocupacionais. Desta forma, compreende-se que as revistas integram documentos relevantes para a produção da área, das tendências de debate e de pesquisa. Outro aspecto é que, a possibilidade do modo eletrônico contribui com o acesso às pesquisas nas produções realizadas pela categoria profissional e democratiza-as, contribuindo tanto para o exercício quanto para a formação profissional. A baixo, segue o quadro com a relação de artigos encontrados nas revistas por descritores, sua análise qualitativa será apresentada nos capítulos a seguir.

**QUADRO 4 - RELAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM REVISTAS PELOS DESCRITORES**

| <b>Revista Pesquisada</b>      | <b>Descritor</b>   | <b>Número de artigos encontrados</b> |
|--------------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| Em Pauta                       | Calamidade Pública | Nenhum artigo                        |
|                                | Desastre           | 01                                   |
|                                | Pandemia           | 26                                   |
|                                | <b>Total</b>       | <b>27</b>                            |
| Katálysis                      | Calamidade Pública | Nenhum artigo                        |
|                                | Desastre           | Nenhum artigo                        |
|                                | Pandemia           | 29                                   |
|                                | <b>Total</b>       | <b>29</b>                            |
| O Social em Questão<br>PUC/RIO | Calamidade Pública | Nenhum artigo                        |
|                                | Desastre           | Nenhum artigo                        |
|                                | Pandemia           | 09                                   |
|                                | <b>Total</b>       | <b>09</b>                            |
| Texto & Contexto               | Calamidade Pública | 01                                   |
|                                | Desastre           | 01                                   |
|                                | Pandemia           | 13                                   |
|                                | <b>Total</b>       | <b>15</b>                            |
| Serviço Social & Sociedade     | Calamidade Pública | Nenhum artigo                        |
|                                | Desastre           | Nenhum artigo                        |
|                                | Pandemia           | 16                                   |
|                                | <b>Total</b>       | <b>16</b>                            |
| Argumentum                     | Calamidade Pública | Nenhum artigo                        |
|                                | Desastre           | Nenhum artigo                        |
|                                | Pandemia           | 19                                   |
|                                | <b>Total</b>       | <b>19</b>                            |
|                                | Calamidade Pública | Nenhum artigo                        |

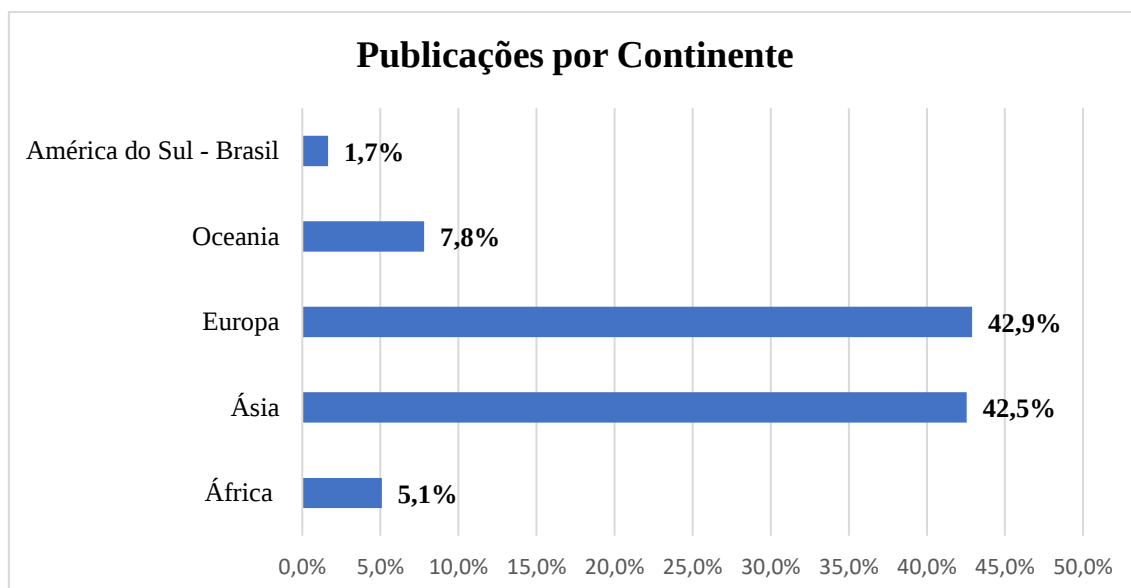
|                                       |                    |               |
|---------------------------------------|--------------------|---------------|
| Políticas Públicas UFMA               | Desastre           | Nenhum artigo |
|                                       | Pandemia           | 32            |
|                                       | <b>Total</b>       | <b>32</b>     |
| Ser Social UNB                        | Calamidade Pública | Nenhum artigo |
|                                       | Desastre           | Nenhum artigo |
|                                       | Pandemia           | 20            |
|                                       | <b>Total</b>       | <b>20</b>     |
| Temporalis                            | Calamidade Pública | Nenhum artigo |
|                                       | Desastre           | Nenhum artigo |
|                                       | Pandemia           | 19            |
|                                       | <b>TOTAL</b>       | <b>19</b>     |
| <b>TOTAL DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS</b> |                    | <b>176</b>    |

Fonte: elaborado pela autora - período de pesquisa de janeiro de 2020 a junho de 2023.

No que se refere aos artigos pesquisados na base de dados Web of Science, foram pesquisados os artigos com o descritor Social Work and Disaster. A base de dados apresentou, ao total, 2.180 publicações (Apêndice D), a partir do descritor: Disaster & Social Work, desse total 243 foram excluídos, pois se tratavam de artigos referentes a América do Norte e países que não contemplam o estudo na América do Sul. Os critérios de inclusão foram: artigos completos, de acesso aberto e gratuito, publicados nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023. Foi realizado um segundo refinamento, por categorias da própria base de dados apresentada no gráfico 16 desta tese, totalizando **475 artigos internacionais que contemplaram o estudo desta tese.**

No entanto, no que se refere ao volume de produções quantitativas, observou-se que a grande parte das publicações provêm de continentes da Europa e Ásia, como o gráfico a seguir apresenta:

**GRÁFICO 1 - PUBLICAÇÕES POR CONTINENTE A PARTIR BASE DE DADOS WEB OF SCIENCE - DESCRITOR SOCIAL  
WORK AND DISASTER**



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados coletados na base de dados Web of Science, 2023.

Desta forma, a técnica de pesquisa e procedimentos aplicada para a construção da tese foi a de triangulação contemplando coletas, sendo elas:

**QUADRO 5 - SISTEMATIZAÇÃO DAS TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA**

| <b>TÉCNICAS</b>                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|---------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>1. QUESTIONÁRIO ONLINE</b>                           | Aplicação de questionário online estruturado com perguntas fechadas e abertas para Assistentes Sociais localizados nos cinco continentes que atuaram na pandemia da covid-19 ou em alguma situação de desastre no período de 2020 a 2023. A escolha dos países Brasil, Austrália e Nepal se dá por uma amostra probabilística intencional tendo como justificativa articulação com pesquisadores dos citados países que serão responsáveis nos seus países para indicar os órgãos da categoria e as possíveis instituições a serem incluídas na amostra, no Brasil o contato será com o CFESS. |
| <b>2. CONTATO COM OS PARTICIPANTES</b>                  | O contato com os participantes ocorreu: 1º apresentação da pesquisa aos pesquisadores parceiros, e assinatura do termo de apoio a pesquisa (Anexos C, D e E), a próxima etapa contou com disparar de cards de divulgação da pesquisa no Brasil, Austrália, África do Sul, Vietna, Nepal e Espanha (Apêndice A, B e C), por fim envio do link do questionário online (traduzidos em inglês e espanhol) (Apêndice F).                                                                                                                                                                            |
| <b>3. ANÁLISE DAS PRODUÇÕES E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> | Por meio da Análise de conteúdo, levantamento e análise das principais produções teóricas a nível nacional e internacional, em base de dados e as principais revistas da área de serviço social (Apêndice D)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b>PROCEDIMENTO</b>                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |

|                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|----------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 4. <b>ASPECTOS ÉTICOS</b>        | Os participantes respondentes dos formulários online ao retornarem o instrumento automaticamente aceitaram participar da pesquisa. O instrumento foi disponibilizado em inglês/espanhol.                                                                                                                             |
| 5. <b>DIVULGAÇÃO DA PESQUISA</b> | A divulgação da pesquisa contou com o apoio das universidades envolvidas (citadas a cima), busca de Assistentes Sociais via publicações na área de desastres, e páginas de rede social, grupos de WhatsApp e produção de folder online enviado por e-mail, redes sociais e WhatsApp (apêndice A,B,C,D) e indicações. |

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

É através desta metodologia que as informações se complementam, com vistas a triangular fontes e técnicas importantes na execução de uma pesquisa. A triangulação se expressa tanto na escolha das fontes, e diferentes técnicas quanto na escolha de diferentes participantes. O que contribui para a confiabilidade da pesquisa. Triangulação é definida como um processo de garantir a confiabilidade a dados coletados através de uma combinação de procedimentos ou metodologias, no estudo do mesmo fenômeno, sendo usados múltiplos pontos de referência, para determinar características de um objeto de estudo com maior confiança, buscando maior precisão nos julgamentos, pela busca de diferentes tipos de dados, ou em diferentes fontes, relacionados ao mesmo fenômeno, assegurando que a variância reflita aquilo do que se trata e não o método (LEOPARDI, 2002, p.219-220).

Neste sentido, o estudo finalizado passa por possibilidades de aprofundamento quanto ao seu espectro, pois a conjugação de várias fontes de pesquisa através da triangulação é que permite uma análise que abrange a complexidade do real que, do contrário, se mantém obscura. A pesquisa teve como universo Assistentes Sociais de diferentes continentes que desenvolveram atividades profissionais em desastres (a exemplo o da pandemia da Covid-19). Assim a pesquisa foi apresentada e contatado em cinco continentes (Ásia, Oceania, África, América do Sul e Europa) de forma online e análise de produções científicas. Com relação à amostra dos questionários online, 3 continentes participaram da coleta: 13 formulários no Brasil de diferentes regiões e 9 formulários sendo (7 da Austrália e 2 do Nepal).

FIGURA 2 - MAPEAMENTO DA PESQUISA POR CONTINENTES / PAÍSES



Fonte: elaborada pela autora, 2023

Com base no exposto, salienta-se que, além da problematização das categorias teóricas, os capítulos deste estudo também contemplarão a discussão das categorias empíricas, que emergiram ao longo *do processo de coleta e análise dos dados*. Dessa forma, o segundo capítulo, intitulado ***“Agudização da Crise no Contexto Neoliberal: Desafios Impostos Frente a Situações de Desastres”***, realiza um debate acerca das conexões diretas com as políticas econômicas neoliberais e a relação com os desastres e como essa relação impacta reproduzindo a barbárie, a crueldade, a violência, a desumanização e normalizam danos e perdas de vidas em nossa sociedade, naturalizando o acontecimento de um desastre. O terceiro capítulo, intitulado ***“O Serviço Social e o Enfrentamento a Situações de Desastres: Singularidades e Particularidades da Profissão em Diferentes Continentes”***, busca compreender e debater através da revisão literária o papel profissional dos(as) Assistentes Sociais na prestação de serviços de curto, médio e longo prazo frente a desastres. Tem como base o projeto ético-político apoiado nos compromissos, valores, princípios e ações que reafirmam a busca por uma sociedade mais justa e igualitária e vai na contramão das concepções impostas pela sociedade burguesa. Ainda este capítulo, realiza-se uma aproximação com a trabalho dos(as) Assistentes Sociais em outros continentes em busca de similitudes, lacunas e experiências

exitosas frente a situações de desastre. E, por fim, o quarto capítulo, intitulado ***“Potencialidades e Possibilidades de Intervenção em Desastres: Subsídio Para o Serviço Social na Gestão Desses Eventos”***, possibilita, através das análises, apresentar as potencialidades e as possibilidades da inserção do serviço social em diferentes fases do desastre. Com base na revisão bibliográfica, mostrará análises e experiências compartilhadas, mapeando e traçando estratégias que possibilitem subsidiar a profissão em um contexto de desastre, capacitando e qualificando a trabalho dos profissionais, frente a eventos tão diversos que causam diferentes tipos de danos, afetando diretamente o cotidiano e a vida das pessoas.

Por fim as conclusões, retoma as discussões aborda o trabalho do(a) Assistente Social em contextos de desastres, com o objetivo de ampliar o debate dentro da categoria profissional sobre as especificidades e possibilidades de intervenção nesse campo de atuação. A partir de uma análise que reúne experiências de diferentes continentes, os resultados identifica tanto as convergências nos fundamentos da profissão quanto as particularidades que emergem dos distintos contextos históricos, sociais e políticos. Essa abordagem evidencia a necessidade de incorporar uma perspectiva crítica e global ao trabalho do(a) Assistente Social em situações de desastres.

Além de destacar as contribuições da profissão nesses cenários, o estudo aponta lacunas importantes que merecem atenção. Entre essas, ressalta-se a necessidade de maior reconhecimento das competências técnicas do(a) Assistente Social nos processos de prevenção e preparação para desastres, bem como o fortalecimento da formação profissional voltada para esses contextos. Ao discutir essas questões, a pesquisa enfatiza a relevância de estratégias que promovam a capacitação contínua dos(as) profissionais, de modo a permitir uma atuação mais integrada e eficaz diante da complexidade das demandas impostas por cenários de desastres. Dessa forma, este trabalho busca contribuir para o avanço das práticas profissionais e para a consolidação de um trabalho estratégico do(a) Assistente Social na mitigação dos impactos de desastres em diferentes realidades.

## Capítulo 2 – Agudização da Crise no Contexto Neoliberal: Desafios Impostos Frente a Situações de Desastres

*“O capital não é o simples desfrute das coisas pelos capitalistas;  
o capital é um modo de controle do metabolismo social, das relações sociais”  
(Mészáros).*

O presente capítulo aborda a intensificação da crise no contexto neoliberal, destacando os desafios que surgem em situações de desastres. Com base em reflexões críticas sobre a relação entre o capitalismo e o metabolismo social, ele explora como a ideologia neoliberal, ao priorizar o lucro e a desregulamentação, agrava as desigualdades e precariza a vida social. Nesse contexto, a desumanização torna-se uma constante, com trabalhadores sendo reduzidos a meros recursos e serviços públicos essenciais sendo privatizados.

A análise se aprofunda em como esses fatores tornam populações vulneráveis mais suscetíveis aos impactos por desastres, evidenciando a insuficiência e a fragilidade das políticas públicas e o desamparo governamental. Além disso, o capítulo discute a relação entre a mercantilização de processos sociais e os efeitos devastadores nos âmbitos ambiental, econômico e social, apontando para a necessidade de repensar políticas que assegurem a dignidade humana e a sustentabilidade em cenários de crise.

### 2.1 Capitalismo Histórico e Restruturação Produtiva

A história humana tem sido marcada por momentos de barbárie e crueldade, na qual a violência e a desumanização se normalizaram. E apesar de toda uma construção histórica na luta pela consolidação de uma Estado democrático e de direito, práticas assim ainda persistem em nossa sociedade, especialmente em um contexto neoliberal, pois a ideologia neoliberal se baseia na livre concorrência e na busca pelo lucro a todo custo, promovendo a desregulamentação de setores importantes, como a indústria e o mercado financeiro. As consequências desta busca incessante pelo lucro têm levado a uma exploração desenfreada dos recursos naturais e humanos, sem preocupação com as consequências a longo prazo com o meio ambiente, gerando prejuízos à vida em sociedade.

Essa desumanização que vem assolando o nosso cotidiano ocorre quando as pessoas são tratadas como objetos e não como seres humanos, com dignidade e direitos. No neoliberalismo, isso pode ser visto na forma como os trabalhadores são tratados como

meros recursos, sem consideração por suas condições de trabalho ou de bem-estar. A exemplo, grandes corporações empresariais, em período de resseção, buscam, como primeira alternativa, restringir benefícios e salários para maximizar seus lucros, sem preocupação com o impacto na qualidade de vida de seus funcionários. A classe trabalhadora é a primeira a ser fragilizada e desamparada em períodos de crise de agudização do capital.

Ainda, o neoliberalismo em sua essência valoriza a privatização de serviços públicos essenciais, como a saúde e a educação, gerando exclusão de pessoas que não têm os recursos financeiros para acessar esses serviços, aumentando as desigualdades sociais. E em momentos de crise, como na pandemia da COVID-19, as consequências dessa exclusão são ainda mais graves, pois a relação híbrida entre o privado e o público tende, em seus princípios, a priorizar o lucro incessante, estando em segundo plano ofertar o acesso a serviços à população com qualidade. A lógica mercantil acaba se inserindo na coisa pública, o que leva ao enfraquecimento e a não credibilidade das políticas sociais, onerando usuários e favorecendo setores empresariais.

Os desastres em geral e as crises humanitárias têm afetado milhões de pessoas em todo o mundo, causando perda de vidas, danos materiais, danos financeiros e traumatismos emocionais. Ocorre que, da mesma forma que geram rupturas e divergências no cotidiano, também causam danos à população afetada ao deixar as prioridades e as demandas nas mãos de interesses econômicos e políticos. É importante salientar que a população afetada por desastres, na grande maioria mais pobre e fragilizada, já sofre as recessões econômicas geradas pela dinâmica neoliberal, desde antes dos desastres, e vivenciam no seu cotidiano a ausência de recursos e infraestruturas impactando a qualidade de vida.

Neste cenário, pessoas afetadas por desastres são envolvidas em políticas frágeis, em práticas assistencialistas e voluntárias, dando espaço para o clientelismo e o autoritarismo a que são submetidos diante da miséria material produzida. Sofrem com os abusos da mídia, espetacularizando suas fragilidades e situações vulneráveis. Assistem ao espetáculo da corrupção de verbas públicas e são oprimidas pela vigilância e coerção de um sistema capitalista que tenciona para o “enquadramento da ordem”, levando a população ao conformismo com a perda de casa, trabalho, familiares, amigos, pertences, dignidade, autoestima e cidadania.

O neoliberalismo promove uma cultura de desumanização e barbárie, que pode levar a um aumento da violência e da desigualdade e impõem repensar as políticas

econômicas e sociais para garantir que a dignidade humana. Todas as esferas da vida, principalmente em situações de desastres que agravam e desocultam as expressões da questão social já vivenciadas, devem ser valorizadas.

A terminologia capitalismo passa a existir após o capital passar por diferentes reestruturações e transformações até se consolidar o capitalismo. A especificidade do capitalismo está, de fato, neste sistema; o capital é empregado com o foco primário na sua expansão. A procura pela acumulação exponencial de capital fez com que o capitalismo passasse a mercantilizar intensamente os processos sociais, em todos os aspectos da vida econômica. Mészáros (2002) aponta que esse processo histórico do capitalismo levou à mercantilização de tudo, assim:

É um sistema de mediações claramente identificável, o qual em suas formas convenientemente desenvolvidas subordina estritamente todas as funções reprodutivas sociais - das relações de gênero familiares à produção material, incluindo até mesmo a criação das obras de arte – ao imperativo absoluto da expansão do capital, ou seja, da sua própria expansão e reprodução como um sistema de metabolismo social de mediação (p.21).

Essa expansão do capital que se espalha por todos os aspectos da vida humana, conforme aponta Mészáros acima, demonstra o objetivo detentor do capital, que é expandir constantemente o seu valor de troca, que vai desde as necessidades mais básicas do indivíduo até as atividades mais variadas de produção, cultural e material. A singularidade do sistema capitalista se encontra em transformar a produção do capital em um propósito da humanidade, para isso se faz essencial separar o seu valor de uso e seu valor de troca.

Marx (2012) ressalta que os primeiros pressupostos do sistema capitalismo se constituem pela circulação de mercadoria aliados à produção do capital (dinheiro), “a circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias, o comércio, formam os pressupostos históricos a partir dos quais o capital emerge” (p. 289). Desta forma, o dinheiro surge como a primeira manifestação do capital, pois ele é o seu produto final, como afirma Marx nesta passagem em o Capital: “se abstrairmos o conteúdo material da circulação das mercadorias, isto é, da troca dos diversos valores de uso, e considerar apenas as formas econômicas que esse processo capitalista engendra” (p. 289).

É a partir deste “horizonte ideológico”, que o capitalismo se efetiva na sociedade, fetichizando as relações mercantis, de tal forma que trabalhadores se transformam em sujeitos abstratos a ponto de ter sua subjetividade capturada. Marx (2012) desoculta esse

processo ao apontar que é na produção de mercadorias na sociedade capitalista que se determina como as relações sociais irão se (re)produzir, ocultadas pela fetichização, e ainda aponta que este fenômeno irá ocorrer na produção de mercadoria e na exploração do trabalho alienado.

Wallerstein (2001) afirma que o capitalismo é uma economia pautada por trocas desiguais de cadeias produtivas/mercantis de um modo de produção:

A troca desigual é uma prática antiga que é notável no capitalismo como sistema histórico é a maneira como essa troca desigual pode ser escondida; foi tão bem escondida que até mesmo os oponentes confessos do sistema só começaram a desvelá-la, de forma sistemática, quinhentos anos depois (p. 144).

Para Mészáros (2011), o capitalismo se consolida como uma das formas possíveis de execução do capital, isso porque uma das principais características do capital é a sua expansão econômica e a acumulação, para isso o capital deve manter o seu mais alto nível de extração da mais-valia.<sup>7</sup> Assim, o capitalismo representa a forma mais recente do processo de produção do capital, isso porque Marx (2012) vai explicar que o capital representa uma categoria histórica dinâmica, a qual surge séculos antes do capitalismo, na sua forma de capital “monetário”, mercantil. No capitalismo, a produção de troca se dá difundida no trabalho, sendo esse tratado como mercadoria, a busca cessante pelo lucro torna a extração da mais -valia como principal força de regulação da produção e a separação dos meios de produção dos trabalhadores torna viável a extração e apropriação econômica da mais – valia pela classe capitalista.

Desde a década de 1970, o sistema metabólico do capital defronta-se com uma crise estrutural, a qual tem caráter estrutural e sistêmico. O impacto da crise frente ao capital não limitou sua articulação e reorganização contraditória, a fim de garantir e preservar a sua expansão; o capital passa a impor a reestruturação produtiva e o neoliberalismo (MÉSZARÓS, 2011).

Para Mészáros (2011), o século XX, após anos 1970 e com a mudança de cenário advento da globalização, abria-se sobre o capitalismo mundial. Mészáros aponta como

---

<sup>7</sup> Para Marx (2006), a mais – valia, origina-se do consumo da força de trabalho, este consumo realiza-se durante a jornada de trabalho (...) “A mais-valia ou o lucro consiste justamente no excedente do valor-mercadoria sobre o preço de custo, isto é, no excedente da totalidade de trabalho contida na mercadoria sobre a soma de trabalho pago nela contida” (pág. 60). Desta forma, a mais – valia é o “superavit” em cima de todo o capital antecipado. Por isso todo incentivo e objetivo da produção capitalista, consiste na ampliação do capital, ou seja, quanto maior este mais irá gerar mais-valia, e maior será a exploração da força de trabalho. Assim, para o capitalista o interesse consiste na relação entre a mais-valia, o seu valor excedente, gerada em dinheiro com a venda do produto e montante do capital investido na sua produção.

exemplos a noção de taxa decrescente de utilização, isto é, a sucessiva redução do tempo de vida de bens e serviços produzidos, garantindo o crescimento desmedido do capital no seu desenvolvimento histórico. O autor alerta que esta taxa decrescente interfere de forma negativa em três principais fatores da produção e do consumo capitalista: a força-de-trabalho; o capital fixo<sup>8</sup>; e o setor de bens e serviços.

Na década de 1970, emerge uma crise estrutural do capital. Alves (2011) compreende que esta crise é *“caracterizada por um conjunto de fenômenos sociais qualitativamente novos que compõem a fenomenologia do capitalismo global com seus ‘trinta anos perversos (1980-2010)’”*. Esses trinta anos perversos, retratados pelo sociólogo, são marcados por um período de reestruturações produtivas do capital em diferentes aspectos da vida social, esse “novo” capital financiado pelo toyotismo introduz tendências de inovações tecnológicas e organizacionais e sociometabólicas em grandes empresas e na sociedade como um todo, operados sob uma perspectiva “moral-intelectual”. Com este novo cenário, o modo de operar e de controlar o capital busca a manipulação e a captura da subjetividade da classe trabalhadora. Para Alves (2011), a reestruturação produtiva do capital, iniciada na década de 1970, contribui para a constituição de um Estado Neoliberal, pois:

A luta de classes e as derrotas das forças políticas do trabalho na década de 1970 conduziram a reestruturação política do capital, constituindo o Estado neoliberal e as políticas de liberalização comercial e desregulamentação financeira; e o pós-modernismo e o neopositivismo permearam a reestruturação cultural. Nos “trinta anos perversos”, o capitalismo financeirizado, toyotista, neoliberal e pós-moderno levou a cabo uma das maiores revoluções culturais da história. (p.3)

---

<sup>8</sup> Para Marx (2006) as forças produtivas podem ser classificadas, utilizando como critério a sua forma aparente como os valores dos diversos elementos do capital produtivo são consumidos e “transferidos” para o produto. Desta forma, é classificado como capital fixo ou capital circulante, sendo estes fundamentais no tempo de rotação. Essa diversificação da rotação ocorre pela forma como se aplica sobre o produto o valor dos diferentes elementos do capital produtivo, não levando em consideração a diversidade que esses elementos desempenham na formação do valor dos produtos, muito menos o processo que produz mais – valia. Sendo assim, a parte do capital produtivo que não assume a forma de capital fixo é chamado de capital circulante (parte essa presente em cada ciclo de produção da mercadoria). Portanto, o capital fixo é o capital produtivo que transfere uma parte do seu valor para o custo de produção, e o capital circulante será aquele que transfere o custo de produção da mercadoria. De tal forma, que o capital circulante será formado por duas partes: uma refere-se às matérias primas e outro materiais, a qual tem o seu valor transferido para o produto, já a outra parte designa-se a parte que corresponde ao pagamento de salários, pois por mais que este pareça ter seu valor repassado no processo de produção, sendo “incluído” parte dos custos, apresenta uma papel totalmente diferente no processo de produção, pois não é apenas responsável por toda a transferência do valor dos fatores objetivos da produção, mas é também responsável pela criação de um valor novo que não existia antes. Diante disso, a cada giro do capital este se completa quando um lote ou mercadoria é vendida. Em tese, quanto maior for a velocidade de transformação do valor primitivo do capital circulante em valor acrescido de mais-valia e mais rápido girar o capital circulante, maior será a quantidade de mais-valia obtida pelo capitalista.

A crise estrutural do capital que emerge na década de 1970 é analisada como uma clássica crise de superprodução, a qual ocorre no auge do fordismo e da fase keynesiana. Brenner (1999) aponta que a base dessa crise estrutural está nas “*raízes profundas numa crise secular de produtividade que resultou do excesso constante de capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional*” (p. 12). E ainda assinala, primeiramente, que uma das causas desta incapacidade da economia real está atrelada à transferência do capital para as finanças, ou seja, surge uma excessiva capacidade de produção, a qual leva a uma perda de lucratividade nas indústrias de transformação.

O filósofo Mészáros (2011) ressalta que a crise estrutural é longa, profunda e suas extensões estão presentes em todas as dimensões do espaço, sendo ela uma crise social, cultural e ecológica. A permanência e o aprofundamento da precarização do trabalho agudizam a desigualdade social, racial, de gênero, étnica e de perpetuação da pobreza extrema, (in)sustentabilidade ambiental, crescimento do desemprego, amplia o trabalho instável e desprotegido e a regressão dos direitos e dos direitos humanos adensando “a alienação e a banalização da vida humana”.

A crise do sistema capitalista, iniciada final da década de 1970, fez insurgir uma tendência de queda na taxa do lucro e um decrescente valor de uso das mercadorias. Harvey (1999) vai denominar como uma “incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital”, uma crise marcada por um colapso originado na superprodução do regime fordista/keynesiano.

(...) é uma crise social do conjunto da sociedade burguesa, uma crise das relações de produção capitalistas e de todas as relações sociais burguesas, que se imbrica com a diminuição durável do crescimento econômico capitalista, acentua e agrava os efeitos das flutuações conjunturais da economia, e recebe por sua vez novos estímulos dessas flutuações (Mandel, 1999, p. 13).

A crise estrutural do capital desvenda e expõem a contradição entre o desenvolvimento da pessoa humana e o capital. Giovanni Alves (2013) enfatiza que a crise estrutural intensifica a contradição entre relação ontológica do ser social<sup>9</sup>, causando estranhamento, sentimento de não realização e fetiche do homem pelo metabolismo do

---

<sup>9</sup> Marx (2009) aponta o homem como um ser social determinado, a qual deve ser considerado a história como parte do processo, pois a consciência não é um simples fenômeno da realidade objetiva, pois a objetividade e subjetividade encontram-se presente na matriz da sociabilidade, assim como o trabalho como cerne da ontologia social das sociedades. Desta forma, a ontologia do ser social só pode ser compreendida ao entendermos como as relações sociais são determinadas pelo modo de produção capitalista, pois o homem irá se formar a partir de suas condições materiais, ou seja, na objetividade do trabalho.

capital. Isso porque, ao longo do desenvolvimento do capitalismo e sua evolução histórico-social, este criou e alterou as relações entre o homem e o capital.

A crise dos anos 1970 “*não é outra coisa senão rupturas de um padrão de denominação de classe relativamente estável*” (...) e que “*aparece como uma crise econômica, que se expressa na queda da taxa de lucro*” (p. 132), enfatiza Holloway (1987). De tal forma que esta crise assume um caráter econômico, intencionado pela paralização do modo de produção capitalista, político e social. É marcado pelo fracasso do padrão de dominação, a qual repulsa sobre o projeto burguês e afeta diretamente as relações sociais. Assim, Holloway (1987) afirma que “*para o capital, a crise somente pode encontrar sua resolução através da luta, mediante o estabelecimento da autoridade e através de uma difícil busca de novos padrões de dominação*” (p. 132).

Uma nova temporalidade histórica foi instaurada com a crise iniciada na década de 70, marcada por um conjunto de fenômenos sociais qualitativamente novos e que interfere diretamente no rumo do desenvolvimento civilizatório. Fenômenos esses que compõem um capitalismo global com os seus trinta anos perversos. De acordo com Antunes (2002), os últimos trinta anos foram marcados por uma época histórica de reestruturações capitalistas em diferentes aspectos da vida social. O processo de reorganização do capital e do seu sistema ideológico e político foram respostas diante da crise, desta forma, o sistema global do capital buscou uma nova reestruturação e este novo modelo de reestruturação produtiva é marcado por um novo modelo de acumulação, sendo este a “flexibilização”.

Antunes (2002) já alertava para uma nova tendência que se difunde diante da flexibilização de contratos e do mercado de trabalho, no processo produtivo e no regime de acumulação. O novo padrão de acumulação está diretamente ligado aos altos índices de desemprego estrutural, aumento da exploração de trabalho, salários cada vez mais desvalorizados e a desarticulação do poder sindical.

O fracasso do modelo de produção taylorista/fordista abre portas para novas formas de gestão com o avanço tecnológico, e, com isso, surge um modelo de produção, o toyotismo. Esse modelo altera a organização das indústrias e se estabelece presente na relação capital x trabalho.

MOTA e AMARAL (2008) aponta para um aumento das taxas de lucro no que se refere ao campo da produção, em virtude do crescimento da produtividade do trabalho e do uso das novas tecnologias e novas formas de consumo da força de trabalho. Já no campo da circulação, as alterações se relacionam com mudanças no mercado de consumo,

em virtude das novas formas de concorrência entre empresas, incluindo mercados cada vez mais seletivos e com alta qualidade de produtos e investimento em marketing.

Desta forma, a nova reestruturação produtiva do capital propulsou a inserção de novas formas de organização, inovações e tecnologias nas grandes empresas e sociedade, liderado por uma “*moral-intelectual do Toyotismo*”, afirma Antunes (2002) e compara que, no modelo taylorista e fordista, “*(...) esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades*” (p. 36). Compreende-se que as lutas de classes e o insucesso das forças políticas do trabalho, na década de 1970, impulsionaram o processo e levaram à reestruturação política do capital, fortalecendo a constituição de um Estado Neoliberal e políticas de liberação comercial e desregulamentação financeira. Outro aspecto que Antunes (2002) aponta, neste novo Estado Neoliberal, é que as estruturas do neoliberalismo impermearam não apenas as esferas financeiras e produtivas, como também permeou uma reestruturação cultural, com o pós-modernismo<sup>10</sup> e o neopositivismo<sup>11</sup>.

É a partir dos anos 1980 e 1990 que o neoliberalismo se torna uma nova ordem mundial, iniciando-se na Europa e depois em toda a América, do norte ao sul. A década de 1990 marca a implementação do neoliberalismo, sob forte influência do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), aos países da periferia do capitalismo, em especial, América Latina, África e Ásia (MÉSZARÓS, 2011).

Alves (2012) argumenta que os trinta anos perversos do capitalismo financeirizado, no toyotismo, neoliberal e pós-moderno tornaram-se uma das maiores revoluções culturais dos últimos anos, isso porque possibilitou diferentes maneiras de expansão do capitalismo global e objetivou uma dimensão mais ampla, apresentando uma nova dinâmica social capitalista que se difere totalmente de outros períodos históricos. Pois, para preservar um mercado competitivo, foi necessário reestruturar e aderir novos modelos de sistema de modernização, inovações tecnológicas, reestruturação interna,

---

<sup>10</sup> O filósofo francês Jean – François foi o responsável por expandir o uso do conceito de pós-modernismo em sua obra “A Condição Pós-Moderna”, publicada em 1979. O termo pós-modernismo, na sua origem remete a perda da historicidade e o fim da “grande narrativa”, ou seja, a ruptura e mudança de uma tradição, aniquilamento entre a alta cultura e da cultura de massa e a prática da apropriação e da citação de obras do passado (VATTINO *apud* LIMA, 2004, s.p).

<sup>11</sup> O conceito de “neopositivismo” vem da expressão “*New Legal Positivism*”, surge por Anthony J. Sebok. Aponta para um novo positivismo baseado no argumento empírico e jurídico de que existem na prática jurídica dos Estados Constitucionais, atuantes princípios jurídicos consubstanciando padrões morais, sem resvalar num ceticismo moral ou em teses originalistas de interpretação (LEITE, 2012, s. p)

padronização de processos e mão de obra qualificada, a fim de diversificar a oferta de produtos e serviços.

O toyotismo modificou a organização do processo de trabalho capitalista com a efetivação de novos métodos de controle de exploração. Antunes (2000) afirma que a produção no toyotismo é “*voltada ao mercado e conduzida diretamente pela demanda de mercado*”, assim a organização da produção é determinada conforme o consumo, bem como o aparelho produtivo flexibilizado dependendo das alterações do mercado consumidor. No toyotismo a produção é racionalizada, variada e diversificada para suprir o consumo. Neste processo de trabalho do capitalismo, o trabalhador se encontra em um cenário de produção integrada ao mercado e à concorrência capitalista fundamentada na competitividade internacional, na flexibilidade e na precarização das relações de trabalho. Ou seja, para Antunes (2000):

(...) trabalhador ‘polivalente e multifuncional’ da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercer com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de parttime, emprego temporário parcial, ou vivenciando o desemprego estrutura (p.184).

Coutinho (1992) define a reestruturação produtiva como um “*processo de conformação de um novo padrão industrial, que tem como elemento-chave mudanças na técnica da produção, a partir da tecnologia microeletrônica*” (p. 69). A estruturação produtiva vem possibilitando às empresas maior flexibilidade em seus processos produtivos e de trabalho; é essa “alteração de paradigma produtivo que Antunes (2002) aponta como um “aflorar” dos novos modos de organização industrial e ainda ressalta:

Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser. (ANTUNES, 2002, p. 23)

Este processo de expansão da indústria, impulsionado pelos modos de produção, garantiu a ampliação do mercado. Esse fato favoreceu ao capitalismo criando duas classes antagônicas (uma classe trabalhadora heterogênea, fragmentada e complexa, a qual se divide em trabalhadores qualificados e desqualificados, de diferentes idades, do mercado formal e informal, havendo uma divisão do trabalho) , desiguais, em confronto, alicerçado

no trabalho assalariado, pois o trabalhador torna-se refém da venda da sua força de trabalho para o capitalismo, o qual obtém o lucro através da exploração e acumulação da mais-valia. Deste modo, a contradição do capitalismo está na acumulação de riqueza frente à exploração e o aumento da pobreza da classe trabalhadora.

É através do modo de produção capitalista que se propiciou a eclosão da questão social, isso pela disparidade na relação de desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista, dominada pela lei geral de acumulação, a qual sujeita o trabalhador a uma condição de pauperismo em distintas amplitudes.

Assim, Iamamoto (2007) reitera que as expressões da questão social crescem diante do fortalecimento do fetichismo da mercadoria e com a banalização do humano, pois *“cresce a forma produtiva do trabalho como riqueza que domina o trabalhador, na proporção em que cresce, para o trabalhador, a pobreza, a indignidade e a sujeição subjetiva”* (IAMAMOTO, p. 67, 2011). Diante das novas forças produtivas materiais, manifesta-se uma revolução da produção e da vida em sociedade, condições que favorecem a hegemonia do capital sobre o trabalho, criando condições e bases materiais para uma nova ordem da vida social. A autora salienta que o *“resultado é a reprodução das contradições de classes e da consciência alienada que permite essa mesma reprodução em níveis crescentes”* (p. 67, 2011)

Ao crescimento das desigualdades somam-se a regressão dos direitos civis, sociais e humanos, a desregulamentação da legislação trabalhista, fragilizando o trabalhador e sua condição de venda da mão de obra e ascensão de políticas de ajustes estruturais impostas por países imperialistas.

Mészáros (2002) afirma que a crise do capital a qual vivenciamos atualmente remete a uma crise estrutural, de tal forma que, ao agregar capitalismo e crise, é necessário compreender que as intensas crises e a sua duração variada são formas “naturais” de sobrevivência da produção capitalista. Assim, as crises tornam-se um meio de sobrevivência para a continuidade do capital e para a extensão da sua dinâmica de dominação, pois é a crise que fortalece o capital no seu desenvolvimento de acumulação e mais-valor. Por isso, Mészáros (2015) ressalta que o capital não tem intenção de superar todas as crises.

O século XX e o início do Século XXI são marcados por um mundo global, na mesma proporção que se dá a globalização do capitalismo. Há uma nova divisão do trabalho e da produção e ainda a passagem do fordismo para o toyotismo, com uma relação de mercado alicerçada às tecnologias eletrônicas dando um novo sentido à

condição de trabalho. Assim, a globalização é um fenômeno econômico importante que vai se caracterizar pela universalização do capital e registrar uma nova fase de expansão do capitalismo, tanto no modo de produção quanto na forma civilizatória de alcance mundial. Desta forma, o processo de trabalho e de produção atrela-se aos movimentos do capital em todo o mundo, movimento esse desigual e contraditório que direciona novas formas sociais e reestruturações do trabalho (ALVES, 2011).

As transformações geradas pelo fenômeno da globalização impactam os campos políticos, econômicos, sociais e culturais em todo o mundo; desta forma, a globalização do capitalismo fortaleceu que o processo de produção passasse a ser submetido aos movimentos do capital em todo o mundo de forma desigual e contraditória. Nesta nova direção dada pela globalização é que se encontram as propostas neoliberais, que surgem nos governos de países capitalistas desenvolvidos e em desenvolvimento. A vigência do Neoliberalismo agudizou o fetiche de dominação do capital; em suma, é a “*forma mercantil do estranhamento social*”, inserida no cotidiano de vida dos sujeitos, alterando seus desejos, intenções e relações sociais (ALVES, 2021).

O neoliberalismo surge como uma solução parcial à crise capitalista, com o foco na reconstituição do mercado, diminuindo e até aniquilando a intervenção social estatal em diferentes campos, enaltecendo e fomentando as responsabilidades para o terceiro setor. O mercado passa a ser a instância de regulamentação e legitimação social, regida pela ideologia neoliberal que preconiza o mercado, a livre concorrência e a liberdade privada, desprezando a intervenção do Estado na economia. Boito Jr. (1999) afirma que “*O discurso neoliberal procura mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal*” (p. 45), pois frente a esta ideologia de valorização do mercado se legitima uma agressiva crítica do Estado na economia.

Iamamoto (2008) evidencia que a dominação desmedida vivenciada pela classe trabalhadora se relaciona aos novos padrões de acumulação, guiada por uma mundialização da economia e da globalização, via “*capital transnacional e investimentos financeiros*”<sup>12</sup> (p. 107). Ocorre que este processo detém estados e países, vinculando-os a um aspecto global de produção e consumo, (re)produzindo relações de dependência

---

<sup>12</sup> Com relação ao capital transnacional e investimentos financeiros Iamamoto (2008), frisa que foi após a guerra fria e início do século XXI, que a economia sob influências do império – norte americano irá sofrer mudanças, esta realizadas por grandes grupos industriais transnacionais, o qual advém de uma nova forma de operar o capital e este passa a render juros, “*bancos, companhias de seguro, fundos de pensão, fundos mútuos e sociedades financeiras de investimentos*” (p. 107)

entre nações. Assim, o capital financeiro enreda economia, sociedade, política, cultura, transformando as formas de sociabilidade, manipulando as forças sociais. Essa nova dinâmica do capital precariza o mundo do trabalho para a classe trabalhadora, à medida que cria riqueza para uns e solidifica os processos de exploração e expropriação para outros.

A globalização não é igualitária com todos, pois há um grande índice de pessoas excluídas no mercado de trabalho ou inseridas em empregos precários e sem garantia de direitos, mudanças na composição da força de trabalho evidenciadas pelo desemprego, contenção salarial, instabilidade do trabalho. De acordo com Iamamoto (2008) “*A mundialização do capital tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, com suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho*” (p.107). Assim, a mundialização do capital tem como consequência a consolidação do direito às avessas, pois confronta a cidadania relacionando-a ao consumo, ao dinheiro e ao consumo de mercadorias.

É apoiando suas bases ideológicas que a ofensiva neoliberal se concebe na lógica capitalista, porém o crescimento econômico não significa ter um aumento da sua taxa de lucro, pois o capital neste movimento converge suas aplicações no processo de financeirização (ALVES, 2011). Marx (1999) frisa que no momento que o capitalismo insere novas formas de trabalho, maquinários, inutilizando a força de trabalho, a consequência é uma superpopulação de trabalhadores. Desta forma:

[...] a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente (MARX, p. 732, 1999).

Nesta direção, o capitalismo aponta a “flexibilização” como melhor escolha ao crescimento econômico. E o Estado se molda orientado pela necessidade de redução do seu papel como promotor e executor de direitos sociais, o resultado dessa ausência cria mais vulnerabilidades sociais. Silva et al (2000) enfatiza “*É evidente que os contrastes existentes entre a miséria e a abundância, vistas claramente, mostram que a evolução econômica do capitalismo fortaleceu mais a desigualdade do que a diminuiu*” (pág.66). A autora salienta que o capitalismo jamais vai oferecer oportunidades e condições iguais a todos, pois a intenção é atrelar esses trabalhadores a condição subalterna de assalariados e dependentes da venda da sua força de trabalhos.

Nesta lógica, as desigualdades sociais evidenciam-se como sequela do capital, não se importando que a produção é coletiva e tornando a apropriação privada. Desta forma, trabalhadores dependem de sua força de trabalho e barganham por salários, não conseguindo se apropriar daquilo que produzem.

Para Faleiros (2006), a exclusão se manifesta como “correlação de forças”, dentro da dinâmica da sociedade capitalista, de tal forma que a *“exclusão é definida, neste contexto, como negação da cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território”* (p.2). Na dinâmica da sociedade capitalista, em um contexto de flexibilização proposta pela lógica neoliberal; isso ocorre, pois, a exclusão está inserida em um processo histórico e dialético, resultante da exploração e dominação, a qual para alguns é benéfica e para outros não. Desta forma, esse modo de produção capitalista, fundante no neoliberalismo (re)produz novas roupagens da exclusão: social, política, cultural, étnica, racial, religiosa nesta nova realidade societária. A realidade se expressa de forma degradante e na dissociação social e humana, inserida no cotidiano em que as relações sociais são permeadas pelas produções de trabalho, produções estas precária, temporária e que leva à desvalorização do humano e da vida.

## 2.2 A Quarta Revolução Industrial e a Agudização dos Desastres

Segundo Schwab (2016), estamos vivendo uma revolução que tem acarretado mudanças nas nossas percepções sobre como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos. Essa transformação é conhecida como quarta onda ou quarta revolução industrial, a qual teve origem no século XXI e ainda está em curso. A sua base se concentra na evolução das tecnologias digitais utilizadas pela geração anterior, às quais estão cada vez mais sofisticadas e integradas com potencial para modificar os sistemas econômicos globais assim como as sociedades atuais. Essa nova onda engloba tecnologias disruptivas que estimulam a promoção de desconstruções significativas aos modelos tradicionais já estabelecidos pelo mercado pragmático atual.

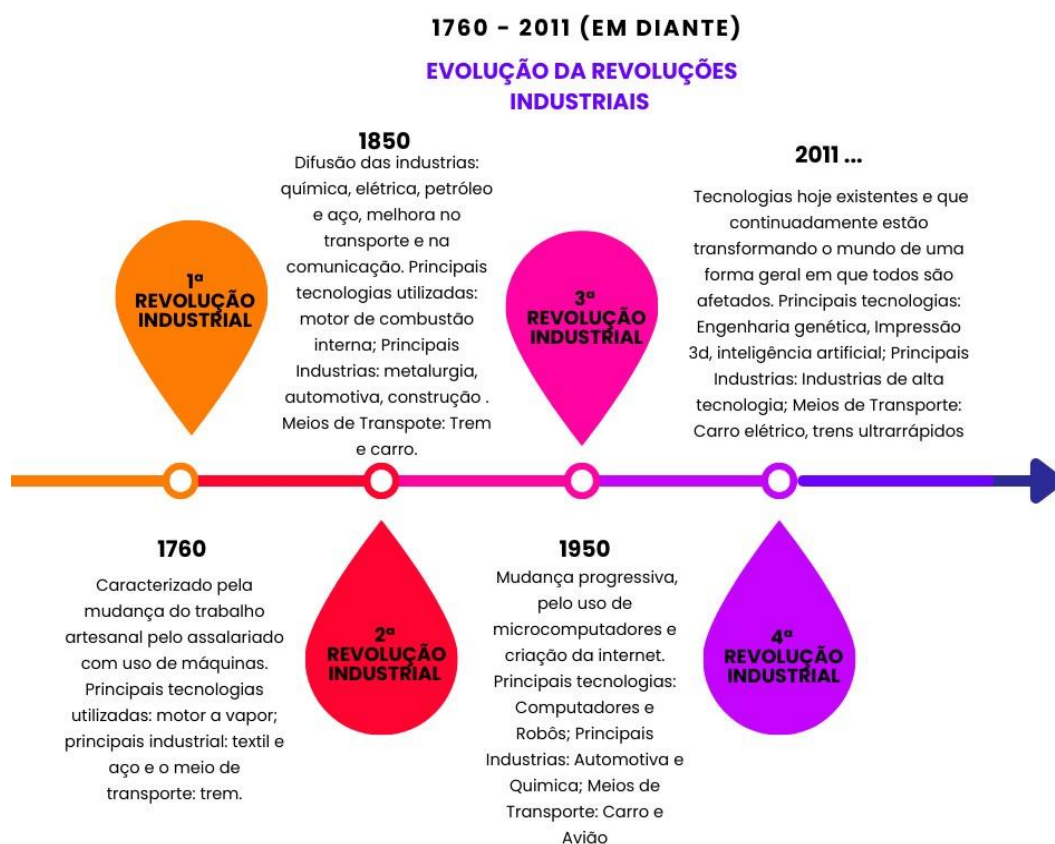
A quarta revolução industrial, ou a indústria 4.0 como analisa Antunes (2018), remete a este período como o “trabalho escravo contemporâneo”, o qual se relaciona diretamente a desvalorização dos direitos trabalhistas em escala global. Condição a qual se reforça e persiste em um período em que o “capitalismo informacional digital” encontra-se regido por uma rigorosa hegemonia financeira; o resultado da indústria 4.0 é

um número cada vez maior e incalculável de trabalhadores que se encontram em condições instáveis e precárias de trabalho e afirma “*Assistimos à ampliação do subemprego, do desemprego e, ainda, do desemprego por desalento. No Brasil, mais de 4 milhões se encontram nessa última situação*” (p. 1, 2018), condições precárias de trabalho as quais não deixam alternativa à população, os trabalhos precários, intermitentes e esporádicos para garantia de sobrevivência (ANTUNES, 2018).

Para Antunes (2020), esse cenário se dá pela rápida evolução das novas tecnologias de informação e comunicação que tem alterado a dinâmica do mundo produtivo. Isso se reflete na intensificação dos processos automatizados em toda cadeia produtiva, incluindo o controle digital da logística empresarial. A consequência principal disso, no cenário trabalhista, será um aumento exponencial do chamado "trabalho morto". O maquinário digital passa a ser protagonista absoluto nesse processo fabril, mediando todas as outras instâncias. Nesta sequência interna, dentro deste ambiente laboral industrial modernizado, este maquinário digital vem, drasticamente, reduzir o “trabalho humano vivo” substituindo atividades manuais por ferramentas robotizadas comandadas pelo sistema informativo digitalmente integrável.

Para se entender a dimensão do aumento do trabalho morto, Marx (2017) nos auxilia elucidando o conceito de trabalho ao afirmar que o trabalho é uma atividade humana distinta das demais atividades animais por ser guiado pela mente e pelo pensamento, pois as transformações realizadas no ambiente são projetadas pelos seres humanos, após planejarem em sua mente. Assim, o trabalho humano é esta relação de prática (corpo e mente) com o mundo e é determinado pelo contexto dessa relação social, assim Marx irá afirmar que “*trabalho humano, antes de mais nada é movimento*”. A seguir a Figura 3 apresenta uma linha do tempo com a evolução das Revoluções Industriais e suas principais mudanças na sociedade.

FIGURA 3 - LINHA DO TEMPO DA EVOLUÇÃO DAS REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS



Fonte: elaborado com base nos autores Antunes (2018) e Prisecaru (2016). (MARQUES, 2024).

Ao analisarmos o processo das revoluções industriais, o trabalho sempre foi uma forma de troca para o trabalhador, mas agora essa troca não é mais direta (pura e simples) com a natureza e com outros seres humanos, essa troca passa a ser exclusivamente com o capital. O capital em seu processo de autovalorizar-se instiga a este trabalhador “capacitar-se profissionalmente” fornecendo informações ao seu empregador que tendem a valorizar única e exclusivamente esse capital. Sem estar nessa relação com o capitalista, a sua ocupação/tempo certamente seria investir em atividades sociais: família, amigos, lazer, arte, entre outros.

As mudanças ocorridas ao longo das décadas pelas revoluções industriais trouxeram avanços necessários para a sociedade, porém transformaram e condicionaram a vida deste trabalhador, exclusivamente, à venda da sua força de trabalho. Certamente, em uma vida fora das condições impostas pelo capital, esse trabalhador não precisaria dedicar horas e dias só para o trabalho, algumas horas seriam necessárias e suficientes. Ao longo dos últimos três séculos, por meio do processo histórico introduzido pelo capitalismo, relações sociais foram estabelecidas e essa ideia de trabalhar

produtivamente, durante grande parte do dia ou da semana, tornou -se naturalizada na maioria das pessoas, algo que não ocorria até o final do século XVIII (MARX, 2017).

Marx (2011), em sua teoria de acumulação, ao explicar sobre “excedente do capitalismo”, afirma que, na medida em que o capital aumenta esse trabalho excedente, torna-se necessário aumentar o consumo excedente para conceber mais consumidores e, consecutivamente, (re)produzir ainda mais a necessidade de consumo. Assim, o trabalho no séc. XXI tem levado ao limite e à exaustão este trabalhador, conforme Dantas (2020) retrata a seguir:

O dispêndio de trabalho a serviço do capital foi estendido até o limite da disponibilidade entrópica (cansaço máximo) do corpo e mente. Numa parte da jornada diária, o trabalhador troca informação (conhecimentos, técnicas, habilidades) pelos bens necessários à reprodução das suas condições vitais (salário). Na outra parte da mesma jornada, ele continua fornecendo ao capital a informação necessária para dar continuidade ao processo produtivo, porém, agora, gratuitamente. Essa é a essência do mais-valor: informação não paga (DANTAS et al., 2020, p. 47)

De acordo com Antunes (2018), o atual conceito "indústria 4.0" analisa o aumento da automatização e robotização nos processos produtivos, abrangendo toda a cadeia de produção sob o controle digital. O que o autor aponta é que a ampliação cada vez mais veloz desses processos produtivos, automatizados e robotizados, controlados digitalmente, vem gerando descaso com o trabalho e com a vida do trabalhador, pois a sua decadência está na segregação “entre tempo de vida”, não importando se o trabalhador está “dentro ou fora” do ambiente de trabalho, pois a escravidão cria nova roupagem, denominada pelo autor como “escravidão digital”. Um exemplo que Antunes denomina como processo de uberização são as plataformas digitais, ou “parcerias”, concebidas através dos carros por aplicativos. Este trabalho permite longas horas de trabalho estando “on-line” para adquirir uma renda, Antunes (2018) afirma “*As parcerias, como novas modalidades de trabalho digital, passam ao largo das regulações contratuais, transformando o “trabalho assalariado em prestações de serviços” (p. 11).*

A perversidade desta nova roupagem da quarta revolução industrial, ou indústria 4.0, no neoliberalismo, mascara o trabalho informal, com a ideia do empreendedorismo, independente, autônomo, prestador de serviços, “flexibilizando”, “terceirizando” e “desregulamentando” o trabalho assalariado e seus direitos. É essa capacidade de flexibilização das relações trabalhistas que passa a ser “interpretada” como liberdade “permitida” pelo capital, possibilitando argumentos e convencimento social para

modificações legais nas legislações trabalhistas e modificações unilaterais de cláusulas contratuais. Ações estas que permitiram de forma legal a redução dos direitos trabalhistas com a justificativa que o resultado da “autorregulação” seria gerar mais empregos.

Em um contexto de desastres (seja natural ou tecnológico), a devastação impacta uma sociedade não apenas de forma econômica, mas social e humanitária. Ao compreender como as revoluções industriais contribuem na gestão de risco de desastres, para além da grande mudança social gerada e a estratificação das classes sociais, iniciada na criação e distinção entre classe burguesa e proletariado; a exploração por parte de uma classe sob a outra e a implementação do capitalismo, mais tarde em sua roupagem neoliberal como sistema econômico e de ordenamento da vida humana e social, analisa-se as responsabilidades geradas pela lenta e constante destruição da biosfera, com a utilização de combustíveis fósseis em larga escala, tendo como consequência a abertura de buracos na camada de ozônio, extinção de biomas, derretimento de geleira, poluição de recursos hídricos e do solo, mudanças climáticas e outros.

Outro aspecto relevante é como esse modo de produção capitalista, que altera a vida humana em todos os sentidos, interfere nas relações humanas (do homem com a natureza e com a sociedade); um exemplo é aumento do efeito estufa artificial, como consequência do aumento do aquecimento global (aumento de gases lançados na atmosfera de forma tóxica), ação esta que, ao longo dos anos, teve como consequência aumento da temperatura, chuvas ácidas e constantes alterações climáticas. As indústrias e a suas ações irresponsáveis com o meio ambiente têm sido causadoras de problemas como poluição hídrica com descartes de resíduos em rios, provocando danos severos ao ecossistema local, e levando à poluição um dos recursos essenciais à vida, a água.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, registrou de 2019 a 2021, no Brasil, 195,3 mil litros de petróleo derramados no mar (23,7 mil litros em 2019; 151,6 mil litros em 2020 e 20 mil litros em 2021), o que representa uma média mensal de “acidentes” com esse tipo de desastre<sup>13</sup> 5,5 mil litros no mar brasileiro. Em 2022, o mesmo desastre ocorreu, após aparecer manchas de óleo, porém em uma proporção maior, em quatro praias de estados do Nordeste (Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia), sendo este desastre considerado o maior em danos

---

<sup>13</sup> A classificação para esse tipo de desastre, conforme tabela de classificação e codificação brasileira de desastres (COBRADE), apresenta como um **DESASTRE TECNOLÓGICO**, ou seja, provocado pelo homem, pertencente ao grupo: 2. Desastres relacionados a produtos perigosos; subgrupo: 2. Desastres relacionados à contaminação de água, do tipo: derramamento de produtos químicos em ambientes lacustre, fluvial, marinho e aquífero (DEFESA CIVIL DO RS, 2024).

ambientais. Por conta da poluição e da contaminação, o que culminou com a morte de diversas espécies de plantas aquáticas, essas essenciais para produção de oxigênio de diferentes animais que se alimentam e são a base da cadeia alimentar oceânica (IBAMA, 2023).

Assim, as vulnerabilidades, as quais uma sociedade apresenta, estão ancoradas nas desigualdades multidimensionais, desigualdades essas (re)produzidas por um desenvolvimento econômico não sustentável e indevido. As emergências sociais e os danos humanos causados e desvendados em situações de desastres têm em sua raiz um modo de produção econômica que gera inúmeros excluídos e ameaçam o futuro da humanidade, pois o sistema econômico hegemônico, à medida que ele se expande, com o propósito de acumular e enriquecer esse capital, se alimenta levando ao esgotamento dos recursos naturais; logo, à medida que destrói a natureza de forma irreversível, também expulsa trabalhadores e trabalhadoras do mundo do trabalho em escala global. Antunes (2018) afirma que é “expressão de um sistema social a qual denomina como do **“sistema de metabolismo antissocial do capital”** tem em seu cerne um movimento que não visa ao equilíbrio entre necessidades humanas, sociais, e sim à sua autovalorização. Desta forma, os desastres são consequências de um capitalismo destrutivo.

Outro desastre, cujas consequências revelaram como o capitalismo se comporta frente a um desastre, foi o rompimento da barragem na cidade de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, considerado um dos maiores desastres ambientais, depois do rompimento da barragem na cidade de Mariana, com danos ambientais impactando em prejuízos ambientais e socioeconômicos. A fauna e a vegetação e outros rios também foram atingidos, avançando em 20 municípios, aproximadamente 12 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos, 272 perdas humanas (incluindo 2 crianças e duas grávidas) e três desaparecidos. Foi considerado o maior acidente de trabalho no Brasil e o segundo maior desastre industrial do século XXI, ficando atrás do desabamento do prédio que abrigava fábricas em Bangladesh ocorrido no dia 24 de abril de 2013, que causou a morte de 1.134 e 2.500 pessoas feridas (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2024).

Desastres como o caso da cidade de Brumadinho e Mariana<sup>14</sup> reforçam como o sistema capitalista, sustentado na exploração do trabalho, não atende as necessidades dos seres humanos, e sim o real interesse em atender as demandas do mercado e aumentar os

---

<sup>14</sup> Desastre ocorrido na cidade de Mariana - MG, ocorrido em 5 de novembro de 2015, também considerado um dos maiores desastres com impacto ambiental, teve 19 mortes e devastou comunidade, plantações e poluiu cursos d'água (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2020).

lucros de seus investidores e proprietários dos meios de produção. Se esse sistema preocupa-se, efetivamente, com o bem-estar das pessoas e com a preservação ambiental, desastres (criminosos como citados acima) não ocorreria. Salienta-se que os desastres nas cidades de Brumadinho e Mariana levantaram discussões importantes, relacionadas à gestão de risco e à segurança das barragens e aos rejeitos e resíduos, considerado um desastre “criminoso” (homicídio doloso duplamente qualificado e crime ambiental), pois aspectos de segurança foram negligenciados, o que culminou em vidas ceifadas e em devastação ambiental.

A flexibilização dos direitos trabalhistas e das fiscalizações de normas ambientais, a qual conta com a conivência de governos, reforça uma política inserida neste modelo de capitalismo predatório, que, no seu auge, tem como propósito a concentração da riqueza para poucos, mas a distribuição do prejuízo paga pela maioria. É só avaliar de onde vêm os recursos financeiros e humanos em uma situação de desastre. Vêm do setor público e do voluntariado, ou seja, é a sociedade civil que arca duas vezes com as respostas emergenciais aos desastres; essa responsabilização financeira nunca parte dos grandes predadores nessa cadeia capitalista (as grandes empresas e a classe social é que se favorecem desta mão de obra explorada e acometida pelos desastres).

Um exemplo disso é a Lei Geral do Licenciamento Ambiental (PL 2.159/2021) defendida durante o governo Bolsonaro, ou “PL da Destruição”, como tem sido denominado por especialistas, pois facilita o licenciamento para empreendimentos, iminentemente poluidores e de devastação ao meio ambiente. Caso entre em vigor, desonerará alguns empreendimentos de estudos de impacto ambiental e revogará dispositivos legais de proteção ambiental. O impacto deste projeto de lei é que empresas de mineração, como a de Brumadinho (a qual é responsável por um desastre ambiental), sejam dispensadas de licenciamento prévio. A PL citada está em desacordo com os interesses públicos, e apresenta retrocesso e ameaça à participação social e à democracia ambiental brasileira (BRASIL, 2021).

Entende que a defesa pela flexibilização de legislações ambientais, beneficia grandes grupos capitalistas, com o intuito de exaurir riquezas e recursos naturais, florestais e minerais. É a prática criminal, legalizada por um sistema de exploração desenfreada, que coloca os interesses do capital acima de vidas e da destruição do meio ambiente.

Antunes (2020) vai afirmar que este sistema político econômico hegemônico e atual só garante o seu crescimento e expansão à medida que houver a destruição/

exploração. A acumulação do capital se dá na medida em que se destrói a natureza (levando esse a um esgotamento), da mesma forma que descarta do mundo do trabalho trabalhadores(as), em grande escala. Apesar de Marx (2015) não prever essa etapa de evolução do capital, apresenta-nos elementos para entender que é o próprio trabalho humano que eleva o nível do capitalismo ao seu desenvolvimento. Atualmente essa apropriação se dá pelo intelectual desse trabalhador(a) pelo capital.

Percebe que a indústria 4.0, já referenciada por Antunes (2020), revela-se com maior velocidade do que as anteriores, isso porque as crises atuais enfrentadas pelo capitalismo apresentam estímulos para a sua “superação”, e a adoção de novas tecnologias “auxiliam” a combater os desafios que os tempos atuais e críticos impõem. Desta forma, a pandemia da COVID-19, a qual acometeu a população de forma mundial em 2020, demonstra a celeridade desta quarta revolução tecnológica. A condição do isolamento social compulsório fez com que a população que pudesse ficasse em casa. Desta forma, o uso das tecnologias, como a internet, tornou-se condição essencial na vida da população, que passou a depender disso para trabalhar, estudar e interagir. Neste mesmo ano, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) comunicou um aumento de mais de 40% no uso da internet no Brasil (LAVADO, 2020).

A pandemia da COVID -19 fez com que a internet passasse a ser um serviço essencial, e, com isso, uso de plataformas de vídeo conferências passaram a ser utilizadas com mais frequência por grande parte da população. Plataformas como o zoom passaram de 10 milhões para 200 milhões; outro exemplo é o Skype que teve um aumento de 70% de pessoas utilizando-o (CAPELAS, 2020). A pandemia da COVID-19 fez com que a realidade do teletrabalho, até antes vivenciada por uma pequena parcela da população, passasse a ser rotina na vida da população mundial. Alterações estas utilizadas para atenuar o aumento do contágio da COVID-19 e minimizar os danos de “colapso do sistema único de saúde, mas, principalmente, para se manter o próprio sistema capitalista, com a justificativa de preservação dos empregos, porque se entende que os empregos, flexibilizados ou não, são essenciais para a preservação do consumo. A exploração do capital, neste período, pôde se ocupar de trabalhadores em suas casas, arcando com ônus dos custos (internet, tecnologia, computadores, tempo); a pandemia demonstrou que, mesmo na crise, o capital se articula para sua manutenção, e a aceleração do processo digital veio como aliada a este processo de precarização do trabalhador(a). Um exemplo é que, mesmo ao fim da pandemia, contratos de teletrabalho passaram a ser aderidos e mantidos pelas empresas.

Nader (2020), em reportagem, em que se refere como a COVID-19 influenciou para a digitalização de pequenas empresas no Brasil, apontou que 49,7% das empresas estiveram mais digitais desde o início da pandemia, em vista que anterior à pandemia apenas 30,2% desses empreendimentos tinham seus projetos voltados para a digitalização. Dados como este validam que a quarta revolução industrial teve um impulso com o desastre biológico causado pela pandemia. A aposta pelo trabalho remoto e por empresas cada vez mais digitais alcança um patamar maior com as consequências advindas pela pandemia da COVID-19.

Os reflexos da indústria 4.0, nessas relações de trabalho, se apresentam à medida que essas alteram sistemas econômicos, políticos, sociais e ambientais. E o advento da quarta revolução industrial vem ocorrendo com maior agilidade, e, com isso, as tecnologias emergentes vêm promovendo mais mobilidade, comercialização e geração de valor, porque o desafio desta quarta onda vem sendo criar e distribuir oportunidades mais equitativas, mais acessíveis e empregues não apenas em prol do capital, mas para toda a sociedade.

Antunes (2006) alerta que os avanços tecnológicos se apresentam, primeiro, com a tecnologia aplicada como forma destrutiva nos trabalhos; isto é, a junção do trabalho autônomo e as tecnologias disruptivas, cuja consequência se dá pela substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, impondo trabalhadores(as) em situação de desemprego a direcionar suas habilidades para outros campos de trabalho (às vezes inferior ou incompatível com sua formação). E segundo, Antunes (2006) enfatiza que a assolação da força humana de trabalho leva a uma condição de precarização e exclusão deste trabalhador(a) no mundo do trabalho.

Para Antunes (2020), a quarta revolução industrial demarca o fim do trabalho compreendido como “labor”, em uma perspectiva taylorista e fordista. Essa nova era comandada pelo capital financeiro e por grandes corporações se insere em uma era de “autonomia” e sem a presença de um “patrão”, com o aumento de prestadores de “serviços”, “empreendedores”. Logo, essa promessa de “proprietários dos meios de produção” se torna confrontada em sua realidade por corporações “*Amazon (e Amazon Mechanical Turk), Uber (e Uber Eats), Google, Cabify, 99, Lyft, Ifood, James, Rappi, Glovo, isto é, o amplo conjunto das chamadas grandes plataformas digitais*” (p. 118). A presença predatória das grandes corporativas digitais mudou o contexto do trabalho assalariado para a “prestação de serviços”.

Assim, o que parecia com o paraíso laborativo fez estampar uma viva contradição: platform economy, crowdwork, collaborative economy, gig-economy, de um lado, e plataformação, uberização, intermitência, pejetização, precarização, de outro. O sonho do “trabalho sem patrão” metamorfoseou-se no que denominei como privilégio da servidão. E, com a chegada da pandemia, o trabalho depauperado, destituído de qualquer proteção social e do trabalho, adquiriu contornos ainda mais trágicos. Na contrapartida, em plena pandemia, as corporações, não perdem tempo e avançam na intensificação dos novos laboratórios de experimentações do capital (ANTUNES, p.118, 2020).

Para Antunes (2020), uma das principais maneiras experienciadas pelo capital pós-pandemia no que se refere ao trabalho, está presente em distintas modalidades de trabalho uberizado, ou seja, no trabalho com características informal, flexível, precária e fora do alcance da legislação social do trabalho. Esse fenômeno da “uberização”, como o autor define, passa a ser mais intenso no capitalismo periférico, em países do sul, com uma expansão para o norte.

Mas por que aceitar a exploração e a precarização do trabalho? Talvez, essa concepção esteja fundada em uma sociedade em que pagamos caro pelos bens materiais, mas não somos capazes de valorizar o trabalho do homem; um exemplo é podemos comprar um imóvel por um valor absurdo sem reclamar; ao mesmo tempo, questionamos o valor da força de trabalho de um serviço contratado (ou seja, a “coisa material” pagamos valores absurdos, o valor do trabalho, a sua mão de obra questionamos) Essa desvalorização do trabalho está entranhado pela formação sócio-histórica de um país fundado pelo genocídio de índios e por 388 anos de trabalho escravo e por tanto temos uma enorme dificuldade cultural de aceitar o valor do trabalho.

Ao analisarmos a pandemia de COVID-19, que começou em 2020, como um desastre ocorrido em meio a um capitalismo neoliberal, observamos que a crise sanitária surgiu no momento em que uma crise financeira já estava se anunciando, resultando em uma ampla paralisação das atividades comerciais. Para Acselrad (2021), a pandemia, no cenário internacional, fez com que setores do capitalismo global, como EUA e Europa, mesmo com a desordem sanitário-econômica gerada, apresentassem respostas, que vinham sendo questionadas por críticos da ideologia do progresso, sobre as mudanças climáticas, temática pressionada durante a pandemia. Contudo, no Brasil, o autor retrata:

O que se pode observar é que o capitalismo – que avança e desestabiliza modos de vida e ecologias das áreas ocupadas por povos indígenas e tradicionais - é completamente cego quanto aos efeitos não mercantis do mercado; mais cego ainda quando estes efeitos recaem com maior intensidade sobre os mais despossuídos. No caso da referida pandemia, embora as próprias práticas espaciais dominantes tenham sido comprometidas temporariamente e

parcialmente, o diferencial na capacidade dos grupos sociais se defenderem dos agravos pela redução de sua mobilidade fez com que se repetisse o processo de distribuição seletiva e discriminatória dos riscos (p.98).

Entende que os desastres também fazem parte desta relação predatória que estabelecemos com a natureza, como fruto desta sociedade, princípio fundamental (de uma sociedade capitalista) deste modelo, em busca por lucros ilimitados, frequentemente, à custa dos limites naturais e da transformação de tudo em mercadoria. Essa abordagem incentiva a exploração predatória da biodiversidade, promovendo a derrubada de florestas para dar lugar ao agronegócio, à exploração madeireira, à criação de pastagens para o gado, à construção de estradas e à mineração destrutiva e criminosa. A ambição do capitalista desrespeita qualquer ética ambiental, ignorando as necessidades básicas para a manutenção da vida. As grandes corporações poluem os corpos d'água com resíduos tóxicos, exterminando a vida aquática e, conseqüentemente, prejudicando a saúde humana e a disponibilidade de água potável, um direito essencial para todos.

É fato que as mudanças climáticas têm sido responsáveis por grande parte dos desastres, porém as causas das mudanças climáticas precisam ser analisadas dentro das transformações que o capital vem provocando alguns exemplos como a queima de combustíveis fósseis, a produção industrial e a geração de energia em usinas são os principais responsáveis pela poluição atmosférica, bem como o aumento das emissões de dióxido de carbono que vem elevando as temperaturas globais, causando desequilíbrios climáticos e promovendo desastres naturais. A busca incessante por lucro não considera as conseqüências devastadoras de suas ações. Os grupos que se beneficiam desses empreendimentos frequentemente negam os impactos negativos, mantendo suas taxas de lucro, mesmo que isso resulte em morte de milhares de pessoas e comprometa a viabilidade da vida humana.

As tragédias causadas pelos desastres vêm impactando profundamente e revelam o lado sombrio do progresso e do crescimento econômico almejados pelas sociedades capitalistas. A crise ambiental adentra, cada dia mais, a nossa sociedade e nosso cotidiano, colhemos as conseqüências das escolhas econômicas. As contradições da sociedade de mercado não se manifestam apenas nas injustiças contra as classes trabalhadoras, que ficam sem moradia, saúde, educação e lazer. Cada vez mais, essas contradições se evidenciam nos desastres que afetam a população, especialmente os mais pobres.

Desta forma, a próxima sessão tem como propósito discutir e analisar como os desastres frente às barbáries do neoliberalismo vem sendo enfrentados no Brasil e no

mundo, dados e relatórios internacionais, demonstram a discrepância no âmbito da prevenção as respostas apresentadas, pois as injustiças resultantes desse modelo não apenas precarizam a vida das classes trabalhadoras, mas também amplificam os impactos dos desastres sobre os mais vulneráveis, reforçando desigualdades históricas.

Esse cenário de barbárie e desumanização, intensificado pelo neoliberalismo, leva à reflexão sobre como as políticas econômicas e sociais moldam a forma como enfrentamos os desastres e suas consequências.

### 2.3 Da Barbárie a Desumanização: A Agudização dos Desastres no Neoliberalismo

Nos últimos dez anos, o mundo tem enfrentado um número significativo de desastres naturais e crises humanitárias e mais de 1,2 milhão de pessoas perderam suas vidas em desastres no mundo todo entre 2010 e 2019 ONU. Mais de 4,2 bilhões de pessoas foram afetadas por esses eventos, o que representa mais da metade da população mundial.

Nesse período os desastres mais comuns foram as inundações, que afetaram mais de 1,6 bilhão de pessoas, seguidas por tempestades, que atingiram 1,4 bilhão de pessoas. Outros eventos importantes incluem os terremotos, que afetaram cerca de 500 milhões de pessoas, e secas, que impactaram mais de 400 milhões de pessoas (ONU).

Os dados da ONU mostram que os países mais pobres e vulneráveis são os mais afetados pelos desastres naturais. Entre 2010 e 2019, cerca de 80% das mortes relacionadas a desastres ocorreram em países de baixa ou média renda, embora esses países representassem apenas 40% do total de desastres. Esse período é marcado pelo fortalecimento do neoliberalismo, E pela globalidade e suas diversas expressões locais é representada pelo papel do Estado e do mercado na economia e o seu impacto na condição de vida dos sujeitos. Em uma situação de desastre, a orientação econômica (neste caso pautada pelo neoliberalismo) tem demarcado como será a manifestação do Estado frente a população atingida em um desastre. É importante demarcar que as características e respostas gerais do neoliberalismo têm sido a redução das políticas sociais e a consequentes deterioração das condições de vida da população, levando a deterioração e precarização de serviços públicos essenciais e/ou à privatização da saúde, educação e outras políticas sociais, demarcando aumento dos custos para a população. É importante ressaltar que em situações de desastres as políticas sociais, atuam na garantia de

efetivação de direitos como: alimentação, renda, moradia, saúde e etc. sendo o único elo de ação do Estado com a população atingida, direitos esses muitas vezes anteriormente violados ao estado de calamidade pública.

Dardot e Laval (2016), afirmam que a visão do neoliberalismo não deve se limitar a uma simples teoria macroeconômica, simplificada apenas como “Estado mínimo”, deve ser compreendida como uma forma de ser no mundo, um sistema de poder, que requer uma forte presença do Estado. Harvey (2018), afirma que o neoliberalismo, se refere a uma teoria de práticas político-econômicas e enfatiza que o alcance da condição de bem-estar humano encontra-se, atrelado a promoção das liberdades e capacidades empreendedoras individuais, pois *“no âmbito de uma estrutura institucional é caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio”* (pág. 12)

Em resumo, o neoliberalismo promove uma cultura de desumanização e barbárie, que pode levar a um aumento da violência e exclusão social. E situações que envolvem desastres salienta-se sobre a ótica do individualismo. E apesar de todo clamor e espetacularização midiática que um desastre promove, movimentando setores de organizações não governamentais e voluntariados, os desastres e as pessoas afetadas, com o passar do tempo caem no esquecimento. As pessoas afetadas que tem suas vidas assoladas por este acometimento, tem seus direitos cerceados e recomeçam suas vidas pelas próprias forças, muitas vezes à mercê da caridade. Diante deste cenário é necessário repensar as políticas econômicas e sociais para garantir que a dignidade humana seja valorizada e respeitada em todas as esferas da vida. Neste sentido Valencio (2012), retrata como esse jogo das aparências se consolidam nos desastres:

O “dia do desastre” cabe na instantaneidade do tempo midiático, que difunde rapidamente e em muitas escalas a informação sobre a ruptura do lugar, transformando em cenário, para em seguida partir para a renovação do seu estoque de notícias, buscando nos dias subsequentes novos acontecimentos que esgarçam a vida coletiva alhures” (...) uma parceria eticamente questionável se constrói entre veículos de comunicação e representantes de órgão de defesa civil, no âmbito nacional como nos regionais e locais: técnicos e políticos colaboram com o mercado de furos jornalísticos, através de acesso a cenas ainda mais impressionantes da tragédia em troca do (não sutil) enaltecimento das figuras de autoridade que ali se promovem, alcançando novos cargos, postos patentes, alavancando, eventualmente, suas campanhas eleitorais que se tecem em meio aos escombros, re-significando, no culto à personalidade, o atendimento obrigatório aos afetados. Impede-se ou dificulta-se, deste modo, a formação de uma opinião pública crítica, que ali identifique o fragoroso insucesso de medidas de prevenção e preparação e, na maioria dos casos, o retumbe do fracasso da ideia de cidadania, que, de fato, nunca se instaurou no plano concreto (p. 128).

O neoliberalismo, ideologia econômica que busca reduzir a intervenção do Estado na economia, tem sido responsável pela desregulamentação de setores importantes, como a indústria e o mercado financeiro. Isso levou a uma exploração desenfreada dos recursos naturais, sem preocupação com as consequências a longo prazo. Por exemplo, muitas vezes empresas buscam maximizar seus lucros, sem se preocupar com os impactos ambientais de suas atividades. Isso pode levar a desmatamento, poluição e mudanças climáticas, que aumentam a frequência e a intensidade de desastres naturais como furacões, enchentes e secas, (AGUIRRE, 2004).

Ainda, o neoliberalismo tenha promovido a privatização de serviços públicos, como a saúde e a segurança pública, observamos, que em situações de desastres pessoas mais vulneráveis são deixadas sem acesso a recursos essenciais em momentos de crise. Um exemplo foi durante a pandemia da COVID-19, muitos países que adotaram políticas neoliberais tiveram dificuldades para fornecer testes, tratamentos e vacinas para suas populações. Em tese, é perceptível que a ideologia neoliberal tem sido responsável por criar um ambiente em que os desastres naturais e as crises humanitárias são mais frequentes, mais intensos e mais negligenciáveis (BARRIOS, 2017).

Desta forma, o Estado protetivo e não completamente minimizado em sua atribuição como promotor de bem-estar social e preservação do meio ambiente, deixa de ser prioridade, para cada vez mais, se direcionar para o funcionamento dos mercados e da capacidade de obtenção de lucro. Em países periféricos, o neoliberalismo implementou um conjunto de conceitos e ideias, implementadas em outras realidades e países, de forma compulsória e descontextualizada com a realidade enfrentada. A exemplo o Fundo Monetário Internacional, seguindo agendas externas e “recomendações” (AGUIRRE, 2004).

Para Fillion 2013; Collier 2014; Scoppetta 2016, o padrão de desastres no mundo passou por grandes mudanças que podem ser atribuídas ao neoliberalismo, sendo que países desenvolvidos em situações de desastres apresentam mais perdas monetárias, e os maiores índices de mortalidade por desastres continuam sendo apresentados em países pobres (CRED 2016), Nos últimos vinte anos mais de um milhão de pessoas morreram em mais de 700 “desastres naturais” , sendo que 90% dessas mortes por desastres ocorreram em países de baixa e média renda (SCHLEIN 2016).

A Organização das Nações Unidas (ONU), publicou em 2022 um relatório do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR) e da

Organização Meteorológica Mundial (OMM), advertindo que metade dos países do mundo não está preparado para desastres, não está protegido com sistemas de alerta, para prevenção e alerta a população. O relatório aponta que os piores casos são os países em desenvolvimento na linha de frente das mudanças climáticas, pois menos da metade dos países emergentes possui ou investe em sistemas de alerta (UNDRR, 2022).

O relatório aponta, que países que não possuem uma cobertura de sistema de alerta apresentam maior índice de mortalidade por desastres, ampliando oito vezes mais do que países com cobertura de alerta abrangente, e revela “*Os sistemas de alerta precoce são um meio comprovado de reduzir os danos às pessoas e aos ativos antes de perigos iminentes, incluindo tempestades, tsunamis, secas e ondas de calor*”( Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres Organização Meteorológica Mundial, 2022). O baixo investimento em sistemas de alerta no mundo, tem como resultado a negligência com a proteção a vidas e daqueles que se encontram em linha de frente a desastres, pois muitos sistemas cobrem apenas desastres naturais do tipo inundações ou ciclones. Um sistema de alerta mais amplo e abrangente é essencial pois as mudanças climáticas, tem uma frequência cada vez maior, extrema e imprevisível. O relatório reitera a necessidade de investir em sistemas de alerta mais abrangentes, englobando diferentes tipos de desastres abrangendo efeitos de segunda e terceira ordem como por exemplo: a liquefação do solo após um terremoto ou deslizamento de terra e surtos de doenças após chuvas fortes e garantir que esses sistemas de alerta precoces cheguem à população mais vulnerável e com previsão de ações antecipadas (UNDRR, 2022).

Os apontamentos realizados no citado relatório possibilita se amparar na ideia central de Lavell 2000, et al, afirma “*os desastres são um problema de desenvolvimento não resolvido*”, pois há discrepâncias marcadas pelo contexto neoliberal, marcadores que possibilitam afirmar que o impacto da ocorrência de um desastre em país desenvolvido é diferente do impacto em país emergentes, isso porque, um país desenvolvido é aquele que alcançou recursos econômicos suficientes para os membros da sociedade e para a governança, bem como para sua organização coletiva, recursos técnicos e expertise, esse nível de desenvolvimento diante de um desastre, representa mais recursos para o seu enfrentamento com consciência, preparação e condições de superação/ mitigação para evitar ou reduzir seus impactos.

O autor americano Frederick C. Cuny, estudioso na área de assistência em desastres, gerenciamento de emergência de refugiados, recuperação de guerras e conflitos

civil, reitera que os desastres não devem ser definidos puramente como um fenômeno natural ou antrópico com impactos destrutivos, mas sim compreendido a luz das consequências humanas. Cuny, 1994, faz uma análise da relação entre desastres e desenvolvimento social, comparando um terremoto que ocorreu na cidade de San Fernando, na Califórnia, em 1971, e outro que ocorreu em 1973 na cidade de Manágua, em Nicarágua, ambos terremotos atingiram aproximadas magnitudes na escala Richter 6,4 e 6,2. Porém na Califórnia apesar de apresentar naquela época uma população de mais de 7 milhões, os danos foram pequenos e o número de pessoas com a vida acometida não foi superior a cinquenta e oito, enquanto na Nicarágua o terremoto destruiu a cidade e ceifou aproximadamente 6 mil vidas. Essa análise reitera que diferente nível de desenvolvimento está relacionado com a capacidade de respostas e prontidão a um desastre. O que leva a ocorrência de um desastre e a sua magnitude (morte, danos, custos), é a capacidade de investimento e atenção dada pelos países, que fornecer subsídios de prevenção e mitigação para o seu enfrentamento (CURY, 1994).

A relação desigual implantada pela lógica neoliberal com relação aos desastres a aos países considerados emergentes, é reforçada na obra de Cury (1994), ao apontar que no período de 1960 a 1990, que *“as perdas por desastres em países em desenvolvimento situavam-se no plano das relações internacionais como um certo “fardo” para os países desenvolvidos” (pág.11)*. A relação de “ajuda” aos países emergentes, foi ofertada gratuitamente, como forma de “caridade”, pelos países desenvolvidos através das agências financeiras internacionais.

Ainda as expressões locais do neoliberalismo (globalização, espacialidade), conduzem o papel do Estado e o mercado na economia. Ocorre que essa direção econômica conduzida pelo neoliberalismo tem impacto direto nas condições de vida dos sujeitos, em situações de desastres, esta direção “define” a quem será destinado os benefícios as vítimas de desastres é a seleção dos mais pauperizados frente a fragilidade que um desastre expõe), assim o neoliberalismo tende a se ajustar as condições econômicas regionais e nacionais à economia como um todo.

Os desastres no contexto do neoliberalismo revelam mais do que a fragilidade das estruturas econômicas e sociais: expõem um modelo de desenvolvimento que prioriza o lucro e a desregulamentação em detrimento do bem-estar coletivo. A desigualdade na capacidade de resposta entre países ricos e pobres demonstra que, embora os desastres naturais tenham causas universais, seus efeitos são profundamente influenciados pelas condições socioeconômicas locais.

Desta forma, a ideologia neoliberal, ao promover cortes em políticas sociais, privatizações e desinvestimento em prevenção, agrava os impactos dos desastres, especialmente nos países mais vulneráveis. Ao mesmo tempo, a mídia e os discursos institucionais frequentemente banalizam essas tragédias, perpetuando uma lógica que transforma a solidariedade em caridade e silencia as causas estruturais dos problemas. Dando sequência a essa análise, o próximo tópico, "2.3.1 Desastres no Brasil e no Mundo", aprofundará a discussão sobre os diferentes impactos dos desastres em contextos locais e globais. Serão explorados exemplos concretos, como as desigualdades regionais no enfrentamento de crises, e discutidas as condições estruturais que perpetuam a vulnerabilidade em países periféricos e emergentes. Este tópico também abordará como essas desigualdades se refletem nas políticas de prevenção, mitigação e recuperação em diferentes realidades.

### 2.3.1 Desastres no Brasil e no Mundo

A discussão sobre desastres, no campo do conhecimento científico, não é assunto novo. Um dos estudos citados durante a pesquisa de mestrado e que é apontado como um ponto de partida que contempla o campo das ciências sociais é o de Samuel Prince (1920)<sup>15</sup>, o qual elaborou um estudo em que formula análises sobre crises e mudança social. Apesar de Prince ser apontado como o primeiro estudioso a discutir e analisar um desastre, é importante apontar que estudos sobre a cólera (desastre biológico, considerado uma pandemia, que matou quase 5 milhões de pessoas no mundo), tiveram seus primeiros registros no século V. Em 1854, na Inglaterra, o médico John Snow realizou investigações acerca da cólera, sendo considerado um progresso para a área da epidemiologia (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Autores importantes para delimitação de conceitos no campo dos desastres, como Quarentelli e Dynes (1977), analisaram estudos no campo dos desastres e classificaram em quatro categorias como algumas no campo dos desastres as quais já vinham sendo delineadas, e a apesar de apresentarem características tecnicistas, apresentam a seguintes

---

<sup>15</sup> A tese de doutorado em sociologia Samuel Prince intitulado "Catastrophe and Social Change Based Upon a Sociological Study of the Halifax Disaster" apresentado à universidade de Columbia, em 1920. É o primeiro estudo sobre desastre, tendo como objeto o desastre ocorrido na cidade do Canadá, em 1917 na pesquisa conhecida como "Desastre de Halifax". Prince, natural da cidade de Halifax, Canadá, e por orientação de seu professor Giddings, foi incentivado a analisar "sociologicamente" os eventos ocorridos com a comunidade após o desastre. O autor, durante o seu estudo, utiliza os termos catástrofes e desastres; sendo que o termo catástrofe é usado para descrever as repercussões sociais, e o termo desastre é utilizado quando se refere ao choque envolvendo os dois navios (Marques, p.60, 2018).

categorias classificam-se: 1. Segundo o agente físico; 2. Segundo as consequências do agente; 3. Impacto a qual o agente físico é avaliado e 4. As mudanças e os impactos trazidos pelos agentes físicos. Foi a partir da Segunda Guerra Mundial que estudos nos Estados Unidos passaram a analisar o impacto psicológico dos desastres, como foco tecnicista e com suas análises voltadas para pós- desastres (Quarentelli e Dynes, 1977).

Com a inserção de outras áreas de estudo compondo análises no campo dos desastres, pesquisadores passaram a repensar o conceito de desastre. Ao longo do tempo, os campos teóricos e as abordagens foram se transformando, sendo possível identificar duas linhas de concepção: na primeira os desastres associados a eventos e na segunda os desastres associados a processos. No campo operacional, temos a concepção de desastres, tratada como “eventos” utilizada pela Defesa Civil, conforme o Glossário de Defesa Civil, estudos de riscos e medicina de desastres. Assim, Desastres são *“Resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais. Os desastres são quantificados, em função dos danos e prejuízos, em termos de intensidade, enquanto que os eventos adversos são quantificados em termos de magnitude. A intensidade de um desastre depende da interação entre a magnitude do evento adverso e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor afetado. Normalmente, o fator preponderante para a intensificação de um desastre é o grau de vulnerabilidade do sistema receptor. Os desastres classificam-se quanto à Intensidade, Evolução e Origem”*, (CASTRO, 1998). Observa-se que no campo operacional existe uma tendência em compreender os desastres como um tipo de evento adverso, levando a uma associação de que o desastre, ou o risco deste, seja “natural”. É importante salientar que mesmo que o desastre seja classificado como um “desastre natural”, para as pessoas atingidas, a sua devastação na vida, na sociedade e na comunidade, não é percebida como natural. Quarentelli (1992), afirma que um desastre não é um acontecimento físico, existe uma conjuntura de acontecimentos físicos e sociais, que levam a sua ocorrência.

Para Oliver – Smith (2009), os desastres naturais deveriam ser corretamente nomeados como “processos socionaturais”, pois a nomenclatura reconhece que os perigos naturais, são aspectos sistêmicos ambientais a qual a sua ocorrência afeta processos e condições sociais em uma sociedade. É por isso que a concepção de desastres como “processos”, faz parte do campo teórico, em que as análises sobre os desastres se aprofundam para além da sua ocorrência, buscando observar suas causas e relações com a sociedade capitalista. A concepção de “processos”, pode ser vista na definição de

Valencio (2012), que aborda os desastres como “sendo simultaneamente situação e processo” (p.20). Ainda, a autora “*toma o desastre como um tipo de crise em ocorrência num tempo social*” (Valencio, 2012, p. 31), ou seja, quando se refere ao termo tempo, não está se referindo ao tempo como um período determinado, e sim às suas dimensões culturais, políticas, econômicas e subjetivas.

Por compreender que desastres não é apenas o furacão, o terremoto, a inundação, e sim os efeitos produzidos na sociedade, que a perspectiva social faz parte das análises de diferentes campos do conhecimento, e entende que os “*desastres são causados pela interação de uma ameaça e a vulnerabilidade social*” (CARDOSO, p. 55, 2022). O avanço com relação a essa perspectiva, no que tange o campo das ciências sociais e humanas para os estudos dos desastres garante a superação da compreensão dos desastres como algo “natural”, a qual a natureza como uma entidade própria, sem a interferência do ser humano na ocorrência dos desastres. Assim, o termo “vulnerabilidade”, passa a fazer parte deste paradigma, na perspectiva social, como um fator fundamental nas análises e narrativas das condições de risco de desastre (CARDOSO, 2022). É por isso que a compreensão dos desastres na perspectiva social faz compreender que o evento do desastre (como eventos físicos), não é suficiente para que se manifeste em grau e impacto maior, pois o seu “peso” sobre uma sociedade se dá pela sociedade vulnerável a qual está exposta a um desastre e sua capacidade de enfrentamento e recuperação, de forma autônoma, aos impactos gerados pelos processos naturais.

Desta forma, desastres naturais e crises humanitárias também têm um grande impacto econômico. Segundo o Banco Mundial, os custos diretos e indiretos dos desastres naturais em todo o mundo foram de cerca de US\$ 3 trilhões entre 2010 e 2019 (BANCO MUNDIAL, 2019).

Esses dados ressaltam a importância de investir em medidas de prevenção e preparação para desastres, além de garantir a resiliência de comunidades vulneráveis. É essencial que os governos e organizações internacionais trabalhem juntos para enfrentar esses desafios e garantir um futuro mais seguro e sustentável para todos.

O Monitor Hopeful de Desastres (2023), apresenta dados estáticos com base na Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), de janeiro de 2013 a dezembro de 2020, no Brasil, 68.550 pessoas tiveram suas vidas acometidas por desastres. Os dados ainda apresentam que 52.026 pessoas se encontram desaparecidas, 2.142.710 pessoas desalojadas e 579.871 desabrigadas por situações de desastres. Com base na

tabela a seguir é possível observar o impacto dos desastres na sociedade por grupos de desastres:

**TABELA 1 - DANOS HUMANOS POR GRUPO DE DESASTRES NO BRASIL DE 2013 A 2020.**

| COBRAD E                           | MORTOS   | FERIDOS  | ENFERMOS  | DESABRIGADOS | DESALOJADOS | DESAPARECIDOS | OUTROS    |
|------------------------------------|----------|----------|-----------|--------------|-------------|---------------|-----------|
| BIOLOGICO                          | 32 mil   | 32 mil   | 1 mil     | 2.603        | 451         | 48            | 48,7 mil  |
| CLIMATOLÓGICO                      | 28,4 mil | 14,9 mil | 462,9 mil | 8.138        | 31,8 mil    | 39,6 mil      | 198,7 mil |
| GEOLÓGICO                          | 1,7 mil  | 446      | 260       | 91.170       | 35,6 mil    | 542           | 2,5 mil   |
| HIDROLÓGICO                        | 4,5 mil  | 10,9 mil | 176 mil   | 375.179      | 1,4 mil     | 9,4 mil       | 13,3 mil  |
| INCÊNDIOS URBANOS                  | 252      | 44       | 1,1 mil   | 2.916        | 6 mil       | 0             | 311,5 mil |
| METEREOLÓGICO                      | 632      | 9,2 mil  | 16,8 mil  | 94.740       | 621,9 mil   | 2,1 mil       | 33,4 mil  |
| OBRAS CIVIS                        | 931      | 316      | 300       | 3.124        | 9,5 mil     | 372           | 2,1 mil   |
| PRODUTOS PERIGOSOS                 | 11       | 35       | 3 mil     | 2.001        | 30,4 mil    | 0             | 1,1 mil   |
| SUBSTÂNCIA RADIOATIVA              | 0        | 0        | 0         | 0            | 0           | 0             | 6 mil     |
| PASSAGEIROS E CARGAS NÃO PERIGOSAS | 55       | 157      | 43        | 0            | 4           | 13            | 1 mil     |

Fonte: dados base Monitor Hopeful de Desastre em: <https://www.hopeful.pro/brasil/monitor>, 2024.

Esses dados impõem investimento em todos os elementos dos sistemas de alerta precoce, mas, particularmente, no conhecimento dos riscos para planejar melhor e na capacitação das comunidades em risco para ação prévia. Outra urgência são os dados aprimorados e melhor acesso à tecnologia para monitoramento de perigos mais forte, comunicação mais rápida de alertas e melhor acompanhamento do progresso.

Esses esforços também apoiariam a realização da Meta G do Quadro Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030, um plano global para reduzir os riscos e perdas de desastres globais, que pede aos países que aumentem substancialmente a disponibilidade e o acesso a sistemas de alerta precoce e informações e avaliações de risco de desastres para as pessoas até 2030.

Aspectos discutidos na agenda 2023, em 2015 no Brasil, faz parte da evolução de alguns marcos na agenda internacional com relação à gestão de risco de desastres.

## QUADRO 6 - SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS MARCOS NA AGENDA INTERNACIONAL COM RELAÇÃO A GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES



Fonte: elaborado pela autora, 2024

É com a inserção do tema desastres na discussão da ONU, que se passa a estabelecer uma agenda permanente para se discutir a gestão de risco de desastres (GRD), cujo ponto de partida é no ano de 1992. Como apresenta o quadro acima, as estratégias estabelecidas, ao longo do tempo, passam por mudanças significativas, iniciando com o foco nas respostas aos desastres, para, mais tarde, evoluir para a Redução de Riscos aos Desastres (RRD). Essas alterações são apresentadas na conferência de Yokohama, em 1994; no Marco de Hyogo, em 2005 e com o Marco de Sendai, em 2015, conforme quadro sistematizado a cima. O Brasil, em 2015, com a Agenda 2030, assume o compromisso firmado juntamente com mais 192 países membros da ONU, incluindo o RRD, com base em quatro ações globais: 1. Compreender o risco de desastres; 2. Fortalecer a governança para gerenciar o risco de desastres; 3. Investir em RRD para resiliência; 4. Aumentar a preparação para desastres, com o foco em ofertar respostas eficientes e melhorar as ações na fase de reconstrução (SULAIMAN & JACOBI, 2018).

A Agenda 2030 e os compromissos assumidos representam grandes desafios, a serem estruturados e avaliados, principalmente, no que tange ao Brasil os orçamentos das

políticas públicas e programas, que são extremamente relevantes, estão sempre menores ou zerados para as demandas já existentes. O endividamento público cresce a cada ano, e as situações de desastres levam a crescentes desigualdades sociais (anterior ao desastre já existente), porém estas passam a ser mais emergentes, somadas às urgências geradas por um desastre. O investimento na RRD é uma decisão no âmbito governamental, no que se refere à condução de suas políticas públicas e influencia as vulnerabilidades evidenciadas em um desastre.

Outro ponto que vem ao encontro da Agenda 2030 é quando o âmbito governamental desinveste em políticas de proteção e prevenção a desastres. No Brasil, Estados e municípios podem receber recursos para: prevenção e preparação de desastres; respostas aos desastres e reconstrução; e gestão e respostas a desastres, estes sendo caracterizados como situações de calamidade pública <sup>16</sup>ou situação de emergência<sup>17</sup>. Essa possibilidade do Estado declarar estado de emergência ou calamidade pública, vem crescendo a cada ano, no Brasil. Conforme o Sistema Integrado de informações sobre desastres, de janeiro de 2024 a julho de 2024, o Brasil possui 1.603, casos de reconhecimento de vigência (calamidade pública ou estado de emergência). Os estados, no momento, com maior número de reconhecimento são: 1º Rio Grande do Sul, com 737; 2º Goiás com 290; 3º Minas Gerais com 314; 4º estado é a Bahia com 146 e, por fim, 5º Paraíba com 132, reconhecimentos. É importante salientar que em alguns estados o número de decretos excede o número de municípios, como é o caso do RS, que, em virtude das enchentes ocorridas em maio de 2024, teve mais de 90% de municípios em estado de calamidade pública, além disso, esses números podem computar outros reconhecimentos vigentes em um mesmo município ou estado (SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE DESASTRES, 2024).

Conforme o Ministério da Integração, no que se refere a Situações de emergência, a seguir apresentado no Quadro 7, estas podem ser classificadas em nível I ou II, e quando está se encontra em um nível III se considera Estado de Calamidade Pública, pois é considerada uma situação anormal, em que o desastre (de ordem natural ou provocado), causa danos graves e prejuízos à comunidade, inclusive ameaçando a vida da população.

---

<sup>16</sup>O estado de calamidade pública conforme relatório da confederação nacional de municípios refere-se “reconhecimento (legal) pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade e à vida de seus integrantes” (pág 2).

<sup>17</sup> E a situação de emergência reconhecimento (legal) pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis (suportáveis) pela comunidade atingida.

**QUADRO 7 - CLASSIFICAÇÃO POR NÍVEL DE DESASTRE**

| Nível I                                                                                                                              | Nível II                                                                                                             | Nível III                                                                                                                                                    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Quando há somente danos humanos consideráveis. A normalidade pode ser restabelecida em nível local ou completada pelo Estado e União | Quando os danos e prejuízos são suportáveis e superáveis pelo governo local ou complementáveis pelo Estado ou União. | Neste caso os danos e prejuízos não são suportáveis e superáveis pelo governo local e restabelecimento da normalidade depende do trabalho do Estado e União. |

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações do Ministério de Integração

O Estado de calamidade pública estabelecido pela Lei 14.437 e derivado da MP 1.109/2022 ainda possibilita que o governo local, solicite empréstimos compulsórios, o parcelamento de dívidas, o atraso da execução de gastos obrigatórios e a antecipação do recebimento de receitas, bem como a dispensa de realizar licitação em obras e serviços enquanto durar a calamidade. Ainda o decreto nos casos mais graves, em que ocorre o comprometimento da capacidade do Poder Público de agir, ou seja, é quando o Estado ou Município tem à sua disposição poderes para salvaguardar a população atingida, com o auxílio do Governo Federal (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2023).

(...) tal parceria viabiliza o êxito de uma performance de proximidade do poder constituído com os grupos afetados, com a veiculação insistente dos argumentos de mais liberação de recursos para tais obras, que algumas autoridades solicitam e outras, num nível superior, se comprometem a providenciar agilmente – tomando o lugar das velhas promessas que não haviam culminado render aos grupos severamente afetados um patamar superior aquele aonde a sua vida já vinha mingando, defasada, até desabar em definitivo (VALENCIO, 2012, p.128)

Valencio (2012), ressalta que os recursos liberados em situações de desastres, na grande maioria, são utilizados pelos governantes como um propósito de criar “promessas”, “dar visibilidade pública” e tomar providências que já deveriam ter sido realizadas como forma de prevenção. Abaixo, na tabela 1 podemos observar as ocorrências de decretos no Brasil.

**TABELA 1 - Ocorrência de decretos no Brasil por tipos de desastres de 2013 a 2022.**

| <i>Eventos</i>                                    | <i>Ocorrência</i> | <i>Ocorrência (%)</i> |
|---------------------------------------------------|-------------------|-----------------------|
| <i>Estiagem/Seca</i>                              | 22.261            | 41,3%                 |
| <i>Doenças infecciosas virais</i>                 | 14.896            | 27,6%                 |
| <i>Chuvas</i>                                     | 4.457             | 8,3%                  |
| <i>Enxurradas</i>                                 | 2.265             | 4,2%                  |
| <i>Vendaval</i>                                   | 1.728             | 3,2%                  |
| <i>Inundações</i>                                 | 1.704             | 3,2%                  |
| <i>Incêndio Florestal em parques</i>              | 1.132             | 2,1%                  |
| <i>Alagamentos</i>                                | 1.163             | 2,2%                  |
| <i>Incêndio Florestal em áreas não protegidas</i> | 926               | 1,7%                  |
| <i>Granizo</i>                                    | 733               | 1,4%                  |
| <i>Deslizamentos</i>                              | 684               | 1,3%                  |
| <i>Demais</i>                                     | 2.011             | 3,7%                  |
| <b><i>Total</i></b>                               | <b>53.960</b>     | <b>100,0%</b>         |

Fonte: Fonte: S2ID/MDR - Elaboração: Área de Estudos Técnicos/CNM, 2024.

No que se refere a recursos da União, nos últimos 10 anos, os desastres classificados como naturais geraram 20.347 decretações de anormalidade. Os decretos decorrentes da seca corresponderam a 41,3%, transformando a seca e a estiagem em grandes vilãs decorrentes das variáveis climáticas. Em segundo lugar, vêm os desastres decorrentes das chuvas; foram 6.111 decretos que correspondem a 30% das decretações. Outro dado a ser destacado é que a incidência de estiagem/ seca e doenças virais, somam 68,9% das ocorrências nos últimos dez anos. Total esse que passam de 50%, se comparados com os outros tipos de desastres.

Em um estudo técnico realizado pela defesa civil em abril de 2022, entre janeiro de 2013 a 05 abril de 2022, os desastres naturais causaram R\$ 341,3 bilhões de prejuízos em todo o Brasil e o número de pessoas afetadas totaliza 347.441.381.

**TABELA 2 - QUANTIDADE DE PESSOAS AFETADAS POR DESASTRES NO BRASIL- 2013 A 2022**

| <i>Ano</i>   | <i>Quantidade de Pessoas Afetadas</i> |
|--------------|---------------------------------------|
| 2013         | 14.292.719                            |
| 2014         | 12.571.233                            |
| 2015         | 16.666.908                            |
| 2016         | 25.969.700                            |
| 2017         | 57.532.895                            |
| 2018         | 48.498.053                            |
| 2019         | 39.644.171                            |
| 2020         | 83.073.219                            |
| 2021         | 41.273.561                            |
| 2022         | 7.918.922                             |
| <b>TOTAL</b> | <b>347.441.381</b>                    |

Fonte: S2ID/MDR - Elaboração: Área de Estudos Técnicos/CNM

Conforme o quadro apresentado acima, nota-se que no período pós-golpe, de 2017 a 2021 de 2017, esse crescimento é vertiginoso, totalizando 270.021.899 pessoas afetadas por desastres, o que representa um percentual de 77,7% só nesses cinco anos. O crescimento antecede à pandemia, mas se acentua neste período, de 25 mil para 57 mil entre 2016 e 2017, ou seja, um crescimento de mais de 50%; em 2018 e 2019 cai, mas mantém índices bem superiores aos anteriores a 2016; 2020 é o ápice, chegando a 83 mil.

Conforme o Painel de Recursos para Gestão de Riscos e Desastres, do Tribunal de Contas (TCU), o poder executivo não aplicou 35% dos recursos destinados a Defesa Civil para a Gestão de Riscos e Desastres, entre 2012 a 2023. Do orçamento de R\$ 33,75 bilhões previstos para ações de resposta, recuperação e prevenção, R\$ 21,79 bilhões foram repasses pagos pela União, transferidos a estados e municípios, equivalente a 64,5% do total. Outro aspecto identificado é que grande parte dos recursos utilizados são voltados para medidas de resposta e recuperação (as respostas contemplam ações como: socorro às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais, como fornecimento de água, cestas básicas, itens de higiene e limpeza urbana. Já ações de recuperação envolvem a reconstrução de infraestruturas danificadas); do repasse de R\$ 21,79 bilhões pagos no período, R\$ 15,12 bilhões, 69,4% foram destinados para a Gestão dos desastres, ou seja, após o seu ocorrido (ACCIOLY, 2024).

Para as medidas de prevenção, o Painel destaca que este recurso foi bem menor, e voltado para obras de infraestrutura para evitar ou reduzir a ocorrência de novos desastres, contemplando um valor de apenas R\$ 6 bilhões. Ou seja, o poder executivo, neste período, investiu mais o dinheiro para recuperar e amparar os danos causados por desastres

naturais do que para preveni-los. O painel ainda explica que, ao longo desses 12 anos, a cada R\$1 gasto nas fases de respostas e recuperação, apenas R\$0,39 foram investidos em prevenção. O que reforça que o Brasil ainda não consegue, em suas ações, contemplar a cultura da prevenção e educação em desastres (RECURSOS PARA GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES, 2024).

Salienta-se que, em 2016, ano do golpe e impeachment da presidenta Dilma, o orçamento para prevenção de desastres foi reduzido drasticamente. Os anos de 2012 a 2015, anteriores à gestão de Dilma Rousseff, demarcam maiores repasses, chegando à média de R\$ 2,25 bilhões. Em 2010, o orçamento federal era de R\$ 9,4 bilhões; em 2013 o orçamento chegou a R\$ 11,5 bilhões. É importante ressaltar que em 2013, foi o ano que em que a região nordeste viveu uma estiagem que atingiu aproximadamente 90% de pequenos agricultores e o Rio de Janeiro passou por alagamentos.

Nos anos de 2017 e 2018, anos do governo de Michel Temer, o investimento público para Gestão de Risco e Desastres foi reduzido para R\$1,75 bilhão. O cenário piora com a entrada do governo bolsonarista, apesar do orçamento ter uma pequena melhora para R\$ 2,3 bilhões em 2020. Em 2021, com os efeitos vivenciados pela pandemia e a política de recessão do governo bolsonarista, esse orçamento passa para R\$ 1,4 bilhão. Ressalta-se que em 2021, foi um ano em que o Brasil sofreu com “aumento nos índices de precipitação pluviométrica, e 13 estados brasileiros declararam situação de emergência ou calamidade pública. Já o ano de 2022 demarcou o pior orçamento histórico dos últimos dez anos, com R\$ 1,2 bilhão em 2022. Em 2023, ano marcado pelo primeiro ano do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o valor destinado apresentou um pequeno aumento, passando para R\$ 1,39 bilhão (RECURSOS PARA GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES, 2024).

O panorama acima apresentado demonstra, o quanto o Brasil não investe os recursos no Gerenciamento de Riscos e Desastres, principalmente quando desperdiça 35% desse orçamento, que poderia ser voltado a ações de prevenção e educação em desastres. A falta de investimento na Defesa Civil é outro aspecto a ser avaliado de 2012 a 2024, foram gastos em ações R\$ 8.771 milhões), ou seja, o gasto anual nestes 13 anos foi de, aproximadamente, R\$ 674 milhões. Com chuvas cada vez mais intensas e recorrentes, o cenário demonstra as demandas causadas pelas mudanças climáticas e a Defesa Civil é um órgão essencial e estratégico, tanto em monitoramento, alerta à população, resgate e ações de avaliação de risco. Outro ponto é que a falta de investimento em ações de monitoramento, alerta e educação das populações frente a desastres,

demonstra um grau de negligência e severidade com relação à pauta dos desastres pelas autoridades. A falta de percepção de risco, a cultura ainda primitiva com relação aspectos de segurança, fazem a sociedade e as autoridades não perceberem a gravidade da situação, quando se há um desinvestimento em prevenção e educação para desastres. Essa falta de percepção cultural, torna mais letárgica a sua mudança (ACCIOLY, 2024).

A base de Dados de Eventos de Emergência (EM-DAT)<sup>18</sup>, no seu último relatório “Disasters in number”, referente ao ano de 2023, registrou 399 desastres classificados como naturais. O total desses desastres resultaram em 86.473 vítimas, afetando 93,1 milhões de pessoas. O impacto econômico foi de 202,7 milhões de dólares. Entre os desastres que mais trouxeram dados, o relatório apresenta o terremoto ocorrido em 2023, na Turquia e na República Árabe Síria, com 56.683 notificações de mortes e mais de 42,9 milhões de dólares, afetando ao total cerca de 18 milhões de pessoas. Outro desastre apontado pelo relatório foi a seca na Indonésia, atingindo 18,8 milhões de pessoas nos períodos de junho a setembro de 2003. O relatório ainda aponta que 2023 foi o ano com o índice mais elevado de mortes por desastres dos últimos 20 anos.

No ano em análise, registrou-se um elevado nível de mortalidade por catástrofes, com um total de 86.473 mortes, excedendo a média de 20 anos de 64.148 mortes e o valor mediano de 19.290 mortes 3 para o mesmo período, principalmente devido ao dramático terremoto na Turquia e Síria em fevereiro de 2023, contabilizando dois terços do total de mortes do EM-DAT. O número de pessoas afetadas por catástrofes, 93,1 milhões, está abaixo da média anual de 2003-2022 de 175,5 milhões (EM-Date, p. 2, 2024).

Outro aspecto apontado pelo relatório, apesar deste apresentar apenas análises de um terço dos desastres neste período, em nível mundial, são os danos econômicos que, em 2023, foram superiores a 2022, sendo estes já citados acima de 202,7 milhões de dólares e, em 2022, esse valor ficou em torno dos 196,3 milhões de dólares. Ressalta-se que a base de dados EM-DAT define os desastres como *“uma situação ou evento que sobrecarrega a capacidade local, necessitando de um pedido de assistência externa a nível nacional ou internacional; é um evento imprevisto e muitas vezes repentino que causa grandes danos, destruição e sofrimento humano”* (p.8). A base de dados apresenta informações dos desastres atribuídos a riscos naturais e revela a importância de ampliar

---

<sup>18</sup> O EM-Date é um banco de dados com propósitos da **ação humanitária em níveis nacional e internacional**. A iniciativa visa racionalizar a tomada de decisões para estratégias de **preparação para desastres e redução de risco de desastres**, bem como fornece uma base objetiva para **avaliação de vulnerabilidade e definição de prioridades**.

o acesso aos dados e inclusão de dados de desastres de riscos tecnológicos. Assim, a necessidade crítica de intensificar os esforços globais na avaliação, comunicação e divulgação de dados sobre perdas econômicas resultantes de desastres (EM-DATE, 2024).

O Relatório do EM-DATE, aponta os 10 desastres que mais vitimaram vidas em 2023 e os prejuízos econômicos. O primeiro, na Turquia, uma sequência de terremotos com magnitudes de 7,8 Mw e 7,5 Mw só no período de fevereiro de 2023, deixou 50.783 vítimas e afetou 9,2 milhões de pessoas e os danos econômicos foram de 34 milhões de dólares. O segundo, na República Árabe Síria, cujo desastre este ano, vitimou 5.900 pessoas e afetou 8,8 milhões de pessoas e os danos econômicos foram de 8,9 milhões de dólares. Ainda em terceiro, aponta o desastre (terremoto) ocorrido em 8 de setembro, no sudeste de Marrocos, resultando em 2.946 vítimas e uma estimativa de 7 milhões de dólares. Em quarto, o terremoto ocorrido em 7 de outubro no Afeganistão, ceifando 2.445 vidas. Em quinto, as tempestades severas ocorridas no Líbano, em setembro, deixando 12.352 vítimas, mais de 8 mil pessoas desaparecidas e 6,2 milhões de dólares (considerado o segundo desastre que mais matou pessoas no ano de 2023). O sexto desastre apontado é o ciclone “Freddy” que ocorreu no início de 2023, passando por Madagascar, Moçambique e Malawi. O país mais afetado foi Malawi, deixando 1.209 mortos e afetando 2,3 milhões de pessoas. Já em sétimo lugar, o relatório retrata o desastre ocorrido por conta do tufão Doksuri, que aconteceu em julho, nas Filipinas, passando também pela China, considerado o segundo desastre em perdas econômicas, sendo estimado em 25 milhões de dólares. O oitavo desastre, as Inundações ocorridas em dezembro, na Índia, devido ao ciclone Michaung, que afetou 4,4 milhões de pessoas. Em nono está o desastre ocorrido em março, nos Estados Unidos, por conta de uma tempestade a qual provocou tornados, ventos fortes e inundações, levando 13 vidas e um prejuízo econômico de 6 milhões de dólares. Por fim, o relatório aponta o décimo desastre, ocorrido em outubro, uma tempestade tropical, que atingiu o México e afetou 1 milhão de pessoas, provocando 104 mortes e 12 milhões de dólares em danos, sendo considerado o desastre por tempestade com maior custo econômico (EM-DATE, 2024).

No que se refere a desastres causados por ondas de calor, embora os dados de 2023 não estejam concluídos, os dados referentes a 2022, registrou 16.305 mortes devido a ondas de calor na Europa com base em dados preliminares. Um ano após, um estudo publicou uma análise sobre ondas de calor na Europa, em julho de 2023, atualizando o

impacto da mortalidade relacionada com a ondas de calor em 2022 para 61.570 mortes, uma avaliação mais consistente do continente europeu (EM-DATE, 2024).

O relatório ainda faz menção ao verão de 2023, e seus efeitos sobre a população, em especialmente em pessoas com 65 anos ou mais, em vários países europeus, incluindo Grécia, que também sofreu incêndios florestais significativos e, por consequência, poluição atmosférica, bem como Itália, Malta e Espanha. A Espanha, em análises online da *Mortalidade Atribuída no Verão ao Calor em Espanha (MACE)*, apresentou 5.028 mortes devido ao calor extremo e 6.137 mortes atribuídas ao calor moderado.

A seguir a Tabela 3, sistematizada com base nos dados divulgados no relatório “disasters in numbers”, referente ao ano de 2023, apresenta dados sobre os desastres por continentes.

**TABELA 3 - DADOS INTERNACIONAIS SOBRE DESASTRES NOS CONTINENTES REFERENTE DE 2003 -2022**

| Continentes | Percentual de Mortalidade | Percentual de Pessoas Afetadas | Perdas Econômicas |
|-------------|---------------------------|--------------------------------|-------------------|
| Ásia        | 58,60%                    | 77,80%                         | 40,20%            |
| Europa      | 16,80%                    | 0,30%                          | 8,00%             |
| Oceania     | 0%                        | 0,20%                          | 2,70%             |
| África      | 3,90%                     | 13,50%                         | 1,00%             |
| Américas    | 20,60%                    | 8,10%                          | 48,10%            |

Fonte: Dados obtidos do relatório Em-Date Disasters in number – 2023.

No que se refere ao percentual de mortes por situações de desastres, os países do continente asiático são os que mais, apresentam perdas de vidas (58,6%) e percentual de pessoas afetadas (77,8%). Esse dado trágico se dá pelos altos índices de desastres ocorridos em 2023, no continente da Ásia, sendo 79 relacionados a riscos hidrológicos e meteorológicos, sendo mais de 80% causados por inundações e tempestades, resultando 2000 mil perdas de vidas e 9 milhões de pessoas afetadas. A África é outro continente que apresenta dados bem elevados, no que se refere a pessoas afetadas por desastres (13,5%), ficando em segundo lugar. O relatório do EM-DATE, ao retratar dados do ciclone Freddy, levanta discussões à cerca do tema justiça climática, que afetou o continente em 2023. O tema da justiça climática apresenta as principais causas de desastres, por países que mais emitem CO<sub>2</sub>, sendo deles a responsabilidade de “reparação”, “indenização” sobre nações que sofrem com os efeitos do aquecimento global. Ainda o continente da África, de 1970 a 2021, registrou 1.839 desastres naturais, causando neste período mais de 733 mil mortes e 43 bilhões de dólares em prejuízo na economia. E, por fim, a tabela apresenta o continente das Américas, com elevado índice

de morte (20,6%), e elevado índice em perdas econômicas, estando em primeira posição (48,1%). O escritório da ONU para Redução de Riscos em Desastres, apresentou que só na América Latina e no Caribe, 11 milhões de pessoas foram afetadas por desastres no ano de 2023, por conta de desastres causados pelas mudanças climáticas, resultando em 20 bilhões de dólares em perdas econômicas.

Diante deste cenário, é possível compreender que os desastres, tanto em nível nacional como internacional, são eventos que causam grandes danos e prejuízos humanos e materiais e sofrimento em escala global, afetando países e comunidades em diferentes continentes, sejam eles naturais, como terremotos, tsunamis, erupções vulcânicas, inundações por chuvas intensas, secas e queimadas por ondas intensas de calor e furacões, ou sejam eles provocados pelo homem, como guerras, acidentes nucleares e poluição ambiental. Além disso, os dados apresentados, mostram como os desastres naturais frequentemente ocorrem devido a fenômenos geológicos e atmosféricos. Terremotos, por exemplo, resultam do movimento das placas tectônicas e podem causar devastação em grandes áreas; a exemplo, o terremoto no Japão em 2011, de magnitude 9.0 que causou um tsunami devastador. Da mesma forma, furacões e ciclones tropicais, como o furacão Katrina em 2005, podem levar a inundações massivas e destruição de infraestruturas, deixando milhões de pessoas desabrigadas.

No que se refere aos desastres classificados como tecnológicos ou provocados pelo homem, eles ocorrem, na sua grande maioria, pelos conflitos armados ou da exploração irresponsável dos recursos naturais. As Guerras e conflitos armados, a exemplo, a guerra na Rússia e Ucrânia e o conflito de gangues no Haiti, vêm destruindo cidades inteiras, levando o desastre a crises humanitárias e a deslocamentos forçados por refugiados. Outro caso são os acidentes nucleares, como o de Chernobyl, em 1986 e Fukushima, em 2011, os quais demonstraram os riscos associados à energia nuclear e os efeitos devastadores, a longo prazo, sobre a saúde humana e sobre o meio ambiente.

Os desastres nacionais e/ou internacionais desvendam as desigualdades existentes, países em desenvolvimento, com infraestrutura precária e menos recursos para resposta e recuperação, frequentemente são mais impactados, por ofertarem respostas e serviços mais letárgicos. As populações vulneráveis, como crianças, idosos e aqueles em situação de pobreza, são frequentemente as mais afetadas. Desta forma, a resposta aos desastres requer uma coordenação eficaz entre governos, organizações não governamentais e instituições internacionais. A ajuda humanitária, o envio de equipes de socorro e a assistência financeira são cruciais para mitigar os impactos imediatos e ajudar na

recuperação a longo prazo. No entanto, é igualmente importante abordar as causas subjacentes dos desastres e promover a resiliência comunitária e a gestão de riscos para reduzir a probabilidade e a severidade dos eventos futuros. Salienta que os desastres necessitam, em suas repostas, de interconexão global e de solidariedade e cooperação entre nações, bem como a responsabilização de Estados, nações e governos no que tange às ações de prevenção e mitigação antes, durante e depois dos desastres.

Após a análise de como o neoliberalismo intensifica as desigualdades e fragilidades diante de desastres, o capítulo seguinte intitulado **“O Serviço Social e o Enfrentamento a Situações de Desastres: Singularidades e Particularidades da Profissão em Diferentes Continentes”** aborda o trabalho do Serviço Social na mitigação e resposta a desastres. Este capítulo analisa as diferentes práticas, desafios e particularidades do exercício profissional do assistente social em contextos de desastre em diversas regiões do mundo. A partir de uma perspectiva não comparativa, são exploradas as formas como a profissão a partir de suas especificidades da profissão em diferentes países vem desenvolvendo o trabalho em situações de desastres. Destaca os limites e as potencialidades do Serviço Social na construção de estratégias para o trabalho em desastres, ressaltando o compromisso ético da profissão com a dignidade humana e os direitos sociais diante de eventos adversos.

### Capítulo 3 – O Serviço Social e o Enfrentamento a Situações de Desastres: Singularidades e Particularidades da Profissão em Diferentes Continentes

*“Acho que os(as) Assistentes Sociais são subutilizados no espaço do desastre”<sup>19</sup>*

*(Assistente Social Australiano)*

*“Ainda não somos reconhecidos como profissionais capazes de trabalhar na construção das respostas e também dos meios de prevenção”,*

*(Assistente Social Brasileiro)*

Os profissionais de serviço social estão cada vez mais envolvidos em contextos pós-desastre, contudo, observamos que o trabalho profissional nas comunidades afetadas por desastres centrou-se principalmente na prestação de serviços de ajuda de curto prazo. Iamamoto (1997), reforça que o Serviço Social, tem como objeto de trabalho a múltiplas expressões da questão social, que refletem as desigualdades do sistema atual, marcadas pela disputa entre capital e trabalho. De fato, os/as Assistentes Sociais atuam nas instituições com base em conhecimentos especializados, utilizando as competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas.

A profissão no Brasil tem 80 anos, desde a criação da primeira Escola de Serviço Social na PUC de São Paulo em 1936, e atualmente a categoria conta com mais de 200 mil profissionais, distribuídos pelos 27 Conselhos Regionais de Serviço Social, sendo a segunda maior em número de profissionais no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos (IAMAMOTO,2017).

A nível mundial a base de dados International Federation of Social Workers (apêndice F),<sup>20</sup> informa que o continente da América do Norte (a partir do país Canada), conta com 18.918 assistentes, já os continentes da Ásia e Pacífico, contam com 58.086 Assistentes Sociais<sup>21</sup> vinculados a diferentes países (Cazaquistão, Taquistão, República Quirguistão, Mongólia, China. Macau, Japão, Nepal, Índia, Bangladesh, Sirilanka,

---

<sup>19</sup> Trecho do texto retirado do formulário da pesquisa da tese via google forms, enviado para Assistentes Sociais da Austrália,2023.

<sup>20</sup> O apêndice F, apresenta a sistematização de associações de assistentes social no mundo com base nas informações e dados International Federation of Social Workers, por países, associações e número de assistentes sociais membros vinculados.

<sup>21</sup> Esse número é com base no levantamento realizado na International Federation of Social Workers, o apêndice F, traz com detalhes países que possuem a associação, porém não informaram o número de assistentes sociais vinculados. Outro dado importante é que nem todos os países, os profissionais assistentes sociais, como é o caso do Brasil, necessitam estar vinculados a conselhos ou associações para exercer a profissão, o que pode alterar o número de profissionais do serviço social no mundo.

Vietnã, Hong Kong, Filipinas, Malaia, Cingapura, Indonésia, Guiné, Austrália, Nova Zelândia, Tânger, Fiji, Bahrein, Lâmen, Kuwait, Libanesa, Jordânia, Palestina), ao total são 30 associações de Assistentes Sociais, com exceção dos países Bahrein e Lâmen que possuem associações não exclusivas para os(as) Assistentes Sociais, sendo elas: União Geral Iemenita de Sociólogos, Assistentes Sociais e Psicólogos e Sociedade de Sociólogos do Bahrein. Ressalta também o Japão em que associação está dividida em três, distinguindo Assistentes Sociais que atuam na área da saúde, saúde mental e outras áreas afins, sendo elas: Associação Japonesa de Assistentes Sociais, Associação Japonesa de Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde e Associação Japonesa de Assistentes Sociais de Saúde Mental. A seguir o mapa com o recorte dos continentes da Ásia e Pacífico, demonstrando os países e suas respectivas associações de Assistentes Sociais.

**MAPA 1 - ASSOCIAÇÕES DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS CONTINENTES DA ÁSIA E PACÍFICO**



Fonte: imagem recortada a partir das informações do International Federation of Social Workers, 2023.

O continente da África, conforme dados International Federation of Social Workers, apresenta 31 organizações para os(as) Assistentes Sociais em diferentes Países entre eles: Marrocos, Líbia, Níger, Egito, Sudão, Djibouti, Senegal, Gâmbia, Serra Leoa, Gâmbia, Togo, Benin, Nigéria, Camarões, Congo, Angola, Zâmbia, Zimbábue, Botswana, África Do Sul, Lesoto, Suazilândia, Madagascar, Maurício, Tanzânia, Quênia, Burundi, Ruanda, Uganda, Guiné, Malawi. Do total de 31, 26 são associações, organizadas apenas para Assistentes Sociais, 3 são sindicatos para profissionais das áreas sociais, incluindo o

Assistente Social, e psicólogos, sendo esses: sindicato público de especialistas sociais e psicológicos da Líbia, sindicato geral das profissões sociais no Egito, sindicato nacional dos técnicos sociais do Benim e Organização Nacional (Organização Nacional Ruanda de Assistentes Sociais). Assim conforme informações coletadas no International Federation of Social Workers (2023), só no continente da África são 86.081 <sup>22</sup>Assistentes Sociais. A seguir o mapa 2 com o recorte do continente da África demonstrando os países e suas respectivas instituições e associações de Assistentes Sociais.

**MAPA 2 - ASSOCIAÇÕES/SINDICATOS E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTENTES SOCIAIS NO CONTINENTE DA ÁFRICA.**



Fonte: imagem recortada a partir das informações do International Federation of Social Workers, 2023.

O mapa 3 a seguir, apresenta as organizações de os(as) Assistentes Sociais na América do Sul, vinculadas a Internacional Federation of Social Workers. Ao total são 20 organizações em diferentes Países entre eles: Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, El Salvador, Granada, Haiti, México, Antilhas Holandesas, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, Suriname e Uruguai. A Federação Internacional aponta para 12 Associações profissionais de Assistentes Sociais, 3 Federações Nacionais, 1 Conselho Federal, 2 Colégio Profissional e 1 Sociedade de Assistentes Sociais (localizada em Cuba). Ao total no continente da América Latina conforme registro da Federação Internacional, são 237.975 Assistentes

<sup>22</sup> Ressalta-se que os países: Marrocos, Líbia, Níger, Sudão, Djibuti, Senegal, Gambia, Serra Leoa, Libéria, Benim, Angola, África do Sul, Lesoto, Suazilândia, Madagascar, Maurutius, Tanzânia, apesar de possuir associações para os(as) assistentes sociais, não informaram ao International Federation of Social Workers (2023) o número de membros, não sendo contabilizado no valor total.

Sociais registrados, sendo o Brasil com maior número de registros 194.000 profissionais<sup>23</sup> e Granada com o menor número 24 Assistentes Sociais.

**MAPA 3 - ASSOCIAÇÕES/SINDICATOS E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTENTES SOCIAIS NO CONTINENTE DA AMÉRICA LATINA**



Fonte: imagem recortada a partir das informações do International Federation of Social Workers, 2023.

O continente da Europa, conforme apresentado na imagem 4, conta com 50 países registrados, sendo: Albânia, Andorra, Armênia, Áustria, Azerbaijão, Bielorrússia, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Chipre, República Checa, Dinamarca, Estônia, Ilhas Faroé, Finlândia, França, Geórgia, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Israel, Itália, Kosovo, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia, República do Norte, Malta, Moldávia, Mônaco, Montenegro, Holanda, Noruega, Polônia, Portugal, Romênia, Federação Russa, San Marino, Sérvia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Peru, Ucrânia e Reino Unido. Conforme os dados da Federação Internacional o da Europa conta com: 33 Associações profissionais de Serviço Social, 5 Sindicatos de Assistentes Sociais, 2 Associações Nacionais de Serviço Social, 3 Órgão de coordenação Nacional de Serviço Social, 4 União de profissionais do Serviço Social, 1 Organização de trabalhadores Sociais em Kosovo e 2 denominadas união (em Israel e Suécia). Ao total são 195.513 Assistentes Sociais registrados no continente da Europa,

<sup>23</sup> Observa-se que esses números informados fazem parte dos dados coletados na International Federation of Social Workers.



com associações segmentadas por áreas de atuação: saúde, saúde mental e outras áreas, já Bahrein e Iêmen possuem associações que incluem assistentes sociais, mas não de forma exclusiva. A Ásia e o Pacífico, apesar da ampla cobertura geográfica e diversidade cultural, apresentam desafios em relação à exclusividade organizacional para Assistentes Sociais. Países com alta demanda em áreas de saúde e bem-estar social, como Índia e China, beneficiam-se pela ampliação e fortalecimento das associações profissionais.

Com relação ao continente da **África**, totalizando 86.081 profissionais registrados em associações e sindicatos, apresenta uma ampla diversidade de modelos organizacionais, incluindo sindicatos e associações que abrangem múltiplas profissões. A África é uma das regiões com números significativos de Assistentes Sociais. No entanto, a presença de sindicatos que englobam diferentes profissões sugere que a luta pela identidade e valorização específica do Serviço Social ainda é um desafio. O fortalecimento das associações exclusivas é necessário para garantir representatividade e melhores condições de trabalho.

Conforme International Federation of Social Workers o continente da **América Latina**, conta com 237.975 profissionais se destaca como a região com o maior número de Assistentes Sociais registrados, evidenciando a forte presença e organização da categoria, especialmente no Brasil. Contudo, a desigualdade entre os países, como observado no caso de Granada, revela a necessidade de apoio e incentivo às regiões com menor representação.

O continente **Europeu**, com o total de 195.513 profissionais registrados, apresenta uma estrutura consolidada, com múltiplas formas organizativas. Contudo, a disparidade entre os países, como o baixo número de registros na Ucrânia, pode refletir dificuldades socioeconômicas e contextos políticos que afetam a profissão. A Espanha, por outro lado, exemplifica um país com uma estrutura robusta de Assistentes Sociais.

As análises globais dos dados do Serviço Social nos Continentes, apresentados pela International Federation of Social Workers (2023), revela uma distribuição desigual dos profissionais de Serviço Social e de suas respectivas organizações, sendo: **América Latina** apresenta o maior número absoluto de profissionais, refletindo uma forte tradição de Serviço Social; **África** e **Ásia/Pacífico** possuem uma quantidade significativa de profissionais, mas enfrentam desafios estruturais, como associações não exclusivas ou fragmentadas; **Europa** possui uma estrutura organizacional diversa, mas também lida com disparidades entre os países e por fim **América do Norte**, com dados apenas do Canadá, requer maior integração de informações para uma análise mais completa. Esses

dados destacam a importância do fortalecimento das associações e do reconhecimento do trabalho do Assistente Social, especialmente em regiões com baixo número de profissionais ou com estruturas organizacionais menos específicas. O cenário global reflete não apenas a diversidade, mas também os desafios enfrentados na busca por representatividade, valorização profissional e melhores condições de trabalho.

A profissão do Serviço Social no Brasil se destaca principalmente nas áreas de Políticas de Saúde, Política de Assistência Social e Previdência Social, além de estar inserida em diversas políticas públicas. Predominantemente, os/as Assistentes Sociais atuam no setor público, embora também sejam encontrados no setor privado e no “terceiro setor”.

Essa ampla presença em diferentes setores é possibilitada por uma variedade de formas de contratação, o que inclui situações de precarização do trabalho. A diversidade de contextos e modalidades de trabalho reflete a flexibilidade da profissão e sua capacidade de adaptação às necessidades emergentes das políticas sociais e aos desafios do mercado de trabalho, a qual em uma situação de desastre, são agravadas.

É a partir da década de 1990, que o Serviço Social brasileiro, realiza um redirecionamento profissional, movimento este em busca de uma nova roupagem intelectual e com posicionamento político para a categoria profissional. Desse movimento emerge um projeto ético político apoiado em compromissos, valores, princípios e ações que reafirmam a busca por uma sociedade mais justa e igualitária e vai na contramão das concepções impostas pela sociedade burguesa. Este compromisso da categoria, reconhece a questão social como “*reprodução contraditória das relações de classes, das condições de continuidade da produção capitalista e de suas fraturas*” (IAMAMOTO, p. 67, 2011), está legitimada na Lei de Regulamentação (Lei 8.662/93), no Código de Ética de 1993, nas Diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS/1996), nas entidades representativas, Conselho Federal de Serviço Social e nos, Conselhos Regionais de Serviço Social (Conjunto CFESS/CRESS), na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), bem como no exercício profissional de Assistentes Sociais inseridos nos mais variados espaços sócio-ocupacionais.

Com base nesse novo (re)direcionamento profissional, os mais diferentes segmentos da categoria profissional fundamentam o exercício profissional comprometido com as bandeiras de lutas dos movimentos populares, em defesa dos direitos humanos, das liberdades étnica, religiosa, sexual, entre muitas outras, compromisso firmado em conjunto com outros sujeitos individuais e

coletivos, essa passa a ser então o projeto profissional do Serviço Social. Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão; elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (Netto, 2006, p.144 apud Raichelis, 2010).

A consolidação do projeto ético-político da profissão é fundamental, pois norteia o aparato teórico-metodológico que oferece condições de propor formas de intervenções a partir de uma leitura crítica da realidade. Esforço este em compreender criticamente as demandas apresentadas à profissão e que buscam uma intervenção profissional qualificada na realidade em prol da garantia de direitos e como horizonte à valorização da emancipação humana. Da mesma forma, o conjunto de atribuições profissionais específicas, para além de reconhecer as especificidades do fazer capacitacional, profissionalizando o Assistente Social, legitima a identidade da formação expressada por um viés político emancipatório. Essa formação mantém a centralidade da relação entre projeto profissional e projetos societários, não só garantindo a distinção entre ambos, mas também as aproximações necessárias em prol do compromisso profissional firmado pela categoria. De tal forma que conecta a prática profissional a um determinado projeto societário firmando a dimensão política da profissão. Assim, profissionais atuam em prol da transformação da ordem social vigente, apoiando, fortalecendo, construindo nesses movimentos, a fim de reforçar seus princípios e lutas sociais (NETTO, 1999).

A regulação e normatização da profissão de Serviço Social no Brasil são responsabilidades atribuídas ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), enquanto a orientação e fiscalização do exercício profissional são competências dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) (BRASIL, 1993). Este arranjo institucional visa assegurar a prática ética e competente da profissão, garantindo que os princípios e normas estabelecidos sejam efetivamente seguidos.

Embora o Serviço Social seja classificado como uma profissão liberal, essa classificação não se dá no sentido clássico, uma vez que os profissionais não possuem os meios e recursos necessários para a realização de suas atividades de forma autônoma. A responsabilidade pela disponibilização dos recursos e instrumentos de trabalho recai sobre os empregadores. Isso significa que, apesar de os(as) Assistentes Sociais desempenharem um papel crítico e especializado nas instituições em que atuam, a

infraestrutura e os recursos essenciais para o exercício de suas funções são providos pelas entidades empregadoras.

A autonomia profissional do Assistente Social é um aspecto central na realização de suas atividades, permitindo que o profissional atue com certo grau de liberdade e responsabilidade dentro das instituições em que está inserido. Segundo Iamamoto (1998), essa autonomia é relativa e se configura em função das exigências e diretrizes estabelecidas pelas instituições empregadoras.

A autonomia do Assistente Social refere-se à capacidade de tomar decisões e implementar intervenções com base em seu conhecimento técnico, experiência e julgamento profissional, dentro dos limites e parâmetros definidos pelas políticas institucionais e pelas normas da profissão. Esse nível de autonomia é essencial para que o profissional possa organizar suas ações às necessidades específicas dos usuários e às condições contextuais, mantendo a flexibilidade necessária para enfrentar os desafios da prática cotidiana.

Reiteramos que ocorrência de um desastre deve ser compreendida para além de sua origem natural e sim como produto de uma sociedade capitalista, a qual novos processos produtivos acarretaram e acarretam transformações profundas nas vidas dos sujeitos. Essas transformações evidenciam as expressões da questão social na medida em que os contextos de desigualdades sociais reforçam a importância das análises integradas incorporando as dimensões sociopolíticas e socioeconômicas. Partindo desta discussão e da afirmação dos valores e princípios da profissão compreende-se a importância do trabalho do Assistente Social em desastres.

A compreensão acerca dos desastres se impõe não apenas para conhecer e compreender, mas, também, para realizar uma análise das relações implicadas em uma sociedade capitalista e que, como consequência, traz à tona as mazelas e os fenômenos sociais, entre eles os desastres e seu impacto para a população. Desvelar situações que desencadeiam um desastre são condições para não simplificar nem suavizar responsabilidades ou supervalorizar os recursos tecnológicos; desconsiderando as suas mediações sociais e históricas, naturalizando esses eventos e como esses se revelam em nossa sociedade (MARQUES, 2018).

Ressalta a importância em buscar bases teóricas em convergência com os fundamentos da profissão para que as análises no campo do serviço social acerca dos desastres, forneça subsídios para capacitar a abordagem e o trabalho de(as) Assistentes Sociais. Durante estudos no mestrado, apoiada na sociologia dos desastres, após

convergências e tendo como base o objeto de intervenção da profissão, a questão social, delineou-se o seguinte conceito sobre desastre “ *Os desastres em geral seja natural ou tecnológico, a sua raiz está relacionada intrinsecamente como um produto de uma sociedade capitalista, na qual novos processos produtivos acarretam transformações profundas nas vidas dos sujeitos, evidenciam as expressões da questão social, e os contextos de desigualdades sociais, reforçando a importância das análises integradas incorporando as dimensões sociopolíticas e socioeconômicas. A necessidade de compreensão acerca dos desastres se dá não apenas para conhecer e compreender, mas realizar uma análise das relações implicadas em uma sociedade capitalista e que como consequência traz à tona as mazelas e os fenômenos sociais, entre elas os desastres e seu impacto para a população*”, (MARQUES, 2018)

Avila (2017), afirma que o Serviço Social tem uma longa trajetória na intervenção/trabalho em desastres, principalmente no que se refere ao atendimento no momento da crise, muitas vezes está restrita ao campo da intervenção. Para além deste espaço a importância do trabalho na Gestão do Desastre, pois “*A trabalho do(a) Assistente Social permite que a população atingida tenha acesso aos serviços básicos disponíveis e seus direitos fundamentais garantidos durante e após a crise*” (Zakour 2017 apud Avilla 2017 p. 345). Esta trajetória está sistematizada no quadro a seguir:

**QUADRO 8 - TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL EM DESASTRES**



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Avila (2017); Dutra (2017); Dominelli (2011), 2024.

É a partir da década de 1990, que o tema desastre passou a fazer parte da agenda social da profissão, surgindo referências ao tema e artigos científicos. (Nunes, 2013 apud Ávila, 2017). O código de ética profissional do(a) Assistente Social também faz menção ao dever profissional, em seu artigo 3º aponta “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades” (CFESS, 1993). Isso confirma a importância da pauta tanto para a formação profissional do Assistente Social em desastres, quanto a importância da produção científica para a categoria profissional, avançando tanto no campo da formação, intervenção e investigação teórica. Salienta Ávila (2017), que o Serviço Social é essencial no processo de mitigação do desastre, pois além de prestar serviços, oferece alívio a população atingida (das necessidades básicas as garantias de direito a serem acessadas), compreendendo as necessidades imposta pela emergência que o desastre revela durante e após a situação vivenciada.

É importante ressaltar que historicamente Assistentes Sociais vêm buscando ampliar seu protagonismo nos diferentes espaços socio ocupacionais, inserindo-se em espaços de liderança e gestão, possibilitando dar visibilidade tanto para a trabalho/intervenção e expertise, quanto para o projeto profissional (DUTRA, 2017). Iamamoto (2010), lembra que o Assistente Social vem deixando de ser apenas o executor das políticas sociais, embora essa atividade ainda seja predominante, com a descentralização e municipalização das políticas sociais os espaços de trabalho para o serviço social puderam ser ampliados. Essa ampliação é resgatada pela autora pois há novas exigências por qualificações e competências voltadas para planejamento, avaliação e monitoramentos de programas e projetos, bem como assessorias e consultorias sobre orçamento público. Como refere-se Dutra (2017) apud Vargas (2015):

o caso dos desastres, valoriza a potencial participação que as Assistentes Sociais podem ter em outras etapas da gestão dos desastres, voltadas para o planejamento, assessoria, etc., as quais têm ficado prejudicadas em função do enfoque as ações pós-impacto. Neste sentido, chama a atenção para a importância do alinhamento entre a sua intervenção e sua intencionalidade, normalmente distintas das dominantes neste campo. (p. 135)

Recentemente uma publicação relacionando o trabalho do Assistente Social na saúde e a pandemia, Matos (2020), alerta que a pandemia certamente convocou os(as) Assistentes Sociais, “*mas estes devem atuar se limitando ao campo das suas competências profissionais e de suas atribuições privativas*” (p. 3). E reforça que mesmo

que o Serviço Social seja uma profissão generalista, não impõem que os profissionais não possam analisar as singularidades dos campos sócio-ocupacionais onde atuam, porém é importante que em uma situação de desastre como o caso da pandemia, seja avaliado os papéis e as atuações profissionais dentro deste cenário a, para não recair no “*discurso, que todos devem fazer tudo*” (p.3). Compreendendo que durante um desastre causado por uma pandemia toda uma sociedade é afetada pois desoculta expressões da questão social já vivenciadas anteriormente aquela situação, e o Serviço Social enquanto profissão que atua e se dedica a compreender as relações da dinâmica social e à intervenção nas expressões da questão social, emerge como um profissional fundamental na contribuição da “ruptura com a lógica objetivista hegemônica no campo dos desastres”. (DUTRA, p. 137, 2017) Essas situações limites evidenciam a urgência da categoria, se inserir nas ações dos órgãos de Defesa Civil e participar ativamente na construção de conhecimento para Gestão de Riscos de Desastres (GRD) e nas atividades pós-desastre. Segundo Dutra e Gonçalves (2016), a ausência do Serviço Social no dia a dia da instituição dificulta uma reflexão mais crítica sobre os limites, desafios e implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

O Trabalho dos(as) Assistentes Sociais em contextos de desastre têm sido caracterizadas por uma série de vinculações institucionais que muitas vezes são menos formais e de forma indireta estabelecidas com órgãos responsáveis pela gestão de emergências, como as Defesas Civas municipais. No entanto, a participação dos(as) Assistentes Sociais frequentemente ocorre por meio de vinculações institucionais indiretas, o que pode influenciar sua autonomia e eficácia na gestão social (VARGAS, 2015).

Neste cenário assistente sociais são acionados pelas Secretarias de Desenvolvimento Social e Saúde locais, os quais desempenham um papel crucial na coordenação de respostas emergenciais aos desastres. Essas secretarias frequentemente mobilizam os profissionais de Serviço Social para atuar em caráter emergencial, o que pode limitar a continuidade e a integridade da intervenção. O trabalho dos Assistentes Sociais é, portanto, frequentemente mediado por essas secretarias, e sua participação pode ser condicionada pelos recursos e prioridades estabelecidos por essas instituições (VARGAS, 2015).

Por não fazerem parte do quadro da instituição responsável em ofertar amparo e socorro em momentos de desastres como: política de saúde e assistência social os(as) Assistentes Sociais são convocados apenas quando o desastre já aconteceu, limitando a

trabalho profissional a serviços emergenciais, imediatos, limitados, residuais e descontinuados. Destaca que a profissão pode contribuir com ações preventivas e não apenas na recuperação e/ou reparação no momento do desastre. Em situações de desastres, o/a Assistente Social deve trabalhar na elaboração e execução das políticas sociais, viabilizando que os usuários as acessem e democratizando a informação, conforme delibera o Código de Ética Profissional (CFESS, 1993).

O profissional tem ainda responsabilidade com a sua formação continuada, mantendo-se informado sobre os acontecimentos, realizando continuamente análises de conjuntura e conhecendo as políticas implementadas para a superação da crise para, assim, executá-las com segurança e clareza, logo, os profissionais estão em todas as esferas que envolvem desastres. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (CNAS, 2009), classifica o serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências como um serviço de proteção social especial de alta complexidade, assegura o acolhimento imediato em condições dignas e de segurança, organizando e mantendo os alojamentos provisórios, identificando perdas e danos ocorridos, bem como na efetua a identificação e cadastro das famílias atingidas, de forma a articular a rede de políticas públicas e realizando a referência e contrarreferência dos usuários com outros serviços, essas são as principais ações dos profissionais que estão inseridos.

Ressalta que a inserção do Assistente Social tanto na gestão, quanto na intervenção a um desastre, deve estar em consonância com as perspectivas norteadoras do projeto ético político da profissão, possibilitando uma compreensão crítica no campo dos desastres, de contribui para o fortalecimento de princípios e valores presentes no projeto profissional do Serviço Social como: garantia de direitos, democracia, equidade e justiça social.

### 3.1 Singularidades e Particularidades do Serviço Social no Enfrentamento a Desastres: do estado da arte ao relato das experiências

Avila, Mattedi e Silva (2017), argumentam que os desastres passaram a ser objeto de estudo pelas Ciências Sociais quando esses foram considerados fenômenos sociais, período este marcado após segunda Guerra Mundial. As autoras supracitadas consideram que há duas formas de abordar o campo do conhecimento dos desastres: o primeiro deles

é pela geográfica a qual irá discutir e considerar os desastres como fatores naturais e o segundo está centrado no campo da sociológico, a qual compreende os desastres como fatores sociais, levando em consideração o seu contexto social, a população atingida e o impacto sobre ela. Estudos em Portugal pela Universidade de Lisboa, na Unidade de Serviço Social e Política Social, apontam para três áreas que se concentram os estudos sobre desastres: 1. A causa do desastre; 2. Os receptores do impacto; e 3. As respostas diante do desastre (AVILA et al, 2017, p. 7)

Ressalta-se o que a observação dos desastres como Objeto de estudo no Serviço Social é recente e marcado pela década de 90 do século XX e sua intervenção com o foco de “*respostas a vulnerabilidade da população e de intervenção em desastres*” (NIKKU, 2015 apud CARVALHO, 2020, p. 07).

É fato que o Serviço Social tem se destacado na intervenção em desastres e situações de conflito, pois conforme Dominelli (2011), os(as) Assistentes Sociais são profissionais preparados para intervir em situações de desastres, principalmente no que se refere ao acolhimento e acompanhamento de pessoas afetadas. Esse destaque se dá pelo compromisso da profissão e expertise em compreender os aspectos de vulnerabilidade e os aspectos sociais que envolvem o campo dos desastres. Desde que os desastres passaram a ser objeto de estudo da profissão há um consenso que os desastres variam mais do ponto de vista social do que do ponto de vista geofísico, valorizando o impacto da organização social (preparação e prevenção), como formas de determinar a sua intensidade, nível de destruição e preservação de vidas.

Valencio (2010), ressalta que apesar de não haver um consenso conceitual no campo dos desastres, principalmente analisando o campo operacional<sup>24</sup> x o campo de teórico<sup>25</sup>. Os estudos relacionados a desastres no campo da sociologia, determinados

---

<sup>24</sup> Quando se refere a campo operacional, estamos falando dos conceitos adotados pelas organizações que atuam diretamente na regulamentação e organização dos desastres, como a Defesa Civil, a qual compreende que os desastres “Resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais. Os desastres são quantificados, em função dos danos e prejuízos, em termos de intensidade, enquanto que os eventos adversos são quantificados em termos de magnitude. E a intensidade de um desastre depende da interação entre a magnitude do evento adverso e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor afetado. Normalmente o fator preponderante para a intensificação de um desastre é o grau de vulnerabilidade do sistema receptor. Os desastres classificam-se quanto à Intensidade, Evolução e Origem”. É perceptível que os conceitos operacionais buscam uma descrição com base no fenômeno, sua causa e classificação, não aprofundando os aspectos sociais, econômicos e políticos em torno do acontecimento de um desastre.

<sup>25</sup> O campo teórico podemos compreender que os desastres são objeto de estudos de diferentes áreas entre elas: sociologia, direito, psicologia, geologia, geografia entre outros, e apesar de não haver um consenso teórico, a riqueza da multidisciplinariedade neste campo enriqueci as análises e abordagens diante de um

como “Sociologia dos Desastres”, apontam, para um consenso das áreas sociais e humanas com relação ao termo desastre, pois é reconhecido como um acontecimento trágico, que está associado a elementos físicos e a um contexto social, que permite a comparação de resultados e regularidades, mesmo com interpretações diversas do fenômeno, desta forma. E que “*toma o desastre como um tipo de crise em ocorrência num tempo social*” Valencio (2012), ou seja, quando se refere ao termo tempo, não está se referindo ao tempo como um período determinado e sim as suas dimensões culturais, políticas, econômicas e subjetivas.

(...) Até aqui alguns consensos foram possíveis, mas proliferam, igualmente, distinções interpretativas. Nalguma medida, tais distinções têm iluminado, por ângulos diversos, a interpretação dos acontecimentos trágicos em sociedades complexas e igualmente multifacetadas. Por outro lado, os mais importantes autores da Sociologia dos Desastres e de áreas afins, como da Ciência Política, Antropologia, Psicologia Social e Economia, têm cercado os desastres por recortes bastante aproximativos, o que permite um profícuo diálogo num approach humanístico. (VALENCIO, 2012, p. 31)

No Brasil Dutra e Gonçalves (2016), relatam que os(as) Assistentes Sociais no campo da proteção civil (os poucos que integram equipes da defesa civil), participam menos na mitigação e na preparação do socorro, estando mais presentes na respostas diretas a população e na fase de recuperação e prevenção, orientando as famílias em risco e/ou afetadas, direcionando a suas atividades para levantamento das necessidades, acesso a alojamento, distribuição de recursos e encaminhamento para as políticas sociais. Para Carvalho (2020), a intervenção do Serviço Social em desastres não apresenta apenas dimensões nacionais, mas também a nível internacional pois a expressões da questão social evidenciadas (mesmo que não compreendidas em todos os países a partir da questão social em uma perspectiva marxista), apresentam uma dimensão global. Profissionais do Serviço Social devem ter duas grandes competências para intervir em desastres: resiliência e sensibilidade e Simões (2018) ao apontar para essas competências afirma que o Serviço Social tem a capacidade para apoiar e integrar as pessoas e as comunidades e auxiliar na superação das dificuldades desenvolvendo estratégias e atividades que asseguram os direitos dos cidadãos.

Desta forma com base nos dados coletados nos formulários do google forms foi possível evidenciar algumas similitudes com relação ao que a literatura apresenta em

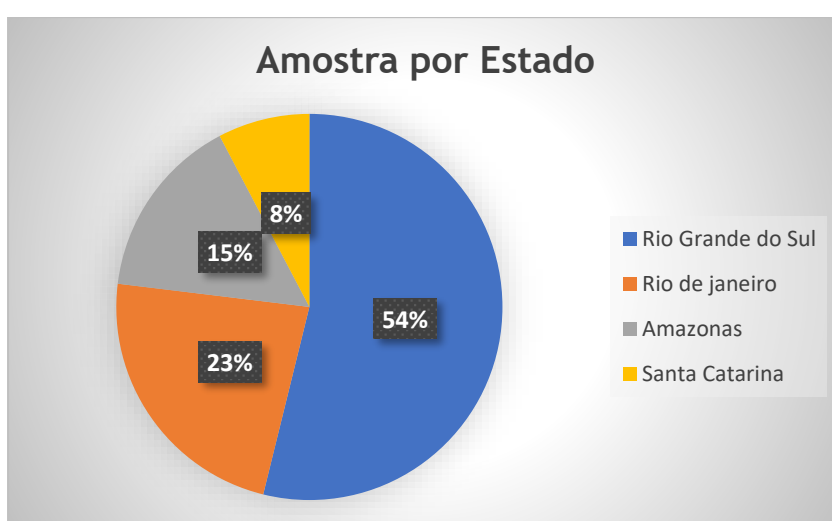
---

desastre, que apresenta múltiplos aspectos sociais, econômicos e políticos que devem ser levados em consideração.

referência ao serviço social no enfrentamento a desastres e as principais dificuldades encontradas neste campo de intervenção para a profissão. Os critérios de participação incluíram a formação e trabalho como Assistente Social e ter trabalhado como Assistente Social em alguma situação de desastre, incluindo a pandemia da covid-19.

Com relação a amostragem no Brasil esta tese, obteve 13 participantes, sendo que 54% da participação foram Assistentes Sociais do Rio grande do Sul e 23% do Rio de Janeiro.

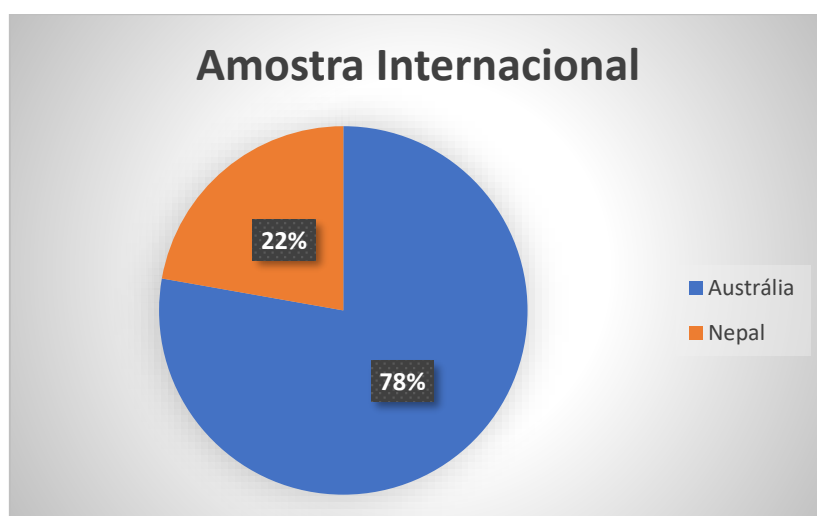
**GRÁFICO 2 - AMOSTRA POR ESTADO**



Fonte: dados retirados a partir da coleta enviada para Assistentes Sociais, 2023.

Com relação a amostra Internacional, obteve-se 09 participantes, sendo que 78% da participação foram Assistentes Sociais da Austrália e 22% do Nepal, representando os continentes da Oceania, Ásia. Outro aspecto importante é a participação por continentes sendo 59% América do Sul, 32% Oceania e 9% continente da Ásia.

GRÁFICO 3 - AMOSTRA INTERNACIONAL



Fonte: dados retirados a partir da coleta enviada para Assistentes Sociais, 2023.

### 3.1.1 – Perfil dos Assistentes Social e Formação

A análise dos dados a partir dos formulários apresentados em relação à idade, gênero e inserção no mercado de trabalho dos(as) Assistentes Sociais no Brasil, Austrália e Nepal revela diferenças significativas no perfil desses profissionais e na estrutura ocupacional.

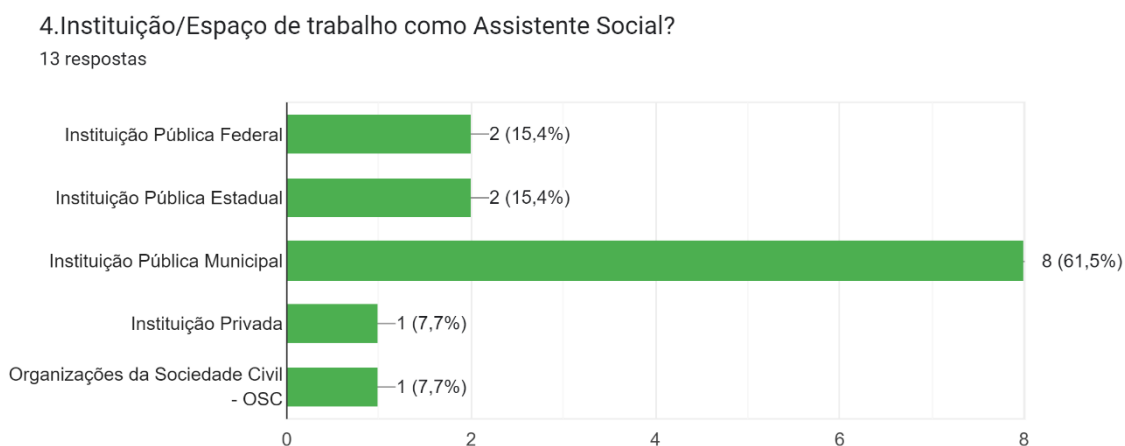
Com relação a faixa etária, no Brasil a participação dos(as) Assistentes Sociais, predominantemente são profissionais de 26 a 40 anos (53,8%), e de 41 a 60 anos (38,5%) e acima de 60 anos (7,7%). Já os(as) Assistentes Sociais australianos, o perfil maior participação da pesquisa é de 41 a 60 anos (55,6%), e de 26 a 40 anos (33,3%). Já os Assistentes Sociais do Nepal a maior participação ocorre com profissionais de 41 a 60 anos (55,6%). As diferenças entre os perfis etários podem indicar diferenças nas condições de formação, entrada e permanência no mercado de trabalho.

As principais características identitárias das/os Assistentes Sociais, na Austrália e Nepal a predominância de profissionais do sexo masculino, declarante como homem cis (55,6%), e do sexo feminino como, declarantes como mulher cis (44,4%). No Brasil, a pesquisa apresentou uma predominância de profissionais do sexo feminino, sendo (92,3%), declaradas como mulher cis e (7,7%), do sexo masculino, declarados como homens cis.

Outro aspecto importante é com relação a inserção/ espaço de trabalho, no Brasil magioritariamente os participantes com experiências em desastres estão locados na esfera pública Municipal (61,5%) e na esfera federal e estadual (15,4%), demonstrando que os serviços públicos que contam com o trabalho de Assistentes Sociais são os mais acionados nos desastres.

Ao cruzar amostra do Brasil, demonstra que o trabalho dos Assistentes Sociais está **fortemente concentrado no setor público**, especialmente na esfera **municipal**. Isso evidencia o papel central dos serviços públicos brasileiros no enfrentamento de desastres e na promoção do bem-estar social. A amostra com relação a Austrália e Nepal também apresenta predominância do setor público (55,5%), mas o **setor privado** aparece de forma mais significativa (11,1%), demonstrando novas estruturas de trabalho nesses países, envolvidas com as respostas aos desastres, não sendo predominantemente estatal. Desta forma, o Serviço Social, em nível global, apresenta características contextuais distintas, mas com desafios semelhantes, como a inserção no setor público, o reconhecimento profissional e o fortalecimento do papel do Assistente Social em situações de crise e desastres.

**GRÁFICO 4 - INSTITUIÇÃO DE TRABALHO NO BRASIL**

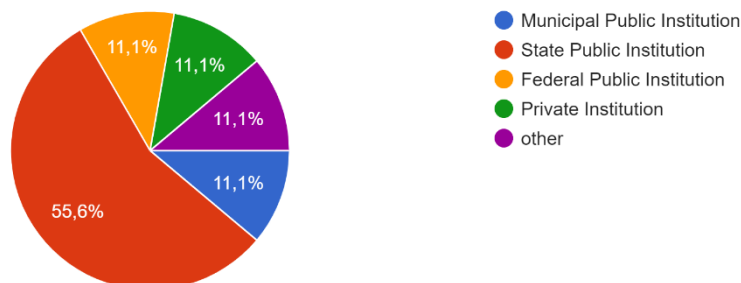


Fonte: dados retirados a partir da coleta enviada para Assistentes Sociais, 2023.

### GRÁFICO 5 - INSTITUIÇÃO DE TRABALHO OCEANIA E ÁSIA

4. Institution and/or Workspace as a Social Worker?

9 respostas

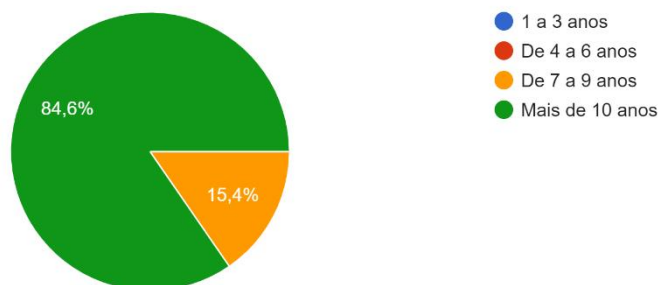


Fonte: dados retirados a partir da coleta enviada para Assistentes Sociais, 2023.

### GRÁFICO 6 - TEMPO DE FORMAÇÃO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS NA AMÉRICA DO SUL

5. Tempo de graduação em Serviço Social?

13 respostas



Fonte: dados retirados a partir da coleta enviada para Assistentes Sociais

O tempo de graduação de Assistentes Sociais é um fator relevante na compreensão de sua experiência e capacidade de resposta em contextos de enfrentamento a desastres. A análise dos dados revela diferenças significativas entre os profissionais da **América do Sul** e aqueles da **Oceania e Ásia**.

Com relação a **América do Sul** os dados apontam para uma **Predominância de Longo Tempo de Formação**, observa que a grande maioria dos(as) Assistentes Sociais que participaram da pesquisa e estiveram envolvidos no enfrentamento de desastres

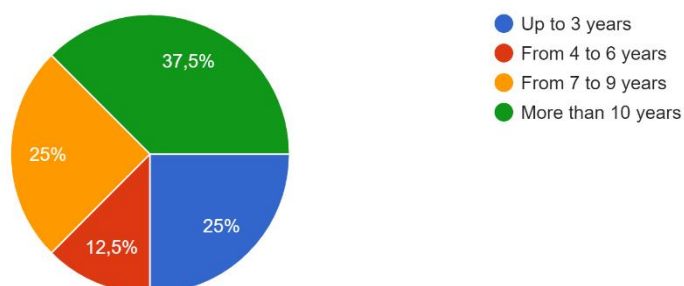
possuem **mais de 10 anos de formação**, representando **84,6%** dos entrevistados. Esse dado sugere que profissionais mais experientes e com maior tempo de atuação tendem a ser mais demandados ou se envolvem de forma mais efetiva em situações de crise e desastres. Essa predominância pode ser reflexo do fortalecimento das políticas públicas, que exigem profissionais com ampla expertise para lidar com contextos complexos e desafiadores. Por outro lado, os dados referentes aos profissionais da **Oceania e Ásia demonstram um perfil mais diversificado** em relação ao tempo de graduação: 37,5% dos profissionais possuem mais de 10 anos de formação, 25% têm entre 4 a 6 anos de formação; 25% possuem entre 7 a 9 anos de formação. Essa distribuição indica a presença significativa de profissionais em diferentes estágios de suas carreiras atuando no enfrentamento de desastres. A diversificação no tempo de formação sugere que, nos contextos da Oceania e Ásia, há uma maior integração de profissionais mais jovens no enfrentamento de desastres, possivelmente devido inserção de novos profissionais nos setores públicos e privados.

Desta forma os dados evidenciam que o tempo de formação dos Assistentes Sociais influencia o perfil dos profissionais envolvidos no enfrentamento de desastres. Enquanto a **América do Sul** apresenta um quadro de profissionais mais experientes com **mais de 10 anos de formação**, os países da **Oceania e Ásia** apresentam uma distribuição mais equilibrada, com significativa participação de profissionais em diferentes estágios da carreira. Essa diversidade pode refletir diferentes abordagens na organização dos serviços sociais e nas políticas de enfrentamento a desastres em cada contexto.

**GRAFICO 7 - TEMPO DE FORMAÇÃO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS NA OCEANIA E ÁSIA.**

5. Time since graduated in Social Work?

8 respostas



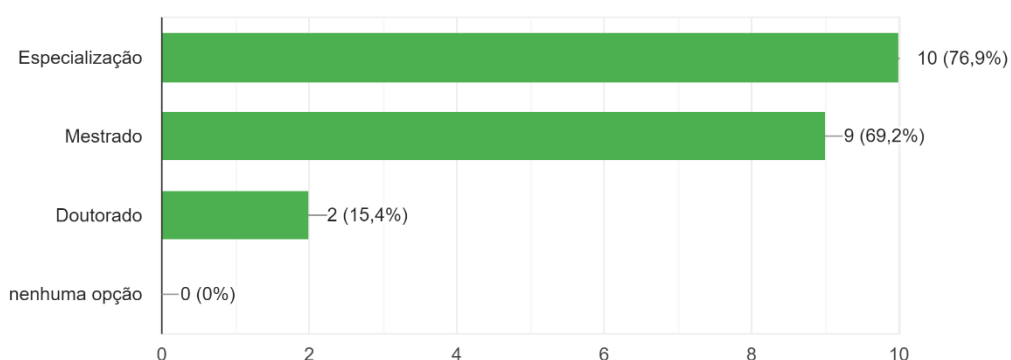
Fonte: dados retirados a partir da coleta enviada para Assistentes Sociais, 2023.

A formação continuada é um aspecto fundamental no aprimoramento profissional dos Assistentes Sociais, principalmente no contexto de enfrentamento de desafios complexos e específicos, como os desastres. A análise dos gráficos 8 e 9 revela diferenças significativas na continuidade da formação entre as regiões da **América do Sul (Brasil)** e **Oceania/Ásia**, destacando as tendências no acesso à pós-graduação em nível de doutorado e especialização.

**GRÁFICO 8 - FORMAÇÃO CONTINUADA DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS NA AMÉRICA DO SUL (BRASIL)**

6.Quanto a continuidade na formação (escolha múltipla).

13 respostas



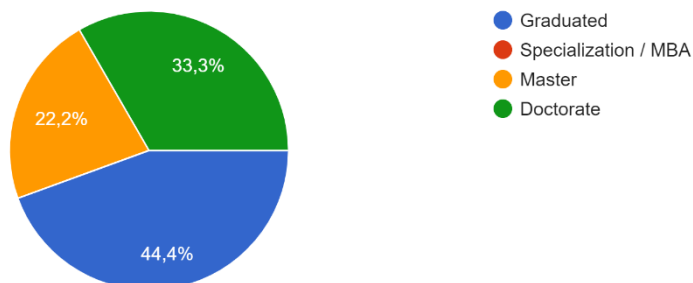
Fonte: dados retirados a partir da coleta enviada para Assistentes Sociais

Os dados indicam que os Assistentes Sociais da **Oceania e Ásia** apresentam um percentual mais elevado de formação em nível de doutorado (**33,3%**) em comparação àqueles da **América do Sul**, onde apenas **15,4%** possuem esse nível de formação. No Brasil, os dados mostram que a **especialização** é a modalidade de formação continuada mais expressiva, representando **76,9%** dos profissionais entrevistados. Esse número reflete uma forte cultura de qualificação profissional por meio de cursos de pós-graduação lato sensu, que são amplamente ofertados e acessíveis no país. Esse cenário sugere que, no Brasil, a formação continuada via especializações é uma estratégia predominante para o desenvolvimento de competências práticas e teóricas, especialmente em contextos de políticas públicas e serviços sociais.

### GRÁFICO 9 - FORMAÇÃO CONTINUADA DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS NA OCEANIA E ÁSIA

6. As for continuity in training

9 respostas



Fonte: dados retirados a partir da coleta enviada para Assistentes Sociais

Os dados demonstram que a formação continuada dos Assistentes Sociais apresenta dinâmicas distintas entre as regiões analisadas. Na **Oceania e Ásia**, o destaque recai sobre a formação em nível de doutorado, evidenciando o papel central da pesquisa e da produção acadêmica no aprimoramento profissional. Já no **Brasil e América do Sul**, a predominância das especializações reflete uma resposta prática às demandas emergentes do campo social, especialmente em contextos de vulnerabilidade e desastres.

Essas diferenças destacam a importância de políticas que incentivem tanto a formação acadêmica quanto a qualificação técnica, garantindo um equilíbrio que atenda às realidades regionais e às necessidades globais do Serviço Social.

A análise das áreas de formação continuada evidencia diferenças significativas entre os contextos brasileiros e os dos países da **Austrália** e do **Nepal**. No **Brasil**, as **residências multiprofissionais na área da saúde** destacam-se como as mais citadas pelos Assistentes Sociais. Esse dado reflete o papel central que o Serviço Social desempenha no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no atendimento interdisciplinar. Além disso, aparecem de forma expressiva formações voltadas para:

- |                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Criança e Adolescente:</b> Representa uma demanda importante no campo da proteção social e defesa de direitos, especialmente em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).</li> </ul>            |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Políticas Públicas e Gestão Pública:</b> Demonstra a preocupação com a qualificação profissional para atuação no planejamento, implementação e avaliação de políticas sociais no contexto governamental.</li> </ul> |

Em relação aos programas de **Mestrado** e **Doutorado**, observa-se que estes possuem foco no campo do **Serviço Social**, o que evidencia o desenvolvimento da pesquisa acadêmica e a produção de conhecimento voltado à realidade brasileira e suas especificidades. Nos países da **Austrália** e do **Nepal**, a formação continuada dos Assistentes Sociais apresenta características distintas, com ênfase em áreas mais diversificadas. As principais formações mencionadas incluem:

- |                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Bioengenharia Médica:</b> Demonstra uma interdisciplinaridade relevante, especialmente no contexto da assistência em saúde e tecnologia aplicada à prática social.</li> </ul>                                                        |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Mestrado em Serviço Social e Trabalho Social:</b> Aponta para a continuidade acadêmica dentro das áreas específicas de atuação profissional.</li> </ul>                                                                              |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Assistência Social e Saúde Pública:</b> Reflete a importância da atuação dos Assistentes Sociais na promoção da saúde e no enfrentamento de desigualdades sociais, consolidando a interface entre Serviço Social e Saúde.</li> </ul> |

Desta forma, os dados revelam que, no Brasil, a formação continuada é fortemente orientada para as demandas das políticas públicas e dos serviços de proteção social, com destaque para as residências em saúde e formações em áreas estratégicas como infância e adolescência. Já nos contextos australiano e nepalês, observa uma maior diversificação nas áreas de formação, abrangendo campos interdisciplinares como bioengenharia médica e saúde pública.

Essa diferenciação reflete as realidades específicas de cada país, influenciadas por suas políticas sociais, contextos educacionais e demandas do mercado de trabalho. Em todas as regiões, contudo, a busca por qualificação contínua demonstra o compromisso

dos Assistentes Sociais com a excelência profissional e a efetividade na resposta às demandas sociais, principalmente no que se refere ao contexto dos desastres.

### 3.1.2 Principais Bases Teóricas, Princípios e Valores

A análise das bases teóricas, princípios e valores que sustentam a formação dos Assistentes Sociais nos contextos da **Austrália, Nepal e Brasil** revela diferenças significativas, influenciadas pelos contextos sociais, culturais e educacionais de cada país. Nos países da **Austrália e Nepal**, os Assistentes Sociais mencionaram a utilização de um conjunto diversificado de bases teóricas que refletem abordagens críticas e interdisciplinares. Entre as principais teorias citadas estão:

|                                                                                                                                                                             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| • <b>Teoria Crítica:</b> Enfatiza a análise das estruturas sociais e a busca pela transformação social.                                                                     |
| • <b>Feminismo:</b> Valoriza a equidade de gênero e questiona as relações patriarcais na sociedade.                                                                         |
| • <b>Trabalho Eossocial e Teoria Ecológica e de Sistemas:</b> Foco na interação entre os indivíduos e o meio ambiente, destacando a sustentabilidade e a justiça ambiental. |
| • <b>Prática Anti-Opressiva/Descolonizadora:</b> Busca superar estruturas de opressão e colonialismo por meio de abordagens inclusivas e culturalmente seguras.             |
| • <b>Segurança Cultural e Filosofia Indígena:</b> Valorização das culturas originárias e inclusão de saberes tradicionais na prática profissional.                          |
| • <b>Marxismo:</b> Análise das causas estruturais da desigualdade social.                                                                                                   |

No que se refere aos valores que sustentam a prática profissional nesses países refletem a centralidade do indivíduo e o compromisso com a justiça social, incluindo:

|                                                                                                                            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| • <b>Dignidade e Cuidado Centrado na Pessoa:</b> Valorização do indivíduo como protagonista no enfrentamento de problemas. |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

- |                                                                                                                                                                                     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Enfrentamento das Causas Estruturais da Desigualdade e Determinantes Sociais:</b> Foco nas raízes das injustiças sociais.</li> </ul>    |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Práticas Orientadas à Solução:</b> Priorização de estratégias pragmáticas com foco na dignidade, justiça e equidade.</li> </ul>         |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Respeito e Empatia:</b> Relações profissionais pautadas pela valorização humana e sensibilidade às necessidades individuais.</li> </ul> |

No **Brasil**, as bases teóricas predominantes destacam a influência do **Materialismo Histórico-Dialético** e da **Teoria Social Marxista**, mencionadas por 12 participantes. Essa perspectiva teórica reflete a análise crítica da realidade social brasileira e a busca pela transformação das estruturas que perpetuam desigualdades. Um participante também mencionou correntes teóricas ligadas à **pós-modernidade**, o que indica uma diversidade, ainda que limitada, no referencial teórico da formação.

Os princípios e valores que orientam a formação e atuação profissional dos Assistentes Sociais brasileiros estão diretamente relacionados ao **Código de Ética do Assistente Social**, destacando:

- |                                                                                                                                                            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Dignidade Humana e Direitos Sociais:</b> Luta pela garantia dos direitos fundamentais da população.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Ética e Liberdade:</b> Compromisso com uma atuação profissional ética e emancipatória.</li> </ul>              |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Respeito e Empatia:</b> Valorização do indivíduo e suas particularidades.</li> </ul>                           |

Foram citados também autores de referência na formação teórica, como **Iamamoto, Netto, Martinelli, Sposati, Yazbek e Potyara**, que representam importantes pilares do Serviço Social no Brasil.

Um aspecto relevante abordado na pesquisa foi a inserção de conteúdos sobre **desastres** durante a formação dos profissionais. No Brasil, de forma **unânime**, os participantes afirmaram não terem sido contemplados com conteúdo sobre desastres no processo formativo da graduação, o que aponta uma lacuna significativa no currículo acadêmico. Por outro lado, nos contextos da **Austrália** e do **Nepal**, alguns Assistentes Sociais relataram preparações mais específicas, como:

- |                                                                                                                                                                                                                                                               |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Projetos de Pesquisa no Mestrado:</b> Incluíram revisões de literatura e o desenvolvimento de ferramentas para avaliar riscos climáticos extremos em populações vulneráveis, como idosos.</li> </ul>              |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Trabalhos sobre Ecosocialismo e Resposta a Desastres:</b> Formação voltada para o papel dos Assistentes Sociais no enfrentamento de desastres e emergências ambientais.</li> </ul>                                |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Abordagens de Desenvolvimento Comunitário e Foco na Solução:</b> Ênfase em <b>primeiros socorros psicológicos</b> e na mobilização comunitária como estratégias fundamentais para lidar com desastres.</li> </ul> |

A análise evidencia diferenças substanciais entre os contextos brasileiros, australianos e nepaleses no que tange às bases teóricas e práticas da formação dos Assistentes Sociais. Enquanto a formação brasileira está profundamente ancorada no **materialismo histórico-dialético** e no compromisso com os **direitos sociais**, as formações na Austrália e no Nepal apresentam uma perspectiva mais diversificada, incorporando elementos como segurança cultural, ecosocialismo e práticas anti-opressivas. Além disso, a **capacitação específica para desastres** ainda é uma lacuna no Brasil, contrastando com as iniciativas presentes nos contextos australiano e nepalês, que evidenciam um avanço na capacitação profissional para lidar com crises ambientais e sociais.

### 3.1.3 Relatos e Trabalho em Desastres

As experiências relatadas pelos Assistentes Sociais no **Brasil**, na **Austrália** e no **Nepal** evidenciam a diversidade de atuação desses profissionais em contextos de desastres, abrangendo desde ações emergenciais até estratégias estruturais de recuperação e apoio às populações afetadas.

No contexto brasileiro, o **trabalho predominante** dos Assistentes Sociais ocorre no **pós-desastre**, destacando-se ações no campo da **assistência social**. As atividades mais citadas incluem:

- |                                                                                                                                                                                                               |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Mutirões de Cadastramento:</b> Identificação e registro de famílias que tiveram suas residências atingidas por vendavais ou outros eventos climáticos.</li> </ul> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

- **Avaliações Socioeconômicas:** Inclusão de famílias em programas habitacionais municipais e gestão de benefícios assistenciais, como cestas básicas e passes sociais.
- **Ações Emergenciais no Inverno e Pandemia:** Atuação no atendimento à população em situação de rua, orientação sobre cuidados em baixas temperaturas e assistência durante a pandemia da Covid-19.

Além da atuação em serviços públicos municipais e estaduais, surgiram relatos de ações no **setor privado sem fins lucrativos**, com destaque para a **colaboração com a Defesa Civil**. Entre as ações mencionadas estão:

- Segurança alimentar e nutricional, com distribuição de alimentos, roupas e máscaras.
- Apoio durante a pandemia, reforçando as medidas assistenciais e sociais.

Um relato significativo refere-se ao trabalho no contexto do **incêndio da Boate Kiss em 2013**, no qual o Assistente Social atuou em:

- **Identificação e Orientação Familiar:** Apoio aos familiares no reconhecimento e liberação dos corpos.
- **Acompanhamento Multiprofissional:** Atendimento às vítimas e sobreviventes quanto aos direitos sociais e previdenciários.
- **Articulação da Rede Intersetorial:** Mobilização de unidades de saúde da família e apoio matricial às famílias no território afetado.

Outras experiências relatadas incluem:

- **Gestão de Benefícios:** Implementação de aluguel social para famílias afetadas por desastres climáticos.
- **Atuação em Abrigos e Emergências Médicas:** Coordenação de abrigos, suporte a famílias em Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e atuação no Instituto Médico Legal (IML).

- **Defensoria Pública:** Assessoria a Grupos de Trabalho voltados a enchentes no estado do Amazonas, com ações direcionadas à população em situação de vulnerabilidade.

Uma experiência relatada foi de um/uma Assistente Social vinculada à **Força Aérea Brasileira (2013-2020)**, com ênfase em:

- **Atendimento a Militares e Familiares Vulneráveis:** Durante a pandemia da Covid-19, realizou acolhimento, acompanhamento social e produção de pareceres para inserção em benefícios sociais.
- **Atuação em Cenários Internacionais:** Participação no **Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e Emergências (SPSCPE)**, com destaque para o envio ao **Haiti (2012)** após o terremoto. As ações incluíram articulação interdisciplinar entre hospitais, organizações humanitárias e órgãos internacionais, garantindo apoio logístico e encaminhamentos.

Na **Austrália e Nepal**, os relatos de Assistentes Sociais destacam experiências mais específicas e integradas em contextos de desastres:

- **Terremoto no Nepal (2015):**

- **Criação de Abrigos Médicos:** Estruturação de serviços com enfermagem 24 horas, farmácia, fisioterapia e oferta de refeições para as vítimas.
- **Desenvolvimento de Ferramentas de Avaliação:** Um/uma Assistente Social desenvolveu a "**Matriz de Calor**", ferramenta voltada à avaliação de risco de idosos a ondas de calor extremo, com foco na segurança e planejamento de cuidados em emergências climáticas.

- **Atuação Durante a Pandemia da Covid-19:**

- Garantia de **direitos humanos**, com foco no acesso à saúde, incluindo a viabilização de viagens interestaduais para pacientes em cuidados paliativos.
- Assistência a pessoas desalojadas devido ao aumento dos aluguéis.
- Atuação em hospitais e centros de atendimento, garantindo acesso a recursos básicos e apoio psicossocial.

Ainda surgiram relatos do trabalho durante a pandemia da covid – 19, entre esses a garantia e defesa, de leis direcionadas ao direitos humanos, a fim de garantir o acesso a viagens interestadual para pacientes em cuidados paliativos, bem como apoio atendimento as pessoas que perderam suas moradias em virtude do aumento dos alugueis e trabalho junto a hospitais durante a covid-19; e pôr fim a intervenção junto a equipes de recuperação comunitária, com o objetivo de reunir comunidades afetadas por desastre promovendo apoio imediato para garantir a segurança a curto prazo, por exemplo, em centros de evacuação e acesso a assistência imediata, e apoio financeiro dos mínimos básicos, por exemplo, alimentos, roupas, abrigo, e até contato com a família, assim o **Trabalho com Equipes de Recuperação Comunitária:**

- Assistência a comunidades afetadas por desastres, com foco no apoio imediato e na garantia de necessidades básicas (alimentos, roupas, abrigos), além da reconexão com familiares e apoio financeiro emergencial.

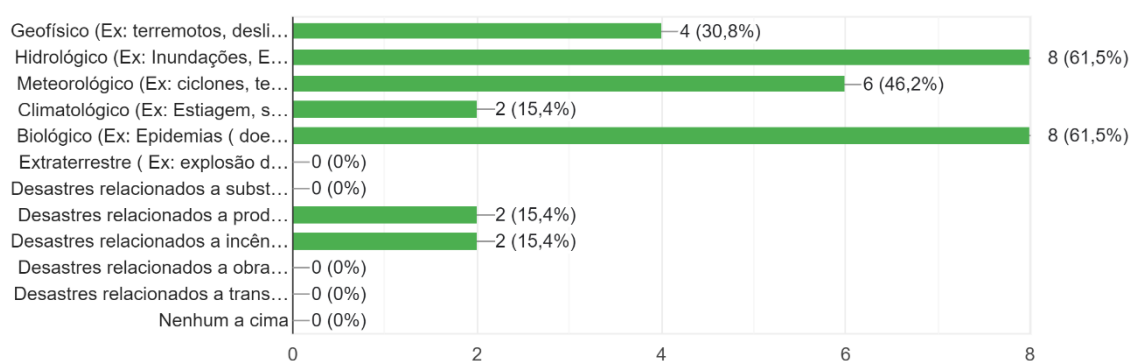
As experiências descritas revelam importantes diferenças e similaridades entre os contextos brasileiro, australiano e nepalês. No **Brasil**, as análises conforme os formulários respondidos sugerem que o trabalho de Assistentes Sociais é **predominantemente na fase de resposta e recuperação**, com ênfase no **atendimento assistencial** e ações emergenciais após o desastre. A atuação em programas habitacionais, benefícios assistenciais e gestão de abrigos demonstra a centralidade da proteção social pública nesse contexto. Já a Austrália e Nepal as análises sugerem o envolvimento dos Assistentes Sociais maior **planejamento preventivo e interdisciplinar**, com desenvolvimento de **ferramentas específicas** e estratégias comunitárias, como a criação de abrigos estruturados e intervenções focadas em riscos climáticos extremos.

Desta forma, a análise evidencia que, no Brasil, o trabalho dos Assistentes Sociais frente aos desastres ainda é marcado por ações emergenciais, enquanto nos contextos da Austrália e do Nepal observa-se maior integração de estratégias preventivas e desenvolvimento de ferramentas inovadoras. O fortalecimento de políticas públicas e a inclusão de conteúdos sobre **gestão de desastres** na formação acadêmica podem contribuir para a ampliação das capacidades dos profissionais no enfrentamento de situações de desastres.

### 3.1.4 O trabalho do(a) Assistente Social em Desastres

**GRÁFICO 10 - O TRABALHO DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL CONFORME CLASSIFICAÇÃO DOS DESASTRES (EM-DATE).**

13. Qual tipo de desastre você trabalhou? a baixo segue a classificação de desastres conforme EM-DATE - The International Disaster Database [ac...://www.emdat.be/classification](http://www.emdat.be/classification) (escolha múltipla)  
13 respostas



Fonte: dados retirados a partir da coleta enviada para Assistentes Sociais, 2023.

De acordo com os gráficos 10 e 11, as experiências relatadas por Assistentes Sociais no Brasil, na Austrália e no Nepal revelam padrões distintos de intervenção em desastres, conforme a classificação estabelecida pelo EM-DATE. No Brasil, observa-se que os desastres que mais demandam o trabalho de Assistentes Sociais são os hidrológicos, como inundações e os biológicos, especialmente no contexto da pandemia de Covid-19, correspondendo a 61,5% das intervenções. Esse destaque reflete a prevalência de inundações devido às condições climáticas tropicais e a relevância da emergência sanitária global na redefinição das práticas profissionais. Em segundo lugar, os desastres climatológicos, como a estiagem, representam 15,4% das intervenções. Esses eventos estão associados a padrões climáticos adversos, particularmente no semiárido brasileiro, onde os impactos sociais e econômicos da seca são historicamente significativos. No contexto internacional, os gráficos mostram que, na Austrália e no Nepal, os desastres hidrológicos e climatológicos também têm destaque, refletindo uma correlação com os desafios ambientais globais. Contudo, no Nepal e em outras regiões da Ásia, os desastres geofísicos, como terremotos, se sobressaem como um dos principais

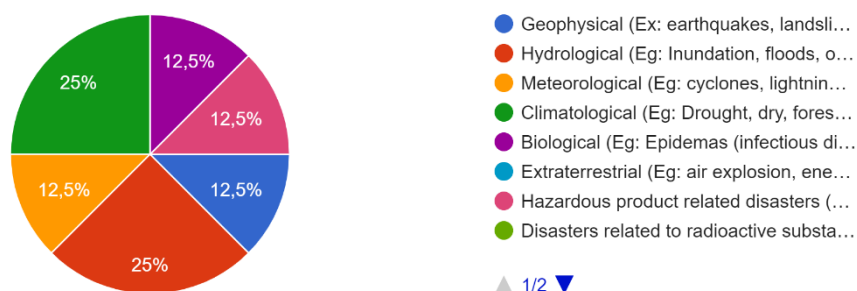
contextos de atuação dos Assistentes Sociais. Essa predominância está ligada à localização geográfica do Nepal, situado no encontro das placas tectônicas indianas e eurasiáticas, o que torna o país particularmente vulnerável a eventos sísmicos.

Esses dados evidenciam não apenas as diferenças regionais na natureza dos desastres, mas também a necessidade de adaptar as estratégias de intervenção dos Assistentes Sociais às especificidades locais. No Brasil, por exemplo, a priorização de ações em saúde pública e assistência emergencial em inundações contrasta com a preparação e resposta a eventos sísmicos no Nepal. Essa diversidade de contextos ressalta a importância de formações continuadas e políticas públicas que capacitem os profissionais para atuarem de maneira eficaz frente a diferentes tipos de crises.

#### GRÁFICO 11 - O TRABALHO CONFORME CLASSIFICAÇÃO ASSISTENTES SOCIAIS NA AUSTRALIA E NEPAL

12. 1. What kind of disaster did you work on? Below is the disaster classification according to EM-DAT The International Disaster Database accessed at: <https://www.emdat.be/classification>.

8 respostas



Fonte: dados retirados a partir da coleta enviada para Assistentes Sociais, 2023.

#### 3.1.5 Planos de Contingência e Serviço Social

Com relação aos planos de contingência, foi questionada a participação dos Assistentes Sociais na sua elaboração e contribuição. A Defesa Civil aponta que os Planos de Contingência devem ser elaborados para atender às hipóteses de desastres, estando alinhados e integrados aos Planos Diretores. Nesse sentido, “*um plano de contingência é o planejamento tático, elaborado a partir de uma determinada hipótese de desastre*” (SECRETARIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL, 2017, p. 75). Esses planos devem ser elaborados com base em estudos prévios, identificando os territórios de risco em caso de

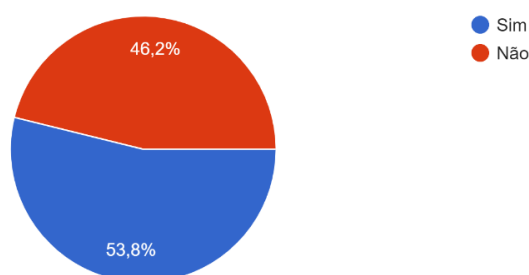
ocorrência de desastres. Além disso, devem ser desenvolvidos com antecedência para mapear as atividades de preparação, os recursos necessários e os envolvidos, otimizando assim as atividades de resposta.

Conforme os dados coletados no formulário destinado aos(as) Assistentes Sociais no Brasil, a maioria relatou ter participado, em algum momento, da organização de planos de ação e/ou contingência, conforme demonstrado pelos resultados apresentados no gráfico 12.

**GRÁFICO 12 - PARTICIPAÇÃO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS DO BRASIL COM RELAÇÃO AOS PLANOS DE CONTINGÊNCIA**

15. Você já participou da elaboração de planos de contingência, planos de emergência, protocolos e ou diretrizes para situações de desastres?

13 respostas



Fonte: dados retirados a partir da coleta enviada para Assistentes Sociais, 2023.

Os relatos indicam que, em algumas regiões, como em Teresópolis e Friburgo, a construção coletiva dos planos de contingência para inundações e movimentos de massa, em virtude de desastres anteriores, resulta em atualizações anuais desses planos. Um participante, por exemplo, relatou que, durante a graduação, contribuiu para o desenvolvimento do plano de contingência para gestão de risco e desastres da Política de Desenvolvimento Social de Blumenau, além de ter participado, em 2022, da criação do plano de contingência para desastres em hospitais.

Outro/a Assistente Social, atuante na política de assistência social, destacou que “(...)O maior desafio está na intersectorialidade considerando que nas situações de calamidade pública não é de responsabilidade somente da Política de Assistência Social(...). Esse/a profissional também auxiliou na elaboração de um plano de

atendimento para a população em situação de rua durante o inverno, prevendo ações específicas para o atendimento a essa população em face das baixas temperaturas registradas no Estado do Rio Grande do Sul. Contudo fez críticas quanto à construção desses planos, afirmando que *“muitas vezes limitam-se a ações pontuais descontinuadas (distribuição de cobertas, espaços eventuais para permanência da população, distribuição de alimentação /marmitas). Porém essas ações pontuais não apresentam resoluções mais estruturais para demanda. Deveriam contar com maior planejamento”*.

Nos relatos de Assistentes Sociais da Austrália e do Nepal, observa também a participação direta na construção de planos de ação ou contingência. Profissional australiano relatou ter trabalhado na elaboração de planos de recuperação para comunidades distritais e no planejamento de processos hospitalares locais durante a pandemia de Covid-19. Outro profissional australiano mencionou sua contribuição em um podcast sobre a resposta de Saúde Pública durante desastres em Glasgow, e outro participante relatou ter colaborado na elaboração de planos de contingência em parceria com a American Red Cross e com a equipe EM-DAT. Ainda alguns relatos:

*(...)planejamento em torno de uma matriz de calor climático e mapeamento de vulnerabilidade de determinantes sociais relacionados ao calor para adultos mais velhos foi feito em minha bacia hidrográfica local. Alguma implementação no processo hospitalar para avaliação, embora não amplamente adotada(...)* (Assistente Social australiano)

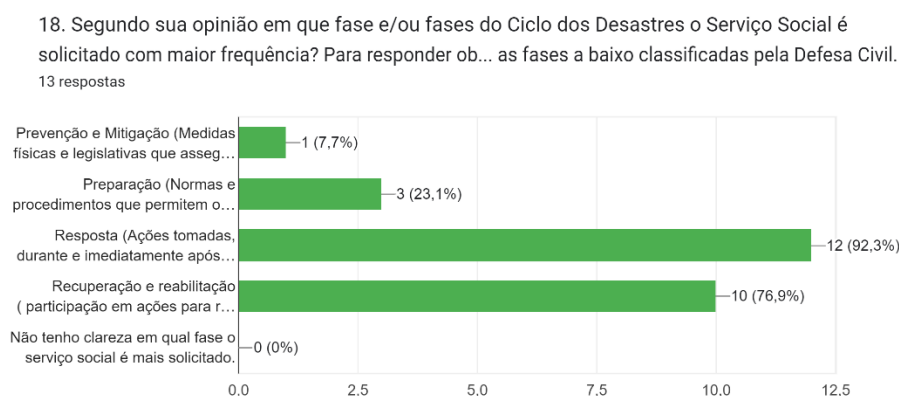
*“Sim, ao longo dos anos, tomei conhecimento da legislação e das expectativas e etapas da recuperação da comunidade” (...) Existe um site na Austrália com uma espécie de manual de resposta a desastres”*. (Assistente Social australiano)

*“Preparando planos de desastres do governo local”*. (Assistente Social do Nepal)

Com base nos relatos, ressalta que a participação dos Assistentes Sociais na elaboração de planos de contingência é uma prática recorrente em diferentes países, como o Brasil, Austrália e Nepal. Esses profissionais contribuem de forma significativa para a construção de respostas adequadas às necessidades da população afetada, sobretudo em momentos de calamidade pública. Contudo, a crítica comum em muitos relatos aponta a necessidade de um planejamento mais estruturado e contínuo, visando não apenas ações emergenciais, mas também soluções duradouras e eficazes para as vulnerabilidades sociais, garantindo uma resposta mais integrada e eficaz aos desastres.

No formulário contava uma questão sobre em qual fase do ciclo do desastre são mais requisitados. De forma unânime Assistentes Sociais do Brasil, da Austrália e Nepal afirmaram ser mais acionados na fase de resposta (durante a ocorrência do desastre) e na fase de recuperação (após o evento), e que poucas vezes são convocados para atuar na fase de prevenção (mitigação) desses desastres.

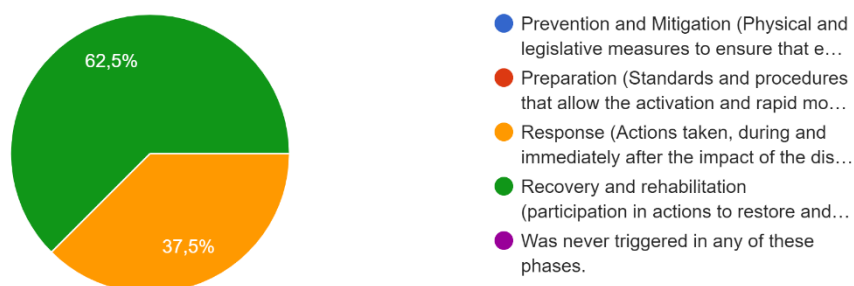
**GRÁFICO 13 - FASE DOS DESASTRES QUE SÃO ACIONADOS OS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS DO BRASIL**



**GRÁFICO 14 - FASE DOS DESASTRES EM QUE SÃO ACIONADOS OS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS DO NEPAL E DA AUSTRÁLIA**

17. In your opinion, in which phase(s) of the Disaster Cycle is social service most frequently requested? To answer, observe the phases classified by the Civil Defense

8 respostas



Fonte: dados retirados a partir da coleta enviada para Assistentes Sociais, 2023

Conforme indicam os gráficos 13 e 14, as fases de resposta e recuperação destacam-se como os principais períodos o trabalho dos(as) Assistentes Sociais, refletindo a natureza emergencial de seu trabalho em contextos de crise. Este dado sugere que o trabalho profissional está mais centrado em prestar suporte imediato à população afetada e a acompanhar o processo de reconstrução e restabelecimento das condições sociais após o desastre, enquanto a participação nas etapas preventivas ainda é limitada. Essa realidade evidencia a necessidade de maior envolvimento de Assistentes Sociais nas fases de mitigação, onde a prevenção e o planejamento estratégico poderiam contribuir para a redução dos impactos sociais dos desastres futuros.

Desta forma, a participação de Assistentes Sociais no ciclo de desastres, conforme os dados coletados, concentra-se principalmente nas fases de resposta e recuperação, com pouca ênfase nas atividades preventivas. Essa constatação reforça a importância de ampliar a atuação desses profissionais no planejamento e ações de mitigação, visando fortalecer a preparação das comunidades para desastres, além de garantir uma resposta mais eficaz e integrada às suas necessidades sociais.

### 3.1.6 – Atribuições e Competências do Assistentes Sociais nos Desastres

Em relação às principais demandas solicitadas aos(as) Assistentes Sociais nas situações de desastre, os(as) profissionais no Brasil destacaram diversas responsabilidades, que envolvem principalmente apoio durante os ritos do evento (como resgates das vítimas, velórios, enterros, missas e cultos ecumênicos), encaminhamentos para apoio psicológico, serviços de saúde e assistência social, além de atendimentos sociais e assessoria. Dentre as demandas, estão incluídos a remoção de famílias em situação de enchente, visitas domiciliares nos eventos de granizo e seca, articulação com a rede intersetorial, doação de recursos e apoio em abrigos temporários em todos os tipos de desastres. A elaboração de planos de enfrentamento, a gestão de serviços e equipamentos criados para responder às demandas, o levantamento de necessidades da população, a avaliação e concessão de benefícios eventuais também fazem parte das atribuições dos profissionais. A atuação proativa na proteção social, escuta, orientação e encaminhamentos à rede de serviços, além de aspectos de referência e contrarreferência, são também frequentemente mencionados.

É perceptível que, no **Brasil**, Assistentes Sociais são majoritariamente acionados durante e após a ocorrência de desastres, principalmente em casos de enchentes ou vendavais. A maior demanda está relacionada ao socorro imediato e à adoção de medidas de resposta, sendo as ações de intervenção centradas no alívio imediato das vítimas e na ajuda direta para garantir direitos básicos como alimentação, abrigo e assistência médica.

No contexto da **Austrália e do Nepal**, os(as) Assistentes Sociais são chamados a intervir principalmente nas fases de resposta e recuperação pós-desastre, oferecendo apoio psicológico, primeiros socorros psicológicos e ajuda material. Além disso contribuem com o encaminhamento de famílias para serviços de apoio, assistência médica, saúde mental, habitação emergencial, e coordenação de voluntários. Embora as demandas se concentrem nas fases de resposta e recuperação, há um reconhecimento de que o trabalho dos Assistentes Sociais pode ser mais efetivo nas fases de preparação e prevenção, como pontuado por um profissional australiano:

*“Acredito que os(as) assistentes sociais poderiam desempenhar um papel mais significativo nos programas de preparação e prevenção de desastres devido às habilidades específicas do serviço social, como alto nível, análise ampla (ou seja, teoria de sistemas) e práticas de desenvolvimento comunitário”.*  
(assistente social australiano)

Quando questionados sobre a **coerência das demandas com as atribuições profissionais, os(as) Assistentes Sociais no Brasil** afirmaram que, em sua maioria, as demandas são coerentes, embora muitas vezes limitadas a ações pontuais, como a concessão de benefícios materiais. Além disso, foi observado que frequentemente os Assistentes Sociais são encarregados de fiscalizar os benefícios eventuais, o que, em algumas situações, acaba configurando um enfoque de "favor" em vez de um direito. Isso gera desconforto pois entra em confronto com as questões éticas da profissão. Uma fala que ilustra essa problemática é: *“Sim, mas ainda não somos reconhecidos como profissionais capazes de trabalhar na construção das respostas e também dos meios de prevenção”*, esse depoimento aponta a lacuna no reconhecimento da profissão nas etapas de gestão, prevenção e mitigação de desastres.

Os(as) Assistentes Sociais da **Austrália e Nepal também indicaram que as demandas com as quais lidam estão parcialmente de acordo com as atribuições profissionais**. Contudo, enfatizam a importância de colaborar com outros atores e pensar sistemicamente, aplicando suas habilidades no trabalho individual, em grupo e

na comunidade. Uma fala de um Assistente Social australiano corrobora essa observação, ressaltando que “os(as) *Assistentes Sociais* são subutilizados no espaço do *desastre*”, o que sugere que esses profissionais poderiam contribuir mais de forma ampla e estratégica em situações de desastre.

Quando questionados sobre as **principais atribuições e competências necessárias para intervenção em desastres, os Assistentes Sociais na Austrália e no Nepal** destacaram aspectos relacionados à gestão da crise, como atendimento à população, a coordenação de serviços e encaminhamentos. No entanto participantes australianos sublinha a importância da escuta ativa e da promoção de respostas imediatas frente ao trauma, bem como da defesa de políticas públicas para grupos marginalizados. No Brasil, participantes destacam a necessidade de estar inseridos no planejamento e na elaboração dos planos de ação, garantindo os direitos dos usuários atingidos por desastres. Também é destacada a relevância da análise das demandas e da intervenção na realidade social, com ênfase no acesso à moradia digna e no acolhimento das famílias. Segue a baixo duas análises relatadas pelos(as) Assistentes Sociais no Brasil:

*“Inicialmente garantir que o plano de contingência esteja sendo cumprido, articular as políticas públicas para que a população seja corretamente assistida. Coordenar, orientar e organizar as demandas oriundas dos planos de contingência, bem como toda e qualquer problemática que envolva as famílias atingidas por desastre. Assessoria, construção de protocolos e de planos de respostas a emergências e/ou planos de contingência, ações de gestão social, participação em programas de socorro à população em situação de calamidade pública, construção e desenvolvimento de programas e projetos municipais, estaduais e nacionais, atendimentos e estudos sociais, elaboração de pareceres sociais, e as demais competências e atribuições previstas na lei 8662/93”.* (Assistente Social da aeronáutica)

*“No caso da kiss, realizamos muitos encaminhamentos para o INSS. Muitas vítimas eram quem sustentavam o lar. Ainda, realizávamos visitas pra verificar a questão da alimentação. Pessoas ficaram desempregadas, sobreviventes que trabalhavam na boate tiveram suas carteiras de trabalho recolhidas. Além da atribuição do serviço social, realizávamos acolhimento, com escutas compartilhada. Noto também que o serviço social é bastante acionado quando ocorre uma enchente ou vendaval, para verificar a situação da família envolvida”* (Assistente Social que atuou no desastre da boate kiss).

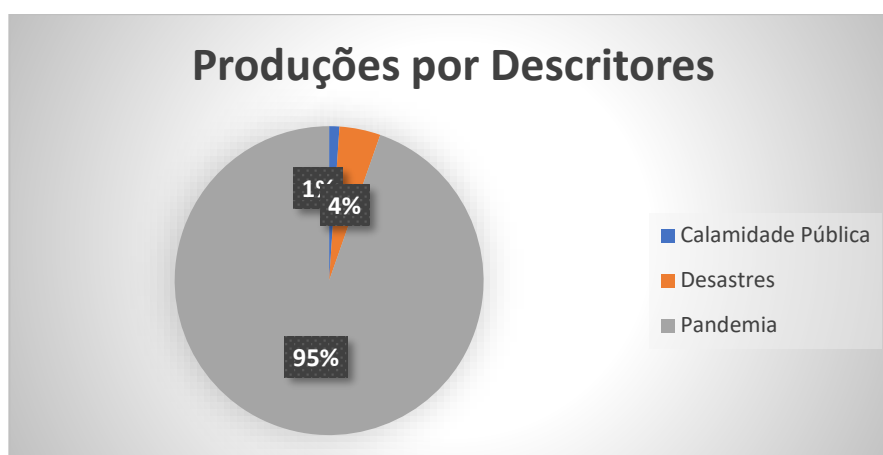
Esses relatos demonstram o trabalho direto com a população afetada, enfatizando a necessidade de ações integradas e a importância do acompanhamento contínuo das vítimas após o desastre. Relatos dos profissionais indicam a importância

da escuta ativa, da intervenção baseada no reconhecimento das necessidades da população e da articulação com a rede intersetorial. No Brasil, as intervenções também evidenciam a urgência de integrar os Assistentes Sociais no planejamento das ações preventivas e de mitigação, de modo que possam contribuir de maneira efetiva na construção de respostas mais estruturadas e coordenadas frente aos desastres.

Portanto, é essencial que a formação e a capacitação dos Assistentes Sociais contemplem não apenas os aspectos imediatos da intervenção, mas também os componentes de planejamento estratégico, prevenção e recuperação. O fortalecimento da profissão nas fases pré e pós-desastre permitirá um atendimento mais amplo e eficaz, garantindo que os direitos da população afetada sejam protegidos de maneira integral. Além disso, a atuação integrada com outras áreas do conhecimento e a valorização da experiência vivida pelas vítimas de desastres são elementos chave para a construção de respostas mais humanas e resilientes.

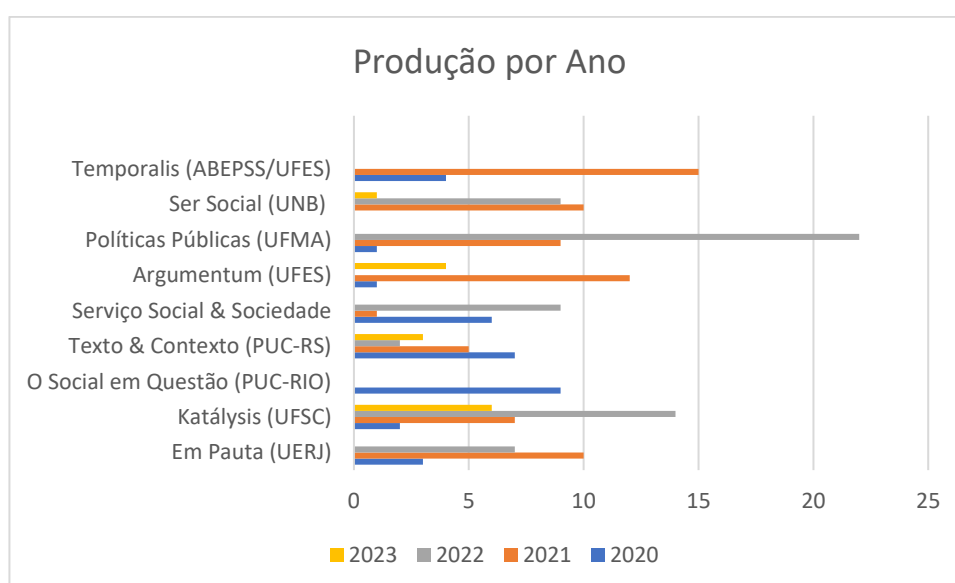
### 3.2 Produções Científicas das Revistas Brasileiras:

Com relação as produções científicas do Serviço Social no Brasil, publicadas nos anos de 2020 a 2023, nas principais revistas da área: *Em Pauta* (UERJ), *Katálisis* (UFSC), *O Social em Questão* (PUC-RIO), *Texto & Contexto* (PUC-RS), *Serviço Social & Sociedade*, *Argumentum* (UFES), *Políticas Públicas* (UFMA), *Ser Social* (UNB) e *Temporalis* (ABEPSS/UFES), foram encontrados um total de 186 artigos, tendo como base os descritores: Pandemia da COVID-19, Desastres, Calamidade Pública. Desses foram excluídos 10, por serem resenhas, editorial da revista e artigos que não eram estudos do serviço social. Totalizando 176, artigos analisados. A seguir segue o gráfico a baixo que demonstra o volume dessas publicações de 2020 a 2023 por descritores:

**GRÁFICO 15 - RELAÇÃO DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS POR DESCRITORES DE 2020 -2023.**

Fonte: dados retirados com base no levantamento realizado nas revistas da área, 2024.

O gráfico a cima referente as produções do serviço social de 2020 a 2023, demonstra um maior volume referente a estudos e pesquisas relacionadas ao contexto da pandemia, totalizando 176 artigos. Apesar do destaque ser a pandemia, em virtude do período analisado, salienta-se que o periódico “O social em Questão PUC/RIO”, apresentou maior número de produções com o descritor desastre, sendo essas produções referentes ao ano de 2020. O gráfico a seguir apresenta o volume da produção por ano nos periódicos, com base nos descritores (desastres, calamidade pública e pandemia).

**GRAFICO 16 - RELAÇÃO DE PRODUÇÃO DAS REVISTAS POR ANO**

Fonte: gráfico construído com base no levantamento realizado nas revistas da área, 2024.

O gráfico acima demonstra que o maior volume de produções ocorreu nos anos de 2021 e 2022, devido ao impacto da pandemia da COVID-19, que assolou o mundo a partir de 2020 e trouxe transformações profundas e duradouras para a economia global e para a estrutura social das sociedades. À medida que a pandemia foi sendo controlada e as medidas de restrição e controle foram gradualmente levantadas, o impacto econômico e social revelou-se mais complexo do que inicialmente se imaginava. Dessa forma, os anos de 2021 e 2022 apresentaram desafios econômicos e sociais para o país, sendo os anos de maiores produções e publicações de estudos a respeito da situação do desastre causado pela pandemia (DE FÁTIMA MARCELINO, 2024).

Salienta que o volume de produções nestes anos está relacionado ao impacto causado pela pandemia da COVID-19. No campo econômico, a pandemia causou uma recessão global sem precedentes. As medidas de prevenção necessárias, como o isolamento social, provocaram o fechamento de empresas e a interrupção das cadeias de suprimento, resultando em uma queda abrupta no PIB em muitos países. As economias emergentes ficaram particularmente vulneráveis, enfrentando um aumento da dívida e uma redução nas receitas de exportação. Por outro lado, alguns setores, como o comércio eletrônico e as tecnologias digitais, experimentaram um crescimento acelerado, evidenciando uma transformação digital acelerada. O mercado de trabalho também sofreu mudanças significativas: o desemprego aumentou, especialmente entre trabalhadores informais e aqueles em setores mais impactados pelas restrições. O trabalho remoto, que se tornou uma necessidade durante a pandemia, passou a ser adotado por empresas e trabalhadores, levando a uma reavaliação das práticas de trabalho e à continuidade de modelos híbridos pós-pandemia (DE FÁTIMA MARCELINO, 2024).

A análise da pesquisa de revisão bibliográfica, realizada nos principais periódicos da área de serviço social no Brasil, apontou sete categorias emergentes centrais: ***Trabalho e Precarização; Violência Estrutural, Capitalismo e Neoliberalismo; Políticas Públicas e/ou Políticas Sociais; Formação e Trabalho do Assistente Social; Tecnologias de Informação e Comunicação; e Desastres e Serviço Social.***

Ao que se refere às bases teóricas, aos valores e aos princípios presentes nas produções científicas a teoria social crítica e o marxismo estão presentes em grande parte das produções. Evidenciando que, no serviço social brasileiro e na sua formação, a teoria social crítica oferece uma perspectiva fundamental para compreender e transformar a sociedade, pois busca desvelar e analisar as estruturas de poder, desigualdade e injustiça presentes na sociedade. A teoria social crítica propõe uma abordagem que vai além da

mera descrição dos fenômenos sociais, incentivando a transformação social por meio de uma análise crítica que visa a ação prática.

Com relação às categorias centrais emergentes ao longo das análises, as produções científicas relacionadas ao Apêndice G apresentam a Sistematização das Análises das Produções Científicas nas Revistas de Serviço Social no Brasil.

Na categoria "**Trabalho e Precarização**", as produções científicas retratam as condições estruturantes que afetam os trabalhadores brasileiros, evidenciando as desigualdades de classe, raça e gênero, e destacando as particularidades do setor de trabalho. Isso leva em conta aspectos como vínculos empregatícios, salários, condições objetivas e as transformações recentes, intensificadas pela primeira grande pandemia do século XXI.

As produções em destaque de Santana (2021) e Senna (2022) retratam a relação das políticas de governo adotadas durante a pandemia da COVID-19 no Brasil, que visavam proteger o empresariado e as empresas. No entanto, devido a falhas no planejamento e na implementação, algumas partes desse setor, especialmente as pequenas empresas, enfrentaram dificuldades significativas. O programa de proteção ao emprego e à renda, embora anunciado como voltado para a proteção dos trabalhadores, na prática, forçou-os a aceitar medidas de suspensão e redução de jornada e salário, com compensação apenas parcial através de um benefício criado pelo governo. As autoras também apontam que, no que se refere à pandemia e à categoria "**Trabalho e Precarização**", na América do Sul, representada pela amostra do Brasil, antes da pandemia, o mercado de trabalho nos países latino-americanos já indicava alertas, não apenas devido às suas condições histórico-estruturais, mas em razão da intensificação das medidas de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho após a reforma trabalhista de 2017. A pandemia agravou essa situação, apresentando altas taxas de desemprego (13,8% em 2020), afetando especialmente mulheres e jovens. A situação do trabalho informal atingiu 38,8% da população (IBGE, 2021).

Constatou, por meio dessa categoria, que as produções no Brasil, de modo geral, têm o mesmo posicionamento ao retratar que o padrão de desenvolvimento econômico e social, conduzido pelas condições estruturais do capitalismo, não permitiu superar a informalidade e a pobreza, nem enfrentar os novos desafios, que foram agravados pela pandemia de COVID-19. Isso leva à conclusão de que as desigualdades estruturais apresentadas neste contexto neoliberal, manifestadas nas condições de trabalho e renda da população, com a pandemia, foram intensificadas. O contexto de agravamento e precarização

das condições de trabalho exige políticas de curto, médio e longo prazo com reais chances de resolver as questões persistentes da América Latina.

As produções científicas analisadas na categoria "**Violência Estrutural**" evidenciam que a COVID-19 não apenas ressaltou a crise econômica, política e social que o país enfrenta, mas também desocultou diferentes formas de violência, expondo a profunda desigualdade social e a insegurança crônica promovida e naturalizada pelo Estado. As produções de Dos Santos (2020) e Mesquita (2021) apontam para o agravamento da violência de gênero e o aumento da violência estatal em favelas durante a pandemia. A crise sanitária global agravou a violência de gênero, com impactos preocupantes tanto em países desenvolvidos quanto em países com menos desenvolvimento socioeconômico. A situação é alarmante: segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019), uma em cada três mulheres enfrenta violência física ou sexual ao longo da vida. Embora prevalente, essa violência é frequentemente subnotificada. As pesquisas realizadas por organizações feministas durante a crise sanitária mostraram que a violência de gênero se insere em um contexto mais amplo de desigualdades sociais preexistentes, intensificando a desigualdade enfrentada pelas mulheres brasileiras e refletindo uma violência estrutural (Mesquita, 2021). Já a violência vivenciada nas favelas pelo Estado, como retratado no estudo de Dos Santos (2020), é fruto de uma necropolítica, que se refere às escolhas políticas do Estado ao formular suas políticas de segurança e outras políticas públicas voltadas para as populações mais pobres. Este estudo alerta para a escolha política implícita sobre quem deve viver ou morrer, negando a humanidade de determinados segmentos da população, especialmente de pessoas negras, que são a maioria nos territórios periféricos. No entanto, apesar das desigualdades nas favelas, agravadas pela pandemia, outras formas de resistência, solidariedade e organização, como coletivos de mídia local, movimentos sociais e organizações não governamentais, surgiram.

A análise da categoria "**Neoliberalismo**", presente em grande parte das produções, retrata a questão social e suas expressões durante este período de análise, evidenciando um padrão de acumulação neoliberal na América do Sul, que acirra a dependência e a superexploração da força de trabalho, características já bem evidentes no continente sul-americano. O estudo de Araujo (2020) relaciona o negacionismo com as medidas de isolamento social, sustentando o desenvolvimento econômico. O plano neoliberal se torna uma política de extermínio, expondo os trabalhadores vulneráveis ao risco da doença, enquanto o sistema de saúde e outros serviços públicos são desmontados com o objetivo

de sua mercadorização. O estudo de de Meirelles (2022) discute os desafios do serviço social diante das desigualdades impostas pelo neoliberalismo, destacando que as atuais medidas governamentais ferem os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social e afetam a atuação interventiva da profissão.

Parece-nos que Assistentes Sociais sofrem pressão para reavivar metodologias e técnicas tradicionais da profissão para garantir os mínimos sociais à população usuária, o que deve ser combatido por meio de lutas sociais da categoria profissional e de outros setores progressistas da sociedade.

Apesar de grande parte das produções não abordar diretamente a perspectiva da pandemia como um desastre, as análises possibilitam identificar as repercussões e reflexões críticas em torno do contexto da pandemia da Covid-19, tal como ocorre em um desastre, de negação e valorização do capital acima da vida e da dignidade humana. Calli (2021), em seu estudo publicado na revista *Social & Sociedade*, afirma que a situação vivenciada pelo país durante a pandemia da Covid-19, sob o governo de Jair Bolsonaro, foi promotora do negacionismo, da descredibilidade da ciência, incluindo a divulgação de dados incorretos ou falsos e a promoção de comportamentos que favoreciam a disseminação do vírus. Entre as estratégias de desqualificação da pandemia estavam os termos "histeria", "história mal contada", "gripezinha" e "neurose".

As ***Políticas Públicas e/ou Políticas Sociais***, discutidas pelos(as) Assistentes Sociais em suas produções, e as investigações sobre essa categoria emergente, no período de 2020 a 2023, demonstram que o cenário vivido e sua condução refletem o sistema capitalista global e sua crise estrutural interminável. Em meio a essa dupla crise letal enfrentada pela humanidade, a política social, que deveria garantir a dignidade humana em meio a esse desastre, também sofre uma reversão drástica, passando a focar na satisfação das necessidades de lucro do capital, tornando-se cada vez mais contrária à sociabilidade democrática, em virtude do desinvestimento, privatizações, sucateamento e precarização.

O estudo de Bonnet (2021) ratifica que não se trata apenas de constatar os impactos sobre as políticas sociais, mas que as implicações de políticas sociais frágeis se dão pela perpetuação de uma ordem política cujas raízes estão atreladas a um sistema capitalista de sociabilidade, que altera e interfere no modo de vida. A autora afirma: *“todas as esferas da vida e de trabalho das políticas sociais são atravessadas pelo imperativo da valorização do valor; pela contradição entre produção social e*

*apropriação privada da riqueza; e pela expropriação dos produtores diretos, o que atinge até mesmo direitos sociais elementares”* (p. 5).

Os desafios enfrentados pela política de saúde também são enfatizados nas análises das produções. Como apresentado por Albino (2022), a contrarreforma da saúde, manifestada pela precarização do SUS e pela ampliação restrita, fragmentada e excludente do sistema, afeta o modelo de atenção baseado na reforma sanitária e seus princípios de universalidade, integralidade, equidade e participação social. O estudo, que abrange o período pós-pandemia, indica que o estado intensificou um projeto privatista, priorizando os interesses do mercado e transformando a saúde em um produto a ser adquirido no setor privado. Exemplos dessa abordagem incluem os “novos modelos de gestão”, que substituem a administração estatal e direcionam os fundos públicos para a acumulação de capital.

Outra categoria emergente nas análises das produções científicas se relaciona à ***Formação e Trabalho do Assistente Social***. Dois temas são bem abordados: os desafios durante a pandemia da Covid-19, relacionados ao trabalho do Assistente Social, e as dificuldades enfrentadas na formação do serviço social, permeada por um período de adaptações para uma formação “híbrida” e readequações curriculares para manter o caráter crítico e propositivo da formação. As análises a respeito do ***Trabalho do Assistente Social***, apontadas por Da Silva (2021) retratam os desafios enfrentados pela profissão durante esse período, destacando que o cenário representou grandes desafios e exigiu muito mais da classe trabalhadora. O Serviço Social, inserido nessa divisão social e técnica do trabalho, também vivenciou lutas, contradições e oportunidades. A autora ainda aponta a importância de intensificar a capacitação continuada no pós-pandemia, pois as dimensões da questão social se tornarão mais graves e complexas. Destaca a importância de articular as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do trabalho profissional, especialmente em contextos desafiadores como o da pandemia. O Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais é apontado como essencial e deve ser constantemente revisto pelos profissionais, especialmente em relação ao item X, que reafirma *o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional*.

A produção científica de Alves (2022) discorre sobre o trabalho dos(as) Assistentes Sociais na Política de Assistência Social durante a pandemia da Covid-19. Durante a pandemia, o trabalho dos(as) Assistentes Sociais foi marcado por uma

intensificação das demandas, suspensão das atividades coletivas presenciais, adoção de protocolos de saúde e atrasos no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva. Além disso, o medo e a insegurança relacionados à crise pandêmica exigiram uma adaptação das atividades previstas nas regulamentações da Política de Assistência Social. No entanto, mais do que uma nova normalidade, revelou-se um velho ou falso normal, caracterizado pela intensificação da precarização das relações de trabalho, pelo aumento das demandas devido ao crescimento do desemprego e da informalidade, e pela fragilização das lutas individuais e coletivas. Embora essas lutas não tenham sido suficientes para enfrentar todos os ataques ao trabalho, elas foram essenciais para evitar um cenário ainda mais desolador. Assim, os processos de trabalho dos(as) Assistentes Sociais se desenvolveram, reafirmando a imagem da profissão como essencial no atendimento parcial de algumas necessidades sociais e sua articulação com a reprodução do capital, reforçando a necessidade do trabalho do Serviço Social.

Quanto à **Formação** em Serviço Social durante esse período, as produções científicas discutem as estratégias utilizadas para lidar com as exigências do ensino remoto e como essas estratégias visaram mitigar os impactos dessa transição, preservando a qualidade educacional. Galzerano (2021) aponta que as dificuldades enfrentadas na formação pós-pandemia, especialmente a “adaptação das estruturas curriculares”, levaram a um “incentivo” para a permanência da lógica do ensino remoto. A reflexão do estudo recai sobre as implicações dessa experiência para a Universidade Pública, o ensino presencial e o processo formativo em Serviço Social. A análise aponta a necessidade de vigilância contínua quanto aos desdobramentos do ensino remoto, considerando os riscos associados à privatização da educação e à preservação dos princípios de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

O estudo de Fernandes (2021) apresenta uma análise sobre o posicionamento político do Serviço Social em relação ao ensino remoto. Os aspectos levantados que impactaram a educação superior durante a pandemia incluem: o distanciamento entre ensino, pesquisa e extensão, que tem se tornado uma preocupação crescente nas instituições de ensino superior, especialmente em relação às atividades extensionistas; a ausência de uma política de educação inclusiva para aqueles que não têm acesso à internet e às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs); e a inserção de corporações capitalistas nas universidades públicas, que tem se intensificado em um cenário de deterioração da política educacional, resultando na gradual perda do caráter público e gratuito das instituições de ensino superior.

Quanto às *Tecnologias de Informação e Comunicação*, outra categoria emergente, Lima (2022) afirma que a transformação digital tem exercido um impacto profundo nas dinâmicas laborais, particularmente no contexto das plataformas digitais, que remodelam as formas de gestão e controle do trabalho. No Brasil, essas inovações tecnológicas, embora promovam flexibilidade e eficiência, também têm contribuído para a precarização da saúde do trabalhador. A autora também observa que o aumento do desemprego estrutural tem impulsionado o crescimento do número de trabalhadores autônomos, informais e subcontratados, refletindo uma flexibilização acentuada do mercado de trabalho. Essa nova configuração, resultante da reestruturação produtiva e das inovações tecnológicas, tem implicações significativas para a saúde do trabalhador, especialmente no que se refere ao adoecimento mental.

A categoria *Desastres e Serviço Social*, foi uma das menos abordadas nas produções científicas nacionais tanto na procura como descritor, quanto na categoria emergente e até nas produções como conceito do próprio desastre biológico, sofrido pela pandemia da covid – 19. Ao total de artigos debatendo essa temática no período de 2020 a 2023, foram: 6 produções, sendo 5 artigos na revista social em questão – PUC RIO, 1 artigo na Revista Texto & Contexto. Destas produções científicas Lampis (2020), afirma sobre a emergência climática ocorridas na América Latina, vem intensificando impactos sobre as populações mais vulneráveis, o que exige uma reflexão sobre a maneira como nossas cidades e o processo acelerado de urbanização, sendo crucial considerar quais caminhos adotar para modelos alternativos que sejam justos e sustentáveis. Já o ensaio de Icasuriaga, (2020), retrata o desastre ocorrido na cidade de Brumadinho/MG, evidencia como a opção por um modelo de desenvolvimento que perpetua e reforça formas de exploração e dominação, seja em relação ao meio ambiente, aos indivíduos e comunidades inteiras, ou entre diferentes nações. Levanta uma crítica com relação ao avançar economicamente e a preferência por atividades extrativistas como caminho para esse suposto desenvolvimento que prioriza os interesses "desenvolvimentistas" em detrimento da proteção ambiental negligenciando as consequências das consequências ocasionadas pela degradação ambiental. Outra produção que relaciona os desastres ambientais e a condição neoliberal e o trabalho do serviço social, Azeredo (2020), expõe que as ações do serviço social ocorrem prioritariamente no momento do acontecimento do desastre e pós desastre. Em relação ao momento do desastres destaca-se as ações: referenciamento das famílias ao CRAS; visitas domiciliares; encaminhamentos para abrigos e programas assistenciais; entrega de donativos; elaboração de relatórios sociais;

acompanhamento do estado de saúde; prestação de orientações e organização dos abrigos. já as ações pós desastres os(as) Assistentes Sociais atuam prioritariamente na organização dos processos de retorno da população às residências de origem, ou às novas residências; nas orientações quanto ao direito a benefícios socioassistenciais como o aluguel social e na resposta aos indivíduos e famílias que porventura ainda tenham demandas não atendidas. Outro aspecto é a relação de dependência do trabalho do Serviço Social com o da Defesa Civil, pois os profissionais necessitam aguardar o retorno sobre a avaliação das casas e quais procedimentos devem ser tomados.

Outro aspecto destacado é a questão do trabalho de prevenção, que ainda não é realizado de forma eficiente, resultando em uma abordagem emergencial para conhecer e atender famílias e comunidades afetadas, com ações alinhadas a esse mesmo ritmo. Durante uma crise, a ênfase é na rapidez das medidas a serem tomadas, mas estas devem ser baseadas em diretrizes previamente discutidas e planejadas, especificamente voltadas para o trabalho do Assistente Social. Isso revela uma falta de espaço para a produção de conhecimento e planejamento que considere as experiências recorrentes nesses processos. Em resumo, o trabalho é bastante voltado para ações presentes e não pós desastre.

Em síntese as análises das produções científicas analisadas nos principais periódicos da área no período de 2020 a 2023, período este que representa um marco no que refere-se a desafios impostos diante de um desastre biológico, causado pela pandemia da covid-19, nota-se que grande parte das produções tem relação com o campo dos desastres (mesmo essas não sendo denominadas ou apresentando a pandemia como um desastre, o serviço social brasileiro em suas produções analisadas, demonstram o envolvimento com o projeto ético político da profissão (e com projeto societário), pois o Serviço Social, com sua missão de promover a justiça social e a dignidade humana, está profundamente envolvido na elaboração e execução desses projetos, sendo um dos principais desafios enfrentados pelo Serviço Social é a luta contra as desigualdades estruturais que afetam a efetividade dos projetos societários. A persistência de desigualdades econômicas, sociais e políticas pode limitar o impacto das iniciativas e criar barreiras para a inclusão e a justiça social. Assistentes Sociais precisam enfrentar essas desigualdades e buscar soluções que promovam a equidade e a justiça. Desta forma, as produções científicas brasileiras, apesar de não apontar de forma direta o trabalho do Assistente Social frente a desastres na maioria das suas produções, as análises de períodos como a pandemia da covid-19, demonstram uma preocupação dos(as) Assistentes Sociais em debater e analisar como as políticas sociais, vem operacionalizando e enfrentamento

a eventos de crise (como os desastres), frente a desafios econômicos e políticas econômicas restritivas a qual vem sucateado os serviços públicos essenciais para o enfrentamento dos desastres. A seguir a Sistematização das Categorias Emergentes Centrais.

Quadro: Síntese das Categorias Emergentes Centrais

| <b>Categorias</b>                      | <b>Com Base nas Produções Científicas</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Trabalho e Precarização</b>         | As produções científicas destacam as condições estruturantes que afetam os trabalhadores brasileiros, evidenciando desigualdades de classe, raça e gênero. Durante a pandemia, o Programa de Proteção ao Emprego e à Renda, por exemplo, expôs trabalhadores a medidas de redução de jornada e salário, com compensação apenas parcial. Estudos como os de Santana (2021) e Senna (2022) ressaltam as fragilidades do mercado de trabalho na América Latina, agravadas pela desregulamentação e flexibilização após a reforma trabalhista de 2017, intensificadas pela pandemia. Altas taxas de desemprego (13,8% em 2020) e o aumento do trabalho informal (38,8%) foram registrados, afetando particularmente mulheres e jovens (IBGE, 2021) |
| <b>Violência Estrutural</b>            | Estudos de Dos Santos (2020) e Mesquita (2021) destacam o aumento da violência de gênero e a violência estatal em favelas. A crise sanitária intensificou a desigualdade social, especialmente para mulheres, em um contexto global onde uma em cada três enfrenta violência física ou sexual (OMS, 2019). A violência estatal, por sua vez, está relacionada à necropolítica, que define quem vive ou morre com base em escolhas políticas, afetando principalmente populações negras em territórios periféricos. Apesar disso, emergiram formas de solidariedade e organização nas comunidades mais vulneráveis.                                                                                                                             |
| <b>Capitalismo e Neoliberalismo</b>    | Grande parte das produções abordam o impacto do neoliberalismo nas expressões da questão social, destacando a superexploração da força de trabalho e a dependência econômica na América Latina. Estudos como os de Araujo (2020) e De Meirelles (2022) analisam o impacto do negacionismo político na gestão da pandemia e os desafios impostos aos assistentes sociais diante de políticas neoliberais, que intensificam a precarização do trabalho e fragilizam o projeto ético-político da profissão.                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Políticas Públicas e/ou Sociais</b> | As análises apontam que a pandemia revelou o desmonte das políticas sociais no Brasil, marcado pelo desinvestimento, privatização e sucateamento. Estudos como os de Bonnet (2021) e Albino (2022) destacam a fragilidade do Sistema Único de Saúde                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |

|                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|-------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                 | (SUS) e o avanço de modelos de gestão que mercantilizam a saúde, ameaçando o princípio do direito universal.                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <b>Formação e Trabalho do Assistente Social</b> | A pandemia trouxe desafios para a formação e o trabalho do assistente social. A adoção do ensino remoto gerou adaptações curriculares que podem comprometer o caráter crítico da formação. Estudos como os de Da Silva (2021) e Fernandes (2021) discutem as dificuldades enfrentadas na educação superior e as demandas crescentes no campo de trabalho, com intensificação da precarização e da carga de trabalho. |
| <b>Tecnologias de Informação e Comunicação</b>  | Lima (2022) explora como as inovações tecnológicas, impulsionadas pela transformação digital, remodelaram o mercado de trabalho. Embora tenham promovido eficiência, também intensificaram a precarização, especialmente entre trabalhadores autônomos e informais, além de afetar negativamente a saúde mental.                                                                                                     |
| <b>Desastres e Serviço Social</b>               | Poucas produções abordaram diretamente a pandemia como um desastre biológico. Apenas seis artigos exploraram a temática entre 2020 e 2023. Estudos como os de Lampis (2020) e Icasuriaga (2020) discutem a relação entre desastres ambientais, modelo de desenvolvimento extrativista e o papel do serviço social em situações                                                                                       |

Fonte: quadro construído com base no levantamento realizado nas revistas da área, 2024.

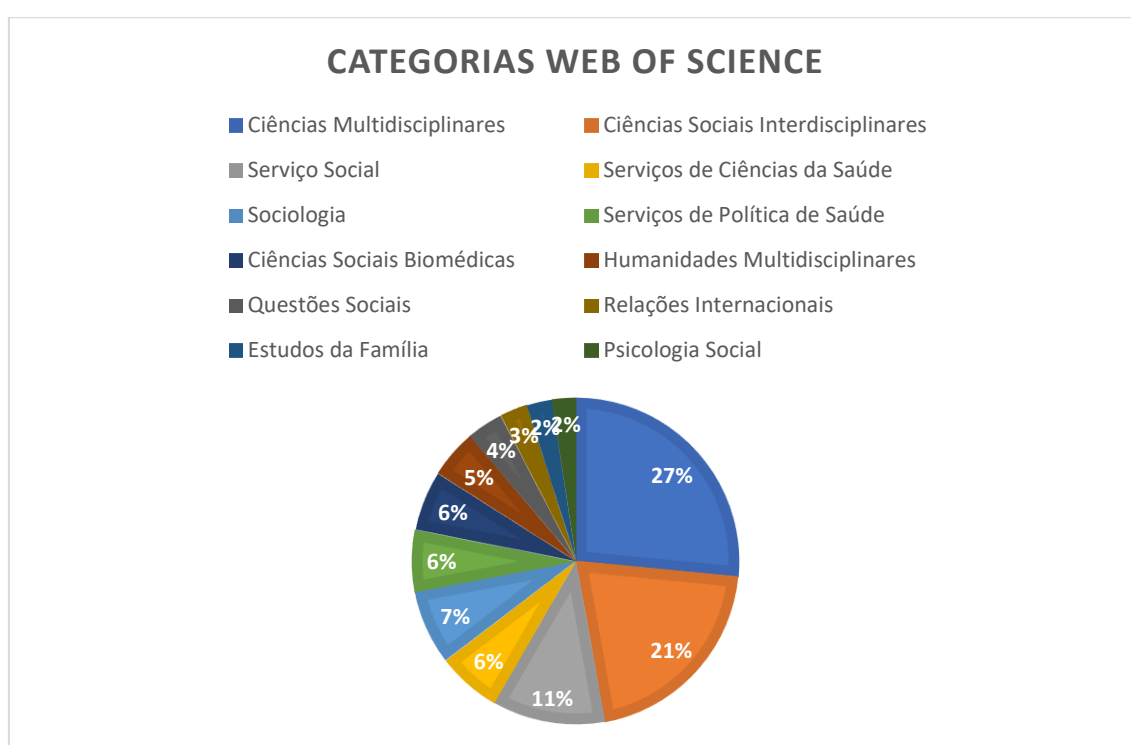
Em síntese, as produções científicas analisadas indicam que o Serviço Social no Brasil enfrentou desafios significativos durante a pandemia da Covid-19, com destaque para a precarização do trabalho, as violações de direitos sociais e a fragilidade das políticas públicas. A profissão, se manteve atenta às questões estruturais que impactam a população e continuou a exercer um papel essencial na luta pela justiça social, mesmo diante de um contexto adverso e de um cenário de crise. O estudo dessas categorias emergentes permite uma compreensão mais aprofundada dos desafios e das possibilidades de atuação do Serviço Social, não apenas no contexto de desastres, mas também em face das transformações sociais, políticas e econômicas que se intensificaram com a pandemia.

### 3.3 – Análise das Produções Científica Internacionais:

Foram encontrados 2.180 artigos a partir do descritor: Disaster & Social Work, desse total 243 foram excluídos, pois se tratavam de artigos referentes a América do Norte

e países que não contemplam o estudo na América do Sul. Para que pudesse chegar neste resultado foram escolhidos artigos completos, de acesso aberto e gratuito, publicados nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023. Dos 1.937 artigos apresentados (Apêndice D apresenta a relação dessas produções de forma quantitativa, organizada por país e continente), foi realizado um segundo refinamento, por categorias, totalizando 475 artigos finais que contemplaram o estudo desta tese. As categorias que contemplam essa análise foram selecionadas conforme a plataforma Web of Science, A seguir o gráfico elucida essas publicações pelas categorias:

**GRÁFICO 17 - PUBLICAÇÕES CONTEMPLADAS POR CATEGORIAS DA BASE DE DADOS WEB OF SCIENCE**



FONTE: Construído com base nas informações da base de dados Web of Science, 2023.

Com base, no gráfico a cima, nota que a maior parte das produções científicas internacionais com relação a desastres e serviço social estão centradas nas categorias de ciências sociais interdisciplinares (21%), ciências multidisciplinares (27%) e serviço Social (11%). No que se refere as publicações por ano, a gráfico a baixo apresenta os anos de 2021 (32%) e 2022 (26%)., com maior volume de produções acerca dos desastres.

**GRAFICO 18 - PUBLICAÇÕES CONTEMPLADAS POR ANO NA BASE DE DADOS WEB OF SCIENCE**

FONTE: Construído com base nas informações da base de dados Web of Science, 2023.

As produções internacionais apontam que historicamente o Serviço Social está ligado a desastres, desde a Segunda Guerra Mundial como é apontado na produção de *Dominelli*,(2020). Ressalta-se que o rápido aumento das intervenções dos Assistentes Sociais gerou uma grande quantidade de investigação e literatura, especialmente após os desastres ocorridos: terremotos na Índia (em 2001) e na China (em 2008), os Furacões Mitch (em 1998) e Katrina (em 2005), e o tsunami no Oceano Índico (em 2004) considerados os maiores desastres ocorridos na história contemporânea, da literatura internacional. No que se refere as terminologias com relação aos desastres, as produções internacionais apresentam três tipos e os seus autores principais, conforme o quadro a seguir apresenta:

**QUADRO 9 - TERMINOLOGIAS COM RELAÇÃO A DESASTRES**

| <b>Terminologia</b>                          | <b>Autores</b>                                    |
|----------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| Gestão de Desastres                          | Rogge(2004) ; Mathbor, (2007); Rowlands, (2013 ), |
| Trabalho Social em Intervenções em Desastres | Cuadra, (2015 )                                   |
| Trabalho Social em Desastres                 | Shah (1985) ; Sim et al, (2013) ; Pyles, (2017).  |

Fonte: Elaborado com base nas análises das produções científicas internacionais da base de dados Web Of Science, 2023.

De forma geral na produção internacional, Assistentes Sociais estão presentes em diversos campos de prática, envolvendo-se diretamente com indivíduos, famílias e comunidades Dominelli (2020). Seu trabalho se estende a diferentes setores, como: hospitais, escolas, sistema penal, agências governamentais e instituições de filantrópicas. As atribuições variam e podem incluir orientações legais e sobre direitos, apoio psicossocial direto, avaliações de necessidades, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento de políticas, investigação e educação. Em diferentes países como na Nova Zelândia, EUA e Austrália, Assistentes Sociais podem ser contratados para uma série de funções, incluindo gestores de caso, trabalhador de apoio psicossocial ou trabalhador de proteção infantil.

Os Assistentes Sociais têm, durante décadas, desempenhado um trabalho fundamental na gestão de desastres, presentes em várias frentes e efetivamente no apoio as comunidades. Apesar de suas contribuições significativas para a gestão de desastres, o trabalho dos(as) Assistentes Sociais muitas vezes passaram despercebido e subutilizados. As análises das produções científicas internacionais demonstram, que assim como no Brasil os Assistentes Sociais, frequentemente são envolvidos de forma inesperada na resposta aos desastres, contribuindo para a recuperação e apoio das comunidades afetadas, ressalta Kathryn (2021); Dominelli (2021).

Assistentes Sociais na Austrália e no Nepal desempenham funções diversas e essenciais no contexto dos desastres, incluindo defesa de direitos, apoio psicossocial, avaliações de necessidades, desenvolvimento comunitário, elaboração de políticas, pesquisa e educação. Sua formação capacita para apoiar indivíduos e comunidades em “situações de crise”, defesa de direitos e trabalho pautada nos códigos profissionais de ética e conduta.

As produções de Kathryn (2021); Dominelli (2021) retratam que a presença dos Assistentes Sociais em áreas como hospitais, escolas e centros comunitários vem permitindo uma abordagem abrangente e integrada na gestão de desastres. No que se refere a “Defesa”, Assistentes Sociais frequentemente desempenham um papel, defendendo os direitos das pessoas afetadas por desastres e garantindo que suas necessidades sejam atendidas. Essa função inclui a promoção do acesso a recursos e serviços essenciais, bem como a representação das necessidades das populações vulneráveis perante órgãos governamentais e outras entidades. O “Apoio Psicossocial” e/ou “Socorro Psicológico”, como é nomeado em alguns países, como Austrália e Nepal, surge como função central dos(as) Assistentes Sociais durante e após desastres,

oferecendo suporte emocional e apoio psicológico, no auxílio de pessoas a lidar com traumas e stress pós traumáticos, além disso facilitam o acesso a serviços de saúde mental, assistência designada como crucial para a recuperação das vítimas e para a reconstrução da resiliência comunitária. As *“Avaliações de Necessidades”*, são outra função importante, apontada nas produções científicas dos Assistentes Sociais, pois identificam as necessidades urgentes das pessoas afetadas, a elaboração de planos de intervenção e coordenação com outras organizações para garantir que essas necessidades sejam atendidas. Essas avaliações ajudam a direcionar os recursos e a planejar as respostas de forma eficaz. O *“Desenvolvimento Comunitário e Políticas”*, outra frente e função descrita nas produções internacionais, apontam que os(as) Assistentes Sociais estão envolvidos no desenvolvimento comunitário, trabalhando para fortalecer a capacidade das comunidades de se recuperarem de desastres e a se prepararem para novos desastres, contribuindo para o desenvolvimento de políticas e estratégias que abordam as causas e consequências dos desastres, influenciando a formulação de políticas públicas e programas de assistência.

A produção científica de *L. Du Plooy (2020)*, aponta que na Austrália, o envolvimento de Assistentes Sociais em eventos de desastre incluem: compilação e atualização de informações abrangentes sobre serviços e recursos para direcionar pessoas e famílias tendo como base o trabalho na comunidade; o estabelecimento de centros de informação para conectar usuários de serviços e membros da família; a garantia a continuação de serviços sociais remotamente, utilizando a tecnologia para permitir a comunicação entre os usuários do serviço e os membros da família; colaborar com “agências” para o atendimento de necessidades básicas imediatas, como alimentação e moradia; fornecer serviços individuais ou familiares apoio psicossocial baseado para lidar com traumas e perdas; coordenar centrais telefônica de informações; negociar com outras organizações e participar na construção de novas estruturas e protocolos de planejamento para eventos de desastres.

Um aspecto sugerido nas produções científicas internacionais e referido por *Papadopoulos (2024)*, é que em geral não há um conhecimento por parte da gestão e da população, com relação ao trabalho de Assistentes Sociais na prevenção e durante o desastre, ocultando que esses profissionais assim como outros profissionais estão entre os primeiros a responder os desastres e a ativar intervenções inovadoras em resposta a desastres naturais e/ ou provocados pelo homem. Neste sentido, o envolvimento de Assistentes Sociais na gestão de desastres tem recebido pouca atenção da mídia. Além

disso, há uma consciência limitada por parte de outros profissionais envolvidos na gestão de desastres sobre o que Assistentes Sociais fazem e como podem contribuir de forma propositiva nas fases de gestão de desastres e na gestão de risco dos desastres.

As análises, das produções científicas no geral indicam o envolvimento dos Assistentes Sociais numa gama diversificada de atividades, especialmente nas fases de resposta e recuperação da gestão dos desastres.

*Jennifer (2021)* apresenta em suas análises, que os desastres representam desafios, principalmente para a civilidade sociopolítica, este cenário tem apresentado internacionalmente, que conflitos armados continuam sendo um problema significativo para a segurança humana, causando crises humanitárias, assim como a migração forçada e escassez de alimentos, reconhecendo como desastres. Mundialmente cresce o reconhecimento de que os desastres passaram de eventos aleatórios da natureza para uma consciência crescente de que a atividade humana aumentou a frequência e a gravidade principalmente relacionados a eventos climáticos, como incêndios florestais, fomes, tempestades e elevação do nível do mar. A constatação de que desastres podem ocorrer a qualquer momento, como no caso de terremotos, sendo de responsabilidade de estados e conselhos municipais e distritais de coordenar uma resposta imediata. Há o consenso entre os estudos que nem sempre os órgãos públicos estão preparados ou operando na capacidade devida a outros desafios imprevistos antes do desastre, desta forma, para coordenar uma resposta eficaz, é importante uma compreensão abrangente dos serviços e recursos que podem ser mobilizados. Diante deste cenário, o trabalho do serviço social com as comunidades tem um papel crítico tanto na preparação, quanto na resposta a desastres e no trabalho com as pessoas para reconstruir, manter e alcançar suas “esperanças”.

*Alipore (2021)*, avalia que Assistentes Sociais são bem preparados para se envolver de forma significativa na redução do risco dos desastres, trabalhando com famílias e comunidades na preparação para desastres e também para responderem às complexidades que surgem dos desastres, seja eles naturais e/ou provocadas pelo homem. As suas funções profissionais nas comunidades, muitas vezes trabalhando com os membros mais vulneráveis da sociedade, podem estabelecer ligações eficazes com organizações envolvidas na gestão de desastres bem como com pessoas afetadas. Embora as equipes de resposta locais tenham um papel fundamental após um desastre, a inclusão de equipes de resposta externas pode ajudar a reduzir o impacto imediato e a longo prazo nos profissionais, indivíduos e comunidades, aliviando as cargas de trabalho e fornecendo

apoio alternativo. Esta abordagem aumenta a acessibilidade dos serviços e permite satisfazer as necessidades identificadas. Assistentes Sociais em outros países com formações voltadas para modelos de prática psicossocial, teoria da vulnerabilidade, desenvolvimento comunitário entre outros, buscam em sua intervenção em desastres trabalhar em prol da defesa da população, elaboração de políticas e desenvolvimento comunitário, a fim de contribuir tanto na atenção a população afetada quanto as fases da gestão do desastre. Porém as produções apontam que a utilização destas capacidades, atualmente é limitada e recomenda o fortalecimento e aproximação das relações locais e nacionais entre o serviço social e as principais organizações de gestão de desastres.

Ainda para elucidar as análises das produções internacionais será apresentada e classificadas a partir das categorias emergentes que se destacaram sendo essas: 1) Prática do serviço social em contextos de desastre; 2) Embasamento teórico, 3) trabalho do serviço social na gestão de desastres; 4) Capacitação. A fim de organizar as categorias e suas discussões o Quadro 9, a seguir elenca as categorias emergentes e a síntese dos principais autores citados nas produções internacionais.

**QUADRO 10 - CATEGORIAS EMERGENTES E SEUS PRINCIPAIS AUTORES**

| <b>Categorias emergentes</b>                              | <b>Principais Autores</b>                                                                                                                                                  |
|-----------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Prática do Serviço Social em contextos de Desastre</b> | Papadopoulou, D., & Teloni, D. (2023); Julie L Drolet, et al (2021); Gotinha E., Todd E. (2020); Yu, Z. (2021); Yu, ZH (2021); Edward et al. (2022); Jennifer ET AL (2021) |
| <b>Embasamento Teórico</b>                                | Mannakkara <i>et al.</i> , 2015 ; AHS, 2017 ; IASC, 2007 ; CASW, 2020                                                                                                      |
| <b>Trabalho do Serviço Social na Gestão de Desastre</b>   | Dominelli EU et al. (2021); Kathryn Hay (2021); Lee John Henley (2021), Alipour (2015); Maarefvand et al. (2023); Crawford, CA (2021).                                     |
| <b>Capacitação</b>                                        | Dominelli, (2013); Sim et al. (2013) ; Beltrán, S (2023); Haorui Wu (2021)                                                                                                 |

Fonte: Elaborado com base nas análises das produções científicas internacionais da base de dados Web Of Science, 2023.

Desta forma a **Prática do Serviço Social em contextos de Desastre**, A abordagem do serviço social em desastres foi percebida como estando relacionada aos valores do serviço social e ao código de ética, e ao foco da profissão nas dimensões sociais do desastre. Nessas produções científicas analisadas o serviço social reconhece a

importância da intervenção com os sujeitos (mencionados como clientes), trabalhando para promover a dignidade e o respeito humanos, a justiça social e prestando assistência de forma profissional e solidária. Ainda a um reconhecimento da contribuição valiosa do serviço social por outros profissionais na gestão de emergências e desastres.

Outro ponto fortemente levantado é a importância do trabalho do Serviço Social nas respostas e/ou recuperação em desastres: incêndios florestais, tornados, enchentes, acidentes e mortes), especialmente em comunidades rurais e indígenas. Identifica-se a pandemia da COVID-19 como semelhante a outros desastres, dada a perturbação generalizada e a necessidade de adaptação rápida.

Relatos de que, embora tivessem formação profissional no âmbito da sua prática, não se sentiam adequadamente preparados para trabalhar num contexto de desastres, necessitando de novos conhecimentos e competências pós-incêndio, mencionando a importância de cursos de desenvolvimento profissional em áreas de especialidade que completem, para trabalho a diferentes tipos de desastres.

Um aspecto relevante nos estudos internacionais é que se aproxima da realidade brasileira dos Assistentes Sociais e o seu trabalho em desastres é, a função de coordenação de voluntários no campo, tarefa relatada como particularmente difícil, dado que, durante essas situações, dezenas de voluntários chegam às áreas afetadas carregando roupas, alimentos e disposição para ajudar. É indiscutível que a solidariedade tem sido uma resposta fundamental às situações de desastres. No entanto, a tarefa de coordenar um grande número de voluntários em situações extremas é uma carga de trabalho adicional para profissionais de Serviço Social, que já estão sobrecarregados pelo número reduzido de profissionais por políticas públicas letárgicas nas respostas ao enfrentamento aos desastres.

A importância da prática informada sobre o trauma, da gestão do risco de desastres, do conhecimento da perda e do luto, da escuta ativa e das competências em crise, foi identificado como práticas benéficas para um contexto de desastre, os profissionais de serviço social afetados por desastres explicam que “é difícil prestar apoio a outras pessoas quando se era pessoalmente afetado”. Desta forma, nota-se a importância de se reconhecer o limite para o trabalho.

O relato de que o conhecimento da comunidade e das suas redes auxiliou na recuperação, bem como a experiência e formação anteriores em outros desastres. As produções também apontaram que muitos profissionais de serviço social não tinham um plano de preparação para trabalho em desastres no momento de incêndios (por exemplo),

tiveram que desenvolver um plano pessoal ou construir um diante do acontecimento do desastre. Salienta-se a **Importância de um parâmetro de trabalho em situações de desastre para a profissão.**

Em relação ao **Embasamento Teórico**, as teorias que embasam a prática do serviço social em um contexto de desastre nas produções acessadas incluíram trauma complexo (saúde mental), teoria dos sistemas ecológicos, abordagem da pessoa no ambiente, abordagem baseada em pontos fortes, desenvolvimento comunitário, teorias anticoloniais e anti-racistas, conhecimento indígena, bem-estar e autocuidado, teoria dos sistemas, serviço social anti-opressivo e conexões sociais. Também houve destaque para teorias práticas específicas, como abordagens centradas na pessoa e focadas na solução, abordagens centradas no cliente, prática informada sobre traumas, resposta a crises, entrevistas motivacionais e gestão de estresse em incidentes críticos (CISM). As terapias de melhores práticas identificadas incluíram Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC)<sup>26</sup> Reprocessamento de dessensibilização por movimentos oculares (EMDR) e novas opções do tipo EMDR que foram percebidas como tendo benefícios positivos para resolver traumas no corpo e para ajudar a reformular situações. Outra teoria fortemente retratada nas produções é a Teoria da Vulnerabilidade Social, (Fatemi et al. 2021) define vulnerabilidade social como o grau em que a situação social de uma pessoa a deixa suscetível a problemas, perigos ou desastres Da mesma forma, é essencial que, ao fazer avaliações de vulnerabilidade, o foco seja dado às desigualdades que afetam pessoas atingidas em desastres.

Com relação as abordagens do **Trabalho do Serviço Social na Gestão de Desastre**, as produções científicas apontam que uma das estratégias mais eficazes na recuperação de desastres a longo prazo foi envolver-se no planejamento de desastres e desenvolver um plano de preparação para esses. Ainda a indicação das necessidades de ferramentas virtuais para que os trabalhadores e gestores da linha da frente fossem preparados para o trabalho remoto com tecnologia adequada e acesso a computadores portáteis, arquivos virtuais e contatos pós-desastre.

No que tange o trabalho do serviço social destaca-se no período pós-desastre, desenvolvendo a empatia, colaboração, avaliação e ligação aos recursos –

---

<sup>26</sup> A terapia cognitivo-comportamental (TCC) é uma das intervenções psicossociais usadas com a finalidade de prevenir ou retardar a evolução desse estado de risco para uma psicose franca. A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) pode ser uma opção eficaz de intervenção em situações de desastres e catástrofes, pois ajuda a reduzir ou eliminar sofrimentos mentais. A TCC pode ser aplicada durante ou após a vivência de uma crise, e é caracterizada por ser breve e ter objetivos claros, (ROOS, 2015).

acompanhamento das famílias. O período de recuperação foi considerado a fase mais longa na gestão dos desastres com necessidade de recursos financeiros sustentados, justapostos ao momento em que o financiamento normalmente se esgota.

Preocupações com a saúde mental surgiram na recuperação a longo prazo, exigindo cuidados terciários e os participantes que trabalham com os afetados relatam como continuam a ver diariamente os impactos dos desastres na sua prática. E desafios inerentes às etapas da gestão de desastres - compreender a exposição aos desastres de indivíduos vulneráveis ou marginalizados e a melhor forma de mitigar os efeitos; trabalhar em condições inseguras e abaixo das ideais; trabalhar com pessoal e voluntários subqualificados e novamente a falta de recursos adequados.

Por fim no que se refere a **Capacitação**, a importância da formação antes do desastre (comando de incidentes, continuidade de negócios e construção de uma equipa forte) necessidade de obter formação focada em desastres antes da ocorrência de desastre e a necessidade de aprender sobre a estrutura de gestão de desastres, luto e perda, trauma, estruturas de recuperação comunitária, recursos para desastres e autocuidado; necessidade de formação especializada e padronizada sobre gestão de crises e desastres na educação em serviço social.

Entre as formações mais citadas como essenciais para a capacitação dos(as) Assistentes Sociais, está: Primeiros Socorros Psicológicos, Habilidades para Recuperação Psicológica, Preparação para Emergências, Sistemas de Comando de Incidentes, Transtorno de Estresse Pós-Traumático, primeiros socorros em saúde mental, prática informada sobre traumas e traumas complexos, estruturas de recuperação comunitária e aprendizagem de resposta a desastres e recursos e planos de recuperação. Houve também consciência da necessidade de aprender mais sobre bem-estar e autocuidado para evitar traumas indiretos e esgotamento. Outro aspecto abordado é que os(as) Assistentes Sociais em situações de desastres devem ser capazes de permanecer calmos, flexíveis, sensatos e ter conhecimento sobre os recursos e sistemas serem capazes de cuidar de si próprio sentindo-se confiantes no contexto de desastre, para que estes profissionais possam desenvolver práticas efetivas durante um desastre, a literatura recomenda desenvolver um sistema de apoio em tempos de desastres sugerindo que associações/conselhos profissional de serviço social oferecer esse apoio.

Diante das análises das produções científicas internacionais, ressalta-se quatro aspectos relevantes para o Serviço Social e o trabalho em desastres. Primeiro relacionado a gestão do desastre a qual deve ser integrada na profissão de serviço social, incluindo no

processo educacional da formação como: cursos sobre preparação para desastres e práticas informadas sobre traumas. Sendo necessário sensibilizar, identificar e disseminar práticas promissoras para os(as) Assistentes Sociais na gestão de desastres. Segundo relacionado as associações profissionais de serviço social ressaltando: a necessidade de reconhecer a importância do serviço social em desastres e transformar o trabalho do serviço social para abordar os impactos das alterações climáticas e desastres relacionados no trabalho diário. Terceiro a criação de uma base de dados ou rede de Assistentes Sociais treinados em desastres. E por fim, quarto alertar os(as) Assistentes Sociais a utilizar o tempo de trabalho para o bem-estar e o autocuidado durante e após a resposta a um desastre.

Com base nas análises e discussão das principais categorias que emergem das produções internacionais, o quadro a seguir sintetiza o que emerge de cada categoria discutido nas produções científicas internacionais. Este mapeamento evidencia a necessidade de qualificação contínua de Assistentes Sociais para lidar com a complexidade dos desastres. A preparação antecipada, o reconhecimento das especificidades de cada tipo de desastre e a criação de redes de apoio são elementos chave para uma atuação eficaz e humanizada. O Serviço Social tem um papel essencial na gestão de desastres, principalmente na gestão de risco, com ênfase na prevenção e educação em desastres, desenvolvendo ações não só no apoio imediato, mas também na recuperação a longo prazo das comunidades afetadas.

Quadro: Síntese da Categorias Emergentes

|                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><b>Prática do Serviço Social em contextos de Desastre</b></p> | <p>O Serviço Social promove o respeito e a solidariedade, mesmo em condições adversas. O trabalho inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Intervenção com sujeitos afetados, promovendo dignidade e justiça social.</li> <li>• Coordenação de voluntários, enfrentando desafios como sobrecarga de trabalho e recursos limitados.</li> <li>• Prática informada sobre trauma, escuta ativa e apoio emocional, essenciais para lidar com perdas, luto e crises.</li> <li>• Reconhecimento das especificidades dos desastres e das necessidades locais, evidenciando a importância de planejamento prévio e protocolos claros.</li> </ul> |
|                                                                  | <p>O embasamento teórico é amplo e inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Trauma complexo, sistemas ecológicos e abordagem centrada na pessoa:</b> Essenciais para entender e intervir em desastres.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |

|                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|---------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Embasamento Teórico</b>                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Teoria da Vulnerabilidade Social:</b> Destaca a necessidade de abordar desigualdades sociais nas avaliações de impacto.</li> <li>• <b>Práticas específicas:</b> Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), EMDR e abordagens informadas sobre trauma e crise.</li> <li>• <b>Conceitos anticoloniais e anti-racistas:</b> Importantes para práticas inclusivas e culturalmente sensíveis.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>Trabalho do Serviço Social na Gestão de Desastre</b> | <p>Os assistentes sociais desempenham um papel crucial em todas as etapas da gestão de desastres:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Planejamento e resposta:</b> Participação no desenvolvimento de planos de preparação, uso de ferramentas virtuais e trabalho remoto.</li> <li>• <b>Recuperação a longo prazo:</b> encaminhamentos para garantia de direitos, acompanhamento familiar.</li> <li>• <b>Saúde mental:</b> Acompanhamento pós desastres com indivíduos afetados. Desafios incluem recursos limitados, falta de formação específica, e condições de trabalho inseguras ou subótimas.</li> </ul>                                                                                                                  |
| <b>Capacitação</b>                                      | <p>A capacitação é um ponto central para a eficácia do trabalho dos assistentes sociais em desastres. Inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Formação prévia:</b> Em áreas como primeiros socorros psicológicos, prática informada sobre traumas e sistemas de comando de incidentes.</li> <li>• <b>Educação continuada:</b> Foco em gestão de crises, estrutura de recuperação comunitária e autocuidado.</li> <li>• <b>Apoio institucional:</b> Necessidade de associações e conselhos profissionais fornecerem suporte contínuo e recursos para os profissionais.</li> <li>• <b>Autocuidado e bem-estar:</b> Enfatizados como fundamentais para evitar esgotamento e manter a eficácia em contextos de crise.</li> </ul> |

Fonte: Elaborado com base nas análises das produções científicas internacionais da base de dados Web Of Science, 2023.

O Trabalho do Serviço Social em desastres requer um alinhamento entre **prática, teoria e capacitação contínua**. É essencial integrar a gestão de risco a desastres no processo de formação dos assistentes sociais, criando redes de apoio, disseminando boas práticas e fortalecendo políticas públicas que valorizem a intervenção. O Serviço Social deve ser reconhecido não apenas pelo suporte emergencial, mas também pela contribuição vital na recuperação a longo prazo das comunidades afetadas.

Desta forma, o último capítulo desta tese tem como objetivo, após a realização das análises, apresentar as potencialidades e possibilidades de inserção do Serviço Social nas diferentes fases de um desastre. A partir da revisão bibliográfica, das análises realizadas e das experiências compartilhadas, busca elaborar um mapeamento e propor estratégias que subsidiem o trabalho da profissão em contextos de desastres.

O foco está na capacitação e qualificação dos profissionais de Serviço Social, promovendo uma preparação sólida para enfrentar eventos de diferentes naturezas, que ocasionam variados tipos de danos e impactam diretamente o cotidiano e a vida das pessoas. Este esforço visa não apenas responder de maneira eficiente às situações de desastres, mas também fomentar uma prática que contribua para a reconstrução das condições de vida das populações afetadas, alinhando-se aos princípios éticos e ao compromisso social da profissão.

Assim, o próximo capítulo intitulado “**Potencialidades e Possibilidades de Intervenção em Desastres: Subsídio para o Serviço Social na Gestão de Risco em Desastres**” propõe consolidar reflexões e caminhos possíveis para que o Serviço Social amplie seu trabalho em cenários de desastres, fortalecendo sua capacidade de intervenção nos âmbitos individual, familiar e comunitário, bem como na gestão e articulação de políticas públicas e no planejamento intersetorial. Explora as potencialidades e possibilidades de intervenção do Serviço Social na gestão de riscos e desastres, oferecendo subsídios teórico-práticos para a atuação profissional. Frente à intensificação de desastres e suas repercussões sociais, torna-se imperativo compreender como o Serviço Social pode atuar em todas as fases de gestão de desastres prevenção, preparação, resposta e reconstrução, garantindo que os direitos sociais e humanos da população afetada sejam protegidos e promovidos.

## Capítulo 4 – Potencialidades e Possibilidades do Trabalho em Desastres: Subsídios para o Serviço Social na Gestão de Risco em Desastres

*O Assistente Social deveria contribuir no planejamento e elaboração dos planos de ação diante de desastres, numa perspectiva de garantia de direitos dos usuários atingidos por desastres. Também deve atuar no atendimento da população que já foi atingida em situação de desastre, elaborando um plano de ação, pós desastre juntamente com o usuário e colaborando na articulação da rede intersetorial que sequira atendendo a população posteriormente.*  
(participante Assistente Social)

O quarto capítulo desta tese propõe a aprofundar a análise sobre as **potencialidades e possibilidades** de intervenção do Serviço Social nas diferentes fases de desastres, destacando sua importância como profissão essencial na formulação de estratégias que garantam os direitos e a dignidade das populações afetadas. A reflexão proposta aqui é embasada em um arcabouço teórico-metodológico crítico e o código de ética da profissão. O conteúdo deste capítulo fundamenta a inserção do Serviço Social como protagonista na gestão de risco em desastres, reforçando sua capacidade de intervenção crítica e transformadora no enfrentamento dos desafios impostos pela realidade contemporânea.

### 4.1 – Serviço Social e Gestão de Risco em Desastres: Fortalecimento das competências técnicas e éticas

Conforme, Guerra et al. (2016), a profissão serviço social, enquanto elemento integrado à divisão social e técnica do trabalho, reflete uma complexa rede de atribuições, demandas e requisições que delineiam sua natureza e seu papel no contexto socioeconômico contemporâneo. Esse cenário não apenas define o lugar da profissão no aparato estatal, mas também influencia a configuração do mercado de trabalho e as estratégias adotadas para enfrentar as crises do capital. Ainda a autora ressalta que a natureza de uma profissão é moldada pelas funções que desempenha e pelas demandas que atende, ou seja, as atribuições de um profissional não são meramente técnicas, mas também se inserem em um contexto social e econômico que determina seu lugar na divisão do trabalho. A função do/a trabalhador é muitas vezes vinculada à necessidade de resolver problemas específicos da sociedade e do Estado, refletindo a funcionalidade da profissão na administração e na governança.

A fragilização das profissões em meio a concorrência promovida pelo modelo capitalista, não exclui os trabalhadores(as) Assistentes Sociais, desta forma “O Serviço

*Social não fica alheio a isso tanto no sentido da concorrência e disputa de espaços profissionais no âmbito das políticas sociais, algo inédito que surge nos últimos 15 anos, quanto de subsumir os objetivos, princípios e valores da profissão aos da instituição, do programa/projeto ou da política social na qual se insere* (p.3).

A dinâmica do mercado de trabalho e as recentes reformas gerenciais no setor público têm produzido transformações significativas e “*alteram as bases de sustentação funcional-ocupacional dos Assistentes Sociais*” (Guerra, 2016, p. 3) das profissões, em particular para Assistentes Sociais. A reforma gerencial, que visa otimizar a eficiência e a eficácia dos serviços públicos, introduziu mudanças significativas na administração pública. Estas reformas tem promovido a reestruturação dos serviços públicos essenciais para amparo da população e introduz práticas de gestão orientadas para resultados e a ênfase na eficiência econômica. Para o Serviço Social, essas reformas tem implicado e alterado as condições de trabalho e nas expectativas quanto ao desempenho, frequentemente exigindo uma maior ênfase em resultados quantificáveis e na prestação de serviços, alterando as “*demandas profissionais, as requisições sócio-profissionais e políticas, novas atribuições e competências lhe são exigidas*” (p. 3).

Iamamoto (1995), afirma que o serviço social se desenvolve à medida que responde e intervém nas demandas sociais apresentadas pelos diferentes segmentos sociais e opera sobre interesses contraditórios, onde um polo só pode fortalecer o outro. Com a ruptura com o conservadorismo que marcou o surgimento da profissão (ainda que o conservadorismo persista na profissão, afirma Iamamoto), desenvolvem e permanecem na consolidação de um projeto profissional em que a questão social é a base do trabalho profissional, compreendendo que esta é considerada um produto e resultado do modo de produção capitalista. Portanto, as refrações da questão social não podem ser abordadas de forma moralizante ou como responsabilidades individuais; seu confronto deve ser de forma coletiva.

Desta forma, o compromisso do Código de Ética do(a) Assistente Social (CFESS, 2012) está vinculado a liberdade como valor ético central e na defesa da democracia e dos direitos humanos. Além disso, os princípios do Código que declara a importância do projeto profissional estão em consonância com o curso de uma nova ordem societária, esse direcionamento faz com que valores construídos na base desta sociedade capitalista, a exemplo o individualismo e a competitividade, sejam refutados.

Assim o Código de ética profissional se torna uma potência e um instrumento extremamente relevante pois, regulamentado pela Lei n. 8.662/1993, através dos artigos

4º e 5º reforça as atribuições privativas e competências profissionais, não apenas aquilo que está em lei, mas o que potencialmente deve e pode através das competências, desenvolver no campo profissional. Para (Iamamoto, p. 37, 2012) no sentido de debater a competência de maneira etimológica, traz a luz *“a competência diz respeito à capacidade de apreciar, decidir ou fazer alguma coisa, enquanto a atribuição é uma prerrogativa, privilégio, direito e poder de realizar algo”*. Logo, as atribuições privativas estão relacionadas intrinsicamente com a profissão e as competências estão relacionados as ações que não são específicas do serviço social, porém podem ser realizadas. Desta maneira, Guerra (2016), analisa que o conceito de atribuição ainda é abordado como competência, responsabilidade de um trabalho, cargo ou função e a competência como algo a ser delegado, neste sentido, quando não se há uma definição de conceito, corre o risco dessas “atribuições” recaírem a um fazer qualquer, e no caso do serviço social, até a falta de precisão, pode levar a condição de demanda, sob algo que lhe foi atribuído. Para Guerra et al (2016):

Apesar de seus vários significados, a bibliografia da profissão quando aborda a questão das atribuições não a determina como atribuição profissional e utiliza, indiscriminadamente, os termos atribuição, atribuições profissionais e atribuições profissionais específicas e/ou privativas, nesse caso, sempre reputando à Lei de Regulamentação e poucas vezes ela vem seguida do substantivo profissional. Temos, pois, encontrado sua utilização como algo delegado por outrem. Há casos de uma profunda identificação das atribuições, com um rol de atividades a serem realizadas, instrumentos e, até mesmo sua identificação direta com os objetivos profissionais. Tal indefinição do conceito atribuição leva a que atividades parecidas ou idênticas sejam designadas, ora como atribuições ora como requisições, o que demonstra imprecisão, (p.6).

Neste sentindo, o contexto dos desastres e o trabalho do Assistente Social, nos últimos tempos, em destaque o início da pandemia da covid -19, em destaque trouxe à tona que embora os Assistentes Sociais tenham formação profissional com forte ênfase no trabalho nas políticas públicas e sociais, não se sentem adequadamente preparados para trabalhar em um contexto de desastre. Ressalta a necessidade de apreender novos conhecimento e competências e reavaliar as práticas desenvolvidas nas situações de desastres, como expresso na fala de Assistente Social brasileiro *“Acho que precisamos de um espaço importante para Assistentes Sociais repensarem a prática e verificar que podem e devem tomar à frente durante esses eventos”*. E ainda a necessidade de inserção da temática durante as formações *“Penso que precisamos abordar esse tema com mais profundidade na formação dos Assistentes Sociais, pois somos um dos profissionais essenciais para o enfrentamento destas situações”* (Assistente Social brasileiro).

Ressalta que as vinculações institucionais indiretas podem impactar a autonomia dos Assistentes Sociais e a sua capacidade de influenciar a gestão do desastre de maneira abrangente. Quando os profissionais são acionados principalmente em caráter emergencial e estão subordinados a prioridades institucionais específicas, sua capacidade de implementar intervenções completas e coordenadas pode ser limitada. A falta de uma ligação formal direta com órgãos como as Defesas Cíveis pode reduzir o poder dos Assistentes Sociais de participar na elaboração e execução de estratégias de resposta a desastres. Embora a colaboração com Secretarias de Desenvolvimento Social e entidades filantrópicas seja crucial, é importante reconhecer as limitações impostas por essas formas de vinculação e buscar maneiras de fortalecer a integração e a coordenação das intervenções. Melhorar a conexão formal dos Assistentes Sociais com os órgãos responsáveis pela gestão de desastres pode contribuir para uma resposta mais eficaz e coordenada, maximizando a contribuição dos profissionais para a recuperação e a resiliência das comunidades afetadas.

No que refere-se ao campo de trabalho em desastre, torna-se importante fortalecer as atribuições privativas dos Assistentes Sociais, e suas competências profissionais, não apenas “executando” instrumentos e técnicas, mas desenvolvendo habilidades necessárias e que retomem os princípios e valores expressos na profissão, pois em uma situação de desastres, para além da execução de ações com respostas a população afetada, deve-se contribuir no direcionamento de planos de contingência, protocolos e planos de ação contemplados para prevenção e preparação de desastres, superando um padrão tecnicista e de defesa do capital e garantindo a dignidade humana. Guerra (2016) reforça esta análise quando ela aponta que *“As atribuições privativas expressam o perfil de profissional que se encontra no mercado de trabalho, para o qual a formação profissional é central, pois sua função precípua é preparar seus profissionais para o desempenho dessas atribuições privativas. Isso significa buscar quais os conhecimentos necessários que habilitam essa profissão”* (p. 6).

As demandas que emergem em um desastre, precisam ser analisadas pelos(as) Assistentes Sociais, pois podem ser facilmente “manipuladas” nesta condição imposta pelo capital, ainda mais no que se considera o contexto dos desastres, pois as demandas podem divergir ou serem antagônicas as necessidades das populações afetadas, (Guerra, 2016). Um exemplo é a definição de calamidade pública, concedida em situação de desastre a qual permite aos órgãos públicos e ao estado tanto a liberação de recursos, quanto a realocação desses para as demandas emergenciais da população. Ocorre que o

ambiente colapsado do desastre, gera um caos nas instituições, na população afetada, na população impactada por experienciar de perto o desastre, sendo as “demandas” facilmente manipuladas para atender os interesses do capital e de grandes estruturas, efetivando respostas pouco significativas a curto e longo prazo para a população e serviços de referência frente a desastres. Diante desse contexto dos desastres, Amaral e Mota (1998), apesar de não discutirem diretamente a temática desastres, alertam Assistentes Sociais para que fiquem atentos a identificação das demandas reais e as necessidades que são designadas aos profissionais, pois:

Estamos considerando que as necessidades antagônicas das classes sociais se convertem em demandas a todas as profissões. As instituições sociais recolhem tais demandas e as enquadram aos seus objetivos e finalidades configurando demandas institucionais que chegam aos profissionais como requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes (p. 25).

Guerra (2016), enfatiza, a necessidade de Assistentes Sociais interpretarem as suas demandas, as mediações e as respostas emitidas, pois é um movimento constante de “essência e aparência”, tal como Marx (1991), desvenda, a aparência é a forma como aparece, a expressão do fenômeno, já a essência é tudo que determina e dá sentido a existência, a qual se mantém mesmo com os fenômenos transformados. A autora, afirma que no momento em que os(as) Assistentes Sociais se deparam com as demandas que emergem de um desastre, tanto por situações diferenciadas ou por parte dos locais de trabalho, tendem a reduzir as suas intervenções imediatas frente as demandas, analisando e as racionalizando, permitindo efetivar respostas “*às necessidades prático-materiais*” (p.7), com maior senso investigativo, teórico e pautados por bases conceituais.

Para Marx (1991) “***o capital, em seu movimento de valorização, produz a sua inviabilidade do trabalho e a banalização do humano***” (IAMAMOTO, 2011, p. 53), assim todas as relações sociais estabelecidas entre os homens decorrem das forças produtivas e dos modos de apropriação dos meios de produção. Logo, esse sentimento de justiça que pode unir uma comunidade diante de um desastre com o tempo se esvazia, pois, as relações sociais são intimamente ligadas as forças produtivas. Está maneira de ganhar a vida, com base nas “forças produtivas e nos modos de apropriação dos meios de produção”, que vai alterar todas as formas de relações sociais, pois o homem para produzir estabelece uns com os outros laços e relações bem determinados.

O Código de Ética do/a Assistente Social, no artigo 3º, alínea d, ***prevê a participação da categoria nas situações de calamidades: “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades”***. Contudo, há que se fazer uma leitura das provisões deste artigo sob a perspectiva do trabalho crítico frente aos desastres. Apesar de não termos no Brasil um documento formal como um “parâmetro de trabalho para Assistentes Sociais para situações de desastres”, o Conselho Federal de Serviço Social, lançou em março de 2022 um Manifesto, documento abordando o trabalho de Assistentes Sociais em situações de calamidades. Esse documento balizador para os profissionais alerta para o imediatismo e para as ações focalizadas, para a importância e responsabilidade ética e da leitura crítica; para o planejamento/continuidade das ações; para a importância de valorização trabalho profissional, não substituindo o voluntariado, para o instrumental articulado com movimentos sociais e a formação e qualificação continuada.

O trabalho do Serviço Social em contexto de desastre está intrinsecamente relacionado aos valores fundamentais da profissão e ao seu código de ética, refletindo um compromisso com a dignidade humana, a justiça social e a assistência profissional e solidária. O Serviço Social deve se posicionar frente a gestão de risco em desastres, destacando a sua contribuição valiosa e a necessidade de preparação e formação contínua para lidar com diferentes tipos de desastres, incluindo eventos como: incêndios florestais, tornados, enchentes, acidentes e a pandemia da COVID-19. O trabalho em contextos de desastre apresenta desafios específicos e requer uma formação comprometida com as atribuições e competências profissionais.

A lei de regulamentação da profissão 8662/93, se constitui como um arcabouço jurídico que compõem as atribuições privativas e as competências dos Assistentes Sociais, determinando como atribuição privativa “funções exclusivas” do trabalho profissional dos(as) Assistentes Sociais, e com relação as competências “capacidades perante determinados assuntos”, não exclusivos do serviço social (CFESS, 2012). Desta forma as competências reconhecidas na Lei de regulamentação da profissão são: implementar, planejar e avaliar políticas sociais. As políticas sociais, tão importantes neste contexto de desastres, devem ser analisadas com base materialismo histórico-dialético crítico e as categorias do método como mediação, historicidade, contradição e totalidade, conduzindo os profissionais Assistentes Sociais a ter aptidão de problematização das políticas sociais, bem como a sua inserção profissional nesses espaços de trabalho. Compreende-se que as competências e as habilidades se relacionam

ao trabalho com base nas teorias e conceitos adquiridos na formação, articulando conhecimento, conduta e capacidade.

Meszáros, (2011, p. 108) afirma ser necessário “*identificar as fontes de legitimidade das quais as demandas, requisições, atribuições emanam. Dado que a sociedade burguesa se funda no antagonismo de interesses das classes fundamentais, tais interesses contraditórios às vezes se confrontam também com os interesses do Estado burguês*”. No campo dos desastres salienta-se que a inserção dessa temática para o serviço social, se apresenta de duas formas: na política e na formação. Ainda que os Assistentes Sociais relatem enfrentar desafios no trabalho em desastres, esses apresentam habilidades e condições tanto por meio da formação que nos permite uma análise crítica, quanto por meio do trabalho profissional, com as competências e atribuições que fornecem subsídios para inserção na gestão e na gestão de risco dos desastres (AVILA, 2017).

Com base nos princípios que fundamentam a profissão e a Lei de regulamentação e o código de ética profissional, o quadro relaciona competências e atribuições profissionais de Assistentes Sociais tendo como base o conjunto de normativas que direcionam o posicionamento e o trabalho nas situações de desastres com o objetivo de defesa de um projeto societário com base nos valores de liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social.

| Quadro 10– Possibilidades do Assistente Social na gestão de risco de desastres com base na regulamentação da profissão e código de ética                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Código de Ética Profissional</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <b>Lei 8.662/1993</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <b>Com relação ao trabalho em desastres</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Art. 8º relação com as instituições empregadoras e outras / deveres do AS.<br>C- Contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária;<br>D- Empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais;<br>E- Empregar com transparência as verbas sob a sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos/as usuários/as. | Art. 4º - Competências do Assistente Social<br>I - Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;<br>II - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de trabalho do Serviço Social com participação da sociedade civil; | Possibilita o/a Assistente Social a inserir-se em equipes gestoras de elaboração a programas, planos e projetos, protocolos de enfrentamento a desastres, articulando as políticas públicas e fluxos de atendimento, antes, durante e após o desastre.<br>Garantindo que programas e projetos sejam articulados em defesa dos interesses da população afetada, promovendo respostas que venham ao encontro da realidade necessidades da população. |
| Art 5º Deveres com relação aos usuários<br>A -Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;<br>B- Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações                                                                                                                                                                                                                                   | III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;<br>V - Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos                                                                                                                                                                                         | Promover durante e após o desastre espaços de protagonismo da população, incluindo diferentes grupos na participação das tomadas de decisões junto com os entes públicos.<br>Promovendo a vocalização dos sujeitos e participação de movimentos.                                                                                                                                                                                                   |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código;<br>C- Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as;<br>G- Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados; | e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;<br>IX - Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;                                                                             | A população afetada ocupando o espaço de gestão do desastre.                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b>Princípios Fundamentais</b><br>VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;<br>X - Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;                                                                                                                                                                                                 | I - Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de trabalho do Serviço Social com participação da sociedade civil; | Garantir o direcionamento de planos de contingência, protocolos e planos de ação contemplados para prevenção e preparação de desastres, garantindo que esses rompam um padrão tecnicista e de defesa do capital em detrimento da dignidade humana. Inserindo valores com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social; |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.                                                                                                                                          | A realização dos estudos socioeconômicos constitui-se como um instrumento relevante tanto para se pensar em programas e planos de amparo a populações mais vulneráveis a situações de desastres identificando e mapeando o território e suas possibilidades de articulação frente a um desastre.                                               |

Fonte: elaborado com base no código de ética profissional, lei que regulamenta a profissão do Assistente Social e os princípios fundantes da profissão, 2024.

O quadro 10 pretende elucidar a relação intrínseca entre o Código de Ética Profissional do Serviço Social e a Lei 8.662/1993 com as atribuições e competências necessárias para o trabalho dos Assistentes Sociais na gestão de risco de desastres. Neste contexto, destaca o trabalho estratégico e ético dos Assistentes Sociais em articular políticas públicas, planejar ações e promover a participação da população afetada por desastres. No que se refere a **Ética Profissional e Gestão de Desastres**, o Código de Ética Profissional estabelece diretrizes fundamentais para o trabalho dos Assistentes Sociais, especialmente nos artigos que tratam da relação com as instituições empregadoras e os deveres com relação aos usuários. E apontam para a necessidade de: **Apoiar as demandas legítimas da população usuária** no contexto de desastres, isso se traduz em alinhar ações institucionais às necessidades reais da comunidade afetada,

rompendo com práticas tecnicistas que priorizam interesses institucionais ou econômicos em detrimento da dignidade humana **Viabilizar os direitos sociais dos usuários:** O Assistente Social atua como mediador, garantindo que as políticas e programas de resposta sejam implementados de maneira justa, inclusiva e equitativa e por fim **Desburocratizar processos e democratizar informações:** A transparência e a simplificação do acesso a direitos tornam-se cruciais em situações de calamidade pública, onde o caos frequentemente dificulta a comunicação e o acesso a serviços.

A Lei 8.662/1993 confere aos Assistentes Sociais atribuições que os tornam essenciais na gestão de desastres. Entre elas, destaca **elaboração e avaliação de políticas sociais**, a criação de planos de contingência e protocolos de ação preventiva são exemplos práticos que demonstram como essas competências podem ser aplicadas no âmbito da gestão de risco, **assessoria a movimentos sociais**, interação com movimentos populares e grupos organizados permite que as vozes da população afetada sejam incorporadas nos processos decisórios, promovendo protagonismo e participação coletiva, **estudos socioeconômicos**, instrumento vital para mapear as vulnerabilidades territoriais e propor ações que contemplem as reais necessidades da população afetada e mais vulneráveis aos danos causados pelos desastres.

Os princípios fundamentais do Código de Ética, como o compromisso com a qualidade dos serviços prestados e a construção de uma nova ordem societária, reforçam a dimensão crítica do Serviço Social no enfrentamento de desastres. O profissional deve, portanto, romper com padrões de gestão tecnicistas e alinhados ao capital, inserindo valores como democracia, igualdade e justiça social. Desta forma a integração das atribuições e competências na gestão de risco em desastres torna-se essencial e vital para o exercício profissional em desastres, pois o trabalho do/a Assistente Social em situações de desastres é potencializado quando suas atribuições privativas e competências são articuladas de forma integrada. Isso inclui:

- **Planejamento e execução de planos de ação:** A elaboração de políticas e protocolos de enfrentamento que rompam com a visão imediatista e focalizada.
- **Promoção da participação comunitária:** Os espaços de decisão devem incluir a população afetada, garantindo sua voz ativa no processo de gestão de desastres.
- **Mapeamento e análise crítica das demandas:** A interpretação teórica e prática das demandas emergentes em desastres permite respostas mais adequadas, alinhadas às necessidades reais e não apenas às imposições institucionais.

Embora os fundamentos ético-profissionais e legais sustentem uma atuação robusta, desafios permanecem, como a precarização do trabalho e a falta de reconhecimento formal do trabalho dos Assistentes Sociais em desastres. Ainda assim, a regulamentação da profissão e os princípios éticos oferecem subsídios suficientes para consolidar um campo de trabalho que priorize a dignidade humana, a justiça social e a reconstrução comunitária.

Dutra (2020), afirma que apesar de Assistentes Sociais serem acionados em situações de desastres, o enfrentamento, de desastres naturais e outras emergências, apresenta desafios complexos para os profissionais. Embora chamamentos e mobilizações para trabalho emergencial sejam comuns e, em certo sentido, esperados durante tais eventos, o exercício profissional nesses contextos críticos ainda permanece um desafio significativo. A compreensão das reais atribuições profissionais e a definição das estratégias adequadas para a trabalho emergencial são frequentemente questionadas e em muitos casos negligenciadas por instituições e órgãos públicos, tanto na teoria quanto na prática. E é essa falta de compreensão que gera nos profissionais um estado de “incertezas”, quanto às suas responsabilidades específicas e às melhores práticas a serem adotadas. Essa falta de clareza pode resultar em respostas descoordenadas e ineficazes, que prejudicam o atendimento à população afetada, a gestão da crise e dificulta a visibilidade dos Assistentes Sociais na inserção de outras etapas dos desastres.

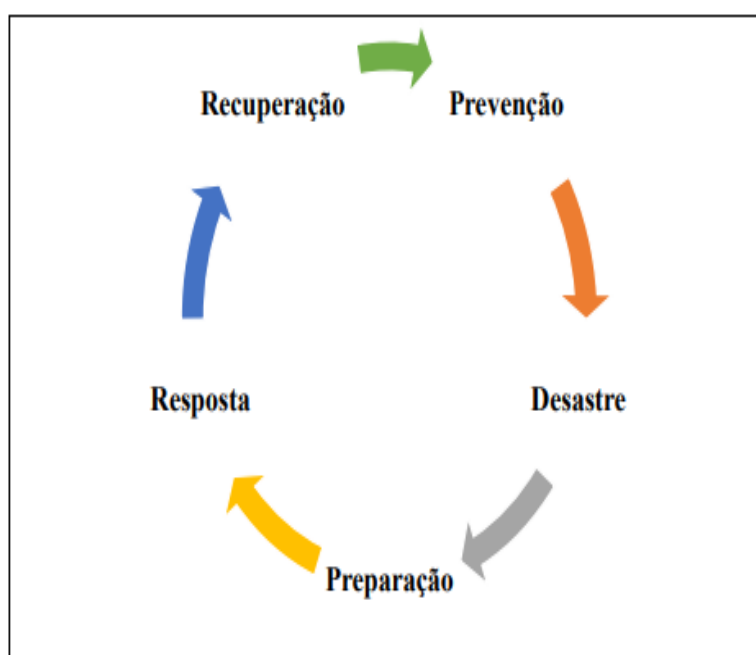
Em seu estudo sobre o exercício profissional de Assistentes Sociais em desastres Dutra (2020), aponta a ausência de capacitação específica para esses profissionais quando são chamados a colaborar com órgãos de proteção e defesa civil durante crises agudas. Essa carência frequentemente resulta em um trabalho realizado sem o preparo prévio adequado, perpetuando a lógica do "aprender fazendo" em lugar de um investimento sistemático na formação dos profissionais para essas situações. O que representa uma lacuna na capacitação e acaba reforçando a cultura voluntarista prevalente tanto na defesa civil quanto no Serviço Social para as situações de desastre, na qual valores pessoais e, por vezes, religiosos como solidariedade, compaixão e generosidade são frequentemente exaltados. Essa ênfase nos valores pessoais pode, muitas vezes, obscurecer ou até mesmo invalidar os valores e compromissos profissionais necessários para um trabalho eficaz e estruturada em contextos de desastre.

Ressalta que é importância não se limitar a ausência de capacitação dos profissionais Assistentes Sociais junto aos órgãos de proteção e defesa civil, é necessário antes de tudo

defender a participação e inserção desses profissionais junto as equipes de elaboração de planos de contingência, protocolos específicos para atendimento da população afetada e planos de ação. Como já demonstrado neste capítulo o Serviço Social tem competências, habilidades e conhecimento crítico para se inserir nas etapas anteriores ao acontecimento de um desastre, como os períodos de prevenção e preparação, ainda que a inserção histórica de “chamamento” da profissão para a prestação de socorro e inserção pós desastres, tenha colocado o Serviço Social em lugar de “subutilização”, de execução e manejo das situação de crise evidenciadas em desastre. Neste sentido a seguir com base nas fases de acontecimento de um desastre, buscando avaliar as possibilidades de contribuição da profissão em cada uma delas.

#### 4.2 – Possibilidades e Potencialidades: O Trabalho do Serviço Social em cada Fase do Desastre

FIGURA 4 - CICLO DOS DESASTRES



Fonte: Adaptado do Manual de Gerenciamento de Desastre, 2009.

Com base no Manual de Gerenciamento de Desastres, 2009, a fase da **Prevenção** representa a primeira fase da administração de um desastre e engloba o conjunto de ações que visam a evitar que o desastre aconteça ou diminuir a intensidade de suas consequências, a **Preparação** representa uma segunda fase da administração do desastre, e reúne o conjunto de ações que visam a melhorar a capacidade da comunidade frente aos

desastres (incluindo indivíduos, organizações governamentais e organizações não-governamentais) para atuar no caso da ocorrência deste. Já a **Resposta** representa mais uma fase da administração do desastre e envolve o conjunto de ações que visam a socorrer e auxiliar as pessoas atingidas, reduzir os danos e prejuízos e garantir o funcionamento dos sistemas essenciais da comunidade e pôr fim a **Recuperação** é a última fase da administração do desastre e abrange o conjunto de ações destinadas a reconstruir a comunidade atingida, propiciando o seu retorno à condição de normalidade, sempre levando em conta a minimização de novos desastres.

Desta forma as contribuições do Serviço Social na Gestão de Risco de Desastres<sup>27</sup>, compreende na sua inserção em todo processo da prevenção até a recuperação, para além das ações descritas a seguir e as possibilidades de inserção do serviço social nos diferentes processos da GRD, o serviço social frente a desastres deve apostar em um trabalho profissional mediado pelo projeto ético-político do Serviço Social, que se **reforça a necessidade de se enfrentar:**

- a) a abordagem hegemônica de “desastres”, calamidades públicas;
- b) a culpabilização dos sujeitos pelas suas condições de vida e moradia;
- c) e a prevalência de práticas imediatistas.

### 1. Fase da prevenção:

1. Coordenação de Recursos e Serviços - colaboração com outras instituições nas organizações para coordenar a distribuição de recursos e serviços, garantindo que as intervenções sejam eficazes e bem direcionadas;
2. Aproximação com movimentos sociais e a rede de atendimento promovendo o diálogo com comunidades afetadas acerca da educação em desastres, estimulando

<sup>27</sup> Salienta-se que as ações acima sugeridas e indicadas para o trabalho do Assistente Social em desastres, foram elaboradas a partir da minha trajetória nos desastres desde 2014 e ao aprimoramento teórico, com base em leituras, protocolos internacionais e recentemente meu trabalho como professora responsável de um projeto de extensão denominado “*Fórum de ações e respostas a mudanças climáticas*”, registrado na Universidade Federal de Santa Maria. Este projeto de extensão surge a partir das enchentes no RS, causado pelo desastre meteorológico em 29 de abril de 2024. Entre as ações que vem sendo desenvolvidas, estão: assessoria a municípios atingidos pelas enchentes e apoio as equipes das políticas de saúde e assistência social, participação na construção de protocolos de abrigo e para população vulneráveis (criança e idoso) para situações de desastres, participação com equipes do município de Santa Maria/RS na revisão plano de contingência e realização de reuniões mensais com as equipes técnicas das políticas de saúde e assistência social do município, a fim de fortalecer o debate sobre desastres e propor discussões de caso, estratégias em rede e capacitação.

- espaços de participação da população no processo de avaliação a ocorrência de desastres;
3. Articulação da participação e do debate acerca dos desastres e do investimento nos espaços de controle social e controle de direito, articulando a participação da sociedade civil;
  4. Educação ambiental crítica, com a perspectiva da participação popular, voltada à mobilização da população.
  5. Participação na construção de protocolos de abrigamento, e para atendimento de populações vulneráveis frente a desastres, como mulheres, idosos e crianças, garantindo os direitos e incorporação de deveres e diretrizes preconizadas nos estatutos sociais;
  6. Participação na construção e/ou revisão de planos de contingência;
  7. Capacitações prévias para as situações de calamidade participando do planejamento do trabalho profissional e um amplo conhecimento dos pressupostos da profissão, bem como seus marcos legais elaborados pelo Conjunto CFESS-CRESS;
  8. Promoção dos Direitos Humanos: atuando na promoção e defesa dos direitos humanos, garantindo que as políticas e práticas adotadas sejam justas e inclusivas.
  9. Educação e Capacitação: participando da educação e capacitação de comunidades e outros profissionais sobre como lidar com desastres e como implementar estratégias eficazes de resposta e recuperação.

A **Fase de Prevenção** na gestão de risco em desastres é uma etapa fundamental para a mitigação dos riscos e para a construção de respostas eficazes que priorizem os direitos sociais e a dignidade humana. Nessa perspectiva, o Assistente Social desempenha um papel estratégico, mobilizando conhecimentos teóricos, técnicos e ético-políticos, bem como articulando ações que envolvem a sociedade civil, as políticas públicas e os movimentos sociais. Ao considerar as diretrizes do Código de Ética Profissional e da Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão, é possível identificar que o trabalho do Assistente Social na fase preventiva transcende ações imediatistas, voltando-se para processos estruturais, participativos e críticos. Com base no quadro sistematizado acima, segue a discussão das **ações norteadoras para fase de prevenção dos desastres como possibilidades no trabalho do Assistente Social**. Salienta que as ações elencadas buscam fortalecer a participação popular, a educação para desastres e a articulação

intersectorial. Desta forma as ações: **Coordenação de Recursos e Serviços** o/a Assistente Social colabora com outras instituições públicas, privadas e da sociedade civil na coordenação e distribuição de recursos e organização de serviços. A articulação interinstitucional é essencial para o desenvolvimento de estratégias integradas, que permitam a alocação eficiente de recursos em territórios vulneráveis, visando garantir que os recursos sejam distribuídos de forma justa e transparente, priorizando os grupos mais vulneráveis, ainda criar fluxos de comunicação entre os serviços e as comunidades, facilitando o acesso à informação e a mobilização para a prevenção de desastres e planejar o uso de recursos financeiros e materiais, com base nos princípios éticos da transparência e responsabilidade social.

Com relação a **Aproximação com Movimentos Sociais e Redes de Atendimento** um dos pilares do trabalho do/a Assistente Social na prevenção de desastres, essa aproximação possibilita o fortalecimento do diálogo com as comunidades afetadas, promovendo a educação em desastres e ampliando os espaços de participação popular. O/a Assistente Social, promoverá ações educativas voltadas à prevenção, com ênfase na educação ambiental crítica e na construção de uma cultura de autoproteção. Também possibilitando criar espaços de diálogo entre a população e os gestores públicos para avaliar riscos e desastres, identificar demandas e construir estratégias participativas, e por fim fortalecendo a mobilização comunitária e a participação popular como estratégias de protagonismo social e a construção de processos dialógicos permitindo que as comunidades se reconheçam como sujeitos ativos no enfrentamento das vulnerabilidades, transformando o saber local em instrumento estratégico na gestão de riscos a desastres.

No que se refere a **Articulação da Participação nos Espaços de Controle Social**, a participação da sociedade civil nos espaços de controle social é fundamental para garantir que as políticas de prevenção estejam alinhadas com os interesses da população. O/a Assistente Social tem como atribuição articular e mobilizar a população para ocupar esses espaços, promovendo o debate crítico sobre os desastres e a necessidade de investimento em políticas públicas preventivas, o que envolve, incentivar a ocupação dos conselhos de direitos e fóruns participativos, garantindo que os interesses da população afetada sejam representados, ainda articular a participação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil no processo de formulação e monitoramento de políticas públicas; promover a vocalização das demandas sociais, fomentar junto a gestão pública a inclusão de ações preventivas no planejamento governamental. Dessa forma, o

Assistente Social fortalece a democratização das decisões institucionais, assegurando que a sociedade civil exerça seu papel de controle e fiscalização.

Outra ação norteadora elencada está relacionada a **Educação Ambiental Crítica e Mobilização Social**, considerando-se um dos principais instrumentos na prevenção de desastres. O/a Assistente Social, com base na perspectiva emancipatória e participativa, promove processos educativos que envolvem a população na compreensão dos riscos socioambientais e na construção de estratégias de mitigação. A Educação Ambiental Crítica e Mobilização Social, objetiva conscientizar a população sobre as causas estruturais dos desastres, relacionando-as às desigualdades sociais e à degradação ambiental; ainda mobilizar a participação popular em ações de prevenção, fomentando o protagonismo comunitário e estimular práticas sustentáveis e de preservação ambiental, que contribuam para a redução de riscos.

Uma das ações mais importantes de inserção e desenvolvimento do trabalho do Assistente Social está relacionada a **Construção de Protocolos e contribuição na elaboração de Planos de Contingência**, pois a participação do/a Assistente Social na elaboração e revisão de protocolos a exemplo de abrigo e/ou alojamento e planos de contingência, garante que as especificidades dos grupos vulneráveis sejam contempladas. Inclui a garantia que os protocolos e planos respeitem os direitos das populações vulneráveis, como mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência, ainda incorporem os princípios dos estatutos sociais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, garantindo o atendimento digno e humanizado e ainda a realização de capacitações prévias com profissionais e voluntários que atuam em desastres, preparando-os para um atendimento qualificado e ético. A participação de Assistentes Sociais garante a construção desses instrumentos pautados pelo compromisso com a dignidade humana, assegurando que as respostas sejam inclusivas.

Por fim, no que se refere as ações norteadoras na fase de prevenção, aborda-se a **Promoção dos Direitos Humanos e Capacitação Comunitária**, pois o Serviço Social, na fase de prevenção, deve trabalhar na promoção e defesa dos direitos humanos, assegurando que as políticas adotadas estejam alinhadas com os valores de justiça social, igualdade e participação democrática. Além disso, o/a Assistente Social ao participar da educação e capacitação de comunidades e outros profissionais, promove a preparação da população para lidar com situações de risco e calamidade, ainda fortalece as competências locais, capacitando lideranças comunitárias para atuarem na prevenção e resposta a

desastre e na disseminação de informações qualificadas sobre estratégias de mitigação e enfrentamento dos desastres.

Desta forma é na fase de prevenção, que o/a Assistente Social tem a possibilidade de assumir um trabalho de articulador, educador e mobilizador social, atuando na construção e fortalecimento de políticas públicas e na promoção de processos participativos que fortaleçam a resiliência comunitária. Através da educação ambiental crítica, da mobilização social e da articulação interinstitucional, o trabalho do/a Assistente Social contribui para a mitigação dos impactos dos desastres e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Esse trabalho, ancorada nos princípios ético-políticos da profissão, reafirma o compromisso do Serviço Social com a defesa intransigente dos direitos humanos e com a transformação das estruturas sociais que perpetuam a vulnerabilidade e a desigualdade, principalmente intensificadas em contextos de desastres.

## **2. Fase de Preparação:**

- Trabalho com foco multidisciplinar prestado tanto aos usuários como às famílias (viés interdisciplinar;
- Planejamento das ações, através de relatórios diários e por meio das discussões com equipes multidisciplinares e serviços, incluindo avaliar mudanças necessárias nos serviços em situação de desastres (ex: horários estendidos, revezamento e ampliação de equipes).
- Delimitar das ações e as coordenações das ações planejadas e construídas em planos de ação;
- Organização junto aos serviços responsáveis da política de assistência social, na construção de abrigos temporários
- Participação dno mapeamento de território e população com maiores possibilidades de serem afetadas em desastres.
- Participação na elaboração de sistemas de alerta, facilitando a acessibilidade da população mais vulnerável;
- Definição/identificação de critérios de vulnerabilidade;
- Identificação de violações dos direitos humanos;
- Construção de cartografias sociais, para subsidiar o planejamento de ações;
- Conhecimento profundo do território onde atua;

- Elaboração de Políticas Públicas - colaborar na formulação de políticas públicas que visam melhorar a resposta a desastres e a proteção das populações vulneráveis.
- Utilização de software e tecnologia para registrar dados de avaliação para facilitar o acesso, referência e elaboração de relatório cruzamento e dados;

Com relação a **Fase de Preparação** na gestão de risco em desastres é crucial para organizar ações e estratégias que reduzam os impactos e danos sobre as populações vulneráveis, fortalecendo a resposta institucional. O trabalho do Assistente Social nessa etapa irá se caracteriza por uma abordagem interdisciplinar e multidimensional, pois combina o planejamento técnico com a promoção da participação popular e a articulação institucional. As ações realizadas nessa fase devem estar em consonância com os princípios ético-políticos da profissão, definidos pelo Código de Ética Profissional e pela Lei 8.662/1993, que orientam o compromisso com os direitos humanos, a justiça social e a promoção da cidadania. Com base nas ações norteadoras elencadas no quadro a cima destaca a **Abordagem Multidisciplinar e Interdisciplinar**, pois o trabalho do Assistente Social na preparação para desastres envolve a articulação com equipes multidisciplinares e a integração de saberes, práticas e competências, tanto no atendimento direto às populações quanto no suporte às famílias. Desta forma, promove e participa de discussões diárias com as equipes para planejar, ajustar e revisar as ações necessárias; ainda avalia as necessidades de mudanças nos serviços em contextos de desastres, como ampliação de horários, revezamento e reforço das equipes; promove a integração das competências profissionais, garantindo uma abordagem ampla e efetiva nas situações de desastres. É através da articulação interdisciplinar que irá permitir que as ações sejam planejadas, considerando as especificidades de cada território e grupo populacional.

Com relação ao **Conhecimento e Mapeamento do Território**, um dos aspectos importantes para o Assistente Social na fase de preparação é o conhecimento profundo do território e de suas vulnerabilidades. Esse conhecimento é essencial para identificar os grupos mais suscetíveis aos impactos de desastres e para subsidiar a formulação de políticas públicas e direcionar ações em planos de ação. Incluindo: Mapear territórios e populações vulneráveis, identificando as áreas com maior probabilidade de serem afetadas; fomentar a construção de cartografias sociais, que combinem dados técnicos e a percepção comunitária para planejar intervenções e participar da elaboração de sistemas de alerta acessíveis, especialmente para as populações com barreiras sociais ou físicas ao

acesso à informação. E através do mapeamento detalhado do território que irá permitir que as ações sejam direcionadas e que os recursos sejam alocados de forma mais eficaz.

Outro ponto importante para o trabalho do Assistente Social em contextos de desastres, durante a fase de preparação, inclui a identificação de **Critérios de Vulnerabilidade e Direitos Humanos**, colaborando na formulação de políticas públicas que visem à redução das desigualdades sociais e à ampliação da proteção às populações mais expostas, ainda elencar critérios de vulnerabilidade da população promove re(conhecer) quais são os maiores riscos e exposição para a violações de direitos humanos e por fim promove a justiça social no planejamento das ações, garantindo que todas as decisões estejam alinhadas aos direitos fundamentais e à dignidade humana.

Um aspecto importante para a fase de preparação é o uso e acesso à **Tecnologia e Gestão da Informação**, sendo um diferencial no trabalho do Assistente Social na fase de preparação. Através destas ferramentas, é possível o registrar e cruzar dados sobre a população e o território, facilitando o acesso a informações estratégicas para o planejamento das ações. A utilização de softwares especializados para a elaboração de relatórios e para o monitoramento das condições do território e da população e também a criação de uma base de dados integradas, que possibilitem uma visão ampla das necessidades locais e das estratégias disponíveis, bem como a integração das informações com outros serviços da rede. De fato, o uso das tecnologias no Serviço Social amplia a eficiência do planejamento e a capacidade de resposta às situações de desastre.

Desta forma, o trabalho do Assistente Social na fase de preparação para desastres é orientado pela articulação interdisciplinar, pelo planejamento estratégico e pela defesa dos direitos humanos. As ações realizadas nessa etapa, que incluem o mapeamento de vulnerabilidades, a construção de abrigos temporários e a elaboração de planos de ação, destacam a importância de uma abordagem crítica, participativa e ética, ancorado nos princípios da profissão, contribui fortalecendo as capacidades locais e promovendo uma resposta mais justa e inclusiva. O investimento em planejamento e na construção de políticas públicas preventivas reforça o compromisso da profissão com a justiça social e a transformação das realidades de desigualdade e vulnerabilidade.

### 3. Fase de Resposta:

- Promoção da Dignidade e Justiça Social: Trabalham para assegurar que os direitos e a dignidade dos indivíduos sejam respeitados durante e após o desastre, oferecendo apoio contínuo e ajudando na recuperação das condições de vida;
- Gestão de Crises e Assistência Profissional: Em resposta a desastres, um trabalho ativo na organização e coordenação de serviços, realizando intervenções diretas e promovendo o acesso a recursos essenciais;
- Gestão de abrigos e donativos;
- Apropriação sobre os benefícios eventuais para situações de calamidade pública;
- Avaliação de Necessidades e Referenciamento: Avaliações para identificar as necessidades urgentes das pessoas afetadas e referenciam-nas para serviços adequados, como abrigos temporários, assistência alimentar e serviços de saúde;
- O cadastramento de famílias para concessão de benefícios, entre outros direitos

Na **Fase de Resposta** ao desastre, o trabalho do Assistente Social, volta-se para realizar ações imediatas afim de mitigar os impactos causados por eventos adversos, priorizando a proteção de populações vulneráveis e a garantia de seus direitos. O trabalho do Assistente Social nessa etapa destaca-se pela promoção da dignidade, justiça social e organização de ações coordenadas que atendam às necessidades emergenciais e assegurem o acesso a direitos básicos. Entre as ações a cima descritas destaca-se a **Promoção da Dignidade e Justiça Social**, pois durante e após o desastre, o Assistente Social tem um papel essencial na promoção de respostas que respeitem a dignidade humana e os direitos das pessoas afetadas, o que inclui garantir que a dignidade das pessoas afetadas seja preservada em todas as etapas de assistência, mesmo diante da urgência das intervenções, ainda promover a justiça social por meio da defesa dos direitos das populações mais impactadas, como mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis. Ainda o Assistente Social pode trabalhar na mediação junto às instituições públicas e organizações da sociedade civil para assegurar que os serviços prestados sejam justos e inclusivos. Desta maneira a dimensão ética e política da profissão conduz o Assistente Social no enfrentamento das desigualdades intensificadas pelos desastres, ampliando a capacidade de resposta de forma humanizada.

No que refere-se a **Gestão de Crises e Assistência**, ação fundamental na qual o **trabalho dos/as Assistentes Sociais**, e fundamental na organização e coordenação de recursos e serviços, o que pode incluir a organização de serviços e intervenções diretas,

garantindo que as respostas atendam às necessidades imediatas da população; o gerenciamento de abrigos temporários e a distribuição de donativos, assegurando que esses serviços respeitem os direitos humanos e sejam acessíveis às populações em situação de vulnerabilidade, e clareza com relação a informações e encaminhamentos relacionados aos benefícios eventuais disponíveis para situações de calamidade pública, como auxílios financeiros e materiais, e garantir o acesso a esses benefícios de forma ágil e transparente. Desta forma o trabalho do/da Assistente Social na gestão de crises contribui para a mitigação do caos gerado pelos desastres e para a organização eficiente dos serviços, evitando sobreposições ou lacunas no atendimento.

Ainda a **Avaliação de Necessidades e Referenciamento** das populações afetadas torna-se uma ação essencial, pois possibilita o avaliar os recursos disponíveis e planejar as ações de forma efetiva, redirecionando para as reais necessidades da população, o que inclui a realização de avaliações das necessidades emergenciais, identificando prioridades como acesso a abrigos e/ou alojamento, segurança alimentar, acesso a saúde e vestuário. A realização do cadastramento de famílias para a concessão de benefícios e outros direitos, assegurando que as informações sejam coletadas de maneira precisa e ética e ainda referenciamento de indivíduos e grupos afetados a rede socioassistencial, conectando-os as políticas públicas e organizações que possam atender às suas demandas. Desta forma, a capacidade do/a Assistente Social de identificar e priorizar as necessidades das pessoas afetadas torna-se essencial para a minimização do sofrimento e danos causados pelos desastres.

Ressalta que o trabalho do/a Assistente Social na fase de resposta a desastres é fundamental para a proteção das populações afetadas, garantindo a justiça social, a dignidade e o acesso a direitos. Por meio de uma abordagem ética e competente e o Serviço Social realiza um trabalho estratégico na organização e execução das ações emergenciais, articulando recursos e promovendo respostas inclusivas e humanizadas. A capacidade de identificar as necessidades prioritárias e oferecer suporte direto às pessoas e comunidades afetadas reforça a relevância do Serviço Social no campo da gestão de desastres. O compromisso com a dignidade humana e a defesa dos direitos tornam o Assistente Social um profissional indispensável no enfrentamento das desigualdades e na construção de respostas eficazes e justas frente a situações de calamidade.

E por fim, a **Fase de Recuperação**, reconhecida como o período mais longo e que demanda esforços coletivos e políticas públicas eficientes, é caracterizada por um conjunto de ações voltadas à reabilitação e reintegração das comunidades afetadas, com

o objetivo de reconstruir e garantir a “normalidade social, econômica e territorial”, e/ou garantir o retorno a vida cotidiana após o evento adverso causado pelo desastre e que impacta profundamente a vida individual, familiar, coletiva e comunitária. Nesse contexto, o trabalho do/da Assistente Social, promove estratégias que garantem os direitos das populações atingidas, asseguram a dignidade e enfrentam as desigualdades intensificadas pelos desastres. E uma das ações essenciais nesta etapa é a **Participação nas Avaliações Socioeconômicas e Realização de Estudos Sociais, pois**

A análise detalhada das condições socioeconômicas da população afetada, com foco especial nas famílias em maior vulnerabilidade, garante compreender o impacto do desastre sobre as condições de vida das famílias, identificando demandas emergenciais e estruturais, ainda estar inseridos em equipes para avaliar a situação das moradias populares, reconhecendo as vulnerabilidades físicas e sociais, a fim de orientar políticas públicas para a recuperação habitacional. Outro aspecto relevante nesta fase do desastre é a incorporação de dados das avaliações no planejamento de programas de recuperação, promovendo respostas que contemplem tanto necessidades imediatas quanto soluções sustentáveis, essas avaliações são ferramentas essenciais para construir estratégias que garantam o direito à moradia digna e ao acesso aos recursos necessários à recuperação.

Outra estratégia e intervenção é o fortalecimento do **Apoio Matricial em Saúde Mental para contextos de desastres**, pois os desastres têm um impacto significativo na saúde mental das populações afetadas, o que demanda estratégias específicas de cuidado. Nesse contexto, Assistentes Sociais, devem colaborar no desenvolvimento de apoio matricial em saúde mental, trabalhando em conjunto com equipes de saúde e serviços especializados para oferecer suporte psicossocial às vítimas, ainda promover ações de cuidado no território, como rodas de conversa, grupos de apoio e outras práticas que valorizem o protagonismo comunitário e fortaleçam os laços sociais. As ações desenvolvidas como apoio matricial em saúde mental após a ocorrência do desastre e principalmente na fase de recuperação (momento que a população deixa de ser a atenção midiática e a espetacularização do desastre), são indispensáveis para minimizar os efeitos psicossociais do desastre, prevenindo transtornos crônicos e promovendo a saúde coletiva e ainda promovendo o diálogo, externalizando sentimentos e fatos vivenciados pela população afetada.

Ainda o **Planejamento e Implementação de Programas de Recuperação**, a construção de estratégias para a recuperação sustentável das comunidades é outro aspecto relevante do trabalho do Assistente Social, na fase de recuperação de um desastre, pois a

participação no planejamento de programas de recuperação, que abordem tanto as necessidades imediatas (como reconstrução de infraestrutura e serviços básicos) quanto as demandas de longo prazo (como geração de renda e acesso à educação), possibilita implementar programas que considerem as particularidades dos grupos mais vulneráveis, garantindo que as ações promovam inclusão social e equidade. Outro aspecto é a articulação entre parcerias entre governos, organizações da sociedade civil e comunidades, fortalecendo a capacidade coletiva de enfrentar futuros desastres. desta forma a intervenção planejada e estratégica do Assistente Social assegura que a recuperação não se limite à infraestrutura, mas alcance também as dimensões sociais e humanas, aspectos indispensáveis e necessários para populações afetadas.

E por fim, o **Acompanhamento e Avaliação Contínuos**, pois com durante a fase de recuperação de desastres não se encerra com a execução das primeiras medidas de reabilitação. Por isso, o acompanhamento contínuo é essencial, e o Assistente Social ao realiza monitoramento das condições das comunidades, identifica avanços e lacunas nos programas de recuperação, ainda pode durante a sua intervenção propor ajustes nas estratégias adotadas, a partir da análise de novos dados e da escuta ativa das populações e a promoção de espaços de participação comunitária para avaliar as respostas e fomentar o protagonismo das pessoas na construção de soluções de longo prazo. Esse acompanhamento contínuo contribui para a construção de comunidades mais resilientes, preparadas para enfrentar futuros desastres.

Diante das análises e discussões das possibilidades de trabalho do Assistente social na fase de recuperação, esta se destaca pela articulação entre direitos humanos, justiça social e práticas inclusivas, pois a intervenção do Serviço Social não se limita a responder às necessidades imediatas, mas busca promover mudanças estruturais que garantam a dignidade e o bem-estar das populações afetadas. Por meio de estratégias como estudos sociais, cuidado em saúde mental e planejamento de programas, os Assistentes Sociais contribuem para reconstruir comunidades mais fortes e equitativas. Além disso, o acompanhamento contínuo e o compromisso com a participação popular consolidam o trabalho do Serviço Social no enfrentamento aos desastres, promovendo suporte e vocalização da população afetada em todas as etapas do desastre.

#### 4. Fase de Recuperação:

- Participação nas avaliações socioeconômicas das moradias populares, → estudo social;
- Aproximação e apropriação da realidade das famílias que vivem em territórios de “risco”, inclusive porque muitas dessas famílias são vítimas de ações truculenta de despejos, sem provisão do direito à moradia digna;
- Realização de apoio matricial em saúde mental com outros serviços, a fim de construir estratégias de cuidado no território.
- Planejamento e Implementação de Programas de Recuperação\*\*: participando do planejamento e da implementação de programas que visam a reabilitação das comunidades afetadas, abordando tanto as necessidades imediatas quanto as de longo prazo;
- Reintegração e Reassentamento: facilitando o retorno das pessoas às suas residências ou a realocação para novas moradias, oferecendo suporte em questões como a documentação necessária e a adaptação às novas condições de vida.
- Acompanhamento e Avaliação: o acompanhamento contínuo e essencial para garantir que as necessidades das comunidades sejam atendidas e para ajustar os programas de acordo com a evolução da situação.

Desta forma, os desastres, sejam eles naturais (como enchentes, secas ou terremotos) ou provocados pela ação humana (como rompimentos de barragens ou incêndios industriais), configuram situações de vulnerabilidade extrema que expõem as desigualdades sociais preexistentes. Nessas condições, grupos como mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência e populações vulneráveis tendem a sofrer impactos desproporcionais, enfrentando maiores dificuldades de resposta e recuperação. Diante deste contexto o/a Assistente Social, como parte das equipes interdisciplinares de gestão de desastres, desempenha um trabalho crucial em todas as fases de enfrentamento: prevenção, preparação, resposta e recuperação, pois sua intervenção é orientada por uma perspectiva de justiça social, promoção dos direitos humanos e fortalecimento da participação popular.

Retomando Guerra (2016), acerca das atribuições e competências, demandas e requisições no trabalho do/a Assistente Social, a profissão é atravessada por profundas transformações históricas e estruturais, especialmente no contexto da reconfiguração das políticas sociais e da crise do capital. Diante dessas mudanças, é crucial refletir sobre as atribuições, demandas e competências exigidas aos Assistentes Sociais, considerando o

impacto de um mercado de trabalho cada vez mais precarizado e de políticas públicas que priorizam o controle social em detrimento da garantia de direitos. A partir da década de 1990, com a Reforma Gerencial do Estado e a flexibilização das relações trabalhistas, houve uma crescente desprofissionalização e desespecialização das funções no mercado de trabalho. Nesse cenário, o Serviço Social passou a enfrentar demandas institucionais que frequentemente diluem os princípios éticos e políticos da profissão. Por exemplo, atribuições como "escuta ativa" e "adesão ao tratamento" são frequentemente padronizadas em normas institucionais que priorizam a funcionalidade administrativa em vez do atendimento às reais necessidades dos usuários.

Esse movimento, embora aparente neutralidade, reforça a lógica de controle social e esvazia a dimensão crítica da profissão. Guerra (2016), argumenta que a ausência de clareza nas atribuições e competências do/a Assistente Social não é apenas reflexo das práticas institucionais, mas também de uma fragilidade teórico-metodológica no campo do Serviço Social. Muitos profissionais, imersos no cotidiano das demandas imediatas, não questionam sistematicamente o porquê ou para quê de suas ações, o que compromete a autonomia da profissão. Essa falta de questionamento contribui para que objetivos institucionais sejam assumidos como se fossem objetivos profissionais, levando à alienação das práticas sociais. Por outro lado, o/a Assistente Social desempenha um papel estratégico no enfrentamento das desigualdades sociais. Para que isso seja possível, é fundamental que resgate a intencionalidade crítica de suas ações, articulando demandas institucionais com as reais necessidades das classes sociais. Isso exige uma sólida formação teórica que permita identificar as mediações entre as demandas sociais e os interesses das classes antagônicas. Além disso, o trabalho profissional precisa superar a dicotomia entre teoria e prática, reconhecendo que atividades como pesquisa, planejamento e gestão são tão essenciais quanto o atendimento direto aos usuários.

Em síntese, o trabalho do assistente social deve ser compreendido em sua complexidade, considerando as pressões institucionais e as exigências do mercado de trabalho, no entanto, é imprescindível reafirmar os princípios ético-políticos da profissão e fortalecer a capacidade de análise crítica dos profissionais. Somente assim será possível responder às demandas contemporâneas sem abdicar do compromisso com a transformação social e a garantia de direitos (GUERRA, 2016).

Apesar da autora, não centrar a discussão nas competências e atribuições dos Assistentes Sociais em contextos de desastres, a sua análise no campo de trabalho profissional do Serviço Social, permite relacionar ao trabalho do/da assistente social em

contextos de desastres, destacando desafios e exigências que envolvem tanto as atribuições como as competências profissionais. Entre elas o Impacto de Políticas Públicas e Controle Social, pois assim como nas políticas sociais, o trabalho em contextos de desastres é frequentemente atravessado por políticas que priorizam o controle social em detrimento da garantia de direitos. Em situações de emergência, há uma tendência de padronizar respostas e priorizar ações funcionais, como o registro de perdas materiais ou adesão a programas específicos, sem considerar a totalidade das necessidades sociais das populações atingidas. Outro aspecto importante é com relação ao Trabalho Precarizado, em desastres, a precarização das condições de trabalho se agrava, e profissionais como Assistentes sociais podem ser contratados/as temporariamente, com alta rotatividade, para cumprir funções específicas sem tempo ou recursos adequados para realizar um atendimento integral, o que enfraquece sua capacidade de intervenção crítica e planejada.

Tendo como base a discussão de Guerra (2016), as Atribuições do/da Assistente Social em Desastres, como a identificação e escuta qualificada e ou "escuta ativa", citada pela autora, é uma atribuição crucial em contextos de desastres, mas deve ir além da mera funcionalidade administrativa. O/a Assistente Social precisa identificar e compreender os impactos psicossociais, culturais e materiais vivenciados pelas comunidades, sempre com foco na garantia de direitos. Ainda a Intermediação e Defesa de Direitos, cabe ao profissional articular a demanda dos atingidos com o sistema de proteção social e as políticas públicas, identificando lacunas e reivindicando respostas efetivas, demandando conhecimento acerca das competências.

O trabalho do/a Assistente Social em desastres é multifacetado e essencial para a eficácia das respostas a crises e para a recuperação das comunidades afetadas. Através de uma abordagem pautada pelos princípios éticos da profissão e análise crítica, os(as) Assistentes Sociais contribuem significativamente para a mitigação dos impactos dos desastres, oferecendo suporte imediato e auxiliando na construção de uma recuperação sustentável. A promoção de políticas inclusivas e a contínua capacitação dos profissionais são fundamentais para enfrentar os desafios futuros e melhorar a capacidade de resposta a desastres.

Como destacado por Guerra (2016) as competências profissionais requeridas relacionam-se pela articulação entre: Fundamentação Teórico-Metodológica, Articulação Teoria-Prática, Capacidade de Análise Crítica e Resistência Ético-Política. Analisando cada uma para o contexto e intervenção do Serviço Social em Desastres, no que se refere a **Fundamentação Teórico-Metodológica**, a atuação crítica e intencional exige sólida

formação teórica, capaz de contextualizar os desastres no cenário das desigualdades sociais. Essa competência torna-se essencial para identificar como as vulnerabilidades sociais são aumentadas pelos os impactos de desastres para planejar respostas mais eficazes. A **Articulação Teoria-Prática**, irá contribuir em um contexto de desastre, pois o/a Assistente Social precisa superar a dicotomia entre atender demandas imediatas (como cadastro de famílias ou entrega de auxílios) e planejar ações de longo prazo, como políticas de prevenção e reconstrução sustentável. Já a **Capacidade de Análise Crítica**, no desenvolvimento do trabalho do Assistente Social em desastres identifica e questiona as mediações institucionais e políticas que influenciam as respostas aos desastres, permitindo que o assistente social atue não apenas como executor de políticas, mas como agente de transformação. E por fim a **Resistência Ético-Política**, estabelece o compromisso com os princípios ético-políticos da profissão deve guiar o trabalho, mesmo em contextos de desastres, garantindo direitos humanos e sociais reafirmando a autonomia e a dignidade das populações afetadas. Diante dessas articulações das competências profissional o trabalho do assistente social em contextos de desastres, demonstra exigir a superação de desafios impostos pela precarização do trabalho, controle social e desprofissionalização. A prática crítica e intencional, aliada à defesa dos direitos das populações atingidas, reafirma um trabalho estratégico como mediador entre as demandas sociais e as políticas públicas, promovendo respostas humanizadas e estruturadas para situações de emergência.

Desta forma, essa tese ressalta ser importante reforçar o trabalho do Assistente Social no contexto dos desastres, especialmente na GRD, **destacando as possibilidades concretas ao analisar a realidade dando visibilidade ao contexto de vida dos sujeitos afetados, desocultando e denunciando processos, práticas e ações que não ofereçam respostas efetivas a população ou que alimentem processos de exclusão e violação de direitos**. As análises revelam relação entre Serviço Social e desastres, muitas vezes, ainda se restringe ao campo da intervenção do profissional junto à população atingida, desta forma ocupar o campo da gestão de risco dos desastres, compondo com demais profissionais, pode ser um espaço que possibilite importantes contribuições para democratizar e efetivar respostas tanto para prevenção quanto para ações concretas pós desastres, contribuindo com análises críticas. Em tese compreender a realidade social e o contexto dos desastres para que se efetivem **práticas e ações ao encontro da necessidade da população**.

## CONCLUSÃO

A presente tese teve como objetivo central investigar o trabalho do(a) assistente social em situações de desastres em diferentes continentes, a fim de evidenciar potencialidades, similitudes e lacunas que pudessem subsidiar o aprimoramento das intervenções profissionais nesta área. Por meio de um estudo multicase, não comparativo, e fundamentado no método materialista, dialético e histórico-crítico, foi possível explorar as singularidades e os desafios enfrentados pelo serviço social no enfrentamento a desastres. As reflexões apresentadas ao longo dos capítulos convergem para uma compreensão ampliada sobre o trabalho do Assistente Social em um campo complexo, multidimensional, imposto pelos desafios de enfrentamento a um desastre.

Essa tese compreende que os desastres se revelam e expõem situações de fragilidades, além de gerarem destruições, perdas materiais e subjetivas, impactando famílias, comunidades e até sistemas de referências a qual a vida se apoia. A exemplo do desastre biológico ocorrido em 2020, causado a Pandemia por Covid 19 que desocultou as vulnerabilidades sociais e amplificou as relações desiguais em todas as dimensões da vida social.

No Capítulo 2 intitulado “*Agudização da Crise no Contexto Neoliberal: Desafios Impostos Frente a Situações de Desastres*”, foi explorada a agudização da crise no contexto neoliberal, destacando-se como as políticas econômicas e sociais contemporâneas intensificam as desigualdades estruturais e ampliam a vulnerabilidade das populações frente aos desastres. A articulação entre capitalismo histórico e reestruturação produtiva revelou como os desastres expõem e aprofundam a desumanização social, tornando-se uma manifestação das contradições do sistema capitalista. Esse contexto demanda um olhar crítico para as relações entre o Estado, as instituições públicas e as demandas das populações afetadas por desastres.

A contextualização dessa agudização dos desastres no neoliberalismo, iniciou analisando as revoluções industriais como marco na evolução das sociedades modernas, gerando profundas mudanças sociais e econômicas. A primeira revolução industrial, iniciada no final do século XVIII, trouxe a mecanização da produção e a urbanização, resultando na formação e na distinção entre a classe burguesa e o proletariado. Esta estratificação social estabeleceu uma base para a exploração econômica, com a burguesia se beneficiando do trabalho dos proletários. Assim a criação de uma nova classe social a burguesia e a exploração sistemática do proletariado foram aspectos centrais das

revoluções industriais. A produção em larga escala, facilitada pela tecnologia, permitiu uma acumulação de capital sem precedentes, mas também intensificou a desigualdade e a exploração. Este modelo econômico inicial lançou as bases para o capitalismo moderno e, posteriormente, para o neoliberalismo.

A análise crítica se aprofunda com a discussão do século XX, período em que o neoliberalismo emergiu como uma evolução do capitalismo, enfatizando a redução da intervenção estatal e a promoção de mercados livres. Este sistema econômico reformulou a vida social e econômica, priorizando a eficiência e o lucro em detrimento de considerações sociais e ambientais. A adaptação das economias a este modelo exacerbou as desigualdades e amplificou os impactos dos desastres.

O aprofundamento da agudização, precarizando políticas públicas e serviços, essenciais em contextos de desastres, se dá com a explanação crítica do neoliberalismo, enquanto uma ideologia econômica que preconiza a redução da intervenção estatal e a promoção de mercados livres, tem implicações profundas na gestão de desastres e na resposta a crises. Esta abordagem, caracterizada por políticas de austeridade, privatização e sucateamento e desinvestimento das políticas públicas, exerce um impacto significativo tanto na prevenção quanto na resposta a desastres, afetando a capacidade das sociedades de enfrentar e se recuperar desses eventos adversos.

O debate da ausência de prevenção em desastres se interlaça com a análise das revoluções industriais e o advento do neoliberalismo moldando profundamente a forma como as sociedades enfrentam e gerenciam desastres. A expansão industrial e a exploração ambiental resultaram em uma série de impactos adversos, que complicam a gestão de riscos e aumentam a vulnerabilidade das comunidades. A compreensão desses processos históricos e econômicos é fundamental para desenvolver abordagens eficazes e sustentáveis na prevenção e resposta a desastres, garantindo uma gestão de risco que equilibre a necessidade de desenvolvimento econômico com a proteção ambiental e a justiça social.

O neoliberalismo como uma política que defende a diminuição do papel do Estado na economia e a promoção de soluções de mercado para a gestão de recursos, ideologia está que tem levado a cortes significativos nos gastos públicos, incluindo aqueles destinados à infraestrutura e aos serviços de emergência. A redução de investimentos em sistemas de prevenção e resposta a desastres enfraquece a capacidade das comunidades de se prepararem para eventos adversos e de responder de forma eficaz quando estes ocorrem. Ainda a implementação de políticas neoliberais vem resultando em cortes no

financiamento de infraestrutura, como sistemas de drenagem, proteção costeira e redes de transporte. Esses cortes comprometem a capacidade das cidades e regiões de mitigar os impactos de desastres naturais, como inundações e tempestades, e de se recuperar de maneira eficiente após um evento e a privatização de serviços essenciais, incluindo aqueles relacionados à resposta a desastres, gerando desigualdades significativas no acesso a recursos e assistência a população afetada.

Autores como Mészáros auxiliaram no debate desta tese para reiterar que a expansão do capital, revela um aspecto fundamental do capitalismo: a incessante busca por maximização do valor de troca em todos os aspectos da vida humana. Este fenômeno demonstra o objetivo primordial do capital, que é expandir continuamente seu valor de troca, abrangendo desde as necessidades mais básicas dos indivíduos até as mais complexas atividades de produção, culturais e materiais.

Outros autores como Dardot e Laval (2016) amparam a discussão da tese argumentando que o neoliberalismo não deve ser reduzido a uma mera teoria macroeconômica, muitas vezes simplificada como "Estado mínimo". Em vez disso, deve ser compreendido como uma forma abrangente de organização social e um sistema de poder que, paradoxalmente, exige uma presença robusta do Estado. Harvey (2018) complementa essa visão ao definir o neoliberalismo como uma teoria de práticas político-econômicas que vincula o bem-estar humano à promoção de liberdades e capacidades empreendedoras individuais.

Neste capítulo se conclui, argumentando que o neoliberalismo promove uma cultura que pode resultar em desumanização e barbárie, conduzindo a um aumento da violência e da exclusão social. Em contextos de desastres, essa perspectiva individualista se torna particularmente evidente. Apesar do clamor e da espetacularização midiática que cercam os desastres, com o envolvimento de organizações não governamentais e esforços voluntários, a atenção pública tende a se dissipar com o tempo. As pessoas afetadas por desastres frequentemente enfrentam um longo e solitário caminho de recuperação sozinhas, com seus direitos negligenciados e suas vidas reconstruídas principalmente por suas próprias forças, muitas vezes dependendo da caridade.

O Capítulo 3 intitulado “*O Serviço Social e o Enfrentamento a Situações de Desastres*”, foram abordadas as singularidades e particularidades do Serviço Social no enfrentamento a desastres em diferentes continentes. Identificou-se que, em diversos países, os(as) assistentes sociais são frequentemente acionados na etapa de resposta aos desastres, centrando o trabalho nas necessidades imediatas da população afetada.

Contudo, foram constatadas lacunas na integração das competências técnicas da profissão em processos de prevenção e preparação, fases em que o Assistente Social pouco consegue efetivar uma proposta a longo prazo. A pesquisa também destacou a convergências nos fundamentos éticos e nos princípios do projeto profissional do serviço social nos diferentes continentes, que orientam a práxis para a defesa de direitos, principalmente no enfrentamento das desigualdades e a busca por respostas mais eficazes no âmbito da gestão de risco de desastres.

As análises evidenciaram que os profissionais de Serviço Social estão cada vez mais envolvidos em contextos pós-desastre e o trabalho desses profissionais em comunidades afetadas por desastres frequentemente concentra na assistência de curto prazo. Iamamoto (1997) destaca que o Serviço Social lida com as diversas dimensões da questão social as que refletem as desigualdades do sistema atual, caracterizadas pela tensão entre capital e trabalho. Assim, os/as Assistentes Sociais desempenham seu papel nas instituições com base em conhecimentos especializados, amparado nas competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas.

Diante deste cenário, é importante reforçar o trabalho do Assistente Social no enfrentamento a situações de desastres, destacando que é a partir da sua análise da realidade aponta-se as possibilidades concretas de intervenção que dão visibilidade ao contexto de vida dos sujeitos afetados, desocultando e denunciando processos, práticas e ações que não oferecem respostas efetivas a população ou que alimentem processos de exclusão e violação de direitos. Ainda que a relação entre Serviço Social e desastres, muitas vezes, se limita a intervenção do profissional junto à população atingida, afirma-se que ocupar o campo da gestão de risco dos desastres, compondo com demais profissionais, pode ser um espaço de importantes contribuições profissionais para democratizar e efetivar respostas tanto para prevenção quanto para ações concretas pós desastres, contribuindo com análises críticas. Ou seja, compreender a realidade social e o contexto dos desastres para que se efetivem práticas e ações ao encontro da necessidade da população.

Ávila (2017), afirma que o Serviço Social possui uma longa trajetória de trabalho em desastres, especialmente no atendimento durante momentos de crise limitada à intervenção imediata, mas ressalta a importância de um papel ativo na Gestão do Desastre. Segundo Zakour (2017, citado por Ávila, 2017), "O trabalho do(a) Assistente Social garante que a população afetada tenha acesso aos serviços básicos disponíveis e que seus direitos fundamentais sejam assegurados durante e após a crise."

Desta forma, a literatura e as análises desta pesquisa demonstra que o Assistente Social desempenha um trabalho essencial, pois são profissionais capazes de compreender as necessidades desencadeadas pelos desastres antes, durante e após a sua ocorrência. Pois o objeto de sua intervenção que é a questão social, apresenta as suas expressões sociais, que devem ser desveladas e a raiz dessas necessidades interpretadas, com o foco em uma intervenção social iluminada pelo projeto ético político da profissão e/ou os seus princípios fundamentais conforme a formação da profissão em diferentes continentes. O Assistente Social, ao ser solicitado no plano de resposta e acompanhamento da população afetada em um desastre, não tem frequentemente suas atribuições e competências técnicas compreendidas e valorizadas, para intervir nas fases de prevenção e preparação aos desastres. O que acarreta que muitas vezes profissionais sejam “subutilizados”, e a potencialidade do trabalho em desastres no que se refere ao todo do processo de construção e consolidação da Gestão de Risco em Desastre (GRD) invisibilizado.

Esta tese conclui com o Capítulo 4 intitulado “*Potencialidades e Possibilidades de Intervenção em Desastres: Subsidio para o Serviço Social na Gestão de Risco em Desastres*”, discutindo as potencialidades e possibilidades de intervenção do Serviço Social na gestão de desastres. Destacou-se a importância da inserção do(a) assistente social em diferentes etapas da gestão de risco, incluindo a elaboração de planos de contingência, a educação em desastres e a participação em processos de reconstrução e reabilitação. Ademais, foi enfatizada a necessidade de um trabalho intersetorial e interdisciplinar, que fortaleça a capacidade de resposta e de prevenção em um campo tão dinâmico quanto o dos desastres.

Tendo como apoio a discussão de Yolanda Guerra, sobre competências e atribuições através de uma análise crítica, abordou a necessidade de o Serviço Social questionar os objetivos e intencionalidades das demandas, atuando com uma perspectiva crítica e estratégica, que articule ações práticas e análises estruturais, visando a transformação social e a emancipação da classe trabalhadora. Possibilitando ampliar essa discussão para o campo dos desastres, ressaltando que Assistentes Sociais em contexto de desastres a partir da sua visão crítica e estratégica entende que as demandas emergenciais refletem um cenário mais amplo de desigualdade social e precarização. Torna-se essencial questionar o para que e o porquê das ações, articulando intervenções práticas com análises estruturais e coletivas, visando a emancipação dos sujeitos sociais. Ainda compreendendo as demandas institucionais que surgem a partir de políticas públicas já estruturadas, mas nem sempre correspondem às necessidades reais da

população afetadas, as demandas sociais que refletem as necessidades da classe trabalhadora, historicamente relegadas ao plano emergencial no capitalismo e as requisições em muitos casos, normativas, operacionais e padronizadas, exigindo respostas imediatas, mas limitadas pela estrutura institucional, diante de um desastre.

Desta forma como destacado por Guerra (2016) as análises reforça a importância das competências profissionais requeridas em um contexto de desastres, na intervenção do Serviço Social articulando: Fundamentação Teórico-Metodológica, Articulação Teoria-Prática, Capacidade de Análise Crítica e Resistência Ético-Política. Essas competências, em contexto de desastres, são essenciais para uma intervenção crítica, eficaz e humanizada. No que se refere à Fundamentação Teórico-Metodológica, o trabalho em situações de desastres exige uma sólida formação teórica, capaz de situar os desastres no cenário das desigualdades sociais e econômicas. Essencial para compreender como as vulnerabilidades sociais amplificam os impactos dos desastres e para planejar respostas mais eficazes e estruturadas, que superem a abordagem emergencial e pontual.

A articulação teoria-prática em um contexto de desastre, equilibra o atendimento às demandas imediatas como cadastros, entrega de auxílios e acolhimento com o planejamento de ações de longo prazo, com as políticas de prevenção, reconstrução sustentável e fortalecimento comunitário. Esse equilíbrio contribui para uma prática profissional que não se limite à execução mecânica de tarefas, mas que também tenha intencionalidade transformadora.

A Capacidade de Análise Crítica permite ao Assistente Social identificar e questionar as mediações institucionais e políticas que orientam as respostas aos desastres. Assim, a intervenção vai além da simples execução de políticas públicas, posicionando o profissional como um agente de transformação social. Isso significa compreender os desastres como fenômenos socialmente construídos e “*eventos disruptivos da dinâmica social*” e trabalhar de forma estratégica para minimizar desigualdades e fortalecer direitos.

Por fim, a resistência ético-política guia a prática profissional, mesmo em situações extremas como os desastres com o compromisso com os princípios ético-políticos da profissão reafirma a garantia de direitos humanos e sociais, promovendo a dignidade e autonomia das populações atingidas. A resistência ética é, portanto, um ato político de defesa das populações vulneráveis contra processos de precarização e exclusão social.

Diante da articulação das competências, o trabalho do(a) Assistente Social em contextos de desastres demonstra a necessidade de superar os desafios impostos pela precarização do trabalho, pela lógica do controle social e pela desprofissionalização. O trabalho crítico e intencional, aliado à defesa intransigente dos direitos das populações atingidas, reafirma o caráter estratégico da profissão como mediadora entre as demandas sociais e as políticas públicas, promovendo respostas humanizadas, eficazes e sustentáveis para situações de desastres.

Assim essa pesquisa desta tese teve como fio condutor a seguinte indagação: Como o serviço social, em diferentes continentes, vem se organizando no enfrentamento a desastres? Com base nos caminhos trilhados reforça-se que os desastres devem ser analisados não como fenômenos naturais ou humanos que causam destruição, mas como produtos do neoliberalismo e de um desenvolvimento predatório que impõe o que cabe ao Estado e ao mercado com repercussões nas condições de vida das pessoas determinando quem são os afetados e quem são os beneficiários. A determinação de quem é afetado e o beneficiário é reflexo da redução das políticas sociais, da precarização e privatização de serviços essenciais os quais em situação de desastres são fundamentais para o amparo, alívio, garantia de direitos sociais e preservação de direitos humanos da população afetada. Desta forma, reforça-se que os desastres se revelam como eventos disruptivos da dinâmica social, pois são capazes de colapsar sociedades e acarretar profundas transformações nas vidas dos sujeitos desocultando expressões da questão social, evidenciando desigualdades sociais.

Com base na revisão de literatura, nas análises de documentos, nas análises do material empírico e conduzida pela indagação que movimentou essa Tese conclui-se que o serviço social, em diferentes continentes, vem se organizando no enfrentamento a desastres” *nos diferentes continentes, o trabalho do/da Assistente Social nas situações de desastres e suas consequências tem como objeto de intervenção, antes, durante e depois do evento, as necessidades da população e as demandas institucionais. E, ainda que perceba-se algumas diferenças na formação dos profissionais, identifica-se maior consonância do que dissonância nas competências e atribuições e principalmente nos fundamentos do projeto profissional, nos princípios éticos e na direção social da profissão que se expressa na defesa dos direitos da população, na proteção e melhoria nas condições de vida, no enfrentamento das desigualdades, na luta para qualificar a rede de serviços, na integração e colaboração em diferentes órgãos e instituições responsáveis para em equipe construir respostas mais eficazes no âmbito prevenção,*

*preparação e recuperação a um desastre. Assistentes Sociais a partir de suas competências, atribuições e formação, tem condições de interpretar e analisar o contexto de um desastre, bem como para defender e garantir serviços eficazes para o atendimento da população afetada, e para integrar e colaborar em equipes, órgãos e instituições responsáveis com respostas eficazes no âmbito prevenção, preparação e recuperação a situações de desastres.*

Assim, os resultados desta pesquisa contribuem para ampliar o debate da categoria profissional sobre o trabalho do Assistente Social em desastres, fortalecendo a compreensão de seu papel e das demandas específicas e possibilidades de intervenção. Ao reunir experiências de diferentes continentes, a pesquisa permitiu identificar tanto as convergências nos fundamentos da profissão quanto as particularidades decorrentes dos contextos históricos, sociais e políticos. E revelou a urgência de incorporar uma perspectiva crítica e global ao trabalho do(a) Assistente Social em situações de desastres. As análises e os resultados também evidenciaram lacunas que merecem atenção como, a necessidade de maior reconhecimento das competências técnicas do(a) Assistente Social nos processos de prevenção e preparação para desastres, além do fortalecimento da formação profissional para o trabalho em contextos de desastres. É imprescindível investir em estratégias que capacitem os(as) profissionais para lidar com a complexidade das demandas impostas por esses cenários, promovendo um trabalho mais integrado e eficaz.

Por fim, compreende-se que esse estudo ainda que dentro de suas limitações e incompletude teve alcances na sua proposta de investigar o serviço social, em diferentes continentes, na sua relação com os desastres. É um tema que não se esgota com a conclusão deste estudo, pois o Serviço Social em situações de desastre enfrenta uma série de desafios significativos, que abrangem aspectos tanto operacionais quanto estruturais, os quais refletem a complexidade dos desastres e a necessidade de análise crítica e avaliação das ações governamentais frente as respostas as populações afetadas.

Almeja-se que esse estudo, que pertence de uma vivência profissional em uma situação de desastre e de inquietações profissionais instigue a realização de outros estudos. Com base nas reflexões desenvolvidas e compreendendo a relevância de pesquisas do Serviço Social propõe-se uma “agenda” de discussões e investigações que subsidiem a formação e o trabalho profissional: **Ampliar a inserção do serviço social na gestão de risco de desastres**, com participação ativa na elaboração de planos de contingência, na prevenção e na educação em desastres; **Fortalecer parcerias**

**intersectoriais e interdisciplinares**, promovendo uma articulação mais eficaz entre diferentes setores e políticas públicas; **Investir na formação continuada dos(as) Assistentes Sociais**, com a inclusão de conteúdos específicos sobre desastres nos currículos acadêmicos e em programas de capacitação; e **Produzir e disseminar conhecimento científico na área**, incentivando pesquisas que contribuam para a compreensão crítica e para o desenvolvimento de práticas inovadoras para o trabalho em desastres.

Esta tese pretende investigar futuros estudos acadêmicos e a consolidação de uma agenda estratégica no campo do serviço social em desastres. Entre as perspectivas mais relevantes, destaca-se estudos que realizem: **Investigações comparativas entre continentes e países**, ampliando o escopo de análise para incluir outros contextos e realidades, identificando práticas inovadoras e desafios compartilhados; **Estudos longitudinais** afim de acompanhar a evolução das intervenções do serviço social em desastres ao longo do tempo, analisando os impactos de ações preventivas e de recuperação em comunidades afetadas; **Aprofundamento teórico sobre educação em desastres investigando** a formação e a capacitação dos(as) assistentes sociais para trabalhar em desastres, propondo diretrizes curriculares específicas; **Avaliação de políticas públicas**, analisando a efetividade das políticas sociais no enfrentamento a desastres, identificando pontos de melhoria para a gestão de risco e resposta.

A tese também reforça a necessidade de **ampliar os espaços de diálogo entre profissionais de diferentes áreas e setores envolvidos na gestão de desastres**, promover a conscientização da população sobre a importância da preparação e da prevenção e fomentar a criação de redes de apoio interdisciplinares e intersectoriais para mitigar os impactos dos desastres.

Por fim, reafirma-se a relevância do compromisso ético-político do serviço social na construção de respostas que assegurem os direitos da população afetada por desastres, promovendo a justiça social e o enfrentamento das desigualdades estruturais. Essa é uma tarefa desafiadora, mas essencial para fortalecer da profissão como agente de transformação social em contextos de eventos adversos, pois os desastres sejam naturais ou causados pelo homem, têm um impacto profundo e abrangente em comunidades e na vida das pessoas. Finalmente reitera-se que o Serviço Social desempenha um trabalho crucial na prevenção, resposta e recuperação de desastre, oferecendo suporte vital para as populações afetadas e auxiliando na garantia de direitos e na desocultação de violação de direitos humanos.



## REFERÊNCIAS

AGUIRRE, E. (2004). Los desastres en Latinoamérica: vulnerabilidad y resistencia. *Revista mexicana de sociología*, 66(3), 485–510

ALVES, G. A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica. Publicado em 21/09/2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2023.

ALVES, D; BRAGA, I Alves. TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS tensionamentos em tempos de “falso normal”. **Revista de Políticas Públicas**, v. 26, n. 2, p. 880-899, 2022.

ALBINO, N; DO PRADO MARÍNGOLO, Aline Cristina; DE CARVALHO liporoni, andréia aparecida reis. O impacto da pandemia covid 19 sobre a política de saúde e os desafios da classe trabalhadora. **Revista de Políticas Públicas**, v. 26, n. 1, p. 345-359, 2022.

Alipore F.Khankeh E.,Fekrazad E.,Kamali M.,Rafiey E.,Ahmadi E. ' Questões sociais e recuperação pós-desastre: um estudo qualitativo em um contexto iraniano', *Serviço Social Internacional*,58(5), págs.689–703, 2021.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. Editora Boitempo: São Paulo, 2002. Appris, Coleção Ciência Sociais, 2012.

\_\_\_\_\_. Rumo à uberização do trabalho1. **DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2020**, v. 117, p. 2020-46, 2020. Disponível em: [https://prioridadeabsoluta.org.br/wpcontent/uploads/2020/12/direitos\\_humanos\\_no\\_brasil\\_2020.pdf#page=118](https://prioridadeabsoluta.org.br/wpcontent/uploads/2020/12/direitos_humanos_no_brasil_2020.pdf#page=118)

\_\_\_\_\_. A lumpenização das classes sociais no Brasil. Publicado em 16/09/2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/09/16/a-lumpenizacao-das-classes-sociais-no-brasil/>. Acesso em 05 de março de 2023.

\_\_\_\_\_. Trabalho e subjetividade: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório (*Boitempo Editorial*, 2011).

\_\_\_\_\_. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. Boitempo Editorial, 2020.

\_\_\_\_\_. Indústrias 4.0 levarão à escravidão digital. Justiça do Trabalho TRT da 3º Região (MG), 2018. Disponível em: <https://portal.trt3.jus.br/internet/conheca-o-trt/comunicacao/noticias-juridicas/ricardo-antunes-industrias-4-0-levarao-a-escravidao-digital>

ARAUJO, R DILIGENTI, M. Ascensão e Declínio do Neoliberalismo na América Latina: o clamor da praça da dignidade impacta um continente. **Revista de Política Públicas da UFMA**, 2020.

Alipour, F., Khankeh, H., Fekrazad, H., Kamali, M., Rafiey, H., & Ahmadi, S. (2015). Social issues and post-disaster recovery: A qualitative study in an Iranian context. *International Social Work*, 58(5), 689-703.

AVILA, M; MATTEDI, M; SILVA, M. Serviço Social e desastres: campo para o conhecimento e a trabalho profissional. **Serviço Social & Sociedade**, p. 343-365, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/jdPxJLQ3dMQwZf9NXwym4Cz/?lang=pt#> , acesso em 15 junho de 2023.

AZEREDO, L. Neoconservadorismo e neoliberalismo: uma aliança perigosa para a trabalho do serviço social em desastres ambientais. **O Social em Questão**, v. 23, n. 48, p. 219-242, 2020.

Associação Canadense de Assistentes Sociais [CASW]. (2020 ) 'Declaração do escopo de prática do CASW', recuperado de <https://www.casw-acts.ca/en/Code-of-Ethics%20and%20Scope%20of%20Practice#:~:text=CASW%20Scope%20of%20Practice%20Statement&text=Social%20work%20focuses%20on%20the,families%2C%20groups%2C%20and%20communities> .

BASTOS, Valéria Pereira; DUTRA, Adriana Soares; REGALADO, Rafael Trueba. Questões socioambientais, desastres e suas consequências no século XXI. **O Social em Questão**, n. 48, p. 9-24, 2020.

Beltran, S., Yalim, A., Morris, A., & Taylor, L. (2023). Emerging social workers during COVID-19: Exploring perceived readiness and training needs. *Journal of Social Work*, 23(3), 428-442. <https://doi.org/10.1177/14680173231162490>

BAUWENS, J. and A. Naturale (2017) **The Role of Social Work in the Aftermath of Disasters and Traumatic Events**. Cham: Springer

BOITO JR, Armando. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. Ed. Xamã, São Paulo, 1999.

BRASIL. Código de ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 9. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. **Código de ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. Projeto de Lei no 2159/2021. Dispõe Sobre O Licenciamento Ambiental; Regulamenta O Inciso IV do § 1o do Art. 225 da Constituição Federal; Altera As Leis Nos 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de Julho de 2000; Revoga Dispositivo da Lei No 7.661, de 16 de Maio de 1988; e Dá Outras Providências. SENADO FEDERAL. Brasília, 12 de agosto de 2021 Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148785> Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. RESOLUÇÃO CFESS N.º 383/99 de 29/03/1999 que Caracteriza o assistente social como profissional da saúde. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1999.

BRAVO, M; MATOS, M. Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate. In: MOTA, Ana Elisabete et al (Orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

BRAVO, M; MATOS, M. **Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate.** In: MOTA, Ana Elisabete et al (Orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

BRENNER, R. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão. In Revista outubro. São Paulo. 1999. Nº3.

BRITTON, N. R. (1986). **Developing an understanding of disaster.** *Journal of Sociology*, 22(2), 254-271.

BONNET, A; DE SOUZA, V. Os impactos da pandemia COVID-19 sobre as políticas sociais. **Argumentum**, v. 13, n. 1, p. 4-5, 202

CAPELAS, B. Como o app de chamadas de vídeo Zoom cresceu 19 vezes em meio à quarentena. Estadão, 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/link/empresas/como-o-app-de-chamadas-de-video-zoom-cresceu-19-vezes-em-meio-a-quarentena/> Acesso em: 20/09/2023.

CFESS. **Nota sobre Teletrabalho e Teleperícia: orientações para Assistentes Sociais no contexto da pandemia,** 2020, disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Notateletrabalho-telepericiacfess.pdf>

CFESS. Resolução CFESS n. 273/93. **Institui o Código de Ética Profissional dos(as) Assistentes Sociais.** Brasília: CFESS, 1993 CRESS 9ª Região. Orientação do CRESS-SP para Assistentes Sociais sobre o exercício profissional diante da pandemia do coronavírus COVID-19. São Paulo: CRESS 9ª Região 2020. Disponível em: <http://cresssp.org.br/wpcontent/uploads/2020/03/ORIENTACOES-CRESSSP-COVID-19.pdf> Acesso em: 7 abril. 2021.

CALIL, G. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço Social & Sociedade**, p. 30-47, 2021.

Crawford, CA (2021). Estudando os papéis dos Assistentes Sociais em desastres naturais durante uma pandemia global: O que podemos aprender? *Qualitative Social Work* , 20 (1-2), 456-462. <https://doi.org/10.1177/1473325020973449>

Comitê Permanente Interinstitucional [IASC]. 2007 ) 'Diretrizes do IASC sobre saúde mental e apoio psicossocial em situações de emergência', recuperado de [http://www.who.int/mental\\_health/emergencies/guidelines\\_iasc\\_mental\\_health\\_psychosocial\\_june\\_2007.pdf](http://www.who.int/mental_health/emergencies/guidelines_iasc_mental_health_psychosocial_june_2007.pdf) .

Dominelli EU.,Ioakimidis V.(2015) ' O trabalho social na linha da frente na abordagem de catástrofes, problemas sociais e marginalização',Serviço Social Internacional,58(1), págs.3–6.

DANTAS, M. Sobre o conceito de trabalho: uma leitura nos Grundrisse de Marx. In: **Ciberativismo, libertad y Derechos Humanos. Retos de la democracia informativa. XI Congreso Internacional ULEPICC (2020), p 99-115.** ULEPICC, 2020.

DA SILVA, A; DO AMARAL RANGEL, L. Assistentes Sociais na vanguarda da pandemia da COVID-19: tensionamentos e resistências. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 48, 2021.

DE FÁTIMA MARCELINO, N. Impactos da pandemia Covid-19 no mercado de trabalho. **Revista Global FG**, v. 2, n. 01, p. 58-76, 2024. Disponível em: <https://revista.faculdadeglobal.edu.br/index.php/REFG/article/view/16> acesso em: 20/01/2024.

DE MEIRELLES, G. O serviço social brasileiro frente à desigualdade social e à pauperização. **SER Social**, v. 24, n. 50, p. 71-95, 2022.

DEFESA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL. **Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade).** Disponível em: <https://www.defesacivil.rs.gov.br/upload/arquivos/202105/04095316-cobrade-classificacao-e-codificacao-brasileira-de-desastres.pdf> , acesso em: 10 junho de 2024.

DUTRA, A. S.; GONÇALVES, R. S. **A Trabalho dos(as) Assistentes Sociais nos órgãos municipais de proteção e defesa civil.** Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 14, p. 106-125, 2016. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/index>> Acesso em: 20 de outubro de 2020.

DUTRA, A. **Gestão de desastres e Serviço Social: reflexões críticas sobre a trabalho de Assistentes Sociais junto aos órgãos municipais de proteção e defesa civil** / Adriana Soares Dutra; orientador: Rafael Soares Gonçalves; coorientadora: Maria Auxiliadora Ramos Vargas. – 2017.

\_\_\_\_\_. **Gestão de desastres e Serviço Social: o trabalho de Assistentes Sociais junto aos órgãos municipais de proteção e defesa civil.** Editora Appris, 2021.

DROLET, J.L.; LEWIN, B; PINCHES, A. Social work practitioners and human service professionals in the 2016 Alberta (Canada) wildfires: Roles and contributions. **The British Journal of Social Work**, v. 51, n. 5, p. 1663-1679, 2021.

\_\_\_\_\_. **Gestão de Desastres e Serviço Social: o trabalho de Assistentes Sociais junto aos órgãos municipais de proteção e defesa civil.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. 240 p

DOS SANTOS, F, C; FARAGE, E.; PINTO, M. Questão Social e favela: violência estatal, pandemia e organização da classe trabalhadora. **Argumentum**, v. 12, n. 3, p. 117-131, 2020.

DOMINELLI, L. A green social work perspective on social work during the time of COVID-19. **International journal of social welfare**, v. 30, n. 1, p. 7-16, 2021.

DOMINELLI, L. Aprendendo com o nosso passado: mudanças climáticas e intervenções em desastres na prática, em C. Noble, H. Strauss e B. Littlechild (eds) *Trabalho Social Global: Cruzando Fronteiras, Desfocando Limites*, Sydney: Sydney University Press, 2020.

DOMINELLI, L. Learning from our past: **climate change and disaster interventions in practice**, in: C. Noble, C. Strauss, B. Littlechild (Eds.), *Global Social Work: Crossing Borders, Blurring Boundaries*, Sydney University Press, 2020, pp. 341–351

FATEMI, F., Ardalan, A., Aguirre, B., Mansouri, N., & Mohammadfam, I. Indicadores de vulnerabilidade social em desastres: descobertas de uma revisão sistemática. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 22, 219–227, 2020.

EDWARD J Alessi, Courtney Hutchison, Sarilee Kahn, Understanding COVID-19 through a Complex Trauma Lens: Implications for Effective Psychosocial Responses, *Social Work*, Volume 67, Issue 1, January 2022, Pages 79-87, <https://doi.org/10.1093/sw/swab045>

FERNANDES, L; GOIN, M; DA ROCHA, I. Capital pandêmico e ensino remoto: o posicionamento político do Serviço Social. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 87-101, 2021.

YU, Z., Chen, Q., ZHENG, G., & Zhu, Y. (2021). Envolvimento do trabalho social na resposta à COVID-19 na China: Rede remota interdisciplinar. *Journal of Social Work*, 21 (2), 246-256. <https://doi.org/10.1177/1468017320980657>

YU, Z., Duan, W., Jiang, L., Yuan, Z., Kong, Y., & Wang, J. (2021). Interdisciplinary Bridging Response Teams in the COVID-19 outbreak aid provision in China. *International Social Work*, 64(5), 783-789. <https://doi.org/10.1177/00208728211021145>

GALZERANO, Luciana Sardenha. Políticas educacionais em tempos de pandemia. **Argumentum**, v. 13, n. 1, p. 123-138, 2021.

GOTINHA E., Todd E. (2020) 'Práticas comunitárias e temas e implicações do desenvolvimento social', em Todd E., Gotinha E. (editoras), *Prática Comunitária e Desenvolvimento Social para o Serviço Social*, Cingapura, Natureza Springer.

GARCIA-RENEDO, M. (2008). El 11-M. **Un estudio sobre su impacto psicológico desde ele entorno familiar y escolar en alumnos de infantil y primaria**. Tese de Doutorado, Universitat Jaume I, Castelló de la Plana, Castellón, Espanha. acesso em 01 de setembro, de 2020, de <http://repositori.uji.es/xmlui/handle/10803/10526>

GEMAUQUE, Adrimauro. **A pandemia agravou a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil**. Centro de Estudos Estratégicos da FioCruz Antonio Ivo de Carvalho (CEE). Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil>, acesso em 5 de junho de 2023.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio, et al. “Atribuições, competências, demandas e exigências: o trabalho do Assistente Social em debate.” *ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES (ES) EM SERVIÇO SOCIAL* 15 (2016).

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Histórico do rompimento das barragens da Vale na Mina Córrego do Feijão**. Publicado em: 03 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho/pagina/historico-do-rompimento-das-barragens-da-vale-na-mina-corrego-do-feijao> , acesso em: 10 de junho de 2024.

HAORUI Wu, Integration of the Disaster Component into Social Work Curriculum: Teaching Undergraduate Social Work Research Methods Course during COVID-19, *The British Journal of Social Work*, Volume 51, Issue 5, July 2021, Pages 1799–1819, <https://doi.org/10.1093/bjsw/bcab110>

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Boitempo Editorial, 2015.

HOLLOWAY, J. The red rose of Nissan. *Capital & Class*, v. 11, n. 2, p. 142-164, 1987.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro,

\_\_\_\_\_, *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, Cortez: 2007.

IBAMA. Relatório Final Incidente de Poluição por Óleo na Costa Brasileira. Publicado em 13 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/fiscalizacao-e-protecao-ambiental/emergencias-ambientais/manchasdeoleo/desmobilizacao-e-relatorios>, acesso em: 18 de julho de 2024.

KATHRYN Hay, Katheryn Margaret Pascoe, Social Workers and Disaster Management: An Aotearoa New Zealand Perspective, *The British Journal of Social Work*, Volume 51, Issue 5, July 2021, Pages 1531–1550, <https://doi.org/10.1093/bjsw/bcab127>

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª ed. 1976.

LAVADO, Thiago. Com maior uso da internet durante pandemia, número de reclamações aumenta; especialistas apontam problemas mais comuns. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/06/11/com-maior-uso-da-internet-durante-pandemia-numero-de-reclamacoes-aumenta-especialistas-apontam-problemas-mais-comuns.ghtml> Acesso em: 18/09/2023.

Jennifer Boddy, Patrick O'Leary, Chris Victor Panagiotaros, Esperança durante e após desastres: o papel do serviço social na criação e nutrição da esperança emancipatória, *The British Journal of Social Work*, Volume 51, Edição 5, julho de 2021, Páginas 1917–1934, <https://doi-org.ez47.periodicos.capes.gov.br/10.1093/bjsw/bcab140>

L. Du Plooy, L. Harms, K. Muir, B. Martin, S. Ingliss, Black Saturday "e suas consequências: refletindo sobre as intervenções de serviço social pós-desastre em um país australiano hospital de trauma, *Australia. Soc. Obra* 67 (2) (2020).

LAMPIS, Andrea et al. A produção de riscos e desastres na América Latina em um contexto de emergência climática. **O Social em Questão**, v. 23, n. 48, p. 75-96, 2020.

Lee John Henley, Zoey Allen Henley, Kathryn Hay, Yary Chhay, Sonthea Pheun, Serviço social na época da COVID-19: um estudo de caso do Sul global, *The British Journal of Social Work*, Volume 51, Edição 5, julho de 2021, Páginas 1605–1622, <https://doi.org/10.1093/bjsw/bcab100>

LEFEBVRE, Henri. **O Marxismo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

LEITE, Gisele. **Neopositivismo, neoconstitucionalismo e o neoprocessoalimento: o que há realmente de novo no Direito?** Portal de e-governo, inclusão digital, sociedade e conhecimento. 2012. Disponível: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/neopositivismo-neoconstitucionalismo-e-o-neoprocessoalimento-o-que-h%C3%A1-realmente-de-novo-no-di> acesso em : 12 de fevereiro de 2023.

LENIN, Vladimir Litch. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Liu, Z. and Y. Han (2009) 'Post-Disaster Reconstruction and Social Work Development in the Chinese Mainland', *China Journal of Social Work* 2: 221–3

LIMA, Monica Silva de. Tecnologia e precarização da saúde do trabalhador: uma coexistência na era digital. **Serviço Social & Sociedade**, p. 153-172, 2022.

LORES, Raul Juste. **Terremoto mata ao menos 10 mil na China**. Folha de São Paulo Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1305200801.htm> , acesso em 20 julho de 2023.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**. Campinas: UNICAMP. 1990.

MARQUES, Nadianna Rosa. **Desastres e a Política de Saúde: Responsabilidades e Possibilidades de Intervenção**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós – Graduação em Serviço Social PUC/RS, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8100>

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2017

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos** Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Lógica formal, lógica dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. **Sobre a questão judaica**. Boitempo Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Editora Boitempo. 2012, Vol. I.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital** - 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MATOS, Maurílio Castro de. **A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de Assistentes Sociais na saúde**. Vitória do Espírito Santo: CRESS-ES, 2020.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011

MESQUITA, Aline Martins et al. Agravamento da violência de gênero no contexto da pandemia da covid-19. **Revista de Políticas Públicas**, v. 25, n. 1, p. 11-25, 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Rompimento da barragem de Fundão, em Mariana: resultados e desafios cinco anos após o desastre**. Publicado em: 29 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/rompimento-da-barragem->

[de-fundao-em-mariana-resultados-e-desafios-cinco-anos-apos-o-desastre.shtml](#) , acesso em: 12 de junho de 2024.

MANNAKKARA E., Wilkinson E. (2015) '**Apoiar a recuperação social pós-desastre para reconstruir** melhor', Revista Internacional de Resiliência a Desastres no Ambiente Construído, 6(2), págs. 126–39.

MAAREFVAND, M., Ghiabi, M., & Nourshargh, F. (2023). **Resposta do serviço social pós-desastre no Irã: Um estudo de caso da inundação em massa de 2019** em Poldokhtar,

LORESTAN. *Serviço Social Internacional* , 66 (2), 547-567. <https://doi.org/10.1177/00208728211018742>

MOROSINI, Liseane. **Desastre no Rio Grande do Sul expõe despreparo e exige reestruturação imediata das cidades para enfrentar as mudanças climáticas**. In: Revista Radis. ENSP, nº 260, Maio de 2024. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/todas-edicoes/radis-260/> acesso em: 20 / 06 /2024.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social**. In: A nova fábrica de consensos: ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NADER, Danielle. **COVID-19 acelera a digitalização das pequenas empresas brasileiras**, 2020. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/44138/covid-19-acelera-a-digitalizacao-das-pequenas-empresas-brasileiras/> acesso em: 20/01/2024.

NETTO, J.P. **O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro contemporâneo**. Rio de Janeiro, mimeo, 1999.

NUNES, L. S. **A questão socioambiental e a trabalho do Assistente Social**. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 196-212, jan./jun. 2013. Disponível em: Acesso em: 14 mar. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. A6/10 – Application du RSI (2005), Rapport du Comité d'examen sur le fonctionnement du RSI (2005) eu égard à la grippe pandémique A(H1N1) 2009.

ORGANIZAÇÃO PAN- AMERICANA DA SAÚDE. **Preparação e resposta a pandemias de influenza** são tema do último dia do MedTrop 2018: OMS; 2020 acesso em 8 março 2021. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5754:preparacao-e-resposta-a-pandemias-de-influenza-sao-tema-do-ultimo-dia-do-medtrop-2018&Itemid=812](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5754:preparacao-e-resposta-a-pandemias-de-influenza-sao-tema-do-ultimo-dia-do-medtrop-2018&Itemid=812)

PAPADOPOULOU, D., & TELONI, D. (2023). **Mudanças climáticas, desastres e prática de trabalho social na Grécia**. *Critical and Radical Social Work* , 11 (2), 168-182. Recuperado em 22 de agosto de 2024, de <https://doi.org/10.1332/204986021X16632560995141>

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 6º ed. – São Paulo: Cortez, 1996

PEREIRA, Potyara AP. A utilidade da pesquisa para o serviço social. **Serviço Social e Saúde**, v. 4, n. 1, p. 17-28, 2005.

PRATES, Jane Cruz. **O Planejamento da pesquisa social**. Revista Temporalis nº 7, Porto Alegre: ABEPSS, 2003a.

PYLES, L. Descolonizando o trabalho social em desastres: justiça ambiental e participação comunitária, *The British Journal of Social Work*, 47(3):630–47, 2017.

PAPADOPOULOU, D., & TELONI, D. (2023). **Mudanças climáticas, desastres e prática de trabalho social na Grécia**. *Critical and Radical Social Work*, 11 (2), 168-182. Recuperado em 22 de agosto de 2024, de <https://doi.org/10.1332/204986021X16632560995141>

QUARANTELLI, E. (1998). **What is a disasters?** Perspectives on the question. Routledge: Londos and New York.. p. 234-273. In: Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil – volume II /organizado por Norma Valencio /– São Carlos : Rima Editora, 2010.

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do Assistente Social e as condições de trabalho no SUAS**. Serviço Social & Sociedade, v. 104, p. 750-772, 2010.

RESOLUÇÃO nº 510/2016. **Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. Disponível em: <[http://www.gppe.org.br/home/secao.asp?id\\_secao=341](http://www.gppe.org.br/home/secao.asp?id_secao=341)>. Acesso em: 15 de Nov de 2019.

ROCHA, E. A. C. **A pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia da educação infantil**. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999.

ROOS, Danielle; MENEZES, Tamara. **Desastres aéreos e intervenções psicológicas: Prevenção do transtorno de estresse pós-traumático**. *Revista Conexão Sipaer*, v. 6, n. 1, p. 61-64, 2015. Disponível em: <http://104.236.28.163/index.php/sipaer/article/view/303>, acesso em 15 de novembro de 2023.

ROWLANDS, A. **Reavaliando a contribuição do trabalho social para a recuperação de desastres e traumas**: aplicando uma perspectiva de pontos fortes, *Asia Pacific Journal of Social Work and Development*, 14(2):67–85. doi:10.1080/21650993.2004.9755955, 2004.

ROWLANDS , A. **Currículo de treinamento de serviço social em gestão de desastres**, *Journal of Social Work in Disability & Rehabilitation*,12(1–2):130–44. doi:10.1080/1536710X.2013.784602, 2013.

SHAH , G. **Trabalho social em desastres**, *Indian Journal of Social Work*,<http://ijsw.tiss.edu/greenstone/collect/ijsw/index/assoc/HASH0161/fc28af42.dir/doc.pdf>. (1985).

SIM, T. , Woon , YT , Ki , A. , Quen , CH e Dong , Q. **À altura das circunstâncias: trabalho social em desastres** na China,*International Social Work*,56(4):544–62.doi:10.1177/0020872813481992, 2013.

SANTANA, M. Classe trabalhadora, precarização e resistência no Brasil da pandemia. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 48, 2021.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**, 1ª edição. São Paulo, SP: Edipro, 2016.

SECRETARIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL. **Gestão de Risco de Desastres**. Governo do Estado de Santa Catarina, 2017. Disponível em: [https://www.defesacivil.sc.gov.br/images/doctos/seminarios/Gestao de RISCO de desastres BAIXA.PDF](https://www.defesacivil.sc.gov.br/images/doctos/seminarios/Gestao%20de%20RISCO%20de%20desastres%20BAIXA.PDF) , acesso em 15 de março de 2023.

SENNA, M; BALDO, V; MAIOR, A. **COVID-19 e proteção social: respostas de governos nacionais à garantia de emprego e renda na América Latina**. *SER Social*, v. 24, n. 51, p. 282-304, 2022.

SIM, T., A. Yuen-T sang Woon Ki, C.H. Quen and Q.H. Dong (2013) ‘**Rising to the Occasion: Disaster Social Work in China**’, *International Social Work* 56: 544–62.

SOARES, M. B.; MACIEL, F. P. **Alfabetização**. **Brasília: MEC; Inep; Comped**, 2000. (Estado do Conhecimento, n. 1).

SOARES, Raquel. **O trabalho do profissional de Serviço Social em tempos de pandemia**. Live realizada dia 28 de maio de 2020. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=ujEasdgTrq>

TOSONE, C., J.P. Mctighe and J. Bauwens (2015) ‘**Shared Traumatic Stress among Social Workers in the Aftermath of Hurricane Katrina**’, *British Journal of Social Work* 45: 1313–29.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais, a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Editora Atlas, 1987.

VALENCIO, N. **Para Além Do Dia do Desastre: O Caso Brasileiro**. 1. Ed. Curitiba:

VALENCIO, Norma. **Onde os desastres se escondem? Das crises compósitas aos horizontes de incertezas**, in: *Redução do risco de desastres e a resiliência no meio rural e urbano 2020*. Acesso em 10 março de 2023, disponível em: [https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/Reducao2020/Reducao 2ed-2020-06.pdf](https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/Reducao2020/Reducao%20ed-2020-06.pdf)

VARGAS, M.A. R. Reino da necessidade versus reino dos direitos: desafios e impasses ao Assistente Social em contextos de desastres. In: SIQUEIRA, A. et al. (Orgs.). **Riscos de desastres relacionados à água**. São Carlos: Rima, 2015.

VENTURA, deisy. **Direito a saúde global** – o caso da pandemia de gripe H1N1. São Paulo, editora Dobra, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico & civilização capitalista**. Rio de Janeiro. Contraponto, 2001.

ZAKOUR, M. J. **Social work and disasters**. In: McENTIRE, D. A. (Ed.). Disciplines, disasters, and emergency management. The convergence and a divergence of concepts, issues and usual trends from the research literature. Springfield: C. C. Thomas, 2007. p. 124-141.

ZYLBERMAN, Patrick. **Crises sanitaires, crises politiques**. Les Tribunes de la santé, 2012.

## **APÊNDICES**

## Apêndice A – divulgação da pesquisa na Espanha



## INVESTIGACIÓN: EL SERVICIO SOCIAL Y LA INTERFACE CON EVENTOS DISRUPTIVOS: UN ANÁLISIS INTERCONTINENTAL

Hola, mi nombre es Nadianna Marques, soy estudiante de doctorado en trabajo social en Brasil en el programa de posgrado en trabajo social - PUC/RS.

Si eres Trabajador Social y ya has trabajado en situaciones de catástrofe, desastre. Los invito a participar en mi investigación que tiene como objetivo:

**Investigar el proceso de trabajo en el enfrentamiento de eventos disruptivos, como pandemias (especialmente la de covid-19) desastres y catástrofes, a fin de evidenciar potencialidades, similitudes y lagunas que puedan subsidiar la intervención de la profesión en la gestión de esos eventos.**

*La respuesta a este formulario dura como máximo 20 min.  
la participación es voluntaria.*

**Su participación será sumamente importante para esta investigación.**

Contacto  
e-mail: nadiannamarques@gmail.com

**PARA PARTICIPAR, HAGA CLIC AQUÍ  
POR ENLACE O Código QR**

[Accede aquí](#)



## Apêndice B – divulgação da pesquisa no Brasil



**PESQUISA: O SERVIÇO SOCIAL E A INTERFACE  
COM EVENTOS DISRUPTIVOS: UMA ANÁLISE  
INTERCONTINENTAL**

Olá meu nome é Nadianna Marques, sou doutoranda em Serviço Social do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do RS.

Se você é Assistente Social e já trabalhou em situações de catástrofe, desastre. Convido você a participar da minha pesquisa que tem como objetivo:

***Investigar como o serviço social, em diferentes continentes, organiza o processo de trabalho no enfrentamento de eventos disruptivos, como pandemias (especialmente a da covid-19) desastres, catástrofes a fim de evidenciar potencialidades, similitudes e lacunas que possam subsidiar a intervenção da profissão na gestão desses eventos.***

A resposta a este formulário dura no máximo 20 min.  
a participação é voluntária.

Sua participação será de extrema importância para esta pesquisa.

Qualquer dúvida você pode me contatar:  
e-mail: nadiannamarques@gmail.com

**PARA PARTICIPAR, CLIQUE AQUI PELO  
LINK OU QR Code**

[Accede aquí](#)



Apêndice C - divulgação da pesquisa na Austrália, África do Sul, Vietna, Nepal.



## RESEARCH: SOCIAL WORK AND THE INTERFACE WITH DISRUPTIVE EVENTS: AN INTERCONTINENTAL ANALYSIS

Hi, My name is Nadianna Marques, I am a Researcher/PhD student at the Postgraduate Program in Social Work at the School of Humanities at PUC/RS, Brazil.

If you are a Social Worker and have worked in disaster situations, disaster. I invite you to participate in my research that has the

objectives:

***Investigate how the social Work, in different continents, organizes the work process in facing disruptive events, such as pandemics (especially the covid-19), disasters, catastrophes in order to highlight potentialities, similarities and gaps that can subsidize the intervention of the profession in the management of these events***

**The answer to this form takes a maximum of 20 min.  
participation is voluntary.**

**Your participation will be extremely important for this research.**

**My contact for questions:  
e-mail: nadiannamarques@gmail.com**

***Access the link or QR code***

**Access**



Apêndice D – Relação de artigos encontrados por continentes na base de dados Web of Science

| PAIS           | NÚMERO DE PRODUÇÕES | CONTINENTE       | INCLUIDO | EXCLUÍDO |
|----------------|---------------------|------------------|----------|----------|
| CHINA          | 465                 | Ásia             | x        |          |
| INGLATERRA     | 273                 | Europa           | x        |          |
| JAPÃO          | 204                 | Ásia             | x        |          |
| AUSTRÁLIA      | 132                 | Oceania          | x        |          |
| CANADÁ         | 126                 | América do Norte |          | x        |
| ALEMANHA       | 93                  | Europa           | x        |          |
| HOLANDA        | 92                  | Europa           | x        |          |
| ITÁLIA         | 85                  | Europa           | x        |          |
| COREIA DO SUL  | 78                  | Ásia             | x        |          |
| ÍNDIA          | 73                  | Ásia             | x        |          |
| SUÉCIA         | 66                  | Europa           | x        |          |
| ESPAÑA         | 59                  | Europa           | x        |          |
| FRANÇA         | 51                  | Europa           | x        |          |
| ÁFRICA DO SUL  | 47                  | África           | x        |          |
| BRASIL         | 47                  | América do Sul   | x        |          |
| ESCÓCIA        | 45                  | Europa           | x        |          |
| SUIÇA          | 45                  | Europa           | x        |          |
| IRÁ            | 44                  | Ásia             | x        |          |
| NORUEGA        | 41                  | Europa           | x        |          |
| NOVA ZELANDIA  | 37                  | Oceania          | x        |          |
| ÁUSTRIA        | 36                  | oceania          | x        |          |
| BANGLADESH     | 36                  | Ásia             | x        |          |
| PORTUGAL       | 35                  | Europa           | x        |          |
| FINLÂNDIA      | 32                  | Europa           | x        |          |
| MALÁSIA        | 32                  | Ásia             | x        |          |
| CHILE          | 31                  | América do Sul   |          | x        |
| INDONÉSIA      | 29                  | Ásia             | x        |          |
| POLÔNIA        | 29                  | Europa           | x        |          |
| ISRAEL         | 28                  | Ásia             | x        |          |
| TAILÂNDIA      | 27                  | Ásia             | x        |          |
| NEPAL          | 26                  | Ásia             | x        |          |
| DINAMARCA      | 24                  | Europa           | x        |          |
| PAQUISTÃO      | 24                  | Ásia             | x        |          |
| BÉLGICA        | 22                  | Europa           | x        |          |
| TAIWAN         | 22                  | Ásia             | x        |          |
| IRLANDA        | 20                  | Europa           | x        |          |
| RÚSSIA         | 20                  | Europa e Ásia    | x        |          |
| PERU           | 20                  | América do Sul   |          | x        |
| GRÉCIA         | 19                  | Europa           | x        |          |
| ARÁBIA SAUDITA | 18                  | Ásia             | x        |          |
| UGANDA         | 18                  | África           | x        |          |
| COLÔMBIA       | 17                  | América do Sul   |          | x        |
| FILIPINAS      | 17                  | Ásia             | x        |          |
| SINGAPURA      | 17                  | Ásia             | x        |          |

|                        |    |                  |   |   |
|------------------------|----|------------------|---|---|
| UCRÂNIA                | 16 | Europa           | x |   |
| CATAR                  | 15 | Ásia             | x |   |
| NIGÉRIA                | 14 | África           | x |   |
| EGITO                  | 12 | África/Ásia      | x |   |
| PERU                   | 12 | América do Sul   |   | x |
| EMIRADOS ÁRABES        | 12 | Ásia             | x |   |
| QUÊNIA                 | 10 | África           | x |   |
| VIETNÃ                 | 10 | Ásia             | x |   |
| REPÚBLICA CHECA        | 09 | Europa           | x |   |
| HUNGRIA                | 09 | Europa           | x |   |
| MÉXICO                 | 09 | América do Norte |   | x |
| IRLANDA DO NORTE       | 09 | Europa           | x |   |
| ETIÓPIA                | 08 | África           | x |   |
| ARGENTINA              | 07 | África           | x |   |
| CROÁCIA                | 07 | Europa           | x |   |
| ESTÔNIA                | 07 | Europa           | x |   |
| GANÁ                   | 07 | África           | x |   |
| LITUÂNIA               | 07 | Europa           | x |   |
| ROMÊNIA                | 07 | Europa           | x |   |
| SRI LANKA              | 07 | Ásia             | x |   |
| PAÍS DE GALES          | 07 | Europa           | x |   |
| ZIMBÁBUE               | 07 | África           | x |   |
| BULGÁRIA               | 06 | Europa           | x |   |
| COSTA RICA             | 05 | América do Norte |   | x |
| LÍBANO                 | 05 | Ásia             | x |   |
| TANZÂNIA               | 05 | África           | x |   |
| CHIPRE                 | 04 | Europa           | x |   |
| FIJI                   | 04 | Oceania          | x |   |
| GEÓRGIA                | 04 | Ásia/Europa      | x |   |
| ISLÂNDIA               | 04 | Europa           | x |   |
| MALAWI                 | 04 | África           | x |   |
| SÉRVIA                 | 04 | Europa           | x |   |
| ESLOVÊNIA              | 04 | Europa           | x |   |
| TURQUIA                | 04 | Europa/Ásia      | x |   |
| BOTSWANA               | 03 | África           | x |   |
| REPRESENTANTE DO CONGO | 03 | África           | x |   |
| EQUADOR                | 03 | América do Sul   |   | x |
| MOÇAMBIQUE             | 03 | África           | x |   |
| MIANMAR                | 03 | Ásia             | x |   |
| PAPUA NOVA GUINÉ       | 03 | Oceania          | x |   |
| SERRA LEOA             | 03 | África           | x |   |
| ESLOVÁQUIA             | 03 | Europa           | x |   |
| SÍRIA                  | 03 | Ásia             | x |   |
| TUNÍSIA                | 03 | África           | x |   |
| BAHAMAS                | 02 | América do Norte |   | x |
| HAITI                  | 02 | América do Norte |   | x |
| JORDÂNIA               | 02 | Ásia             | x |   |
| CAZAQUISTÃO            | 02 | Europa/Ásia      | x |   |
| LETÔNIA                | 02 | Europa           | x |   |

|                    |    |                  |   |   |
|--------------------|----|------------------|---|---|
| LUXEMBURGO         | 02 | Europa           | x |   |
| MALI               | 02 | África           | x |   |
| ILHAS MARSHALL     | 02 | Oceania          | x |   |
| SULTANATO DE OMÃ   | 02 | Ásia             | x |   |
| RUANDA             | 02 | África           | x |   |
| TONGA              | 02 | Oceania          | x |   |
| TRINIDAD TOBAGO    | 02 | América do Sul   |   | x |
| ALBÂNIA            | 01 | Europa           | x |   |
| ARGÉLIA            | 01 | África           | x |   |
| ANGUILHA           | 01 | América do Norte |   | x |
| ARMÊNIA            | 01 | Ásia             | x |   |
| BARBADOS           | 01 | América do Norte |   | x |
| BIELORRÚSSIA       | 01 | Europa           | x |   |
| BENIM              | 01 | África           | x |   |
| BUTÃO              | 01 | Ásia             | x |   |
| BURKINA FASO       | 01 | África           | x |   |
| BURUNDI            | 01 | África           | x |   |
| CAMBOJA            | 01 | Ásia             | x |   |
| CAMARÕES           | 01 | África           | x |   |
| CABO VERDE         | 01 | África           | x |   |
| CUBA               | 01 | América do Norte |   | x |
| GÂMBIA             | 01 | África           | x |   |
| GRANADA            | 01 | América do Norte |   | x |
| GUATEMALA          | 01 | América do Norte |   | x |
| HONDURAS           | 01 | América do Norte |   | x |
| JAMAICA            | 02 | América do Norte |   | x |
| GUATEMALA          | 01 | América do Norte |   | x |
| HONDURAS           | 01 | América do Norte |   | x |
| KOSOVO             | 01 | Europa           | x |   |
| KUWAIT             | 01 | Ásia             | x |   |
| LAOS               | 01 | Ásia             | x |   |
| LIECHTENSTEIN      | 01 | Europa           | x |   |
| MAURITÂNIA         | 01 | África           | x |   |
| ILHA MAURÍCIO      | 01 | África           | x |   |
| MICRONÉSIA         | 01 | Oceania          | x |   |
| MOLDOVA            | 01 | Europa           | x |   |
| MICRONÉSIA         | 01 | Oceania          | x |   |
| MOLDOVA            | 01 | Europa           | x |   |
| MARROCOS           | 01 | África           | x |   |
| MACEDÔNIA DO NORTE | 01 | Europa           | x |   |
| PALAU              | 01 | Oceania          | x |   |
| PANAMÁ             | 01 | América do Norte |   | x |
| PARAGUAI           | 01 | América do Sul   |   | x |
| SENEGAL            | 01 | África           | x |   |
| ILHAS SALOMÃO      | 01 | Oceania          | x |   |
| TUVALU             | 01 | Oceania          | x |   |
| URUGUAI            | 01 | América do Sul   |   | x |
| IÉZEN              | 01 | América Central  |   | x |

## Apêndice E – Roteiro de Análise das Produções Acadêmicas

**Pesquisa: O SERVIÇO SOCIAL E A INTERFACE COM EVENTOS DISRUPTIVOS: UMA ANÁLISE INTERCONTINENTAL**

### INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

#### ROTEIRO DE FORMULÁRIO PARA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

##### IDENTIFICAÇÃO DA COLETA

**Pesquisadora:** Nadianna Rosa Marques

**Descritores:** Pandemia da covid-19 and Social Work; Disaster and Social Work

**Período:** 2020 a 2023

**Base de dados:** ( ) Web of Science ( ) Revista da área A1 ( ) Revistada área A2

##### PONTOS A SEREM ANALISADOS NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

- A) Título da produção;
- B) Autores;
- C) País / Continente;
- D) Palavras – Chaves;
- E) Ano de publicação;
- F) Tipo de estudo;
- G) Campo de Trabalho;
- H) Revista;
- I) Resumo;
- J) Abordagens/intervenções propostas ao AS frente a desastres/pandemia da covid-19;
- L) bases teóricas, valores e princípios que norteiam a profissão;
- M) Processo de trabalho do serviço social;
- N) Protocolos, planos de contingência, diretrizes frente a eventos disruptivos;
- O) Inovações tecnológicas;
- P) Experiências e formações exitosas;
- Q) Dimensão da Gestão em Desastres a qual o AS se inseri e ou convocado a intervir;
- R) Potencialidades, similitudes e/ou lacunas dos processos de trabalho dos(as) assistentes sociais

## Apêndice F – Sistematização do Serviço social nos Continentes

| Continente       | Número de Assistentes Sociais | Conselho / Associação                                         | Ano de Fundação                    | Observações                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|------------------|-------------------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| América do Norte | 18.918                        | Associação Canadense de Assistentes Sociais                   | Não informado                      | - A Federação composta por 9 organizações parceiras provinciais e territoriais.<br>- Não informou se possui código de ética.                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Ásia e Pacífico  | Não Informado                 | Associação De Assistentes Sociais Do Cazaquistão              | Não Informado                      | ----                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|                  | Não Informado                 | Associação De Assistentes Sociais Do Tajiquistão              | Não Informado                      | ----                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|                  | 3.500                         | Associação De Assistentes Sociais Da República Do Quirguistão | 1997                               | Possui Código De Ética                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|                  | Não Informado                 | Associação Mongólia De Assistentes Sociais                    | Não Informado                      | ----                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|                  | 3.769                         | Associação Chinesa De Assistentes Sociais                     | Não Informado                      | O Número De Assistentes Sociais Especializados Na China Chegou A 300.000, Incluindo Mais De 80.000 Que Se Qualificaram Após Passar No Exame Do Governo, De Acordo Com Um Relatório Do Governo Publicado Em Pequim Em 12 De Agosto De 2013, Conforme Relatado Pela Agência De Notícias Xinhua Em Pequim.<br>- Possui Código Da Associação Chinesa De Assistentes Sociais                                                                   |
|                  | 71                            | Associação dos(as) Assistentes Sociais de Macau               | 1984                               | - Possui código de ética<br>Tem como objetivo proteger os direitos e interesses dos membros e usuários de serviços comunitários, prestar muita atenção às questões sociais<br>- Organização sem fins lucrativos de Assistentes Sociais profissionais.                                                                                                                                                                                     |
|                  | 94.393                        | Associação Coreana De Assistentes Sociais                     | 1967                               | - A Associação Coreana de Assistentes Sociais é uma organização legal sob o Artigo 46 da Lei de Negócios de Bem-Estar Social. Tem como objetivo desenvolver e disseminar conhecimentos e adendos sobre bem-estar social, e promover o bem-estar dos(as) Assistentes Sociais e a educação e formação para a melhoria da qualidade dos(as) Assistentes Sociais.<br>- Possui Código De Ética Da KASW                                         |
|                  | 24.854                        | Federação Japonesa De Assistentes Sociais                     | Ano de Fundação da Federação: 1997 | A Federação Japonesa de Assistentes Sociais é uma organização membro da Federação Internacional de Assistentes Sociais formada por:<br>JACSW-Associação Japonesa de Assistentes Sociais Certificados (fundada 1960) – 19.000 membros<br><br>JASW – Associação Japonesa de Assistentes Sociais (fundada 1960) – 425 membros<br><br>JASWHS – Associação Japonesa de Assistentes Sociais em Serviços de Saúde (fundada 1953) – 5.429 membros |

|  |            |                                                                |      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|--|------------|----------------------------------------------------------------|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  |            |                                                                |      | JAMHSW – Associação Japonesa de Assistentes Sociais de Saúde Mental <sup>28</sup>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|  | 46 membros | Associação de Assistentes Sociais Nepal                        | 2013 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Possui Estatutos da Associação de Assistentes Sociais do Nepal;</li> <li>- Possui Código de Ética da Associação de Assistentes Sociais do Nepal;</li> </ul> <p>A associação está oferecendo treinamento aos seus membros para capacitação e desenvolvimento de habilidades em pesquisa e intervenções de trabalho social. Os integrantes são mobilizados em diversas atividades relacionadas à promoção da educação em serviço social. Os principais problemas no Nepal são a falta de reconhecimento do trabalho social como profissão, por isso eles estão constantemente colaborando com organizações sociais, fazendo lobby com o governo, universidades e faculdades de serviço social. comemorativos do dia internacional e nacional.</p> |
|  | 6.000      | Índia Rede de Associações Profissionais de Assistentes Sociais | 2015 | Formada por uma rede de seis associações profissionais de Assistentes Sociais que funcionam na Índia. Vários serviços para os membros incluem sessões de compartilhamento de conhecimento e prática profissional, desenvolvimento de estrutura conceitual na educação e prática do serviço social, criação de uma identidade distinta para Assistentes Sociais profissionais, promoção de padrões e status de Assistentes Sociais profissionais, apoio à pesquisa, reuniões regulares de palestras, debates e discussões, realização de seminários e conferências para encorajar os membros a escrever e apresentar trabalhos baseados em seu trabalho e boas práticas em serviço social.                                                                                                |
|  | 1.275      | Associação de Assistentes Sociais Bangladesh                   | 1997 | É uma associação profissional e um sindicato para Assistentes Sociais. Foi estabelecido em 1997 e afiliado ao Bangladesh Free Trade Union Congress (BFTUC). Sua sede está localizada em Dhaka. Os três objetivos principais do ASW são: Organizar e proteger os direitos e interesses dos(as) Assistentes Sociais em Bangladesh; proteger os interesses dos membros da ASW e fazer campanha pelos seus direitos fundamentais no local de trabalho e na sociabilidade; participar ativamente no desenvolvimento e implementação de políticas sociais a nível local e nacional.                                                                                                                                                                                                            |
|  | 180        | Associação de Assistentes Sociais profissionais do Sri Lanka   | 1962 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Código de Ética da Associação de Assistentes Sociais Profissionais do Sri Lanka;</li> <li>- Constituição da Associação de Assistentes Sociais Profissionais do Sri Lanka;</li> <li>- Uma das ações desenvolvidas pela associação Programas especiais de resolução de conflitos e construção da paz a nível comunitário e nos locais de trabalho.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|  | 15         | Associação Vietnamita para Formação Vocacional –               | 2013 | Possui Estatutos da Associação de Assistentes Sociais do Tajiquistão                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |

<sup>28</sup> O JAMHS visa proteger a vida e os direitos das pessoas com deficiência mental, melhorar o conhecimento e a tecnologia e a ética e as qualidades relacionadas com os deveres dos trabalhadores de saúde mental, melhorar e desenvolver o bem-estar da saúde mental e as condições de trabalho dos trabalhadores de saúde mental. O JAMHSW também apoia pessoas com deficiência mental por meio de pesquisa e pesquisa em colaboração com organizações relacionadas no Japão e no exterior. Além disso, o JAMHSW fornece formação relacionada com a formação de assistentes sociais de saúde mental, divulgação do seguro de saúde mental e seguro de responsabilidade civil dos trabalhadores sociais de saúde mental (International Federation of Social Workers, 2024).

|                 |       |                                                     |      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|-----------------|-------|-----------------------------------------------------|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ásia e Pacífico |       | Formação Educacional e Profissão de Serviço Social  |      | Possui- Código de Ética Associação de Assistentes Sociais do Tajiquistão                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|                 | 1.236 | Associação dos(as) Assistentes Sociais de Hong Kong | 1975 | - Possui Código de Ética<br>- A Associação se esforça para promover um alto padrão de prática profissional e ética do serviço social em Hong Kong e para investigar questões que afetam o status profissional e o bem-estar dos(as) Assistentes Sociais e fazer recomendações às autoridades envolvidas. Vários programas e atividades são organizados por diferentes comitês, incluindo carreira e associação, desenvolvimento profissional, ligação internacional e regional, questões atuais de bem-estar, serviço social médico e serviço social de saúde mental.                                                                                                                                                                                                                    |
|                 | 6.800 | Associação Filipina De Assistentes Sociais          | 1948 | Estatutos da Associação Filipina de Assistentes Sociais;<br>Código de Ética da Associação Filipina de Assistentes Sociais;<br>Visão. A PASWI visa uma sociedade filipina humana e justa que respeite a dignidade da pessoa humana através do livre e pleno exercício de seus direitos e responsabilidades econômicos, sociais, políticos e espirituais.<br>Missão. Como uma organização profissional, nos comprometemos com o seguinte:<br>Fortalecer a competência profissional dos(as) Assistentes Sociais;<br>Contribuir para soluções de questões e tendências sociais emergentes;<br>Promover o senso de responsabilidade e responsabilidade entre seus dirigentes e membros; e<br>Fortalecer a solidariedade entre seus membros e parceiros-chave em comunidades locais e globais. |
|                 | 366   | associação malaia de Assistentes Sociais            | 1973 | Código de Ética Associação Malaia de Assistentes Sociais<br>Constituição da Associação Malaia de Assistentes Sociais<br>- objetivo: Promover padrões de competência profissional na prática, educação e pesquisa do serviço social para serviços sociais eficientes e eficazes para o bem-estar da comunidade                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|                 | 656   | ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES SOCIAIS DE CINGAPURA    | 1971 | Estatutos da Associação de Trabalhadores Sociais de Singapura<br>Código de Ética da Associação de Trabalhadores Sociais de Singapura<br>Estrutura Nacional de Competências de Serviço Social,<br>- Promover o Serviço Social como profissão e promover um elevado padrão de Serviço Social no país<br>- Participar em atividades que promovam o Serviço Social e o bem-estar social a nível nacional e internacional<br>- Participar e prestar serviços comunitários e sociais ao público<br>- Promover o bem-estar ser dos(as) Assistentes Sociais                                                                                                                                                                                                                                      |

FONTE: Dados sistematizados a partir da International Federation of Social Workers, 2024.

Apêndice G – Sistematização das Análises das Produções Científicas nas Revistas do Serviço Social no Brasil

| <b>Categorias Emergentes</b>                     | <b>Principais Temas Discutidos nas Produções</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|--------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Trabalho e Precarização</b>                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Precarização da classe trabalhadora na pandemia</li> <li>- Indústria 4.0</li> <li>- Trabalho docente e educação básica no Brasil</li> <li>- Precarização do trabalho docente</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| <b>Violência Estrutural</b>                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Violência estatal e Favelas</li> <li>- Violência de Gênero</li> <li>- Violência Doméstica</li> <li>- Racismo e criminalização</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <b>Capitalismo</b>                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fascismo</li> <li>- Necropolítica</li> <li>- Neoconservadorismo</li> <li>- Capitalismo e pandemia</li> <li>- Desigualdades sociais</li> <li>- Contrarreformas reprodução social</li> <li>- Ascensão e Declínio do Neoliberalismo na América Latina</li> <li>- Mercantilização da Educação</li> <li>- Negacionismo e pandemia da covid-19</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>Políticas Públicas e/ou Políticas Sociais</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Questão Social e Insegurança Alimentar</li> <li>- Sistema Prisional e Covid-19</li> <li>- (Des)informação nos serviços de saúde</li> <li>- Saúde Mental</li> <li>- Política de saúde</li> <li>- Política de Assistência Social</li> <li>- Crise sanitária</li> <li>- Política de Educação e Pandemia</li> <li>- Ajuste Fiscal e Política de Assistência Social</li> <li>- Direito a moradia</li> <li>- Movimentos Sociais</li> <li>- Previdência Social</li> <li>- População LGBTQIA</li> <li>- Sistemas de proteção social latino-americanos e respostas à pandemia de covid-19</li> <li>- População em Situação de Rua</li> <li>- Permanência da população indígena e quilombola nas universidades</li> <li>- Política de transferência de renda</li> <li>- Financiamento das políticas públicas e o neoliberalismo</li> </ul> |
| <b>Formação e Trabalho do Assistente Social</b>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Condições de trabalho no SUAS;</li> <li>- Trabalho do serviço social e defesa civil</li> <li>- Covid -19 e desafios de Trabalho</li> <li>- Trabalho do serviço social e dimensões educativas</li> <li>- Ações profissionais do AS na atenção primária;</li> <li>- Antirracismo, formação e desafios para o serviço social</li> <li>- Marxismo e Serviço Social</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |

|                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realidade dos Estudantes em Serviço Social</li> <li>- Formação crítica do serviço social durante a pandemia da covid-19</li> <li>- Serviço social e a desigualdade social</li> <li>- Desafios do serviço social sociojurídico</li> <li>- Serviço social e crise estrutural</li> <li>- Exercício profissional e a pandemia da covid-19</li> <li>- Trabalho do serviço social com a população LGBTQI+</li> </ul> |
| <b>Tecnologias de Informação e comunicação</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inclusão Digital</li> <li>- Robotização e proteção social</li> <li>- Ensino Remoto</li> <li>- Tecnologias da informação e comunicação na assistência estudantil</li> <li>- Tecnologia, trabalho e pandemia</li> </ul>                                                                                                                                                                                          |
| <b>Desastres e Serviço Social</b>              | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Questões socioambientais, desastres</li> <li>- Produção de risco e emergência climática</li> <li>- Desenvolvimento e desastres</li> <li>- Desastres socioambientais e a política de saúde</li> <li>- Gestão de Desastres e Serviço Social</li> </ul>                                                                                                                                                           |

Fonte: Quadro sistematizado a partir das análises dos periódicos publicados nas revistas da área, 2024.

## **ANEXOS**

## Anexo A – Carta de Anuência



## CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitamos que (o) a pesquisador (a) doutoranda Nadianna Rosa Marques, desenvolva seu projeto de pesquisa **O SERVIÇO SOCIAL E A INTERFACE COM EVENTOS DISRUPTIVOS: UMA ANÁLISE INTERCONTINENTAL**, que está sob a coordenação/orientação do (a) Prof. (a) Dra. Maria Isabel Barros Bellini, cujo objetivo é investigar como o serviço social, em diferentes continentes, organiza o processo de trabalho no enfrentamento de eventos disruptivos, como pandemias (especialmente a da covid-19) desastres, catástrofes a fim de evidenciar potencialidades, similitudes e lacunas que possam subsidiar a intervenção da profissão na gestão desses eventos, a ser realizado nos cinco continentes, representados pelos países África do Sul, Austrália, Espanha, Vietnã e Brasil.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento, pelo (a) pesquisador (a), dos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se em utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Ciente dos objetivos, métodos e técnicas que serão utilizados nessa pesquisa, concordo em fornecer os subsídios que estiverem ao meu alcance, e que sejam necessários para seu desenvolvimento, desde que seja assegurado o que segue:

- 1) O cumprimento das determinações éticas da Resolução CNS Nº 510/2016;
- 2) A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- 3) Que não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação nessa pesquisa;
- 4) No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Porto Alegre, em 01 de setembro de 2022

---

Prof. Dr. Draiton Gonzaga de Souza  
Decano da Escola de Humanidades

## Anexo B – Aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) PUC/RS

**SIPESQ**Sistema de Pesquisas da PUCRS

---

Código SIPESQ: 11039

Porto Alegre, 15 de julho de 2022.

Prezado(a) Pesquisador(a),

A Comissão Científica da ESCOLA DE HUMANIDADES da PUCRS apreciou e aprovou o Projeto de Pesquisa "A - O SERVIÇO SOCIAL E A INTERFACE COM EVENTOS DISRUPTIVOS: UMA ANÁLISE INTERCONTINENTAL". Este projeto necessita da apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Toda a documentação anexa deve ser idêntica à documentação enviada ao CEP, juntamente com o Documento Unificado gerado pelo SIPESQ.

Atenciosamente,

Comissão Científica da ESCOLA DE HUMANIDADES

---

## Anexo C – Carta de Apoio a Pesquisa - Espanha



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Porto Alegre, 10 de junho de 2022.

Ao  
Comitê de Ética em Pesquisa  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS  
Ilma. Coordenadora do Comitê de Ética  
Profa. Dra. Denise Cantarelli Machado

Declaro que tenho conhecimento e me responsabilizo perante regimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul pela divulgação do projeto de pesquisa intitulado **O SERVIÇO SOCIAL E A INTERFACE COM EVENTOS DISRUPTIVOS: UMA ANÁLISE INTERCONTINENTAL** proposto pelo(s) pesquisador(es) Doutoranda Nadianna Rosa Marques e Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Isabel Barros Bellini.

O referido projeto será realizado nos países: Austrália, Vietnã, Espanha, Brasil e África do Sul e só poderá ocorrer a partir da apresentação da carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Eu Prof. Dr. Rafael Arredonda Quijada da Universidad de Málaga – Espanha comprometo-me no apoio de divulgação do referido projeto de pesquisa no país da Espanha, junto a associação nacional de assistentes sociais nos países supracitados.

Atenciosamente,

Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Isabel Barros Bellini

Programa de Pós Graduação em Serviço Social - Escola de Humanidades  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Rafael Arredonda Quijada  
Universidad de Málaga – Espanha

ARREDONDO  
QUIJADA RAFAEL  
- 250797675

Firmado digitalmente por  
ARREDONDO QUIJADA  
RAFAEL - 250797675  
Fecha: 2022.06.14 17:48:01  
+02'00'

## Anexo D – Carta de Apoio a Pesquisa – África do Sul



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Porto Alegre, June 10, 2022.  
To Research Ethics Committee  
Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul – PUCRS  
Ilma. Ethics Committee Coordinator  
Professor Denise Cantarelli Machado

I declare that I am aware of and responsible to the regiment of the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul for the dissemination of the research project entitled **SOCIAL WORK AND THE INTERFACE WITH DISRUPTIVE EVENTS: AN INTERCONTINENTAL ANALYSIS** proposed by the researcher Doctoral Student Nadianna Rosa Marques and the Professor Maria Isabel Barros Bellini.

This project will be carried out in the following countries: Australia, Vietnam, Spain, Brazil and South Africa and can only take place after the presentation of the letter of approval from the Research Ethics Committee of PUCRS.

I Professor Allucia Lulu Shokane from the University of Zululand, South Africa, I undertake to support the dissemination of this research project in the countries of South Africa, together with the National Association of Social Workers in the South Africa.

Yours sincerely,

---

Professor Allucia Lulu Shokane

University of Zululand, South Africa

Professor Dr. Maria Isabel Barros Bellini  
Postgraduate Program in Social Work - School of Humanities  
Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul

## Anexo E - Carta de Apoio a Pesquisa – Austrália



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Porto Alegre, June 10, 2022.  
To Research Ethics Committee  
Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul – PUCRS  
Ilma. Ethics Committee Coordinator  
Professor Denise Cantarelli Machado

I declare that I am aware of and responsible to the regiment of the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul for the dissemination of the research project entitled **SOCIAL WORK AND THE INTERFACE WITH DISRUPTIVE EVENTS: AN INTERCONTINENTAL ANALYSIS** proposed by the researcher Doctoral Student Nadianna Rosa Marques and the Professor Maria Isabel Barros Bellini.

This project will be carried out in the following countries: Australia, Vietnam, Spain, Brazil and South Africa and can only take place after the presentation of the letter of approval from the Research Ethics Committee of PUCRS.

I Professor Niki Edwards from the University of Southern Queensland, Australia, I undertake to support the dissemination of this research project in the countries of Australia, together with the national association of social workers in the aforementioned countries.

Yours sincerely,

Professor Dr. Maria Isabel Barros Bellini  
Postgraduate Program in Social Work - School of Humanities  
Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul

---

Professor Niki Edwards -University Of Southern Queensland – Australia

## Anexo G- Carta Convite



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS)

ESCOLA DE HUMANIDADES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (PPGSS)

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

**Carta Convite**

Ao Sr/Sra. Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Meu nome é Nadianna Rosa Marques sou doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS Brasil, sob orientação da Professora Doutora Maria Isabel Barros Bellini Meu projeto de pesquisa intitulado “*O Serviço Social e a Interface com Eventos Disruptivos: Uma Análise Intercontinental*” tem como objetivo investigar como os(as) Assistentes Sociais, em diferentes continentes, organizaram o processo de trabalho no enfrentamento de eventos disruptivos, como pandemias (enfoque da covid-19) desastres, catástrofes a fim de evidenciar potencialidades, similitudes e lacunas que possam subsidiar a intervenção da profissão na gestão desses eventos. Essa pesquisa se ampara na abordagem teórico-metodológica orientada pelo método dialéticocrítico, desenvolvida através de enfoque misto. Será adotada a estratégia não experimental, de natureza quanti/quali com enfoque qualitativo, considerando-se um estudo de multicasos por envolver países em diferentes continentes assim como conjunturas econômicas e sociais distintas, bem como diferentes formações e intervenções da profissão. Envolve os seguintes países: Brasil, Espanha, África do Sul, Austrália e Vietnã, representando os 05 continentes e contará em sua coleta de dados com entrevistas online com Assistentes Sociais representantes de organização da categoria profissional no referente país, e aplicação de questionário online estruturado com Assistentes Sociais que atuaram na pandemia da covid-19 e análise das produções científicas desses países a partir das bases de dados web of Science e Scopus. Para tanto gostaria de convidá-lo para ser o contato no seu país na divulgação da pesquisa de doutorado intermediando com a associação nacional de Assistentes Sociais da África do sul. Essa é uma exigência do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Brasil. Caso você tenha interesse em auxiliar nesta pesquisa, será necessário assinar um *Termo de Divulgação de Pesquisa* em seu país, junto a associação nacional de Assistentes Sociais da (NOME DO PAÍS).

Desde já agradeço a cooperação,

Att,

Profª Dra. Isabel Barros Bellini – PUC/RS Brasil

Doutoranda Nadianna Rosa Marques – PUC/RS Brasil



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PONTIFICAL CATHOLIC UNIVERSITY OF RIO GRANDE DO SUL – PUC/RS BRAZIL

SCHOOL OF HUMANITIES GRADUATE PROGRAM IN SOCIAL WORK

DOCTORAL DEGREES IN SOCIAL WORK

### Invitation letter

To Mr/Mrs. Professor \_\_\_\_\_

My name is Nadianna Rosa Marques, I am a doctoral student at the Postgraduate Program in Social Work at the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul – PUC/RS Brazil, under the guidance of Professor Maria Isabel Barros Bellini.

My research project entitled “Social Work and the Interface with Disruptive Events: An Intercontinental Analysis” aims to investigate how social workers, in different continents, organized the work process in facing disruptive events, such as pandemics (focus on covid -19) disasters, catastrophes in order to highlight potentialities, similarities and gaps that can support the intervention of the profession in the management of these events.

This research is supported by the theoretical-methodological approach guided by the dialecticalcritical method, developed through a mixed approach. A non-experimental strategy will be adopted, of a quantitative/qualitative nature with a qualitative approach, considering a multi-case study as it involves countries on different continents as well as different economic and social situations, as well as different training and interventions of the profession. It involves the following countries: Brazil, Spain, South Africa, Australia and Vietnam, representing the 05 continents and will count in its data collection with online interviews with social workers representing organizations of the professional category in the referring country, and application of a structured online questionnaire with social workers who worked in the covid- 19 pandemic and analysis of the scientific productions of these countries from the web databases of Science and Scopus. Therefore, I would like to invite you to be the contact in your country in the dissemination of doctoral research, acting as an intermediary with the national association of social workers in South Africa. This is a requirement of the Ethics Committee for Research with Human Beings in Brazil. If you are interested in helping with this research, you will need to sign a Research Disclosure Agreement in your country, with the national association of social workers at (\_\_\_\_\_).

Thanks in advance for your cooperation,

Att,

Professor Maria Isabel Barros Bellini – PUC/RS Brazil

Doctoral student Nadianna Rosa Marques – PUC/RS Brazil

## Anexo H - Termo de consentimento livre e esclarecido (tcle) para entrevistas online

### **Assistentes Sociais vinculados a Órgão de Representação da Categoria Nacional e Internacional**

Você está sendo convidada(o) como voluntária(o) a participar da pesquisa “**O SERVIÇO SOCIAL E A INTERFACE COM EVENTOS DISRUPTIVOS: UMA ANÁLISE INTERCONTINENTAL**”. Meu nome é Nadianna Rosa Marques, sou Pesquisadora/Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da PUC/RS. Estou desenvolvendo este estudo sob orientação da Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Você pode escolher se quer participar ou não. Os dados dessa entrevista online serão registrados mediante a gravação e você receberá um roteiro com questões norteadoras por e-mail, onde uma ficará com você e a outra com a pesquisadora responsável por esta pesquisa. Poderá haver algumas palavras que você não entenda ou coisas que você tenha ficado mais interessada(o) ou preocupada(o) e queira que eu explique mais detalhadamente. Por favor, peça que eu pare a qualquer momento e explicarei.

**Justificativa e objetivos:** Investigar como o serviço social, **em diferentes continentes**, organiza o processo de trabalho no enfrentamento de eventos disruptivos, como pandemias (especialmente a da covid-19) desastres, catástrofes **a fim de evidenciar potencialidades, similitudes e lacunas que possam subsidiar a intervenção da profissão** na gestão **desses eventos**.

**Procedimentos:** Para realizar este estudo estamos entrevistando Assistentes Sociais vinculados órgãos de representação da categoria nacional e internacional. A coleta de informações com você será realizada através de entrevista online que terá duração de aproximadamente 1 hora. A entrevista ocorrerá por meio de videoconferência. A entrevista será gravada e o material será guardado com todo o sigilo pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/RS, e será destruída após 05 anos.

**Riscos e desconfortos:** Identifica-se como risco e desconforto o receio da divulgação das informações verbalizadas pelos participantes. Quanto a este aspecto o compromisso com o sigilo e (des)vinculação. Também pode haver o desconforto em relação a tratar sobre a temática, há esse participante será sugerido e encaminhado para rede de cuidado em saúde do seu país.

**Benefícios:** A participação na pesquisa contribuirá para a produção de conhecimentos e aprimoramento do Serviço Social nacional e internacional no enfrentamento a eventos disruptivos de grande proporção que podem resultar em desastres, catástrofes e pandemias, e qualificação no planejamento e efetivação de ações e aumento da sua capacidade de respostas. Neste sentido, salienta-se que não haverá nenhum tipo de benefício financeiro, emocional ou de outra natureza para você.

**Garantia de respostas a qualquer pergunta:** Esta pesquisa está sob a responsabilidade da Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da PUC/RS,

Assistente Social Nadianna Rosa Marques, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini. Quaisquer esclarecimentos poderão ser oferecidos no momento da pesquisa ou posteriormente através dos seguintes contatos: Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini (Orientadora da pesquisa) Nadianna Rosa Marques (Doutoranda pesquisadora), através do telefone: (51) 3320-3539 Se você considerar que seus direitos como participante da pesquisa não estão sendo respeitados, é possível contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, com horário de atendimento de segunda a sexta-feira das 8h30min às 12h e no turno da tarde das 13h00min às 17h (Expediente Interno) e através do telefone (51) 3320-3500 Ramal 3345 ou pelo e-mail [cep@pucrs.br](mailto:cep@pucrs.br). Endereço: Rua Ipiranga 6681, prédio 50, sala 703, Porto Alegre, CEP 90619-900. Este TCLE passará por avaliação dos Comitês de Ética das Instituições Coparticipantes nacionais e internacionais.

**Garantia de privacidade:** Não será mencionada, em hipótese alguma, a identidade das(os) participantes, seja em apresentações orais ou escritas que venham a ser divulgadas, bem como a assinatura deste termo será mantida sob sigilo.

**Consentimento:** Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, \_\_\_\_\_ de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa e declaro que fui informada(o) sobre seu objetivo de maneira clara e detalhada, esclarecendo minhas dúvidas e tendo recebido cópia do presente Termo de Consentimento.

Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante na pesquisa

\_\_\_\_\_  
Nadianna Rosa Marques  
Doutoranda Pesquisadora

\_\_\_\_\_  
Maria Isabel Barros Bellini  
Profª Dra. em Serviço Social – Orientadora



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo  
Porto Alegre – RS – Brasil  
Fone: (51) 3320-3513  
E-mail: [propesq@pucrs.br](mailto:propesq@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)